



.....

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano
Universidade Federal de Pernambuco

BERTRAND SAMPAIO DE ALENCAR

**EMERGÊNCIA DE NOVOS ATORES NO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A CONTRIBUIÇÃO
DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO
BRASIL**

Recife, Julho de 2008

BERTRAND SAMPAIO DE ALENCAR

**EMERGÊNCIA DE NOVOS ATORES NO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A CONTRIBUIÇÃO
DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO
BRASIL**

Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito à obtenção do título de doutor.

Orientadora: **Profa. Dra. Suely Maria Ribeiro Leal**

Recife, Julho de 2008

Alencar, Bertrand Sampaio de
Emergência de novos atores no
desenvolvimento sustentável: a contribuição dos
catadores de materiais recicláveis no Brasil /
Bertrand Sampaio de Alencar. – Recife: O Autor,
2008.

262 folhas. : il., fig., tab., quadros.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de
Pernambuco. CAC. Desenvolvimento Urbano, 2008.

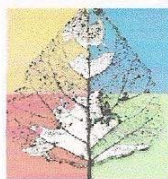
Inclui bibliografia e apêndices.

1. Resíduos sólidos. 2. Lixo - Reciclagem. 3.
Movimentos sociais. 4. Coletores de materiais
recicláveis. 5. Marginalidade social. 6. Política
pública. 7. Desenvolvimento sustentável. 8.
Economia solidária. I.Título.

504.03
577.56

CDU (2.ed.)
CDD (22.ed.)

UFPE
2009-08



Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano
Universidade Federal de Pernambuco

Ata de Defesa de Tese em Desenvolvimento Urbano do doutorando **BERTRAND SAMPAIO DE ALENCAR**

Às 9.00 horas do dia 31 de julho de 2008 reuniu-se no Mini Auditório 1 do Centro de Artes e Comunicação da UFPE, a Comissão Examinadora de tese, aprovada pelo colegiado do programa, composta pelos seguintes professores: Suely Maria Ribeiro Leal (orientadora), Anísio Brasileiro de Freitas Dourado (examinador externo), Aécio Marcos de Medeiros Gomes de Matos (examinador externo), Maria do Carmo Martins Sobral (examinadora externa) e Ronaldo Augusto Campos Pessoa (examinador interno) para julgar, em exame final, o trabalho intitulado: “EMERGÊNCIA DE NOVOS ATORES NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A Contribuição dos Catadores de Materiais Recicláveis no Brasil”, requisito final para a obtenção do Grau de Doutor em Desenvolvimento Urbano. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profª. Suely Maria Ribeiro Leal, após dar conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a comissão se reuniu, sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Pelas indicações, o candidato foi considerado Aprovado. O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar eu Rebeca Júlia Melo Tavares lavrei a presente ata, que será assinada por mim, pelos membros participantes da Comissão Examinadora e pelo candidato. Recife, 31 de julho de 2008.

- Indicação da Banca para publicação ()

Profª Suely Maria Ribeiro Leal
Orientadora

Prof. Anísio Brasileiro de Freitas Dourado
(Examinador Externo – Deptº Engª Civil - UFPE)

Prof. Aécio Marcos de Medeiros Gomes de Matos
(Examinador Externo – Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFPE)

Profª. Maria do Carmo Martins Sobral
(Examinadora Externa - Deptº Engª Civil - UFPE)

Prof. Ronaldo Augusto Campos Pessoa
(Examinador Interno – MDU)

Rebeca Júlia Melo Tavares
Secretária do Programa

Bertrand Sampaio de Alencar
Candidato

Suely Maria Ribeiro Leal
Anísio Brasileiro
Aécio Marcos de Medeiros Gomes de Matos
Maria do Carmo Martins Sobral
Ronaldo Augusto Campos Pessoa
Rebeca Júlia Melo Tavares
Bertrand Sampaio de Alencar

Dedico de coração todo esse esforço,

À minha mãe e ao meu pai (*in memoriam*),

À minha esposa e às minhas filhas,

Aos meus irmãos e irmãs

“15 de julho de 1955 – Aniversário da minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar uma par de sapatos para ela. Mas o custo dos gêneros alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar [...]”

“14 de junho de 1958 – Está chovendo. Eu não posso ir catar papel. O dia que chove eu sou mendiga. Já ando mesmo trapuda e suja. Já uso o uniforme dos indigentes. E hoje é sábado. Os favelados são considerados mendigos. Vou aproveitar a deixa. [...] Ajeitei um guarda-chuva velho que achei no lixo e saí. Fui no frigorífico, ganhei uns ossos. Já serve. Faço uma sopa. Já que a barriga não fica vazia [...]. então eu resolvi trabalhar por que eu não quero desistir da vida.”

Carolina Maria de Jesus

“A atividade de catação compreende um trabalho como categoria humana fundamental, que cria e transforma, produz matéria e idéias, onde se articula o sentido filosófico da condição humana, o sentido biológico da manutenção da espécie, o sentido econômico da produção de bens, o sentido sociológico da vida em comum, com suas implicações políticas.”

Bocayuva & Veiga

“O esforço coletivo transforma a utopia em realidade.”

Carlos Alfredo Joly

AGRADECIMENTOS

À CAPES, que me concedeu uma bolsa para desenvolvimento desta tese, a qual procurei utilizar da melhor forma possível nas aulas, nas pesquisas, nos seminários e congressos e na aquisição de material de consulta;

A minha orientadora, colega e amiga, professora Dra. Suely Leal, que pacientemente entendeu minhas dificuldades;

Aos coordenadores e coordenadoras do MDU, durante meu período como doutorando, professoras Dra. Virgínia Pontual e professor Dr. Tomás Lapa, pelo apoio e paciência;

Ao colegiado do MDU que sempre entendeu minhas razões e atendeu meus pedidos;

Ao professor Dr. Anísio Brasileiro, amigo admirado, que sempre me incentivou;

Às companheiras irmãs Ana Cláudia e Sandra Cadena pelo apoio e incentivo;

Aos amigos e amigas do CREA-PE, em nome do companheiro Roberto Muniz, pelo incentivo;

Aos colegas e funcionários do MDU, especialmente Rebeca, Catarina, Jonas e José;

À minha colega de turma Andiará Lopes, que me estimulou a continuar;

Ao companheiro Érick Soares, *in memoriam*, grande liderança dos catadores que partiu sem conhecer o importante resultado do seu trabalho para a sociedade e para os catadores;

Aos catadores de materiais recicláveis, problema social produzido pela irresponsabilidade governamental, insensibilidade privada e desprezo da sociedade, mas que estão encontrando seu caminho;

Ao companheiro José Cardoso, catador e liderança nacional, pela autorização para realizar as entrevistas na PRORECIFE;

Ao companheiro Ricardo Leite pela colaboração na pesquisa histórica e nas entrevistas na Cooperativa PRORECIFE;

Às estudantes de jornalismo Carlysângela Falcão e Giselle Silvério que levantaram os dados no Arquivo Público e no Museu da Cidade do Recife.

Aos companheiros da nossa gloriosa, querida e sempre necessária ASPAN;

Aos meus melhores amigos, meus irmãos Marcelo e Carlos, pela indispensável contribuição e apoio;

À Fundação AVINA que me permitiu o apoio necessário para as viagens;

Ao companheiro Antônio Bunchaft e toda a equipe do PANGEA que gentilmente concederam autorização e me ajudaram nas entrevistas junto à CAEC;

Às minhas filhas queridas, Camilinha pela digitação dos dados, Heleninha pela revisão e Tetê pela diversão.

ALENCAR, Bertrand Sampaio de. *Emergência de novos atores no desenvolvimento sustentável: A contribuição dos catadores de materiais recicláveis no Brasil*. 2008. 261 f. Tese de doutoramento (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

RESUMO

Esta tese avalia a contribuição do processo de organização social, produtiva e político-institucional dos catadores de materiais recicláveis para promoção do desenvolvimento sustentável. Tendo como suporte o reexame dos conceitos de desenvolvimento sustentável, apóia-se, inicialmente, na utilização de um instrumental teórico-metodológico multidisciplinar explicitado em um quadro evolutivo da relação do ser humano com a natureza em direção ao modelo atual de desenvolvimento. Em seguida, partindo dos aportes teóricos sobre a exclusão social, busca-se situar historicamente o fenômeno da catação de materiais recicláveis no Brasil e a estruturação desse segmento como movimento social organizado, para verificar em que medida o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) se enquadra como movimento social contemporâneo. De modo a contrapor a atuação desse movimento às conquistas obtidas no campo da promoção de políticas públicas na esfera estatal, foram avaliadas as ações governamentais e legais dirigidas a esses atores sociais. Procurou-se identificar ainda, como no campo da organização econômica os catadores de materiais recicláveis promovem estruturas produtivas de cooperação fundadas na economia solidária, como estratégia que conduz o processo de organização produtiva em forma de cooperativas e associações de catadores. Utilizando uma metodologia qualitativa na análise sistêmica das dimensões social e político-institucional e quantitativa para a dimensão produtiva, foram realizadas entrevistas diretas em organizações de catadores, empresas de reciclagem e órgãos públicos federais e municipais, assim como pesquisa sócio-histórica e consultas a diversas fontes secundárias. Os resultados obtidos na análise da eficiência física, econômica e de mercado em um contexto solidário, e na ação do MNCR na direção das políticas públicas em curso apontam para uma eficiência social em um ambiente de desenvolvimento com liberdade nas cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis no Brasil. Conclui-se que a emergência desses novos atores sociais no espaço urbano contribui efetivamente para o desenvolvimento sustentável e que são promissoras as tendências que o processo de organização dos catadores apresenta para a sociedade nos campos social, econômico e ambiental.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. Catadores de materiais recicláveis. Resíduos sólidos. Reciclagem. Movimentos sociais. Economia solidária. Exclusão social. Políticas públicas.

ALENCAR, Bertrand Sampaio de. *Emergency of new actors in the sustained development: A contribution from the pickers of recyclable material in Brazil*. 2008. 261 f. Doctoral thesis (Post-graduate program on Urban Development) – Center of Arts and Communication, Federal University of Pernambuco, Recife.

ABSTRACT

This thesis evaluates the contribution of the social, productive and political-institutional organization process of the recyclable material pickers for the sustainable development promotion. Based on the re-analysis of sustainable development concepts, it is supported, as first, by the use of a multi-discipline theoretical and methodological framework which is made explicit in an evolving picture of the relation between the human being and nature towards the current development model. In the following, from the social exclusion theoretical background, one searches to place in a historical context the phenomenon of collecting recyclable material and the structuring of the sector as an organized social movement, in order to verify in which position the National Movement of Recyclable Material Pickers (NMRP) is included as a social current movement. In order to compare the action of that movement to the conquests obtained in field of public policies promotion, legal and government actions aimed at those social actors were evaluated. Still, one searched for the identification how, in the field of economic organization, the recyclable material pickers promote cooperative and productive structures based on cooperative economy, as a strategy to guide the productive organization process in the form of cooperatives and associations of pickers. Using a qualitative methodology for the systemic analysis of the social and political-institutional dimension, and a quantitative one for the productive dimension, interviews were made inside pickers organizations, recycling companies and public federal and municipal agencies, as well as a social and historical research, which was done with several secondary sources. The results obtained from the physical, economical and market efficiency analysis, in a cooperative context, and from the action of the NMRP in the steering of current public policies point to a social efficiency in a free developing environment in the cooperatives and associations of recyclable material pickers in Brazil. One concludes that the emergency of those new social actors in the urban space effectively contributes to the sustainable development and that those trends presented by the process of organizing pickers are fruitful for the society in the social, economic and environmental fields.

Key words: Sustainable development. Recyclable material pickers. Solid waste. Recycling. Social movements. Cooperative economy. Social exclusion. Public policies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Diagrama 1. Esquema da estrutura metodológica.....	19
Diagrama 2. Fluxo metodológico.....	20
Diagrama 3. Organograma do MNCR.....	115
Quadro 1. Produção e destinação dos resíduos sólidos domiciliares no Brasil.....	87
Quadro 2. Ações previstas e realizadas do projeto MDS/AVINA.....	131
Quadro 3. Exigências das indústrias entrevistadas para receber materiais recicláveis.....	182
Quadro 4. Matriz SWOT das indústrias entrevistadas.....	185
Quadro 5. Descrição das situações e dos respectivos grupos de eficiência das entidades de catadores e materiais recicláveis.....	196
Foto 1. Catador Roberto Laureano, coordenador do MNCR, discursando para o Presidente e Ministros no Palácio do Planalto.....	108
Foto 2. Catadores do MNCR iniciando a marcha até o Palácio do Planalto, em Brasília/DF.....	109
Foto 3. Infra-estrutura da unidade de produção da CAEC, em Salvador/BA.....	134
Foto 4. Infra-estrutura e equipamentos da CORTRAP, em Brasília/DF.....	134
Foto 5. Primeira reunião entre catadores e parceiros para criação da cooperativa PRORECIFE realizada na comunidade de Caranguejo Tabaiães.....	149
Foto 6. Catadores recebendo o material da Natura na PRORECIFE, tendo ao fundo, o caminhão baú.....	153
Foto 7. Catadores recebendo o material da Natura na PRORECIFE, no galpão. Ao fundo a prensa doada pela empresa Frompet.....	154
Gráfico 1. Evolução da quantidade de catadores na Muribeca.....	95
Gráfico 2. Gestão informal e convencional de resíduos sólidos: modelo conceitual.....	92
Gráfico 3. Representação da variação dos preços: vidro incolor (Jan/2001-Jan/2007).....	173
Gráfico 4. Representação da variação dos preços: vidro colorido (Jan/2001-Jan/2007).....	174
Gráfico 5. Evolução da produção e reciclagem de PET no Brasil no período 1997-2006.....	175
Gráfico 6. Representação da variação dos preços do PET (Jan/2001-Jan/2007).....	175
Gráfico 7. Representação da variação dos preços da lata de aço (Jan/2001-Jan/2007).....	177
Gráfico 8. Variação dos preços do papelão (Jan/2001-Jan/2007).....	180

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. População, produção de resíduos sólidos, potencial de materiais recicláveis e quantidade de catadores dos municípios da RMR.....	100
Tabela 2. Quantidade de Catadores Organizados e de Entidades, por Estado, no Brasil – 2006.....	106
Tabela 3. Relação de bens dos catadores antes e depois da entrada na CAEC.....	144
Tabela 4. Relação de Bens Antes e Depois da Entrada na PRORECIFE.....	155
Tabela 5. Resumo dos Dados de Produção da CIV.....	172
Tabela 6. Resumo dos Dados de Produção da FROMPET.....	174
Tabela 7. Evolução da produção e reciclagem de PET no Brasil no período 1997-2006.....	174
Tabela 8. Resumo dos Dados de Produção da Açonorte.....	176
Tabela 9. Resumo dos Dados de Produção da Klabin.....	178
Tabela 10. Participação Absoluta e Relativa da Produção de Papel Ondulado no Brasil por Região.....	179
Tabela 11. Evolução dos preços dos materiais recicláveis no período de Jan2001 a Jan2007.....	180
Tabela 12. Valores Relativos da Origem e Perfil do Fornecimento de Materiais Recicláveis às Indústrias.....	181
Tabela 13. Valor dos materiais recicláveis nas indústrias entrevistadas (em R\$/ton).....	183
Tabela 14. Análise de Demanda e Oferta dos Materiais Recicláveis.....	188
Tabela 15. Eficiências Física e Econômica das Cooperativas e Associações.....	192
Tabela 16. Sumário Agregado Comparativo dos Índices <i>Per Capita</i> de Eficiência de Mercado para Materiais Recicláveis.....	195
Tabela 17. Custo Unitário de Geração de um Posto de Trabalho em Diversos Segmentos da Economia.....	197
Tabela 18. Produção, Receita, Produtividade e Renda Média no Período da PRORECIFE.....	199
Tabela 19. Investimentos da PRORECIFE no Período de Abril a Novembro/2007.....	200
Tabela 20. Despesas de Manutenção da PRORECIFE no Período de Abril a Novembro/2007	200
Tabela 21. Valores dos Materiais Recicláveis Comercializados pela PRORECIFE em Novembro/2007.....	202

LISTA DE SIGLAS

ABAL	Associação Brasileira do Alumínio
ABEPET	Associação Brasileira dos Fabricantes de Embalagens de PET
ABILATA	Associação Brasileira da Indústria de Lata de Alumínio
ABIPET	Associação Brasileira da Indústria do PET
ABIQUIM	Associação Brasileira da Indústria Química
ABIVIDRO	Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AINSA/ACODAL	Asociación Colombiana de Ingenierya Sanitatria y Ambiental
ANPEC	Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia
ANR	Asociación Nacional de Recicladores
APAEB	Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira
ARB	Asociación de Recicladores de Bogotá
ARESP	Associação de Recicladores Esperança
ASCAMAR	Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Natal
ASCASA	Associação dos Catadores de Salgueiro
ASMARE	Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis
ASNOV	Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável NovaVida
ASPAN	Associação Pernambucana de Defesa da Natureza
ASTRAMARE	Associação dos Trabalhadores de Material Reciclável
ATMR-BJ	Associação dos Trabalhadores em Materiais Recicláveis de Belo Jardim
AVINA	Asociación Vida e Naturaleza
BFZ	Berufliche Fortbildungszentren Der Bayeerishchen Wirtschaft
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAEC	Cooperativa de Agentes Ecológicos de Canabrava
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CARITAS	Caritas Internationalis
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CECI	Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada
CEDECOM	Centro de Desenvolvimento Comunitário Monsenhor José Kehler
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEMPRE	Compromisso Empresarial com a Reciclagem
CEP	Código de Endereçamento Postal
CHESF	Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco
CIV	Companhia Industrial de Vidros
CMMDA	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
COMLURB	Companhia de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
COOBASF	Cooperativa de Badameiros de Feira da Santana
COOPAGRES	Cooperativa de Agentes de Gestão em Resíduos Sólidos
COOPAMARE	Cooperativa dos Catadores de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis
COOPCICLA	Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem
COOPERCICLA	Cooperativa Lageana de Serviços de Limpeza, Coleta e Reciclagem de Materiais
COOPERMAPE	Cooperativa de Reciclagem de Matéria-Prima de Embu
COSPE	Cooperação para o Desenvolvimento dos Países Emergentes
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CPRH	Companhia Pernambucana de Meio Ambiente
CREA-PE	Conselho de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Pernambuco
CRUMA	Cooperativa Catadores Unidos pelo Meio Ambiente

DF	Distrito Federal
DIACONIA	Fundação Luterana de Diaconia
DLU	Diretoria de Limpeza Urbana
DVD	Digital Vídeo Disc
ECO92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
EMLURB	Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana
EPA	Environmental Protection Agency
EPI	Equipamento de Proteção Individual
EPI	Equipamentos de Proteção Individual
EUA	Estados Unidos da América
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo Determinado
FIDEM	Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife
FINOR	Fundo de Investimentos do Nordeste
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNLC	Fórum Nacional Lixo e Cidadania
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
Fórum Global	Fórum das Organizações Não-Governamentais da Eco92
FROMPET	Central PET - Indústria, Comércio, Importação & Exportação Ltda
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
GIFE	Grupo de Instituições, Fundações e Empresas
GRS	Grupo de Resíduos Sólidos
GTZ	Agência Alemã de Cooperação Técnica
IBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICAL	Indústria, Comércio e Administração S.A
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IMIP	Instituto Materno-Infantil de Pernambuco
IMIP	Instituto Materno-Infantil de Pernambuco
INSEA	Instituto Nenuca de Desenvolvimento Socioeconômico-Ambiental
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPCC	Painel Intergovernamental Sobre Mudança Climática
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPT	Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ITEP	Instituto Tecnológico de Pernambuco
LIMPURB	Empresa de Limpeza Urbana de Salvador
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MDU	Mestrado de Desenvolvimento Urbano
MG	Minas Gerais
MIT	Massachusetts Institute of Technology
MMA	Ministério de Meio Ambiente
MNCR	Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis
MP3	MPEG (Moving Picture Experts) Group 1 Layer-3
MS	Mato Grosso do Sul
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NMS	Novos Movimentos Sociais
OAF	Organização do Auxílio Fraternal
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento

PANGEA	Centro de Estudos Socioambientais
PCR	Prefeitura da Cidade do Recife
PET	Politereftalato de Etila
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
Petrobrás	Petróleo Brasileiro S.A.
PIB	Produto Interno Bruto
PMJG	Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PONSA	Papelão Ondulado do Nordeste S.A.
PPA	Programa Plurianual
PQA	Plano de Qualidade das Águas
PROLATA	Programa de Valorização e Incentivo ao Consumo de Embalagem Metálica
PR	Paraná
PRORECIFE	Cooperativa dos Catadores Profissionais do Recife
RICAMARE	Rede Independente de Catadores de Material Reciclável
RMR	Região Metropolitana do Recife
RMS	Região Metropolitana de Salvador
RS	Rio Grande do Sul
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
SECOMP	Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais
SECTMA	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente
SINTRAREBO	Sindicato de Trabajadores del Botadero
SMALP	Projeto Saúde, Meio Ambiente e Luta contra a Pobreza
SNIS	Sistema Nacional de Informações de Saneamento
SP	São Paulo
SRH	Superintendência de Recursos Hídricos
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio-Desenvolvimento
UNEP	Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNICEF	United Nations International Children's Emergency Fund
USP	Universidade Estadual de São Paulo
VERDES	Viabilidade Econômica da Reciclagem dos Resíduos Sólidos
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1.CONTEXTO E RELEVÂNCIA DA TEMÁTICA ABORDADA	1
1.2.METODOLOGIA ADOTADA.....	18
2. QUADRO TEÓRICO-CONCEITUAL.....	30
2.1.O DESPERTAR DA QUESTÃO AMBIENTAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....	30
2.2.EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA QUESTÃO SÓCIO-AMBIENTAL: DA GÊNESE	
À REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E TECNOLÓGICA.....	34
2.2.1. Origens do Problema Sócio-Ambiental.....	34
2.2.2. A Revolução Tecnológica e Industrial como Marco da Degradação Social	
e Ambiental.....	37
2.3.A REAÇÃO AO MODELO OCIDENTAL DE DESENVOLVIMENTO.....	41
2.4.DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL OU DESENVOLVIMENTO COM	
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL?	44
2.4.1. Recuperação do Paradigma Institucional numa Fase de Transição.....	44
2.4.2. Reexaminando o Desenvolvimento Sustentável.....	46
2.5.SOBRE ENTROPIA E SEUS EFEITOS NO MEIO AMBIENTE.....	54
2.6.LIBERDADE PARA SE DESENVOLVER COM SUSTENTABILIDADE.....	56
2.7.DEBATENDO A EXCLUSÃO SOCIAL.....	61
2.8.A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CONTEXTO DO ATUAL MODELO	
DE DESENVOLVIMENTO.....	66
2.9.MOVIMENTOS SOCIAIS: BREVE HISTÓRICO, ABORDAGEM CONTEMPORÂNEA	
E CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	74
2.10. SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	77
2.10.1. Aspectos Teóricos.....	77
2.10.2. Avaliação das Políticas Públicas.....	82
2.11. O MODELO EXCLUDENTE DE DESENVOLVIMENTO E O REBATIMENTO	
NA QUESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS.....	85

3.	ESTADO DA ARTE DOS CATADORES.....	89
3.1.	A QUESTÃO DOS CATADORES NO BRASIL.....	89
3.1.1.	Catadores de Materiais Recicláveis: Em Busca das Origens.....	89
3.1.2.	Evolução da Atividade de Catação de Materiais Recicláveis no Brasil: A Luta pela Sobrevivência nos Lixões e nas Ruas.....	93
3.1.3.	O Sistema Informal de Reciclagem: Quem é Quem no Contexto da Gestão dos Resíduos Sólidos?	96
3.1.4.	Perfil Atual dos Catadores: Pobreza, Exclusão e Representações Negativas.....	99
3.2.	NO CAMINHO PARA A ORGANIZAÇÃO DOS CATADORES.....	103
3.2.1.	A Emergência de Novos Protagonistas no Espaço Urbano: Cronologia do Recente Processo de Organização dos Catadores no Brasil.....	103
3.2.2.	Como Avaliar a Emergência de Processo de Organização dos Catadores e sua Contribuição a Sustentabilidade?.....	109
3.3.	MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS: SIGNIFICADO E IDENTIDADE DO MNCR.....	112
3.4.	AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CATADORES NO BRASIL.....	120
3.4.1.	Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Lixo.....	122
3.4.2.	Nova Lei de Saneamento Básico.....	126
3.4.3.	Decreto Presidencial de Coleta Seletiva nos Órgãos Públicos Federais.....	127
3.4.4.	Projeto MDS/AVINA.....	129
3.4.5.	Financiamento de Cooperativas de Catadores pelo BNDES.....	132
4.	ANÁLISE DOS ESTUDOS DE CASO.....	136
4.1.	COOPERATIVA DE AGENTES ECOLÓGICOS DE CANABRAVA – CAEC (SALVADOR, BAHIA).....	136
4.1.1.	Antecedentes.....	136
4.1.2.	Os Catadores no Lixão da Canabrava.....	137
4.1.3.	Situação Atual: Os Catadores Organizados na CAEC.....	139
4.2.	COOPERATIVA DE CATADORES PROFISSIONAIS DO RECIFE – PRORECIFE (RECIFE, PERNAMBUCO)	149
4.2.1.	Antecedentes.....	149
4.2.2.	Os Catadores da Comunidade de Caranguejo Tabaiaras.....	150
4.2.3.	Situação Atual: Os Catadores Organizados na PRORECIFE.....	152
4.3.	ANÁLISE CONJUNTA DOS DADOS OBTIDOS NAS ENTIDADES.....	161
4.4.	O SETOR PRODUTIVO DE RECICLAGEM.....	170

4.4.1.	Situação da Demanda no Mercado de Recicláveis.....	170
4.4.2.	Fornecimento de Materiais Recicláveis.....	181
4.4.3.	Análise das Indústrias Recicladoras.....	184
4.4.4.	A Perspectiva das Indústrias sobre o Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis.....	185
4.4.5.	As Indústrias e a Implantação de uma Rede Estadual de Catadores de Materiais Recicláveis de Pernambuco.....	187
4.4.6.	Análise Comparativa entre o Consumo de Materiais Recicláveis das Indústrias (Demanda) e a Produção dos Catadores (Oferta)	188
4.4.7.	Situação da Oferta: A Eficiência Social, Ambiental e Econômica das Entidades de Catadores.....	190
4.4.8.	Análise Produtiva da Cooperativa PRORECIFE.....	198
4.5.	ANÁLISE AMBIENTAL DA RECICLAGEM.....	203
5.	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	207
5.1.	CONCLUSÕES.....	207
5.2.	RECOMENDAÇÕES	209
	REFERÊNCIAS.....	209
	BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	222
	APÊNDICE.....	223
	ANEXOS.....	247

1. INTRODUÇÃO

Este primeiro capítulo está segmentado em duas partes. A primeira parte objetiva contextualizar o problema estudado, ao introduzir o marco teórico utilizado e justificar sua realização, para em seguida demonstrar a relevância da temática dos catadores de materiais recicláveis na atualidade.

No segundo tópico, apresenta-se o desenho metodológico de forma gráfica e descritiva, incluindo no seu conteúdo o objeto teórico e empírico, o objetivo geral e os objetivos específicos, as hipóteses levantadas e as técnicas que foram utilizadas no desenvolvimento da tese, assim como uma descrição sumarizada dos capítulos que compõem a tese.

1.1.CONTEXTO E RELEVÂNCIA DA TEMÁTICA ABORDADA

O desenvolvimento sustentável ganhou relevância e vem exigindo da sociedade técnica e acadêmica o direcionamento de parcela importante dos seus estudos. Ao mesmo tempo uma expressiva quantidade de órgãos públicos e organizações não-governamentais vem desenvolvendo seus projetos com foco nesta temática. As instituições privadas consagraram o tema e vêm efetuando um imenso esforço para demonstrar esta preocupação. Por outro lado, pela primeira vez, a mídia vem dedicando um espaço maior ao tema, sobretudo relacionando-o às mudanças climáticas.

A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMDA, 1991), coordenada por Gro Harlem Brundtland, primeira-ministra da Noruega, no primeiro tópico do segundo capítulo do seu trabalho fundamental denominado *Nosso Futuro Comum*, conceituou de forma sintética o desenvolvimento sustentável como "aquele que atende às necessidades presentes sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades" (CMMDA, 1991). Este conceito, político, apresenta-se ainda um tanto vago, genérico, que ressalta uma aparente ambivalência entre uma visão antropocêntrica e biológica. Alguns autores chegam a considerar o termo como um oxímoro ou expressão autocontraditória (FERNANDEZ, 2005 p.9). Outros preferem entendê-lo sem necessariamente conceituá-lo (VEIGA, 2005 p.13). Vários crêem na sustentabilidade partindo do mercado (HAWKENS, LOVINS & LOVINS, 1999; PAULI, 2001; CALLENBACH *et al*,

2003; BARBIERI, 2004). Mesmo estando na moda e na mídia, ainda estamos diante de uma noção em disputa na academia e nos meios técnico-profissionais e políticos.

De acordo com BRÜSEKE (*apud* CAVALCANTI (org), 1995, p.31), foram Ignacy Sachs e Maurice Strong, em meados da década de 1970, os pioneiros na conceituação do que *a priori* o segundo denominou de *ecodesenvolvimento* como “um conjunto de procedimentos no qual se deve crescer sem gerar exclusão, no qual a ética permeia todo o processo e o meio ambiente deve ser conservado e respeitado”. Ignacy Sachs formulou os princípios básicos dessa nova visão de desenvolvimento, identificando seis aspectos fundamentais:

“(i) satisfazer as necessidades básicas; (ii) solidariedade com gerações futuras; (iii) participação popular; (iv) preservação do meio ambiente; (v) sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito às culturas; e, (vi) programas de educação”. (SACHS, 1986 p.38)

Consideramos esta formulação como um importante ponto de partida teórico, atualizando-o progressivamente com base nos enunciados mais recentes do próprio Ignacy Sachs e, acrescentando contribuições valiosas de Celso Furtado, José Eli da Veiga e Amartya Sen.

Quase três décadas depois SACHS (2004, p.102) retoma a questão afirmando que “o desenvolvimento, em última instância, consiste na universalização dos direitos humanos fundamentais” e detalha, no que denomina de “desenvolvimento a partir de dentro, socialmente includente, ambientalmente sustentável e sustentado”, a importância de explorar sistematicamente os encadeamentos entre o núcleo modernizador e o resto da economia¹, promovendo a montagem de redes de empreendimentos de pequeno porte, fornecedores de insumos e serviços a grandes empresas, dando preferência entre os fornecedores àqueles que trabalham com métodos intensivos em mão-de-obra, sem prejuízo da qualidade do produto ou serviço, desde que se utilizando o que o autor denomina de “trabalho decente”.

Aqui o conceito de desenvolvimento assume outra abordagem, superando o maniqueísmo economicista da idéia de crescimento a todo custo. O autor ainda afirma que o desenvolvimento não se confunde com crescimento econômico, que constitui apenas a sua condição necessária, porém não suficiente.

¹ Pode-se considerar para o nosso objeto de estudo, os catadores de materiais recicláveis, que esta abordagem de Ignacy Sachs associa-se analogamente ao que Milton SANTOS (1978) denomina de circuito inferior e superior da economia e, ao que outros autores consideram de formal e informal (Clóvis Cavalcanti e Renato Duarte são dois autores locais que trabalharam nesta perspectiva). SACHS (2004, p. 149) considera que não existem duas economias separadas, formal e informal, mas atividades formais e informais entrelaçadas. Cabe aqui ressaltar a pertinência dessa abordagem ao nosso objeto de estudo, na medida em que os catadores mesmo estando nesse circuito inferior, historicamente mantêm uma relação indireta com o núcleo modernizador (empresas de reciclagem).

A contribuição teórica de Celso Furtado (à formulação de Ignacy Sachs) de que somente haverá verdadeiro desenvolvimento onde existir um projeto social subjacente, foi decisiva para essa distinção. Este importante autor paraibano sustenta que o ponto de partida do estudo do desenvolvimento deve ser o horizonte de aspirações da coletividade e que não se deve confundir desenvolvimento com crescimento econômico. “O desenvolvimento é a transformação do conjunto das estruturas de uma sociedade em função de objetivos que se propõe alcançar esta sociedade” (FURTADO, 2003, p.103).

Esta afirmação nos parece bastante adequada para aproximarmos o conceito de economia solidária como um modelo de economia de inclusão que se forma a partir das relações de solidariedade e que se fundamenta nas sociabilidades primárias, das redes sócio-afetivas internas a uma determinada comunidade. Neste contexto MATOS (2007, p.5) ressalta que a economia solidária surge como uma alternativa mais humana, mais justa e mais sustentável para o futuro da humanidade.

José Eli da Veiga, economista e professor da USP, insere uma dimensão temporal ao debate, ao considerar que “a sustentabilidade no tempo das civilizações humanas vai depender da sua capacidade de se submeter aos preceitos de prudência ecológica e de fazer um bom uso da natureza”. O autor conclui de forma metafórica, que “o desenvolvimento sustentável é um enigma a ser decifrado [...] é uma espécie de quadratura do círculo” (VEIGA, 2005, p.13). Esta frase ressalta a complexidade do tema e a prioridade que deve ser dada à questão ambiental no contexto do desenvolvimento sustentável.

O Relatório Brundtland reforça o caráter social, reafirmando que o desenvolvimento sustentável contém “o conceito de necessidades, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres no mundo, que devem receber a máxima prioridade” e, a noção de limites que o estágio da tecnologia e da organização social atual impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender as necessidades presentes e futuras. Assim, neste conceito entende-se que não poderá haver desenvolvimento sustentável nos países desenvolvidos e/ou em desenvolvimento, enquanto as populações excluídas não tiverem suas necessidades sociais básicas – principalmente alimentação, vestuário, habitação, emprego e lazer – atendidas.

Os modelos atuais de desenvolvimento que adotam o crescimento econômico como prioridade não conseguem responder à demanda da pobreza, da desigualdade e da exclusão social. Neste sentido, argumentamos que não há possibilidade de sustentabilidade enquanto existir exclusão social. No processo de exclusão social, mais do que desigualdade ou discriminação, adota-se a proscricção. Os catadores não-organizados, principalmente os que

atuam em lixões, exemplificam tragicamente esta realidade. Com foco no indivíduo, José Afonso da Silva (*apud* SILVA & MENDES, 2005, p.20) afirma nesta linha de argumentação que “se o desenvolvimento não elimina a pobreza absoluta e não propicia um nível de vida que satisfaça às necessidades essenciais da população em geral, ele não pode ser qualificado como sustentável”.

Noutra linha de abordagem, VARGAS (2002, p.213-239) argumenta que a sustentabilidade surge com a falência do Estado e o predomínio da lógica de mercado. O autor releva o Estado e as políticas públicas à condição de agente principal nesta questão. Enquanto a sustentabilidade requer mercado regulado e horizonte de longo prazo para decisões públicas, o mercado requer *laissez-faire* e atua no curto prazo. Verifica-se que a tese da restrição ambiental está colocada sem afrontar as condições políticas e institucionais que regulam a propriedade, o controle e o acesso aos recursos naturais, permitindo que seja estabelecido um preço à natureza e tornando-a, portanto, funcional ao sistema capitalista.

FERMIANO BECKER (1996, p.39) sugere que para atingir a sustentabilidade (mesmo considerando-a funcional ao sistema num primeiro momento) é necessário criar alternativas para reconciliar os diversos aspectos de desenvolvimento social, econômico, político, tecnológico, cultural e ambiental e recuperar a capacidade de renascer no indivíduo a diferença, o plural e o diverso.

Se o desenvolvimento sustentável é considerado como um novo paradigma de acumulação capitalista no quadro teórico atual, a possibilidade de triunfar é praticamente nula enquanto houver exclusão social. Os catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis representam uma das principais formas de exclusão social nos países centrais e, principalmente, nos periféricos. Pensar em desenvolvimento sustentável significa buscar a reversão, ainda que no modelo socioeconômico atual de globalização, do quadro de exclusão social. No nosso entender, significa também resolver a grave situação social e econômica a que estão submetidos os catadores, sobretudo nos lixões.

Para tanto, segundo ALMEIDA (2002, p.26), é necessário contextualizar historicamente o desenvolvimento sustentável com o entendimento da dinâmica atual de reprodução e expansão do modo capitalista de produção, hoje hegemônico, e definir a noção de sustentabilidade em outro contexto, como ponto de partida para reinterpretação dos processos sociais e econômicos e de suas relações com o equilíbrio dos ecossistemas.

O que se constata é que, apesar de atualmente estar bastante midificado, o desenvolvimento sustentável ainda não celebra um acordo teórico entre as partes interessadas.

Por outro lado, as críticas formuladas ao desenvolvimento sustentável não encontram ressonância, sobretudo por ausência de proposições concretas. De acordo com FERNANDES & GUERRA (2006, p.144), há duas concepções correntes: uma daqueles que tomam por base o conceito oficial do Relatório Brundland e tentam dar-lhe plausibilidade teórica, quer seja redefinindo, quer seja ampliando os seus significados; e, outra, daqueles que edificam suas análises sob a base de uma concepção crítica ao conceito.

VEIGA (2005, p.113) por sua vez critica as diversas tentativas de promover um suposto “conceito” de desenvolvimento sustentável. Este autor analisa as concepções apresentadas para a sustentabilidade, identificando duas tendências que ele as denomina de “fatalidade entrópica” e de “fábula panglossiana”.

Em meio a tantas linhas especulativas, o que parece se destacar é uma forte visão convergente de que as sociedades industriais estão entrando em uma nova fase de sua evolução. Assim, VEIGA (2005, p.114) reconhece que o desenvolvimento sustentável é um dos ideais mais generosos surgidos no século passado, somente comparável à idéia de justiça social, ambos como valores fundamentais que exprimem desejos coletivos como a paz, a democracia, a liberdade e a igualdade em contraposição à angústia coletiva que o tema da exclusão social tem provocado na sociedade.

Percorrer o caminho histórico-evolutivo da sociedade ocidental que da sua gênese até dois séculos atrás sustentava uma outra feição na relação do ser humano com a natureza, tornando-se a partir de então conflituosa ao estabelecer o paradigma do progresso, da modernidade e do crescimento econômico (que se encontra em crise atualmente), permite lançar luzes sobre o presente e o futuro da sociedade mundial, sobretudo sobre os reflexos sociais, econômicos e ambientais para o conjunto maior dessa mesma sociedade.

As lutas das massas e dos movimentos sociais nesta trajetória, é condição necessária para interpretar, como ressalta TOURAINE (2000, p.10), a afirmação de que o progresso é a conquista da abundância, da liberdade e da felicidade e de que estes objetivos estão interligados, não é mais que uma ideologia constantemente desmentida pela história.

Nesta abordagem introdutória sobre a questão da sustentabilidade (que procuramos reexaminar no Capítulo 2, adiante) outras abordagens teóricas aliam-se a esse corpo teórico-analítico aqui proposto.

O conhecimento do processo político e sua relação com as políticas públicas especificamente direcionadas aos catadores é parte integrante desta análise. Salienta LOURENÇO (*apud* SILVA & MENDES, 2005, p.56) que para atuar na área do

desenvolvimento sustentável é necessário um entendimento dos processos políticos e das estruturas de poder que influenciam as decisões e políticas de governo.

“A administração do Estado é um processo intricado que exige a negociação de interesses diversos [...] Apesar das dificuldades políticas e institucionais de influenciar o processo de desenvolvimento, a sociedade civil encontra formas de aumentar sua esfera [...] de influenciar políticas públicas [...]”. LOURENÇO (*apud* SILVA & MENDES, 2005, p.56).

No presente estudo verifica-se como os catadores de materiais recicláveis vêm encontrando saídas e influenciando a formulação de políticas públicas. O autor conclui que a estrada é especialmente tortuosa no Brasil e o desafio consiste em pavimentar um caminho político novo, que possibilite a inserção na esfera do poder de grupos populares até então excluídos.

O nosso objeto teórico, os catadores de materiais recicláveis, fundamenta-se nesta proposta de paradigma de sustentabilidade ambiental e socioeconômica, com ênfase no debate atual sobre a exclusão social como explicação teórica do fenômeno da catação no contexto do modelo de desenvolvimento contemporâneo, a economia solidária enquanto possibilidade estratégica de desenvolvimento direcionada à inclusão social (acrescido neste corpo de análise da perspectiva de desenvolvimento como liberdade, como melhor opção ao presente caso para explicar a sustentabilidade na perspectiva do nosso objeto empírico), a teoria dos movimentos sociais no sentido da busca necessária (até então inédita) de um enquadramento teórico-histórico e conceitual do MNCR e, por fim, o contexto das políticas públicas destinadas aos catadores no Brasil, no sentido das formas de organização política e social para o trabalho em cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis.

Observa-se que o ideal de ecodesenvolvimento elaborado na gênese do termo por Maurice Strong e Ignacy Sachs e, posteriormente, de desenvolvimento sustentável pelo segundo autor, desdobrado em *socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado* é, neste contexto, adequado ao corpo analítico aqui proposto.

Assim sendo, admitindo-se que a proposta de desenvolvimento sustentável não se integra ao paradigma de acumulação capitalista neste quadro teórico (e mesmo não se admitindo essa possibilidade), defendemos que não é possível a sua implementação com exclusão social e com degradação ambiental.

Com base no exposto até o momento, problematiza-se o seguinte: há contribuição ao desenvolvimento sustentável no processo de organização produtiva, política e social dos catadores de materiais recicláveis? Qual a contribuição do processo de organização produtiva,

política e social dos catadores de materiais recicláveis, considerado atualmente² como uma ação que se integra ao desenvolvimento sustentável? É possível se falar em desenvolvimento sustentável neste contexto ou somente estamos apontando para uma saída da barbárie social a que estão submetidos estes catadores?

Para tanto, admite-se como possível esta contribuição ao desenvolvimento sustentável a partir da noção de inclusão social gradual, adotada enquanto um estágio preliminar, que inclui a oportunidade de organização produtiva, política e social, historicamente negada aos catadores, de forma integrada ao meio ambiente e desde que esteja baseada nos princípios da economia solidária e em consonância com a articulação em torno de um movimento social que estimule e torne possível a formulação de políticas públicas, apontando temporalmente para um espaço coletivo de atuação na sociedade.

No campo social, esta graduação deve permitir a sociabilidade como o desenvolvimento da aptidão para se viver em sociedade e, a socialização enquanto ação ou efeito de desenvolver, nos indivíduos de uma comunidade de catadores, o sentimento coletivo, o espírito de solidariedade social e de cooperação (sentido sociológico da palavra) e o processo de (re)adaptação do indivíduo ao grupo social (sentido psicossocial), terminologias caras aos catadores não-organizados e, sobretudo àqueles que vivem em lixões.

No campo econômico, defende-se a idéia que a economia solidária é uma estratégia para se alcançar o processo de organização produtiva em forma de cooperativas e associações. A reciclagem de materiais (orgânicos e inorgânicos) descartados pelos seres humanos pode proporcionar uma utilidade ambiental (enquanto a capacidade de um bem, produto ou serviço de satisfazer às necessidades coletivas dos seres vivos) e reduzir a entropia.

Os catadores de materiais recicláveis organizados em cooperativas e associações, enquanto instâncias coletivas do exercício da economia solidária, podem efetivar esta contribuição desde que como protagonistas da sua própria história, produzindo eficiência física, econômica, de mercado e, principalmente, social, enquanto uma relação justa entre trabalho e rendimento.

Acrescente-se que neste processo verifica-se como necessária a ação organizada em movimentos sociais na direção da formulação das políticas públicas. A avaliação destas políticas públicas implementadas indica a eficácia, a eficiência, a legitimidade, os impactos e

² São inúmeras, atualmente, as matérias na mídia que corroboram a assertiva de que este é um modelo exemplar de atividade que desenvolve a sustentabilidade. Diversas ações desenvolvidas por organizações da sociedade civil e, vários estudos na academia, também reforçam estas hipóteses.

o desempenho destas ações, permitindo confirmar parte desta contribuição à sustentabilidade, inclusive numa perspectiva temporal.

Inferese aqui que somente depois de atendidos a estes pressupostos e vencidas estas etapas seja possível falar em sustentabilidade³ nesta área específica.

O presente estudo tem como *objetivo geral* investigar o processo de organização social, política e produtiva dos catadores de materiais recicláveis, avaliando a perspectiva desta atividade contribuir para a sustentabilidade ambiental no espaço urbano.

Na maioria das cidades de países considerados como subdesenvolvidos, ainda são realizadas atividades que se enquadram dentre as mais inadequadas formas de sobrevivência, com milhares de pessoas catando materiais recicláveis em condições degradantes. Observa-se que atualmente, mesmo em países considerados como desenvolvidos, também se constata esta realidade⁴ social.

Nas cidades brasileiras, essas atividades passaram a emergir em áreas de intensa concentração urbana e conseqüentemente de maior acumulação de capital, gerando a exclusão social de uma parcela significativa da população que foi descartada do processo de socialização formal. Este processo se deu historicamente a partir do pós-guerra e consolidou-se no período da ditadura militar no Brasil, como está descrito no Capítulo 2.

O problema urbano brasileiro apresenta um saldo negativo na oferta de infra-estrutura e serviços públicos à população, dentre os quais se destaca a gestão de resíduos sólidos.

Os resíduos sólidos ganharam relevância na sociedade a partir da intensificação e diversificação do processo industrial e do avanço da urbanização. Historicamente as soluções para este problema, inicialmente considerado como de saúde e mais recentemente como (também) um problema ambiental, estiveram direcionadas pelo poder público municipal ao recolhimento, transporte e destinação final em vazadouros a céu aberto distante dos núcleos urbanos, quando não, queimando-o em fornos ou ao ar livre⁵.

³ Ao longo do presente estudo utilizamos as terminologias desenvolvimento sustentável e sustentabilidade ambiental em momentos distintos, quando se trata de abordagens de ordem mais geral e em um contexto mais restrito, respectivamente.

⁴ Em alguns países como o Canadá e a Alemanha a atividade de catação é realizada pelos chamados “deficientes sociais”. Parcela significativa dessas pessoas é de migrantes de países periféricos.

⁵ De acordo com ALENCAR (1999, p.151), os fornos incineradores foram intensamente utilizados no Recife, uma das mais antigas cidades brasileiras, como locais de tratamento e destinação final dos resíduos sólidos, do início a meados do século XX. Esta foi uma prática quase que secular em várias capitais brasileiras.

O princípio dos 3 Rs (reduzir, reutilizar e reciclar, prioritariamente nesta seqüência)⁶ constitui-se numa das soluções mais utilizadas nos países centrais para o problema do lixo. Em que pese a importância dos primeiros dois “erres”, a reciclagem ganhou visibilidade e se introduziu no modelo de desenvolvimento em curso de forma avassaladora, sobretudo por se identificar rapidamente com o mercado.

A importância da reciclagem se traduz em solução para o lixo disposto inadequadamente nas vias e logradouros, coleções hídricas, encostas e em lixões, minimizando assim riscos de doenças e problemas ambientais. Por outro lado, aumenta a vida útil dos aterros sanitários, transforma o que seria lixo em produtos úteis, é um processo rápido e econômico, preserva reservas naturais, reduz o consumo de água, energia e mão-de-obra na produção diminuindo os custos de produção, minimiza o desperdício, colabora na economia do país, reduzindo a dependência de matéria-prima e produtos importados, contribui para melhorar o solo com a compostagem⁷ e gera trabalho e renda para os catadores. Os resíduos sólidos e a sua reciclagem estão no centro do debate sobre meio ambiente na questão urbana e integram-se como variáveis importantes à análise aqui proposta.

Para um entendimento desta área específica é relevante o conceito de gestão integrada de resíduos sólidos. TCHOBANOUGLOS, THEISEN & VIGIL (1993) foram os autores da área técnica de resíduos sólidos que formularam o conceito de gestão integrada de resíduos sólidos.

A gestão integrada de resíduos sólidos prioriza a redução dos fluxos de resíduos, a reutilização e reciclagem de materiais (incluindo a compostagem), a sustentabilidade ambiental e econômica. Em países e/ou regiões periféricas, neste conceito impõe-se uma

⁶ Reduzir é uma atitude preventiva que permite uma menor produção de resíduos sólidos. O ato de reduzir o volume do lixo produzido pode ser efetuado de três formas diferentes: i) a redução por compactação – ação mecânica de compactar o volume do lixo produzido, geralmente efetuado no acondicionamento, na coleta, no transbordo e no local de destinação final dos resíduos; ii) a redução da produção – ação empresarial para reduzir a quantidade dos resíduos sólidos gerados no processo industrial, combatendo o desperdício de produtos, água, energia e alimentos; e, iii) a redução por opção de uso – ação da população consumidora de escolher os produtos que gerem menos resíduos sólidos. Reutilizar significa dar uma nova utilidade a um objeto cuja primeira utilidade já acabou e permite ampliar ao máximo a vida útil dos materiais na produção e no consumo, no sentido de evitar que se transformem rapidamente em resíduos sólidos e possam ser reciclados, preferencialmente, para não serem descartados na natureza de forma inadequada (ALENCAR & TAVARES, 2002, p.7-16). A reciclagem é um processo industrial ou artesanal de transformação de materiais descartados em produtos que serão reincorporados à sociedade de consumo ou utilizados como matéria-prima de outros processos industriais ou artesanais. De acordo com o IPT/CEMPRE (1995, p.129) consiste no resultado de uma série de atividades pelas quais materiais que se tornariam lixo, ou estão no lixo, são desviados, sendo coletados, separados e processados para serem usados como matéria-prima na manufatura de bens, confeccionados anteriormente apenas com matérias-primas virgens. Em síntese, reciclar é refazer o ciclo produtivo.

⁷ Processo biológico aeróbico e controlado de tratamento e estabilização de resíduos orgânicos para a produção de húmus (PEREIRA NETO, 1996, p.18). A compostagem é uma forma de reciclagem dos resíduos sólidos orgânicos.

ampliação, tendo em vista a forte predominância da *variável social*, notadamente numa região como o Nordeste Brasileiro.

Foram cidades de países da América Latina (Medellin, na Colômbia, p.ex.) e da Ásia (Bandung, na Indonésia, p.ex.) que priorizaram de forma pioneira a incorporação dos chamados segmentos informais e marginalizados da sociedade aos sistemas formalizados, com um entendimento abrangente e sensível das dimensões sociais, econômicas e ambientais do problema, além de promover a participação comunitária.

O exemplo mais emblemático ainda é a Cooperativa RECUPERAR, de Medellin, na Colômbia, formada em 1983 por catadores de materiais recicláveis que atuavam no antigo local de destinação final do lixo coletado nesta cidade, o “Lixão da Morávia”.

A partir de uma articulação entre o poder público municipal, empresas privadas (indústrias de reciclagem e unidades comerciais), instituições e entidades (universidades, ONG, etc.) e a sociedade local, a Cooperativa Recuperar tornou-se um exemplo concreto de reinserção de uma população de excluídos de imenso valor e importância para a sociedade, bem como tem enfrentado a questão do lixo de forma mais adequada à sua realidade de país subdesenvolvido. É possivelmente o melhor modelo atual de organização para o trabalho de catadores de forma verticalizada⁸ e que vem se sustentando há quase três décadas.

Por outro lado, o modelo convencional de gestão de resíduos sólidos adotado na maioria dos países periféricos, além de não atender às reais necessidades da população, comprometendo de forma perversa os orçamentos desses países, tem desconsiderado preconceituosamente uma categoria cuja atividade de catação e de comercialização dos materiais reciclados representa, segundo o Banco Mundial de 1 a 2% dos empregos na população urbana (COINTREAU-LEVINE, 1982, p.10), além de serem responsáveis por 10 a 15% da redução de resíduos sólidos na destinação final (POERBO & SUPARDI, 1985 *apud* BUBEL, 1990, p.59).

Essa assertiva pode ser corroborada pela afirmação de Anna Z. Bubel em "Waste Picking and Solid Waste Management" (1990), ao concluir o citado artigo: "[...] é óbvio que os catadores representam uma função essencial em muitos sistemas de gerenciamento de

⁸ Estão sendo considerados ao longo do estudo dois arranjos de expansão do processo de organização dos catadores: uma perspectiva de verticalização, enquanto o crescimento da estrutura física, organizacional e operacional de uma única organização (cooperativa ou associação); e, outra de horizontalização, a partir da formação de redes sociais de articulação dessas entidades.

resíduos sólidos existentes. Os catadores proporcionam a associação de vários benefícios econômicos, ambientais e sociais [...]” (BUBEL, 1990, p.65)⁹.

A Organização Mundial de Saúde e a Organização Panamericana de Saúde reforçam esta tese, ao recomendar como diretrizes gerais para todos os países, no que se refere às políticas e estratégias institucionais, a avaliação da atividade dos catadores: “[...] apoyar la organización y el desarrollo de las capacidades gerenciales, operacionales y financieras de las cooperativas, asociaciones y microempresas de segregadores.” (OPAS/OMS, 1991, p.10). Neste mesmo documento se enfatiza a necessidade da implementação de projetos adequados à realidade local. Em documento mais recente, a OPAS reafirma que:

“A formação de microempresas e cooperativas para o manejo dos resíduos sólidos está aumentando. Elas representam uma alternativa municipal econômica, que utiliza tecnologia de baixo custo e uso intensivo de mão de obra, cria emprego e gera participação comunitária. Sua participação em serviços de limpeza costuma realizar-se com o apoio de organizações não-governamentais. As cooperativas de gestão de resíduos sólidos, embora poucas, fornecem serviços à população mais pobre.” (OPAS, 2007, p. 240)

O presidente da Asociación Colombiana de Ingeniería Sanitaria y Ambiental em recente artigo ressalta que no âmbito das alternativas da gestão integrada de resíduos sólidos, “se trabaje institucionalmente en la estrategia del reciclaje de residuos de origen residencial a nivel urbano, con base en la organización de los recicladores informales” (VILLADA, 2003, p.1).

Sandra Cointreau, em "Environmental Management of Urban Solid Wastes in Developing Countries - A Project Guide", por sua vez vem afirmando essa necessidade a mais de duas décadas, como pode ser observado na transcrição a seguir:

"As municipalidades deveriam encorajar a reciclagem informal praticada por catadores e recicladores, por meio de adequados serviços de proteção à saúde dos trabalhadores, empréstimos a baixo-custo para compra de equipamentos que aumentem a produtividade, facilitando as vendas de matérias primas reutilizáveis". (COINTREAU-LEVINE, 1982, p.34)

A despeito da importância dada ao problema, o encaminhamento de soluções para esta questão em cidades de países subdesenvolvidos tem encontrado sérios obstáculos, principalmente aqueles decorrentes da lógica estrutural do capitalismo em um mundo globalizado que tem potencializado a concentração de renda e a exclusão social nesses países.

Estas dificuldades reverberam na formulação e implementação de políticas públicas direcionadas aos catadores, sobretudo de âmbito municipal no Brasil, tendo em vista o modelo de privatização dos serviços de limpeza pública adotado na maioria dos médios e grandes

⁹ Tradução livre do autor.

municípios e, principalmente, nas metrópoles, aliado às freqüentes ações higienistas e profiláticas adotadas por alguns gestores públicos.

Considerando as recomendações dos autores supracitados, os avanços verificados na Colômbia, sobretudo nos municípios de Medellín e Bogotá neste campo são bastante significativos e merecem ser ressaltados. Para se ter uma idéia, a primeira cooperativa de catadores foi criada em 1970 (Corporación de Papeleros de Colômbia), em Medellín. Em 1988, foi realizado o primeiro "Congreso Nacional de Reciclaje", onde já se manifestava a necessidade de organizar os esforços até então desenvolvidos pelas diversas entidades envolvidas, na consolidação de um modelo de aproveitamento dos materiais provenientes do lixo, concomitantemente à geração de emprego e renda. Neste contexto, a preocupação com os "basuriegos" (catadores) já se encontrava incorporado nas políticas públicas municipais. No ano de 1990 foi fundada a Asociación Nacional de Recicladores (ANR).

A organização da atividade de catação se manifesta atualmente nos quase oitenta grupos de bases (cooperativas, associações e pré-cooperativas), congregados na ANR, cuja estrutura compreende também associações regionais. A Asociación de Recicladores de Bogotá (ARB) também é uma importante entidade representativa dos catadores colombianos.

No Brasil os estudos existentes são recentes e focam, de uma maneira geral no fenômeno social como um grave problema, mas as intervenções vêm se ampliando nesta área temática, sobretudo a partir da ação das organizações não-governamentais e de políticas públicas que recentemente foram implementadas pelo Governo Federal. Alguns pesquisadores brasileiros abordaram a problemática dos catadores em estudos acadêmicos, uma pequena parcela destes estudos foram transformados em livros, mas o fato concreto é que ainda há pouca disponibilidade de publicações sobre o assunto.

A professora Idalina Costa (1986) estudou a origem socioeconômica dos catadores de Natal/RN, constatando sua relação com o fenômeno do êxodo rural, ao rápido crescimento das cidades que ocasionou uma grande diversificação de atividades e, ao surgimento e proliferação das favelas. Esta antropóloga, que publicou um dos estudos-ação pioneiros sobre os catadores no Brasil no início da década de 1970, descreve a atividade de catação como um fenômeno que resulta de uma prática do cotidiano pela sobrevivência e que

“[...] certamente corporifica uma das conseqüências do processo de desenvolvimento capitalista que, em sua essência, produz determinados mecanismos geradores de desigualdades, favorecendo a apropriação e a disseminação de recursos, com diferenças marcantes e contraditórias” (COSTA, 1986 p.13)

O trabalho final do curso de Assistência Social da UFPE realizado por PONTES *et al* em 1975, registra também de forma pioneira o resultado de uma ação concreta da tentativa do poder público municipal solucionar o problema dos catadores do então lixão da Mumbeca, em Recife, descrevendo o perfil daqueles atores e apontando recomendações para o problema. Naquele ano foram promovidas atividades de capacitação, a posterior retirada do lixão e o encaminhamento dos catadores para empregos no mercado local do Recife. Infelizmente, não houve continuidade nestas importantes ações direcionadas aos catadores por parte do poder público municipal e nem nas obras de infra-estrutura física e operacional para regularizar a situação do sítio de destinação final do Recife.

Em publicação mais recente, JUNCÁ, GONÇALVES & AZEVEDO (2000) estudaram o problema dos catadores do Rio de Janeiro a partir de uma perspectiva de desenvolvimento e exclusão, com base de estudos teorizada no modelo de personagens que incomodam politicamente, ameaçam socialmente e são desnecessários economicamente, e sobre a convivência da identidade de excluído com a do trabalhador.

Em outro recente ensaio, MOTA, VALENÇA & SILVA (2004) tratam da participação dos catadores na cadeia produtiva da reciclagem como uma das expressões do capitalismo contemporâneo e discutem a ação do Estado como mediador entre as indústrias de reciclagem e o trabalho dos catadores.

Outros estudos destacam diversas nuances deste fenômeno sócio-urbano, porém poucos tratam dos catadores organizados. Procura-se aqui também suprir esta lacuna em termos de publicação técnico-acadêmica.

Em um desses raros estudos que tratam das cooperativas e associações de catadores, aparece uma visão crítica do processo de organização produtiva dos catadores, no que o autor, Márcio Magera, denomina de um “paradoxo da modernidade”. O autor argumenta neste estudo que os catadores cooperados deveriam ser seus próprios patrões, mas encontram-se em ambiente de precariedade das relações e condições de trabalho (MAGERA, 2003 p.183).

No período compreendido entre 1992 e 1996, realizamos estudos exploratórios no Recife e no Brasil, com a publicação de alguns artigos e realização de palestras sobre o fenômeno dos catadores, como bolsista-pesquisador da MacArthur Foundation (EUA). Esta tese de doutorado nos permitiu retomar diversas questões surgidas naquele período e no momento atual.

Aqueles estudos permitiram constatar que a atividade de catação de materiais recicláveis, antes considerada como residual, passa a ser uma atividade que cresce a cada dia,

expondo as chagas do processo de concentração de renda e de exclusão social, haja vista que a atividade hoje é registrada em praticamente todas as grandes e médias cidades brasileiras, ampliando-se de forma avassaladora para os pequenos municípios. Os dados desta realidade estão apresentados adiante.

Os catadores e trapeiros¹⁰ desorganizados desconhecem o significado e a importância da atividade de catação nos contextos socioeconômico e ambiental. A passividade em relação à exploração a que são submetidos pelos intermediários, bem como na relação com os poderes públicos (normalmente prefeituras), retratam, de forma análoga, o comportamento da maior parcela da sociedade brasileira atual na sua relação com as elites dominantes e o poder público, por não terem eles a dimensão do seu poder, enquanto grupo. Por outro lado, na atividade de catação de forma desorganizada há individualidade, indisciplina e um sentimento de autonomia por parte dos catadores.

Nesta relação inclusão-exclusão entre catadores e sociedade são estabelecidas duas realidades em contraste, uns não se reconhecendo nos outros, fragilizando a possibilidade de diálogo, comunicação e de superação de entraves construídos. Compreende uma relação dicotômica, na qual mais do que desigualdade ou discriminação, adota-se a proscrição.

Os estudos realizados por ALENCAR(a) (1995) identificaram potencialidades que permitem afirmar o mercado de materiais recicláveis com uma demanda maior que a oferta. Os dirigentes das indústrias locais de materiais recicláveis, na sua maioria, não impõem obstáculos para a aquisição dos subprodutos do lixo diretamente aos catadores organizados. Cabe aqui salientar que algumas empresas brasileiras começam inclusive a adotar medidas de responsabilidade social corporativa e de sustentabilidade ambiental¹¹ direcionadas aos catadores de materiais recicláveis.

Por outro lado, diversas experiências exitosas neste campo de atuação estão se espalhando em todo o país. As primeiras experiências de organização de catadores ocorreram na década de 1980, nas regiões Sul e Sudeste, com a constituição da COOPAMARE, em São

¹⁰ Existe uma enorme diversidade de denominações para os catadores, dentre as quais trapeiros, que designa os catadores de lixões em Pernambuco, ou badameiros, na Bahia. Em São Paulo os catadores de rua são chamados de carrinheiros. O MNCR utiliza e recomenda a seguinte expressão: catadores de materiais recicláveis.

¹¹ O Instituto ETHOS de Empresas e Responsabilidade Social, de São Paulo, contabilizou no mês de agosto/2005 um total de 1.020 empresas associadas, entre micro e grandes empresas, públicas e privadas, nacionais, multi e transnacionais, as quais têm assumido diferentes ações de responsabilidade social corporativa e de sustentabilidade ambiental. Por outro lado, no Nordeste algumas empresas de reciclagem (Frompet e CIV) unem-se pioneiramente ao MNCR, à Fundação AVINA (entidade suíça de fomento) e a ONGs que atuam nas áreas sociais e ambientais, para financiar e apoiar projetos de organização social de catadores para o trabalho. As entidades locais Ação Empresarial pela Cidadania e Aliança Intérage são outras instituições não-governamentais que vêm apoiando projetos nesta área.

Paulo/SP, da Associação de Catadores de Piracicaba/SP, da ASMARE, em Belo Horizonte e, das associações e cooperativas de Canoas, Novo Hamburgo e Porto Alegre/RS (ALENCAR, 1992).

As ações empreendidas para uma articulação política dos catadores são mais recentes ainda. Em Maio/1992 foi realizado em Santos/SP o primeiro esforço de organização de um movimento de âmbito nacional, quando ocorreu o 1º Encontro de Organizações Populares de Catadores de Papel e Materiais Reaproveitáveis, cujos pontos principais discutidos foram o reconhecimento profissional e a articulação nacional¹². Somente em Novembro/1999 a intenção de realizar um primeiro congresso nacional, deliberada neste encontro anterior, efetivou-se como um passo definitivo, quando ocorreu o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, em Belo Horizonte/MG, preparatório para um evento de maior expressão.

Um dos marcos importantes na vida dos catadores brasileiros, foi a realização nos dias 4,5 e 6 de junho de 2001, em Brasília, do 1º Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis. Neste evento, cujo apoio do Fórum Nacional de Estudos sobre a População de Rua e de diversas entidades como a Organização do Auxílio Fraternal (OAF), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Pastoral de Rua foi decisivo, foram fincadas as bases do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), devidamente registradas na Carta de Brasília.

Para consolidar o processo de organização política do MNCR, a participação do Fórum Nacional Lixo e Cidadania¹³ foi importante na articulação das diversas instituições governamentais e não-governamentais que o compõe para apoiar o evento.

A partir de então, houve um surgimento rápido de cooperativas e associações de catadores no Brasil. Levantamento recente do MNCR identifica entre 400 e 500 cooperativas e associações de catadores no país¹⁴, sendo que desse total 78%¹⁵ das entidades surgiram

¹² No Anexo A são apresentadas as cartas dos principais encontros de catadores realizados no Brasil e na América Latina.

¹³ O Fórum Nacional Lixo e Cidadania (FNLC) é uma articulação de 50 instituições governamentais e não-governamentais criada em 1998 por estímulo e sob a coordenação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) com o objetivo principal de erradicar o trabalho infantil com lixo no Brasil. Em 1999 o FNLC lançou a campanha “Criança no Lixo Nunca Mais”, com ampla repercussão nacional. O FNLC se articula em rede com fóruns estaduais e municipais e dentre os demais objetivos está promover a inclusão social e econômica dos catadores de materiais recicláveis, especialmente por meio de apoio à sua organização e de programas de coleta seletiva, assim como erradicar os lixões, implantando sistemas de gestão integrada e sustentável dos resíduos sólidos, com participação de todos os envolvidos, especialmente os catadores (MC/SNSA, Abril/2005, p.9).

¹⁴ No Capítulo 3 estão quantificadas por Estado as cooperativas e associações brasileiras que se integraram ao MNCR. No Apêndice A estão relacionadas as entidades que participaram do II Encontro Latino-Americano, ocorrido em São Leopoldo/RS, no mês de janeiro/2005.

¹⁵ Levantamento direto realizado em campo pelo autor no mês de janeiro/2005, no município de São Leopoldo/RS, no II Congresso Latino-americano de Catadores.

depois do encontro de Brasília em 2001, assim como inúmeras instituições governamentais, organizações não-governamentais (ONG), entidades de fomento e até empresas, passaram a identificar a atividade como foco de apoio e de financiamento a partir desse período em diante. O fenômeno de organização é, portanto, recente e emergente, no sentido em que se encontra supostamente no rumo do desenvolvimento, em ascensão econômica e social.

Como foi afirmado anteriormente, o fenômeno social da catação e deste recente e emergente processo de organização produtiva, política e social, envolve uma multiplicidade de abordagens teórico-conceituais e estão devidamente tratadas nesta pesquisa, a saber: movimentos sociais, políticas públicas, economia solidária, exclusão social, desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento como liberdade.

Considerando-se a literatura técnica específica da área de resíduos sólidos, são encontrados poucos autores, alguns já mencionados a exemplo de COINTREAU-LEVINE (1982; 1994; 2000) e TCHOBANOUROS, THEISEN & VIGIL (1993) e outros como CALDERONI (1998), JÚNIOR *et al* (2002) ou mesmo EIGENHEER (2003), cujas preocupações superam o enfoque meramente técnico-operacional das abordagens tradicionais relacionadas aos resíduos sólidos. O Manual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, publicado pelo IPT/CEMPRE com edição inicial em 1995, foi o primeiro livro técnico no Brasil a abordar a questão dos catadores.

Ao complexo problema de catadores em lixões, antes um problema das grandes cidades, impõe-se que seja visualizado sob um novo olhar, não excludente. A transformação do catador em protagonista da sua ação parece-nos um processo indiscutível (quicá, irreversível) como solução para esse problema e para a sustentabilidade.

Por sua vez, os resíduos sólidos, contemporaneamente, representam um dos mais sérios problemas ao meio ambiente e à saúde nas áreas urbanas, sobretudo nos países em desenvolvimento. O modelo de gestão convencional e setorializada atualmente adotado é decorrência do modelo de desenvolvimento econômico brasileiro e contribui no agravamento de problemas sanitários, ambientais e socioeconômicos urbanos ao induzir, por exemplo, milhares de pessoas a realizar a catação de materiais recicláveis em vazadouros a céu aberto ("lixões") e nas vias urbanas.

Procuramos verificar neste trabalho elementos nas teorias sobre desenvolvimento e sustentabilidade ambiental que permitiram identificar *links* com as teorias sobre exclusão social e dos movimentos sociais. A avaliação das políticas públicas formuladas e implementadas no Brasil se integra à análise no sentido de verificar a eficiência e eficácia

deste processo. Investiga-se, empiricamente, a partir deste marco teórico, o fenômeno da organização política e social dos catadores principalmente no sentido de basilar o modelo proposto que busca verificar qual a contribuição do processo de organização política e social para o trabalho dos catadores de materiais recicláveis, considerado como uma ação de cunho social, econômico e ambiental à sustentabilidade, que aponta para a possibilidade de redução da exclusão social na sociedade urbana.

Argumentamos que a proposta de sustentabilidade é necessária nesta fase de transição como faculdade de tornar-se um paradigma que se contrapõe ao atual, globalizante, excludente e, sobretudo, degradador do meio ambiente. Acreditamos que somente a partir de um efetivo ataque à pobreza, às desigualdades e principalmente à exclusão social é possível edificar um projeto de sustentabilidade para a sociedade. Essa possibilidade tem se materializado no Brasil e em outros países e uma das dessas formas, tal qual defendida por Ignacy Sachs, integra o núcleo modernizador e o resto da economia, envolvendo a necessidade de um quadro referencial que pressupõe várias abordagens de análise (social, produtiva, política e ambiental).

Desenvolver e aprofundar estudos neste campo temático tem sua *relevância*, como área de pesquisa científica do saneamento ambiental e do desenvolvimento urbano, na magnitude que o tema dos resíduos sólidos representa para a academia, ainda carente de estudos nesta área e, para a sociedade, nos seus aspectos ambientais, sociais, econômicos, sanitários e culturais.

A emergência do processo de organização política e para o trabalho dos catadores de materiais recicláveis é um fato concreto na sociedade e ainda são verificados poucos estudos nesta área. Sobressai-se também como contribuição para tornar mais adequados à realidade socioeconômica brasileira os serviços de limpeza pública, para a melhoria da qualidade de vida nas cidades, para contribuir na requalificação de espaços urbanos e para a identificação de estudos posteriores.

O *objeto de estudo*, os catadores de materiais recicláveis, revela-se de forma significativa no espectro devastador da exclusão social que se caracteriza na precariedade da luta pela sobrevivência que deixa na informalidade uma imensa da população brasileira.

No campo institucional verifica-se que alguns estados brasileiros já possuem políticas públicas de resíduos sólidos, com propostas de gestão integrada que incorporam esses

segmentos sociais¹⁶. O mesmo ainda não se pode afirmar para as municipalidades, cujos gestores públicos não conseguem ter um entendimento adequado da questão dos resíduos sólidos e dos catadores de materiais recicláveis.

No âmbito das políticas públicas do atual Governo Federal a criação do Comitê Interministerial de Apoio à Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis foi um passo fundamental para a institucionalização de ações como o financiamento inédito aprovado pelo BNDES para as cooperativas de catadores.

Diversos instrumentos legais, ainda que tratando o problema de forma superficial, vêm sendo apresentadas e aprovadas em câmaras municipais e assembleias legislativas estaduais. No nível federal há uma expectativa favorável com o caminho atual percorrido pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, que vem sendo debatida desde 1989 em forma de projetos isolados ou mesmo como um projeto único. Depois de vários transtornos neste tortuoso caminho, o Governo Federal encaminhou em 2007 uma nova versão do projeto de lei, o qual ainda encontra-se sem data de votação no Congresso Nacional.

Por fim, este estudo integra-se a uma trajetória inseparável da nossa realidade de militante ambientalista, pesquisador e profissional da área de resíduos sólidos e, sobretudo, de cidadão preocupado com a melhoria de vida de pessoas excluídas da sociedade.

1.2. METODOLOGIA ADOTADA

Este trabalho de tese se orienta por dois eixos de investigação. O referencial teórico que orienta os conceitos, categorias e variáveis analíticas e, o estudo empírico a partir de uma pesquisa de campo que se debruça sobre o estado da arte e a análise da experiência concreta, sobretudo na perspectiva do ator principal deste estudo, o catador. A seguir, o Diagrama 1 apresenta de forma esquemática o fluxo básico do desenho metodológico seguido. Na página seguinte, este fluxo está detalhado no Diagrama 2.

Este capítulo também é dedicado à explanação das escolhas teóricas, conceituais e metodológicas que fundamentaram a pesquisa. Trata dos processos de embasamento científico, de tratamento das teorias coletadas e de construção da argumentação, de acordo

¹⁶ Pernambuco e São Paulo são dois estados que avançaram nesta questão, com as suas Políticas Estaduais de Resíduos Sólidos. Em termos municipais registram-se avanços em Diadema/SP, com a pioneira legislação que possibilita a remuneração das organizações de catadores que prestam serviços de coleta seletiva, além de Belo Horizonte/MG e Londrina/PR.

com a linha de análise que guiou o estudo. É, portanto, fundamental para a compreensão das considerações que serão apresentadas ao longo da tese.

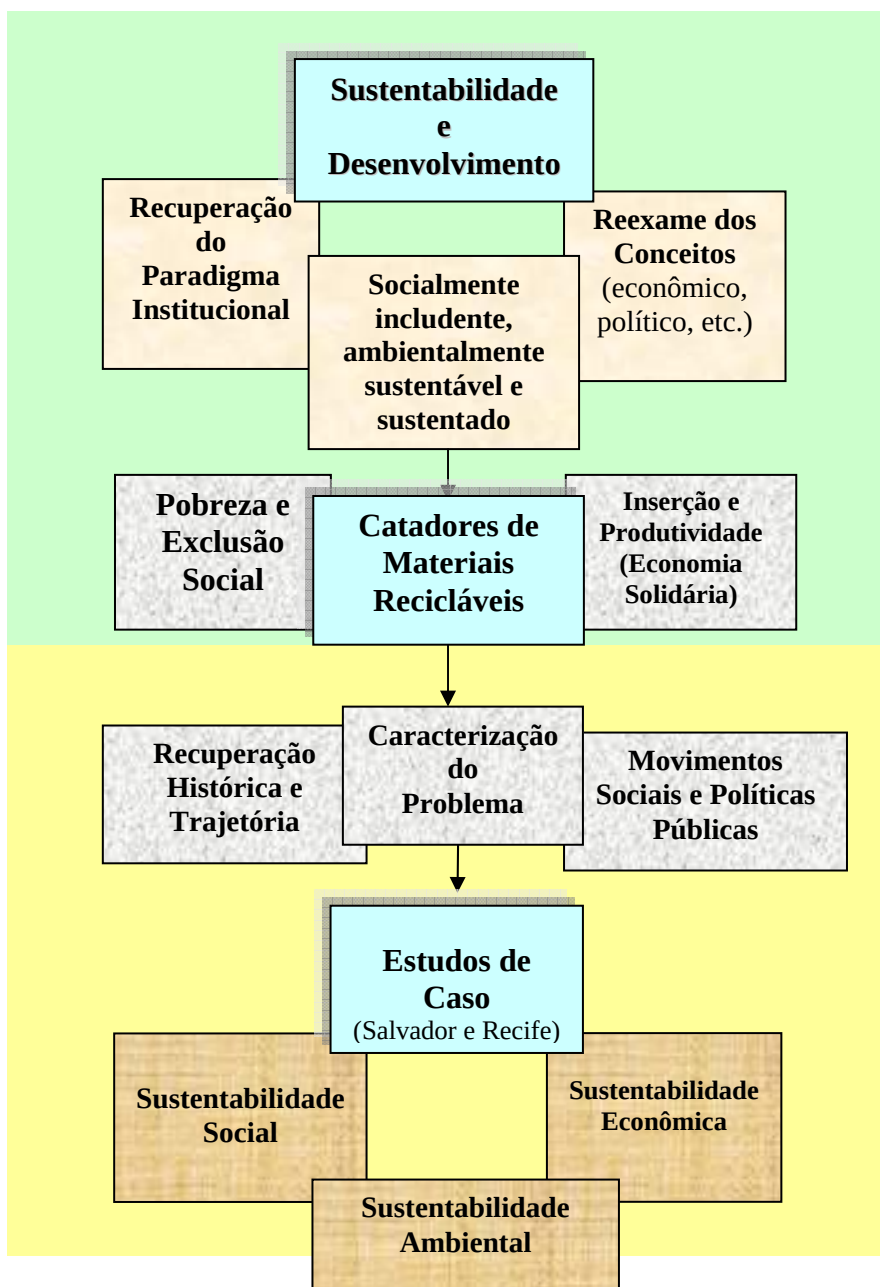


Diagrama 1. Esquema da Estrutura Metodológica

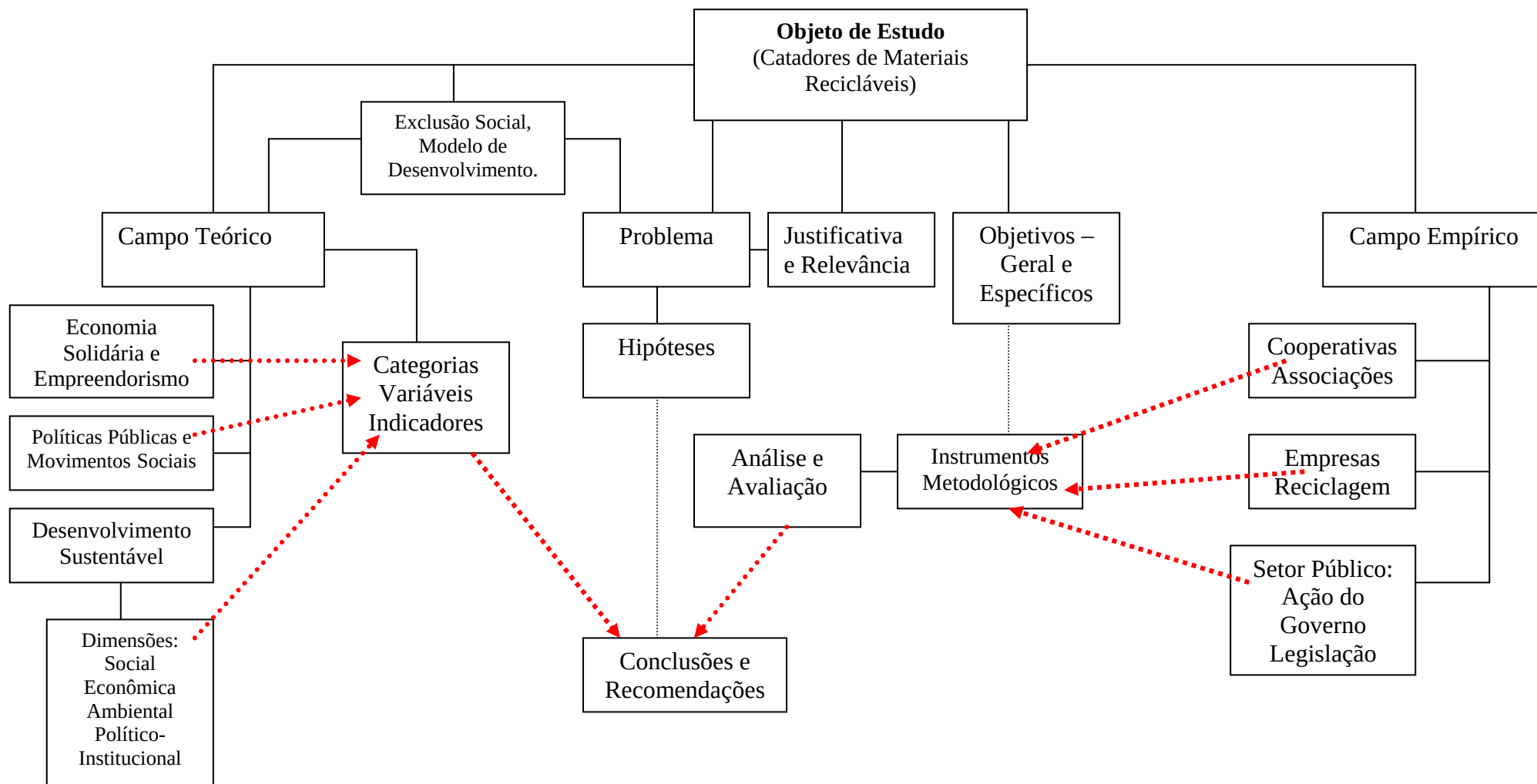


Diagrama 2. Fluxo Metodológico

Para a construção da pesquisa, partiu-se de um referencial teórico fundado na conjunção de grupos de estudos de origens diversas, mas que tratam, na verdade, de uma temática articulada ao estudo do objeto e que inclui: o debate sobre a questão ambiental e a evolução histórica no contexto sócio-ambiental; um reexame da noção de desenvolvimento sustentável, considerando para tanto os conceitos de entropia e desenvolvimento como liberdade; a noção de exclusão social; e, os conceitos de economia solidária, movimentos sociais e de políticas públicas. Apesar dos limites metodológicos, procurou-se adotar um critério de transversalidade na abordagem.

O desafio de estruturar a partir do marco teórico, das variáveis e das categorias de análise escolhidas, impôs um desenho metodológico complexo, mas que permitiu validar as hipóteses definidas, incluindo os seguintes pontos de análise:

- Os elementos de natureza teórico-conceitual que perpassam o objeto de estudo (análise teórica);
- A reconstituição das origens e da evolução das formas produtivas informais dos catadores de materiais recicláveis e elaboração do estado da arte dos catadores no Brasil (análise empírica);
- A caracterização dos processos de trabalho e de geração de renda dos catadores nas experiências produtivas estudadas (estudos de casos);
- A emergência de mecanismos de organização política e social dos catadores de materiais recicláveis (estudos de casos);
- A avaliação das práticas e experiências segundo a perspectiva política dos movimentos sociais, da sustentabilidade e da economia solidária (estudo comparado);
- Os resultados, conclusões e recomendações que inclui a contribuição à sustentabilidade resultante das formas de produção e organização dos catadores no Brasil e as tendências do setor;

Com relação ao objeto empírico procurou-se indicar as opções e a leitura operacional em relação ao quadro teórico. Na definição da amostra optou-se pelos indivíduos nas organizações e movimentos sociais, empresas de reciclagem e órgãos públicos, enquanto focos de análise mais significativos para o problema a ser investigado. Em várias passagens da análise trabalhou-se com dados primários e secundários.

O modelo de avaliação adotado foi misto, quali-quantitativo, para a pesquisa de campo, utilizando-se de instrumentos de coleta de dados como os formulários com questões

estruturadas, objetivas e não-objetivas, realização de entrevistas com gerentes, técnicos e integrantes das entidades escolhidas, além de pesquisa documental em órgãos específicos (Museu da Cidade, FUNDAJ e Arquivo Público Estadual) no sentido da reconstituição da trajetória de luta dos catadores, no período de 1950 a 2000. Para a organização e análise dos dados foram utilizados como procedimentos as análises de conteúdo, comparativa e de discurso. O processo de levantamento foi longitudinal quanto ao aspecto temporal.

Problematiza-se mais uma vez então: há contribuição à sustentabilidade no processo de organização produtiva, política e social dos catadores de materiais recicláveis? Qual a contribuição do processo de organização produtiva, política e social dos catadores de materiais recicláveis, considerado atualmente como uma ação que se integra à sustentabilidade? É possível se falar em sustentabilidade neste contexto ou somente estamos apontando para uma saída da barbárie social a que estão submetidos estes catadores?

Como descrito no tópico anterior desse capítulo, o *objetivo principal* deste estudo é investigar o processo de organização social, produtiva e político-institucional dos catadores de materiais recicláveis a partir de um quadro evolutivo e das suas tendências atuais e avaliar a perspectiva desta atividade contribuir para o desenvolvimento sustentável no sentido de minimizar o processo de exclusão social e para a conservação do meio ambiente a partir de um modelo de desenvolvimento baseado na economia solidária.

São *objetivos específicos* da presente pesquisa:

- Levantar e analisar informações e dados históricos sobre os catadores de materiais recicláveis no Brasil e do seu processo de organização política e de organização para o trabalho;
- Revisar os diversos conceitos e os principais processos de avaliação de desenvolvimento sustentável;
- Avaliar o processo de organização social e política dos catadores e a possibilidade de enquadramento teórico dessa atividade como um novo movimento social;
- Avaliar a partir da percepção dos catadores quanto à sustentabilidade, através da realização de entrevistas e levantamentos de campo, as cooperativas de catadores de materiais recicláveis em Recife (PRORECIFE) e Salvador (CAEC);

- Analisar, a partir de entrevistas e levantamentos de campo, o perfil produtivo das principais indústrias de reciclagem do Estado e o rebatimento desta dimensão nas organizações de catadores;
- Verificar a possibilidade, enquanto categoria teórica, da economia solidária dar conta do processo de organização produtiva dos catadores, por meio de cooperativas e associações;
- Levantar e avaliar as políticas públicas direcionadas para os catadores em termos de legislações, programas governamentais e ações concretas, com base em critérios de eficiência, eficácia, impactos (objetivo, subjetivo e substantivo), desempenho e legitimidade;
- Avaliar conjuntamente a participação dos atores envolvidos no processo de organização dos catadores (indústrias de reciclagem, organizações não-governamentais que apóiam e fomentam as entidades de catadores e órgãos públicos);
- Avaliar a contribuição da reciclagem ao meio ambiente, com base em dados secundários, a partir de um caso específico;

Inicialmente, os elementos de natureza teórico-conceitual que perpassam o objeto de estudo foram verificados em revisão e análise da bibliografia apresentada.

A reconstituição das origens e da evolução das formas produtivas informais dos catadores de materiais recicláveis e a elaboração do estado da arte dos catadores no Brasil foram obtidas em pesquisa direta de campo, nas entrevistas com catadores e representantes-chave de instituições que prestam apoio às entidades de catadores (ONGs, órgãos públicos, etc.), assim como nos levantamentos realizados no Arquivo Público, no Museu da Cidade e nos arquivos jornalísticos da FUNDAJ, em Recife, tomando-se como marco inicial a década de 1950, quando se consolida o processo de industrialização brasileiro e o problema dos catadores assume proporções que o caracterizam como um fenômeno de maior expressão social. Mesmo reconhecendo (e registrando) a existência do fenômeno da catação em tempos mais pretéritos, é sobretudo neste momento histórico em que o problema se acentua de forma estruturada e este fenômeno se manifesta com maior intensidade.

A caracterização dos processos de trabalho e geração de renda dos catadores nas experiências estudadas verifica-se a partir da análise dos estudos de casos em algumas das principais organizações de catadores no Brasil, escolhidas a partir dos critérios previamente definidos.

A emergência da organização política e social dos catadores de materiais recicláveis está analisada no decorrer do processo (e no projeto) atualmente em curso, conduzido pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, no Brasil. Aqui invocamos a teoria dos movimentos sociais e procedemos a uma análise das políticas públicas que explicam parte deste processo.

A avaliação das práticas e experiências segundo uma perspectiva organizacional na direção da sustentabilidade ambiental é objeto de análise a partir dos marcos teóricos do desenvolvimento como liberdade e da economia solidária.

O quadro de sustentabilidade e de redução da exclusão social, resultantes das formas de produção e organização dos catadores no Brasil é possível a partir da análise do conjunto da pesquisa realizada, que integra o estado da arte (cenário atual) no sentido de obter qual o nível de sustentabilidade necessário para as organizações de catadores, estimando tendências futuras e suas implicações para a sociedade.

Finalizando, a análise das contribuições para o campo de estudo adotado, a pesquisa direta inclui a formatação de matrizes com os campos temáticos e os atores envolvidos, relacionados aos métodos e instrumentos utilizados nos trabalhos de campo, contemplando os respectivos períodos e controles estatísticos necessários. A análise dos dados coletados foi efetuada com uso de instrumentos adequados para quantificação das entrevistas e levantamentos de campo.

As atividades de pesquisa se desenvolveram em vários momentos e espaços distintos, a partir da aplicação do modelo de avaliação e análise elaborado. A presente pesquisa se apresenta com caráter de maior abrangência do problema.

Com relação às empresas de reciclagem foi realizada uma análise nacional em bases de dados secundários complementada por entrevistas em empresas locais de reciclagem (Companhia Industrial de Vidros – CIV, Frompet, Papelão Ondulado do Nordeste – Ponsa e Gerdau), utilizando-se metodologicamente de instrumentos de coleta de dados como formulários com questões estruturadas, objetivas e não-objetivas na realização de entrevistas com gerentes de cada empresa pesquisada e no levantamento em dados das empresas. Na organização e apreciação dos dados o procedimento adotado foi a análise comparativa e de conteúdo.

Em relação ao setor público, com base em metodologia proposta nas notas de aulas da professora Suely Leal (2005) e em outros autores (OFFE, 1991; VIANA, 1995; LABRA, 1999; FERREIRA DA SILVA, 2000; BELLONI, MAGALHÃES & SOUSA, 2007; CARDOSO & RIBEIRO, s/d) foram analisadas as políticas públicas efetivadas desde o

período da criação do MNCR, considerado marco mais importante neste contexto, principalmente no estímulo à formulação destas políticas no âmbito do Governo Federal e às legislações específicas da área de resíduos sólidos direcionadas aos catadores de materiais recicláveis.

No tocante às atividades de pesquisa, quanto às técnicas e à parte operacional, foram realizadas pesquisas bibliográficas e uma escolha prévia do objeto empírico; em seguida, levantamento, elaboração de fichas de leitura e análise do estado da arte relacionado aos catadores de materiais recicláveis; e, enfim, estudos e análises da literatura econômica, social e ambiental relacionada ao campo temático, temporal (pretérito) e espacial de estudo.

Na pesquisa de campo, os trabalhos seguiram o lineamento do eixo de pesquisa. Segundo BEKCER (1997, p.50), os quatro estágios da análise de campo consistem na seleção e definição de problemas, conceitos e índices; o controle sobre a frequência e distribuição de fenômenos; a incorporação de descobertas individuais no modelo da organização em estudo; e, apresentação de evidências e provas.

A pesquisa foi apoiada pela CAPES por meio da concessão de uma bolsa de doutorado e pela Fundação AVINA, da Suíça, por intermédio do projeto “Liderança para uma Gestão Sustentável dos Resíduos Sólidos”, sob a responsabilidade institucional da Associação Pernambucana de Defesa da Natureza – ASPAN, organização não-governamental mais antiga de Pernambuco, fundada em 1979, o que permitiu a viabilização dos estudos em outras cidades brasileiras.

Com relação aos roteiros e formulários de pesquisa a serem utilizados, nos anexos estão apresentados os modelos utilizados nas entrevistas com os diversos atores representativos, de acordo com nossos objetivos.

Na proposta de elaboração dos questionários para os catadores procurou-se construir uma percepção geral do objeto da pesquisa em relação à sustentabilidade. Considerando os objetivos da pesquisa, o instrumento central de coleta de dados junto aos catadores organizados – o questionário – foi elaborado mesclando informações objetivas e subjetivas, as quais, para efeito de análise, foram agrupadas em sete categorias: *(i) características dos entrevistados, contendo alguns dados pessoais da população de catadores organizados; (ii) situação sócio-econômica atual e anterior ao processo de organização; (iii) origem e trajetória pessoal dos catadores organizados; (iv) condição atual em relação ao trabalho na entidade, perspectivas e sonhos; (v) sustentabilidade e desenvolvimento como liberdade, identificando liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora; (vi) aspectos relacionados à economia solidária; e,*

(vii) *aspectos da relação catador e sociedade*. Nesta etapa empírica específica, além deste questionário, foram aproveitadas as anotações efetuadas pelo pesquisador em seus diários de campo.

Foi realizado um teste piloto, com catadores de materiais recicláveis organizados de diversas localidades e entidades (inclusive no exterior), que propiciou algumas modificações visando melhorar o entendimento de alguns tópicos e facilitar o processo de tratamento dos dados.

As entrevistas foram realizadas dentro das entidades com catadores voluntários, seguindo-se um critério de distribuição por gênero previamente definidos, com um tempo médio aproximado de aplicação de uma hora por questionário. A seleção dos entrevistados ocorreu de forma aleatória, com exceção das lideranças das entidades (uma por entidade) indicadas tanto por seus próprios companheiros de trabalho, quanto por alguns técnicos atuantes na área. Optou-se pelo processo de escolha da amostra a partir da similaridade e repetição das respostas, às quais determinaram o quantitativo de catadores entrevistados.

Foram escolhidas algumas das melhores experiências de organização de catadores no Brasil com o beneplácito metodológico de uma prévia avaliação (i.e., definição de critérios previamente adotados), considerando neste caso o inevitável processo ao qual estamos como pesquisador e militante submetido, aqui denominado de “pesquisa participante”¹⁷ eventualmente não-intencional.

Os critérios adotados para a escolha da amostra de entidades investigadas são aqueles que permitem responder ao universo de interesse da pesquisa e envolvem interdisciplinaridade nos aspectos econômicos, ambientais e sociais, atendendo ao marco teórico trabalhado, e são decorrentes de um processo preliminar de investigação com relação ao estado da arte dos catadores.

Neste sentido, foi possível identificar as melhores experiências em dois momentos chaves ao longo do período de elaboração da pesquisa, quais sejam o II Encontro Latino-Americano dos Catadores em São Leopoldo/RS, realizado em Janeiro/2005 com a participação de aproximadamente 1.200 catadores e vários representantes de entidades de apoio e, o Encontro Nacional das Lideranças, realizado em Brasília/DF, em Março/2006, que

¹⁷ O observador participante, de acordo com BECKER (1997, p.47), coleta dados através de sua participação na vida cotidiana do grupo ou organização que estuda. Observa as pessoas objeto do estudo para ver as situações com que elas se deparam normalmente e como se comporta diante delas. Entabula conversação com alguns ou com todos os participantes quando possível e descobre as interpretações que eles têm sobre os acontecimentos que observou.

contou com a participação de 1.500 catadores e cerca de 100 representantes de entidades de apoio e fomento, além do poder público e de instituições privadas.

Na enquete inicial, em São Leopoldo/RS, foram pré-selecionadas sete entidades de um total de 150 entidades cadastradas, a saber: a COOPAMARE de São Paulo/SP, a ASMARE de Belo Horizonte/MG, a CAEC de Salvador/BA, a CORTAP de Brasília/DF, a CRUMA de Poá/SP, a ASCAMAR de Natal/RN e a ASTRAMARE de João Pessoa/PB.

Na etapa seguinte, por motivo de dificuldades de recursos financeiros e de agenda (já que nossa intenção era entrevistar todas entidades) foram realizadas entrevistas prévias com as lideranças de somente três associações e cooperativas de catadores, no sentido de corroborar informações, a saber: a COOPAMARE de São Paulo/SP, a ASMARE de Belo Horizonte/MG e, a CAEC de Salvador/BA.

Os critérios adotados e que antecederam as entrevistas anteriores foram os seguintes, por ordem de importância (segue em anexo modelos dos formulários utilizados):

- Tempo de vida (formal) – foram priorizadas as mais antigas entidades do Brasil em atividade, adotando-se uma pontuação;
- Número de cooperados ou associados – adotou-se o critério da maior quantidade de catadores;
- Institucionalização das entidades – estatuto atualizado e ações formalizadas;
- Entidades de fomento e apoio técnico – considerou-se também a consistência das entidades de fomento e de apoio técnico;

Em anexo são apresentados os resultados do levantamento realizado em São Leopoldo/RS, quando da realização do II Congresso Latino-Americano dos Catadores, em janeiro/2005.

Na fase seguinte, na entrevista com as entidades de catadores selecionadas, foram acrescidos os seguintes tópicos:

- Gestão essencialmente associativa e/ou cooperativa – nível de influência externa (articulação com outras entidades);
- Infra-estrutura física e operacional existente - condição de propriedade, cessão ou aluguel;
- Participação democrática – grau de participação dos cooperados/ associados;
- Articulação e participação em rede de entidades – entidades integradas a redes de organizações de catadores

- Receita total e *per capita* – maior receita total ao longo do tempo e renda em relação aos catadores cooperados/associados, incluindo ainda a diversificação das atividades produtivas;
- Produtividade *per capita* – melhor relação de produtividade por catador;
- Número de benefícios sociais existentes – acesso à previdência pública e/ou plano de seguridade social próprio, acesso à saúde pública e/ou plano de saúde próprio, acesso à educação pública e/ou educação privada ou própria;

No texto estão apresentados os resultados obtidos com as entrevistas efetuadas com os gerentes das principais cooperativas e associações definidas previamente em Brasília/DF, em fevereiro/2006, quando da realização de Congresso Nacional dos Catadores.

Posteriormente, foram identificadas outras experiências vitoriosas, como a cooperativa 100 Dimensão de Brasília/DF, a Federação de Associações e Cooperativas do Rio Grande do Sul (FARRGS) e a experiência em rede de Londrina/PR. Em face das limitações financeiras (na maior parte dos casos) e das dificuldades de agenda e de tempo, foram efetuados recortes no tamanho inicialmente previsto da amostra de cooperativas e associações a serem entrevistadas, especificamente para coletar os dados de interesse particular à caracterização do perfil sócio-econômico, da perspectiva de economia solidária e do desenvolvimento como liberdade em cada uma das entidades.

Ao final foram realizadas 18 (dezoito) entrevistas de um universo (quantidade de catadores por cooperativa) de 38 (trinta e oito) na PRORECIFE e 25 (vinte e cinco) de um universo de 165 (cento e sessenta e cinco) que trabalham na sede da CAEC. Os levantamentos foram realizadas nas próprias organizações dos catadores, tendo sido possibilitado ampla liberdade de expressão para cada um dos entrevistados. Os modelos dos formulários das entrevistas realizadas encontram-se no Apêndice.

Por fim, os limites encontrados induziram recortes e decorreram do tempo, das dificuldades de agenda com as instituições, e principalmente dos recursos financeiros que não puderam ser viabilizados no todo para realizar as entrevistas em outros estados. Houve demora no retorno de algumas entrevistas e, em poucos casos, não houve a resposta ao *survey* enviado.

A presente tese está estruturada em quatro capítulos, a saber:

- O primeiro capítulo, que apresenta esta introdução, inclui os fundamentos do estudo, incluindo a delimitação do assunto, campos temáticos explorados, os

objetivos, o objeto de estudo, as hipóteses e os eixos de investigação e a metodologia adotada;

- O segundo capítulo descreve o marco teórico adotado, consubstanciado inicialmente pelo debate sobre a questão ambiental, uma abordagem sobre a evolução histórica no contexto sócio-ambiental, um reexame de conceitos sobre sustentabilidade e entropia, o conceito de desenvolvimento como liberdade, a noção de exclusão social, de economia solidária, das políticas públicas e da teoria dos movimentos sociais;
- O terceiro capítulo apresenta o quadro empírico, com o estado da arte sobre os catadores e a origem, trajetória, evolução e emergência do processo de organização social e para o trabalho dos catadores de materiais recicláveis no Brasil, a análise do MNCR como movimento social contemporâneo e a avaliação das ações governamentais e legislações que conformam as políticas públicas consideradas;
- O quarto capítulo apresenta a análise sócio-histórica e os estudos de caso em duas entidades de catadores (CAEC e PRORECIFE) criteriosamente escolhidas, o resultado das entrevistas e a análise das empresas de reciclagem, a análise produtiva com base nos critérios de eficiência física, econômica e de mercado e as análises parciais
- O quinto capítulo trata das conclusões e recomendações.

Ao final da tese são relacionadas as referências, a bibliografia consultada, os apêndices e os anexos de interesse complementar ao estudo.

2. QUADRO TEÓRICO-CONCEITUAL

2.1. O DESPERTAR DA QUESTÃO AMBIENTAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

A questão ambiental saiu do domínio da preocupação exclusiva dos ambientalistas e parece se instalar de forma avassaladora e inédita na atual sociedade em rede, principalmente depois da recente divulgação dos relatórios do IPCC¹⁸ que aborda a questão global das mudanças climáticas, no qual os resíduos aparecem como um dos principais causadores de emissões de gases do efeito estufa¹⁹. Pela primeira vez uma angústia compartilhada transcende as fronteiras individuais e nacionais e parece se instalar no inconsciente coletivo. Ao mesmo tempo, além da possível tomada de consciência ecológica, esta crise vem permitindo o surgimento de uma reflexão interdisciplinar da relação do meio ambiente com outras disciplinas.

Neste sentido, o eixo proposto para nossa investigação teórica parte de uma abordagem sócio-histórica que coloca o ser humano como um elemento central no processo de degradação ambiental, não exclusivamente no sentido socioeconômico cujo recorte histórico denuncia-se no capitalismo e na modernidade, mas sobretudo no caráter antropocêntrico da sua relação de distanciamento progressivo do meio ambiente e dos demais seres vivos, notadamente quando passou a viver em aglomerações humanas não-nômades.

O encontro, a convivência e as relações sociais que se estabeleceram a partir deste momento entre seres humanos desequilibraram o meio ambiente ao longo do tempo. Este é um importante eixo de abordagem sócio-ambiental na direção que estaremos percorrendo das proto-aglomerações às metrópoles.

Paradoxalmente, uma parcela significativa de homens e mulheres, individual e/ou institucionalmente, em parte preocupados com o atendimento das demandas presentes e com a possibilidade das gerações futuras não atenderem às suas necessidades, empenharam-se recentemente para traduzir em encontros, caminhos para a solução dos problemas

¹⁸ IPCC é a sigla, em inglês, do Painel Intergovernamental Sobre Mudança Climática da ONU, cujo relatório para os elaboradores da política foi formalmente aprovado na décima sessão do Grupo de Trabalho I do IPCC, em Paris, em fevereiro de 2007 e descreve o progresso do entendimento dos fatores humanos e naturais na mudança climática. Este relatório observou as mudanças climáticas, atribuições e processos climáticos e estimou mudanças climáticas futuras. Como resultado principal constatou que a concentração de dióxido de carbono, de gás metano e de óxido nitroso na atmosfera global tem aumentado marcadamente como resultado de atividades humanas desde 1750 e agora já ultrapassou em muito os valores da pré-industrialização determinados através de núcleos de gelo que se estendem por centenas de anos. O aumento global da concentração de dióxido de carbono ocorre principalmente devido ao uso de combustível fóssil e a mudança no uso do solo, enquanto o aumento da concentração de gás metano e de óxido nitroso ocorre principalmente devido a agricultura (IPCC, 2007 p.3).

¹⁹ Os resíduos contribuem com 2,8% das emissões globais de gases de efeito estufa (MMA, 2008, p.19).

ambientais²⁰. Este processo, que envolve inúmeras tentativas de articulação mundial em “defesa do meio ambiente”, inaugura a constatação de uma questão ambiental a partir de 1960 e acaba convergindo para um conceito, noção ou enunciado amplamente discutível de desenvolvimento sustentável, que será abordado adiante.

Evidentemente que o diagnóstico dos problemas ambientais não é tarefa das mais simples, seja por razões de ordem temporal, espacial ou mesmo relativas à sua complexidade. As causas da questão ambiental também não se mostram de fácil resolução. São, ainda, diversas as tentativas de explicação científica para esta crise. A maioria das análises parte de uma perspectiva técnica e procuram reduzir a questão em três grupos: poluição, depredação e excesso de população, os quais possuem como denominador comum os limites físicos com os quais o ser humano se defronta em seu desenvolvimento (FOLADORI, 2001, p.17).

Dando relevante contribuição nesta linha de abordagem estão alguns “economistas ecológicos” os quais manifestam as contradições entre um mundo finito em materiais e uma sociedade consumista e de crescimento ilimitado. Um dos expoentes desta abordagem e cuja contribuição é singular ao entendimento desta crise é Nicholas Gorgescu-Röegen, economista romeno, que em 1971 lançou um alerta sobre o inexorável aumento da entropia no planeta. Esta teoria, baseada na Segunda Lei da Termodinâmica, será tratada em tópico específico adiante.

Nesta linha de abordagem interdisciplinar, FOLADORI (2001, p.199) considera ainda que os problemas ambientais não são principalmente técnicos, mas sociais²¹. Por trás dos processos produtivos existem relações sociais que determinam os materiais ou técnicas a serem utilizados, assim como o ritmo, a amplitude e a forma de se relacionar com a natureza externa. As contradições no interior dos grupos e classes sociais mediam o metabolismo da sociedade humana em relação ao meio externo. Em síntese, as relações sociais entre os seres humanos condicionam qualquer tipo de relações ecológicas. Esta concepção teórica tem caráter transversal no nosso eixo de investigação.

²⁰ Desde os primeiros encontros do Clube de Roma, na década de 1960, passando pelas Conferências sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de Estocolmo em 1972 e do Rio de Janeiro (Fórum Global e Eco92), seguidas das inúmeras “conferências das partes” (de temáticas específicas como desertificação, mudanças climáticas, dentre outras) ou mesmo pelas diversas edições do Fórum Social Mundial (neste caso, como contraponto ao Fórum Econômico Mundial), até a mais recente e importante reunião mundial em termos representativos e quantitativos de participação governamental, que estabeleceu os Objetivos do Milênio (durante a reunião da Cúpula do Milênio, realizada em Nova Iorque, em 2000, líderes de 191 nações oficializaram um pacto para tornar o mundo mais solidário e mais justo, até 2015), inúmeras instituições públicas e não-governamentais de diversas localidades do mundo vêm se reunindo para apresentar soluções para os problemas ambientais.

²¹ Conceitualmente, segundo o autor, as *relações técnicas* são aquelas que o ser humano estabelece com os outros seres vivos e com o meio abiótico no processo de produção da vida e as *relações sociais* são aquelas que se estabelecem entre os seres humanos para o mesmo fim (FOLADORI, 2001 p.17).

Autores com DIAMOND (2006, p.26) e FERNANDEZ (2005, p.27), reforçam a argumentação com dados concretos que sintetizam o afastamento entre ser humano e meio ambiente. O colapso e a sustentabilidade de diversas civilizações ao longo da existência humana, assim como o repentino extermínio de animais por seres humanos em épocas pretéritas e recentes são argumentos decisivos, respectivamente a cada autor, ao entendimento da necessária e imperiosa relação entre o ser humano e a natureza.

A decadência de algumas civilizações foi acontecendo à medida que cada uma destruiu seu ambiente e esgotou a base de recursos dos quais dependia. O primeiro autor, ao se questionar por que as sociedades acabam se destruindo por decisões desastrosas, também identifica como causa a incapacidade de se tomar decisões em grupo por parte de sociedades ou outros grupos (DIAMOND, 2006 p.503). Ao mesmo tempo, aponta como fator determinante da persistência de várias civilizações até os dias de hoje, a capacidade de entendimento na relação social entre estes grupos e deles com o meio ambiente (relações técnicas).

O segundo autor citados contribui teoricamente, de início tornando evidente que o efeito destrutivo exercido pela sociedade industrial sobre a natureza é bem conhecido e inquestionável, sendo essa uma percepção profundamente arraigada no ser humano ocidental, para em seguida demonstrar o significativo impacto, desconhecido e desconsiderado por essa mesma sociedade ocidental, que o ser humano provocou na natureza pretérita, denominado de “extinções pré-históricas”, sobretudo em decorrência do extermínio de significativa parcela da fauna.

O autor conclui, nesta parte, que a crise ecológica não é um aborrecimento passageiro, ao contrário, tem nos acompanhado ao longo do tempo, constituindo-se inclusive num dos principais motores da história. O custo de ignorá-la não é um mero incômodo estético, mas a própria ruína da civilização (FERNANDEZ, 2005 p.46).

Importante observar *a priori* que a degradação de ecossistemas afeta fortemente as condições de vida daqueles menos favorecidos²². O processo irreversível de mudança climática em escala global demonstra que as sociedades humanas que vivem em zonas áridas

²² Várias mudanças climáticas no longo prazo têm sido observadas em continentes, regiões e oceanos. Isto inclui mudanças na temperatura e nas geleiras do Ártico, alterações no regime de precipitações pluviométricas, mudanças na salinidade dos oceanos e dos padrões de vento, assim como aspectos de clima extremo como as secas, a precipitação forte, as ondas de calor e a intensidade de ciclones tropicais. Essas modificações no clima estão atingindo na sua maioria as populações localizadas nas regiões mais pobres do mundo, com reflexos na falta de água e comida, tempestades, secas, aumento de doenças, dentre outros problemas ambientais. (IPCC, 2007 p.8-15).

e semi-áridas, a maior parcela localizada nos países do Sul, serão fortemente afetadas, o que vai gerar enormes contingentes de migrantes ambientais²³.

Não se pretende aqui investigar noções epistemológicas das relações entre as ciências naturais e as ciências humanas, já estudadas por alguns autores²⁴. Busca-se descartar os modelos simplificadores e reducionistas da disjunção homem-natureza, fugindo do processo linear e maniqueísta que ordena o progresso científico, o crescimento, o desenvolvimento e o bem-estar comum. A intenção é (também) captar a relação entre sociedade e natureza numa perspectiva global e local, admitindo que a biosfera e o sistema social mantenham uma importante confluência.

Ao mostrar que a natureza deve ser vista não apenas como elemento externo ou ambiental, mas, igualmente, como interna ao homem (os “impulsos e sentidos fundamentais do ser humano”), Hebert Marcuse (1973, *apud* VESENTINI, 1989, p.74) argumentou que uma verdadeira revolução libertária deve incorporar a natureza com objetivo tanto de equacionar a problemática ecológica, como de (re)construir uma natureza humana, a partir da sensibilidade, da intuição, das qualidades estéticas de ordem sensual, da recuperação – e ressocialização – dos instintos denegados pelo racionalismo cartesiano e ocidental. Nessa reconstrução proposta podem caber ações concretas como o processo de organização política e para o trabalho dos catadores de materiais recicláveis, o qual inclui e integra dimensões tão variadas como a social, econômica e a ambiental, que rompem, no nosso entender, em parte com esta visão cartesiana, desde que haja liberdade para este desenvolvimento.

Procura-se verificar, neste primeiro momento, em que medida é possível recompor, com base na teoria existente, a relação homem-natureza senão na sua totalidade, pelo menos em parte, a partir de categorias encontradas nas disciplinas econômica, social e ambiental. Para tanto é importante investigar como a sociedade, historicamente, chegou à situação ambiental atual. Ao concluir esta análise, o caso brasileiro será nosso ponto teórico de chegada e empírico de partida.

²³ A expressão “migrantes ambientais” foi utilizado, pela primeira vez, para nomear o grupo de pessoas que fugiram das secas na região de Sahel, na África, na década de 70. Dentre as várias tipologias de migrantes ambientais distinguem-se três categorias: os *refugiados temporariamente deslocados*, devido a crises temporárias ambientais; os *deslocados permanentes*, devido a alterações ambientais definitivas; e, os *deslocados temporários ou permanentes* devido a um progressivo processo de degradação ambiental. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) encara com preocupação o aumento de migrantes por questões ambientais e estima que em 2010 o seu número chegará aos 50 milhões (obtido no site: <http://www.duplaoportunidade.org>, consulta realizada em 21/12/2007).

²⁴ No primeiro volume de “O Método: A Natureza da Natureza”, Edgar Morin (2005) aprofunda estas questões. Recentemente, PENA-VEGA (2003) publicou “O Despertar Ecológico”, importante livro que trata das questões de cunho epistemológico entre as ciências humanas e naturais, com ênfase na obra daquele autor sobre a ecologia complexa.

2.2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA QUESTÃO SÓCIO-AMBIENTAL: DA GÊNESE À REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E TECNOLÓGICA

2.2.1. Origens do Problema Sócio-Ambiental

“Eu procuro familiaridade com a Natureza – conhecer seus estados de espírito e maneiras de ser. A Natureza primitiva é a mais interessante para mim. Eu faço imensos sacrifícios para conhecer todos os fenômenos da primavera, por exemplo, pensando que eu tenho aqui o poema inteiro, e então, para meu desapontamento, eu ouço que é apenas uma cópia imperfeita a que eu possuo e li, que meus ancestrais rasgaram muitas das primeiras folhas e passagens grandiosas, e mutilaram-na em muitos lugares. Eu não gostaria de pensar que algum semideus tivesse vindo antes de mim e escolhido para si algumas das melhores estrelas. Eu quero conhecer um paraíso inteiro e uma Terra inteira. Todas as grandes árvores e animais selvagens, peixes e aves se foram”.

(Henry Thoreau, 1846, *apud* FERNANDEZ, 2005, p.23)

A historiografia oficial não atribuiu um grau de relevância maior às questões ambientais na sua totalidade, normalmente relegadas ao plano acadêmico. A versão da história é essencialmente antropocêntrica, mesmo considerando que no tempo geológico a chegada da vida na biosfera demorou bastante para acontecer.

Se metaforicamente reduzimos nosso tempo desde os primórdios até hoje para um ano, podemos concluir analogamente que nos primeiros oito meses não teria havido a manifestação de vida na Terra, os dois meses seguintes compreenderiam a chegada de vírus, bactérias monocelulares e medusas, os mamíferos somente apareceriam depois da segunda semana de dezembro e o ser humano, tal como é conhecido, entraria em cena somente às 23h45 do dia 31 de dezembro (ASTESANO, 1979, p.9).

A historiografia oficial também vem relegando espaço a importância das massas oprimidas e dos movimentos sociais ao longo do tempo. Eduardo Astesano, importante intelectual de esquerda na Argentina, analisou profunda e criticamente a evolução social e ecológica da humanidade em dois extensos volumes publicados em 1979. Partindo da contradição entre consumo necessário e excedente, procurou segmentar historicamente a civilização humana em quatro grandes culturas, a saber:

- a) uma cultura original de subsistência, que cimentou a existência biológica da espécie e que aparece indistintamente em várias passagens históricas e distintos espaços até os dias de hoje;
- b) um segundo ciclo cultural que surge nos últimos seis milênios na China, Egito, Suméria, Índia, nas civilizações dos Maias, Incas, Aztecas, dentre outras, caracterizadas pelo surgimento de um excedente planejado, elevado nível de

vida e uma conseqüente acumulação de riqueza e de saber social;

- c) um terceiro ciclo, representado pelos últimos três milênios, no qual com o aumento do consumo interno, partiu-se em busca do excedente externo, surgindo assim novos impérios continentais (Grécia, Roma, Mongólia, Árabes, etc.) que passaram a viver de povos conquistados, ou melhor, colonizados; e,
- d) a cultura de acumulação, bem mais recente, que surge na era moderna, define o quarto ciclo, com os processos de acumulação de excedentes iniciando-se em regiões, depois se continentalizando para atualmente encontrar-se em processo de universalização (ASTESANO, 1979, p.12-14).

A despeito dessa segmentação, constata-se que no decorrer do tempo e no espaço vem ocorrendo uma cultura de milhares de anos de subsistência e de sobrevivência. Pode-se constatar que milhões de pessoas ainda lutam para subsistir e sobreviver atualmente no mundo. A catação de materiais recicláveis pode ser identificada, analogamente nos dias de hoje, como uma cultura original de subsistência.

Este mesmo autor chama a atenção que a ciência histórica da espécie humana deve ter por objeto também a sobrevivência biológica do proletariado. O autor afirma que o verdadeiro ritmo da vida das espécies foi dado pelas massas. A história dos movimentos e lutas sociais que nos fornece GOHN (2003), conforme será tratado adiante, demonstra essa afirmativa. A civilização vem vivendo em seu conjunto uma contradição entre indivíduo, sociedade e natureza, em determinados espaços e tempos históricos.

Neste particular contexto, quando do primeiro contato do ser humano com o Cosmos na dialética natureza-cultura, a natureza vence. O ser humano entendia a ordem repetitiva do Cosmos e a integrou racionalmente à ordem social. O homem social era uma manifestação do homem ecológico. Já na sua primeira forma social pós-patriarcado familiar, o ser humano sofre o açoite das pressões exteriores, a natureza o domina e o aterroriza, os seus mistérios confundem o pensamento humano.

A linguagem vem contribuir para a convivência social, quando separa o ser humano do animal e consolida as relações humanas (ASTESANO, 1979 p.17).

Nas sociedades arcaicas havia, portanto, crescimento com reprodução humana, sem modificação significativa da natureza. Esta relação começa a se modificar com a transformação, a partir do domínio das mãos, de objetos em instrumentos de trabalho ainda improdutivo.

A convivência dos seres humanos em condições primitivas, retirando do meio ambiente o necessário para manter em funcionamento os seus processos vitais e restituindo os

produtos do seu metabolismo, permitia de certa forma um equilíbrio ao não registrar perturbações na ordem natural dos fenômenos responsáveis pela reintegração ao meio ambiente das substâncias dele retiradas (ALENCAR, 1999, p.22). Neste momento pretérito, portanto, não havia a geração de resíduos sólidos no sentido atual.

A prioridade era dada à produção de valores de uso para consumo imediato, sem acumular excedentes. Havia relações de cooperação recíproca e não-complexas, como por exemplo, a divisão do trabalho, a família e a comunidade arcaica como organismo social permanente, alheio a terra, sem assentamento, sem territorialidade, nômades, em perpétuo movimento.

Os meios de produção, uma das mais importantes categorias da ciência econômica, utilizados para multiplicar a produtividade natural da força de trabalho social, aparecem nos últimos doze mil anos junto com o armazenamento de grãos, a territorialização da população e a humanização dos bens naturais (alimentação, roupas e moradia).

Como afirmado, no sentido de aqui recompor a relação homem-natureza pelos menos em parte, com base na teoria e em registros históricos existentes, verifica-se que as perturbações nessa ordem aparentemente natural vêm se manifestar com o decorrer de muitos anos dessa fase pretérita.

A transição do regime feudal, no século XII ao capitalismo, enquanto sistema social, econômico e político, a partir da criação de um regime de assalariado em substituição ao servil anterior e de outros elementos típicos do capitalismo, como a economia de mercado, as trocas monetárias, formação de grandes empresas e a preocupação com o lucro, estabeleceu mudanças que prenunciariam impactos significativos no meio ambiente daí em diante.

O capitalismo nasce da crise do sistema feudal e cresce com o desenvolvimento comercial. Foi conformando-se aos poucos durante o término da idade média, para finalmente dominar toda a Europa Ocidental a partir do século XVI. Foi somente após a revolução industrial iniciada no século XVIII na Inglaterra, que se estabeleceu o verdadeiro capitalismo. Este tema será abordado a seguir.

2.2.2. A Revolução Tecnológica e Industrial como Marco da Degradação Social e Ambiental

“En fin, este mundo triste, al que está vestido viste y al desnudo le desnuda”
(Calderón de La Barca, dramaturgo e poeta espanhol)²⁵

Sob forte influência do iluminismo, movimento intelectual surgido na segunda metade do século XVIII que enfatizava a razão e a ciência como formas de explicar o universo e que foi um dos movimentos impulsionadores do capitalismo e da sociedade moderna, inicia-se a Revolução Industrial e Tecnológica, marco histórico, socioeconômico, tecnológico, cultural e, sobretudo ambiental, que vai alterar profundamente as relações do ser humano com a natureza. Aqui não cabe qualquer outra análise, além da constatação histórica dos significativos impactos ambientais na biosfera e os efeitos sociais que marcaram o processo de pobreza e, mais adiante, de exclusão social, a partir de então, sobretudo no Brasil.

Segundo os iluministas, cada pessoa deveria pensar por si própria e não se deixar levar por outras ideologias. Pregavam uma sociedade “livre”, com possibilidades de transição de classes e mais oportunidades iguais para todos. Um dos principais expoentes do iluminismo, Jean-Jacques Rousseau (1712–1778), no seu famoso “*Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*” atribui à instituição da propriedade privada a causa original da desigualdade. Certamente esta foi uma das causas de uma forma mais extensiva de degradação ambiental.

Economicamente, os iluministas entendiam que era da terra e da natureza que deveriam ser extraídas a riqueza das nações. Para Adam Smith, um dos precursores da economia clássica, cada indivíduo deveria procurar lucro próprio sem escrúpulos, o que, em sua visão, geraria um bem-estar geral na civilização. Assim, neste contexto, a natureza jamais se constituiria num sério obstáculo à expansão capitalista.

A propósito, aqui cabe um contraponto relativo à afirmação de que o crescimento ilimitado da produção seria a causa da poluição e depredação também ilimitadas. Esta tendência à produção ilimitada é uma consequência particular da produção capitalista. Está claro que a teoria neoclássica se encarregou de divulgar o pressuposto sobre a qual foi edificada, ou seja, de que o ser humano tem necessidades ilimitadas. Mas isso nunca foi demonstrado. A história econômica demonstrou o contrário. A tendência à produção ilimitada é resultado direto e necessário de uma organização econômica que gira não da satisfação das necessidades diretas, mas em torno da produção de lucro. É impossível entender a questão

²⁵ El gran teatro del mundo. Auto sacramental alegórico de Pedro Calderón de la Barca. Obtido em <http://www.presenciacristiana.net/libros/pdf/teatrodelmundo.doc>, consulta efetuada no dia 20/3/2008.

ambiental e social sem partir de uma compreensão da dinâmica da sociedade capitalista. A chamada Revolução Industrial e Tecnológica marca, portanto, o início do capitalismo e do modernismo.

Foi o surgimento da máquina a vapor que permitiu o advento de uma produção industrial mecanizada, a qual alterou a estrutura social e comercial da época, provocando grandes e rápidas mudanças de ordem ecológica, econômica, política e social. José Aroudo MOTA (2004, p.69), pesquisador do IPEA, em artigo recentemente publicado, apresenta uma síntese bastante elucidativa aos nossos interesses das duas fases da Revolução Industrial, como se segue.

A primeira fase da Revolução Industrial – de 1780 a 1860, revolução do carvão e do ferro – revolucionou a mecanização da indústria e da agricultura com o aparecimento da máquina de fiar (tear mecânico). Com a invenção da máquina a vapor iniciaram-se as grandes transformações nas oficinas. O desenvolvimento da indústria fabril transformou o artesão em operário, oficinas familiares em fábricas e usinas e, surgiram as primeiras imigrações de massas humanas das áreas agrícolas para as proximidades das fábricas, provocando o crescimento das populações urbanas²⁶. Segundo o historiador Raymond Williams (*apud* REZENDE & DIDIER, 2001, p.312) um quarto das terras cultivadas na Inglaterra foi apropriado, por atos legislativos, pela classe dos proprietários politicamente dominantes. Além desses efeitos sociais perversos, houve um crescimento acelerado dos transportes e das comunicações, com a navegação a vapor, construção de estradas de ferro na Inglaterra e nos Estados Unidos, invenção do telégrafo elétrico e do telefone.

A segunda fase da Revolução Industrial – de 1860 a 1914, revolução do aço e da eletricidade – caracterizou-se pelo desenvolvimento de novo processo de fabricação de aço, pela substituição do vapor pela eletricidade e pelos derivados do petróleo como principais fontes de energia. Surgiram os primeiros automóveis na Alemanha (*Daimler e Benz*) e nos Estados Unidos (modelo T da Ford) e novas e revolucionárias formas de organização de negócios foram implementadas em decorrência da acumulação de capital e da exploração da mais valia, tais como: dominação industrial, formação de trustes, cartéis, fusões empresariais, companhias *holdings* e expansão industrial.

Para se ter uma idéia do impacto ambiental dessas intervenções, toma-se como exemplo o caso da produção de energia. A produção mundial de energia inanimada passou de

²⁶ A população de Londres cresceu de aproximadamente 800.000 habitantes em 1780 para mais de 5 milhões em 1880. Na segunda metade do século XIX, a maioria dos ingleses já morava em áreas urbanas. As cidades cresciam desordenadamente e os serviços públicos básicos, como esgotamento sanitário, abastecimento d'água e a limpeza urbana não acompanhavam o crescimento urbano.

1,1 bilhão de Megawatts-hora em 1860 para 6,1 bilhões em 1900; 20,6 bilhões em 1950; 33,5 bilhões em 1960; e, 53,2 bilhões em 1970, tendo crescido neste período de 110 anos a uma taxa média anual de 3,6%, bem maior que o crescimento da população, que foi em média de 0,9% ao ano, entre 1850 e 1970. Em 1860, cerca de 98% desta energia provinha do carvão; em 1900 este total era de 92%; em 1950 de 57%; e em 1960 de 43%, contra 33% que era proveniente do petróleo. Somente na década de 1960 é que a energia do petróleo superou a do carvão: em 1970, 27% da energia proveio do carvão, 46% do petróleo, 21% do gás natural e apenas 2% de fonte hidroelétrica (CIPOLLA, 1977 p. 54).

Para VESENTINI (1989, p.24) o desenvolvimento do capitalismo operou uma mudança de valores, de ideologia, afinal, cujos marcos identificados como relevantes pelo autor são: a crença no trabalho exaustivo e redentor (revalorização do trabalho, desprestigiado na Antiguidade e mesmo na Idade Média ocidentais), a correlata condenação do ócio, o enaltecimento do progresso, o individualismo possessivo (com a idéia de propriedade definindo os direitos humanos) e a nova percepção não apenas da natureza, mas em seu interior, do tempo (que passa a se “gastar” e não mais ser vivido, que passa de valor de uso para valor de troca, sendo *ipso facto* matematizado) e do espaço (que se torna funcional, geometrizado, *locus* da divisão de trabalho no nível territorial).

Verifica-se que um significativo processo entrópico dos recursos naturais teve início na Revolução Industrial, assim como o seu inter-relacionamento sistêmico. Constata-se também que nos últimos dois séculos a capacidade inventiva do ser humano foi direcionada para a criação técnica e para o processo de acumulação, sem preocupações ambientais (os impactos na natureza sempre foram tratados pelos economistas como meras externalidades), o que deve explicar esta extraordinária expansão do crescimento econômico e os impactos decorrentes deste modelo.

Os resíduos sólidos (e quase todos os demais problemas urbanos) transformaram-se em problema de maior magnitude a partir deste momento histórico, com o incremento da produção em escala industrial e da diversidade de produtos, gerando o processo de intensa descartabilidade de materiais na sociedade.

Na análise do processo de industrialização em condições de subdesenvolvimento, soa como absurdo descartar as prestimosas e oportunas análises de Celso Furtado sobre o “modelo” brasileiro. Neste contexto, cabe observar que a história do subdesenvolvimento está intimamente ligada à da Revolução Industrial (FURTADO, 1972, p.8-10). O processo de industrialização aconteceu tardiamente no Brasil em três grandes momentos, com forte presença do Estado.

O primeiro, entre 1885 e 1921, com a formação da indústria nacional. Um conjunto de indústrias ligadas às culturas de café, açúcar, algodão, sementes oleaginosas, à pecuária (carne), ao setor de transporte, embalagem, montagem, terminação, confecção e de materiais de construção (que receberam grande impulso com a urbanização brasileira) desenvolveu-se no Brasil no último quartel do século XIX, graças à dimensão relativamente grande do mercado interno, à abundância de matérias-primas locais e a medidas protecionistas casuais (reflexo da instabilidade cambial). Nesta etapa, verifica-se que os maiores impactos ambientais foram decorrentes da abertura de novas fronteiras para o desenvolvimento das atividades extrativistas, da agricultura e da pecuária, com ativo avanço sobre os espaços naturais.

O segundo, entre 1939 e 1964, onde o crescimento industrial cresceu em média 8,5% sendo denominado de “substituição de importações”²⁷. Neste período, a participação das importações no abastecimento do mercado nacional declinou de 40% para 6% (entre 1949 e 1964). Neste momento, instala-se o processo mais intenso da urbanização brasileira, cuja maior concentração ocorre no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, com rebatimentos significativos internos ao meio urbano a partir de impactos ambientais (lançamento de efluentes *in natura* nos cursos d’água, poluição sonora e atmosférica, disposição inadequada de resíduos sólidos, etc.) e sociais (intensificação do processo de favelização, aumento quantitativo de catadores nas ruas e nos lixões das grandes metrópoles, etc.).

O terceiro momento, entre 1968 e 1973, sob a égide da ditadura militar é denominado de época do “milagre econômico”, decorrente do fomento às exportações patrocinado pelo governo federal e da forte intervenção estatal na infra-estrutura física nacional. Pode-se afirmar que foi neste período que o processo de urbanização consolidou-se no Brasil.

Cabe destacar que, do final da Segunda Guerra Mundial até os anos de 1970, o desenvolvimento brasileiro ocorreu a partir de uma estrutura de produção e distribuição que foi orientada principalmente para as classes de renda mais alta. Os setores mais dinâmicos nesta época eram a indústria automobilística e a indústria de bens de consumo durável, típicos das classes alta e média. Segundo RENATO MOTA (2001, p.27-40) tratava-se de uma estrutura de produção, distribuição e consumo altamente concentradora, em que uma elite controlava e dominava os recursos disponíveis - terra, crédito, renda - e a maioria da população continuava sem receber os benefícios da expansão econômica e do progresso

²⁷ Os sistemas industriais dos países subdesenvolvidos nasceram para substituir importações e passaram, em seguida, a reproduzir, ainda que em miniatura, o fluxo de novos produtos das economias desenvolvidas, as novas formas de dependência surgiram e se consolidaram sem encontrar maiores resistências (FURTADO, 1972, p.14).

técnico. Esta estrutura continua existindo e é fonte de conflitos e críticas às teorias de desenvolvimento existentes. Os valores que sustentam a noção de desenvolvimento que ainda vigora fornecem uma exagerada ênfase ao crescimento econômico, o que implica na exploração descontrolada de recursos naturais e consumo exagerado.

No caso brasileiro, a formação de enormes contingentes de pessoas desempregadas, decorrentes do processo de migração irresponsável estimulado pelo Estado e por empresas privadas gerou um exército de trabalhadores informais.

Nossa análise empírica no tempo, no contexto sócio-histórico se inicia no Pós-Guerra. Procura-se compor o caminho dos catadores de materiais recicláveis a partir deste período, quando o lixo nos grandes centros urbanos torna-se um problema de maior envergadura e a conjunção linear migração, industrialização, desemprego, intermediação e sobrevivência empurra enormes contingentes de pessoas para os lixões e ruas das cidades, complexificando um problema secular de sobrevivência destas pessoas.

O legado da Revolução Industrial e desse modelo de crescimento econômico tem se mostrado insustentável para o meio ambiente, economicamente insustentado e socialmente injusto para uma significativa parcela da população mundial que foi excluída. Este fenômeno prenunciou problemas sociais e ambientais em escala global, alguns de caráter praticamente irreversíveis. Os apelos em escala mundial em favor de uma articulação global para tentar minimizar os problemas ambientais e sociais continuam até hoje, assim como as lutas empreendidas pelos movimentos sociais, como será abordado adiante.

2.3. A REAÇÃO AO MODELO OCIDENTAL DE DESENVOLVIMENTO

Após a II Guerra Mundial, o mundo iniciou um ciclo de crescimento incontrolável de produção e de consumo que se estende até os dias de hoje, com sérios reflexos sócio-econômicos e ambientais para os seres vivos.

Segundo diversos autores²⁸, o conjunto de preocupações engendrado nas articulações para tentar regular o avanço da degradação ambiental no mundo ocorre de forma ainda modesta a partir da década de 1960, com o Clube de Roma, cujo trabalho do professor Dennis L. Meadows (1972) em conjunto com grupo de pesquisadores do MIT resultou no relatório denominado *Limites do Crescimento*, apresentado na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em 1972 na cidade de Estocolmo. A Declaração de

²⁸ BRÜSEKE (1995, p.30) e VARGAS (2002, p.224) são alguns destes autores.

Estocolmo aprovada nesta Conferência introduziu pela primeira vez na agenda política internacional a dimensão ambiental como condicionadora e limitadora do modelo tradicional de crescimento econômico e do uso dos recursos naturais.

De Estocolmo até o Rio de Janeiro, foram vinte anos de reuniões, declarações e relatórios. A Declaração de Cocoyok, resultado da reunião da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio-Desenvolvimento) e do UNEP (Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas), foi realizada em 1974 e concluiu que os países industrializados teriam que baixar seu consumo e sua participação desproporcional na poluição da biosfera (BRÜSEKE, 1995, p.32).

O Relatório Dag-Hammar skjöld foi elaborado pela fundação de mesmo nome, em parceria com o PNUMA e contou com a participação de pesquisadores de 48 países e publicado em 1975. Esse relatório amplia as discussões expressas da declaração de Cocoyoc sobre a problemática do abuso de poder e sua interligação com a degradação ecológica. Salienta que, no período colonial, nos países subdesenvolvidos, a minoria de colonizadores europeus concentrou as terras mais férteis. Como decorrência, significativa parcela da população original foi expulsa e marginalizada, sendo forçada a usar solos menos apropriados.

Ambos os relatórios anteriores foram considerados progressistas, por proporem mudanças na estrutura da propriedade no campo, a partir do controle dos produtores sobre os meios de produção e, portanto, foram rejeitados por parte dos governos dos países industrializados e por cientistas conservadores.

Estes resultados obtidos com os relatórios anteriores explicam em parte o caráter conciliatório do Relatório Bruntland²⁹, elaborado pela Comissão Mundial (da Organização das Nações Unidas) sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Verifica-se que neste período entre 1972 e 1992 há uma transição no curso que marca o fim do ideário keynesiano-fordista (ou como preferem diversos autores, o fim da modernidade). Cabe aqui observar que, de acordo com VEIGA (2005, p.208), tornou-se lugar comum afirmar que atualmente se vive na “aurora de uma nova era”, a cuja fase são atribuídos rótulos de “pós-moderna”, “pós-burguesa”, “pós-industrial” e “tecnocrônica”.

Este contexto de transição impõe a necessidade de uma análise que antecede um reexame dos conceitos, noções, abordagens, etc., sobre o desenvolvimento sustentável, cujo

²⁹ VEIGA (2005, p.113) é bem mais explícito ao afirmar que “o relatório ali lançado com o belo título de *Nosso Futuro Comum* foi intencionalmente um documento político, que procurava alianças com vistas à viabilização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92”

enunciado é oriundo do Relatório Bruntland.

Aqui cabe ainda uma advertência. Certamente que as articulações mundiais em torno da questão ambiental descritas aqui a partir da historiografia oficial não encerram as preocupações com a evolução dessa problemática até o momento, até porque se deve, também, dar relevância ao papel desempenhado pelos movimentos sociais, sobretudo àquele representado pelas diversas organizações não-governamentais que ao longo destes anos vêm participando ativamente das lutas em defesa do meio ambiente, assim como desses encontros, seja com assento nos eventos oficiais ou mesmo na realização de conferências paralelas, a exemplo do Fórum Global das Organizações Não-Governamentais realizado em 1992, durante a Rio92.

As publicações de vários literatos, cientistas e militantes também em muito contribuíram para que esta articulação viesse a ocorrer³⁰, muito embora até o presente momento, em termos mundiais, os resultados concretos de redução da poluição e da conservação e preservação do meio ambiente sejam questionáveis. Dados atuais relativos ao consumo de combustíveis em um cenário atual de esgotamento do petróleo e aumento incontrolado dos preços e do incremento da produção agrícola e industrial, associados às mudanças climáticas, apontam para um crescimento nunca observado antes³¹.

O próximo tópico discute o processo de transição na sociedade e um reexame sobre o desenvolvimento sustentável.

³⁰ Pode-se citar como o caso mais emblemático a escritora, cientista e ecologista norte-americana, Rachel Louise Carson, ao escrever em 1962 o livro *Primavera Silenciosa*, o qual afirmava que o uso indiscriminado de agrotóxicos, além de acarretar sérios riscos de câncer e outras doenças, prejudicaria o planeta a ponto de os pássaros deixarem de cantar na primavera. Sua publicação teve repercussão mundial e ajudou a desencadear uma mudança de postura dos EUA e de outros países do mundo em relação aos pesticidas e poluentes;

³¹ A estimativa de crescimento da economia mundial, de acordo com previsão do FMI, é de 3,7% em 2008. A produção mundial de automóveis cresceu em torno de 3% entre 2004 e 2005. A produção brasileira de veículos em 2006 voltou a bater recorde, alcançando a marca de 2,61 milhões de unidades, 3,1% acima do pico anterior registrado em 2005. Mesmo na iminência de acabarem as reservas de petróleo nos próximos 40 anos, em 2003, o consumo mundial estava em torno de 80 milhões de barris por dia (Mb/d), para atingir em 2007 um consumo mundial de 85,8 Mb/d. De 1900 a 1972 o preço do barril de petróleo ficou em média abaixo dos U\$ 20 dólares americanos. A partir desse ano os preços mantiveram-se elevados até o final da década de 1990, quando retornou ao nível dos U\$ 20 dólares, retomando o crescimento a partir de 2002 e chegando a ultrapassar a marca de U\$ 130 dólares em maio de 2008.

2.4. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL OU DESENVOLVIMENTO COM SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL?

2.4.1. Recuperação do Paradigma Institucional numa Fase de Transição

As transformações estruturais que se processaram no planeta a partir da década de 1970, com o declínio do ideário keynesiano-fordista (no campo econômico e social) enquanto modelo de acumulação capitalista predominante no Pós-Guerra e a hegemonia neoliberal (no campo político-institucional) a partir do final dos anos 1980, com a derrocada do socialismo real, impuseram o predomínio do mercado como principal condutor das relações sociais e econômicas em detrimento ao esgotamento do papel do Estado como provedor exclusivo dos bens públicos.

Este contexto permitiu, com a crise do petróleo e do *welfare state*, um novo *locus* de acumulação focado na concentração do capital produtivo, na globalização tecnológica e na financeirização do capital especulativo, com forte repercussão no enfraquecimento dos estados nacionais, na distribuição de renda e no redirecionamento da intervenção estatal para os conglomerados econômicos (LEAL, 2005).

Este quadro institucional de transição vem perdurando ao longo dos últimos decênios, configurando um estado de crise que, segundo alguns autores, antecede à formulação de um novo paradigma. Neste particular, o físico americano Thomas Samuel Kuhn (1922-1996) em sua obra essencial *A Estrutura das Revoluções Científicas* argumenta que a crise de um paradigma vigente gera a necessidade de um novo paradigma para resolver as questões não-resolvidas pelo anterior, resultando assim em uma revolução científica³².

O conceito de paradigma social, como uma “constelação de princípios, valores, percepções e práticas compartilhadas por uma sociedade, compondo uma visão particular da realidade, que constitui a base sobre a qual esta sociedade se organiza”, de acordo com CAPRA (1996, p.24), é de relevante importância para o entendimento desta fase de transição, referindo-se a uma generalização do conceito de paradigma científico de KUHN (1989,

³² Em sentido particular, o paradigma é um exemplar, como um conjunto de soluções de problemas concretos, ou seja, uma realização científica concreta que fornece os instrumentos conceituais e instrumentais para a solução de problemas. O paradigma é, neste sentido, uma “concepção de mundo” que, pressupondo um “modo de ver” e de “praticar”, engloba um conjunto de teorias, instrumentos, conceitos e métodos de investigação. Em outro caso, o conceito é utilizado para significar um conjunto de “realizações científicas concretas” capazes de fornecer “modelos dos quais brotam as tradições coerentes e específicas da pesquisa científica” (KUHN, 1989, p.270-271).

p.271). Identifica-se como parte deste processo de transição (e, portanto de crise) a proliferação de novas teorias.

Como disse Antônio Gramsci (1891-1937), em suas famosas “Cartas do Cárcere”, retratando bem esta fase de transição, “*a crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo não consegue nascer e, nesse interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparecem*”. Assim, temos uma crise quando o "velho" insepulto já não dirige os vivos e o "novo" ainda não se explicitou, não se qualificando, portanto, para orientar o presente. Este pode ser considerado como o paradoxo da contemporaneidade.

As teorias buscam explicar o mundo e estão freqüentemente em transformação. Muitas teorias vêm tentando explicar esta transição de final de século e início de milênio a partir de autores como HARVEY (1996), p.ex., com a acumulação flexível. Estes períodos caracterizam-se por desacordos constantes de conceitos e opiniões e pelo debate dos fundamentos destas teorias.

Outro fato relevante dessa transição é que, pela primeira vez, o uso da tecnologia mostra o quanto é frágil o meio ambiente. O resultado final da Segunda Guerra Mundial assusta a humanidade a partir da possibilidade concreta do ser humano deter o poder da autodestruição, destruindo também o planeta e todos os seres vivos. A questão ambiental é potencializada com a premência de esgotamento dos recursos naturais não-renováveis e o uso intensivo de combustíveis fósseis, cujo exemplo utilitário mais significativo é o petróleo. Os efeitos de transformação de energia e de recursos naturais disponíveis (baixa entropia) em resíduos e outras formas de poluição (alta entropia) também potencializam esta crise. A entropia como uma medida da desordem, será assunto a ser abordado adiante.

A preocupação ambiental assume contornos políticos e passa a integrar a agenda das instituições multilaterais, antecedendo a criação de entidades próprias. Como visto anteriormente, o debate se estabelece em várias instâncias, de forma gradual ao longo de trinta anos até a realização de uma primeira conferência de caráter mundial sobre a temática ambiental no início da década de 1970.

No decorrer dos vinte anos que se seguiram, este debate mundial sobre o meio ambiente promovido pela ONU determina a criação de um conceito (político) de sustentabilidade fortemente fetichizado pelo paradigma desenvolvimentista ditado pela economia de mercado. Ao mesmo tempo, sob pressão política das nações periféricas, detentoras de graves problemas sociais decorrentes desse mesmo modelo de (sub)desenvolvimento imposto pelos países centrais, estabelece-se um marco institucional que

aponta, segundo diversos autores, para a possibilidade de um novo paradigma, o desenvolvimento sustentável.

A questão que aqui se coloca inicialmente pretende buscar os elementos que justifiquem ou não essa consideração anterior e, de pronto, anuncia-se que as diversas teorias elaboradas não esgotam e até justificam os preceitos teóricos kunhianos de que em regime de transição há uma proliferação de teorias, as quais podem até enunciar, adiante, um novo paradigma.

O reexame de diversos conceitos, enunciados e/ou noções sobre desenvolvimento sustentável corrobora esta assertiva anterior, como será visto no próximo tópico.

2.4.2. Reexaminando o Desenvolvimento Sustentável

“Já o homem moderno, faustiano, não conhece limites pré-estabelecidos. Em princípio, tudo lhe é possível” (Antônio Cícero, publicado na Folha de São Paulo em 22/3/2008)

As diversas tentativas de conceitos, noções e/ou enunciados³³ sobre o desenvolvimento sustentável (alguns discutidos na introdução) podem ser assim segmentados: a) a partir do processo de intensos debates cujo desenlace, como dito, é o Relatório Brundtland aprovado no Rio de Janeiro em 1992; b) a partir de uma abordagem que vários autores fazem como contraponto ao discurso hegemônico, colocando a contradição da sustentabilidade ambiental estar ao lado do quadro institucional de um capitalismo de mercado; ou, ainda, c) por aqueles que preferem aceitá-lo como possível, descartando a prioridade atual de conceituá-lo, mas de compreendê-lo como proposta de um novo modelo de desenvolvimento. Estas três concepções são discutidas a seguir.

Como mencionado na introdução, o enunciado oficial da CMMDA (1991) busca um pacto entre os países. Pode-se constatar, por exemplo, que o conceito adotado por Sérgio Buarque sofre em parte influência daquele que emergiu na Rio92, a saber:

“[...] o desenvolvimento sustentável está baseado numa visão holística da realidade complexa e numa abordagem sistêmica da totalidade, demandando interdisciplinaridade e interação entre as diversas dimensões da realidade sócio-cultural, ambiental, científico-tecnológica, político-institucional e econômica, com diferentes ritmos e graus de maturação (em conformidade com as especificidades locais), e mudanças de atitude no que concerne às relações interpessoais no

³³ Conceito aqui é tratado como uma noção abstrata contida nas palavras de uma língua para designar, de modo generalizado e, de certa forma, estável, as propriedades e características de uma classe de seres, objetos ou entidades abstratas [Um conceito possui: *extensão*, que é o número de elementos da classe em questão (o conceito de 'animal' tem maior extensão do que o de 'vertebrado'); e *compreensão*, que é o conjunto dos caracteres que constituem a definição ('vertebrado', que não inclui todos os animais, tem compreensão mais detalhada do que 'animal').]. Noção é o conhecimento imediato, intuitivo, de algo. Enunciado é uma exposição sumária de uma asserção a ser definida, explicada ou demonstrada. (HOUAISS, 2008).

presente e no futuro (via a modificação dos seus padrões de consumo) [...]” (BUARQUE, 1994, p.57-80)

Segundo este economista pernambucano, a proposta de um projeto de desenvolvimento sustentável deve ser, portanto, concebida e formulada a partir de um enfoque de complexidade, considerando ainda as restrições da organização do sistema sócio-ambiental e considera ainda que, neste sentido, o desenvolvimento sustentável pode ser conceituado de forma mais operacional como:

"[...] um processo de mudança social e elevação das oportunidades sociais, compatibilizando, no tempo e no espaço, eficiência econômica, conservação ambiental e equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e a solidariedade entre gerações" (BUARQUE, 1994 p.67).

Assim, o desenvolvimento sustentável deve ser adequado nas suas abordagens ao espaço local (“pensar globalmente e agir localmente”), ao longo do tempo. Ao incluir a possível compatibilidade entre equidade social, eficiência econômica e conservação ambiental, contemplada no relatório da CMMDA, esta proposta apesar das dificuldades teóricas de se tornar exeqüível, pode apresentar possibilidades práticas no caso dos catadores.

STAHEL (1995, p.104), a partir de outro ponto de partida, considera que ao buscar-se um desenvolvimento sustentável hoje se está, ao menos implicitamente, pensando em uma sustentabilidade dentro do quadro institucional de um capitalismo de mercado. Chama a atenção que o conceito corre o risco de tornar-se vazio, servindo apenas para dar uma nova legitimidade para a expansão insustentável do capitalismo.

A superficialidade do conceito também faz com que muitas empresas, órgãos públicos e a mídia, em grande parte, utilizem a marca “desenvolvimento sustentável” como uma espécie de certificação ambiental (e muitas vezes até como uma *grife*), o que pouco ou nada tem contribuído para aprofundar o debate.

Arne Naess, filósofo norueguês, contribui neste entendimento a partir das expressões “*ambientalismo superficial*” e “*ecologia profunda*”. O ambientalismo superficial aceita o paradigma mecanicista dominante e não há questionamento sobre o modelo empresarial dominante. A empresa é vista como máquina e considera a economia tradicional, quantificável, mantendo e reforçando o *status quo*, sem fornecer soluções concretas para os problemas ambientais. O ambientalismo superficial é antropocêntrico, vê o ser humano como centro de tudo, fonte de todo valor, e a natureza é reduzida a valor de uso. O ambientalismo superficial aceita por omissão a ideologia do crescimento econômico e pratica a chamada imagem “verde”, com mudanças ambientais cosméticas, com gastos em publicidade, marketing e promoção da imagem (CALLENBACH *et al*, 2003 p.87-90).

A ecologia profunda envolve a mudança para uma visão de mundo holística e sistêmica que percebe o mundo como sistema vivo e não máquina; a empresa é um sistema vivo que transcende à economia tradicional. Reconhece o valor intrínseco dos seres vivos e encara os humanos como um fio da teia da vida. Substitui o crescimento (ou desenvolvimento) econômico pela idéia da sustentabilidade ecológica e do desenvolvimento sustentável (CAPRA, 1996, p.25-26).

CASTELLS (2002, p.141-166) analisando o movimento ambientalista identifica quatro linhas de discurso, a saber: i) uma relação estreita e ao mesmo tempo ambígua com a ciência e a tecnologia; ii) o fato do ambientalismo se apresentar como um movimento que tem por base a ciência; iii) os conflitos sobre a transformação estrutural são sinônimos da luta pela redefinição histórica das duas expressões fundamentais e materiais da sociedade, o tempo e o espaço; e, por fim, iv) que o movimento ambientalista é provavelmente o protagonista do projeto de uma temporalidade nova e revolucionária. Nesta última abordagem, o autor propõe uma distinção entre três formas de temporalidade, o *tempo cronológico* (característico do industrialismo, capitalismo e do estatismo), o *tempo intemporal* (característico de processos dominantes em nossas sociedades, aparentemente imutáveis) e o *tempo glacial*, que implica que a relação entre homem e natureza é um processo evolucionário e de longo prazo.

Segundo ainda este autor, este último é o tempo adotado pelos ambientalistas ao observar a interação entre todas as formas de matéria em uma perspectiva evolucionária. A questão temporal é tema de difícil solução no debate sobre o desenvolvimento sustentável, sobretudo pela sua inexequibilidade prática.

A idéia de utilização de recursos renováveis justifica-se pela noção de manutenção do equilíbrio ecológico ao longo do tempo. Em termos bem objetivos, viver no tempo glacial significa estabelecer os parâmetros de nossas vidas a partir da vida de nossos filhos, dos filhos dos nossos filhos e assim sucessivamente. Assim defende o autor: “a proposta de desenvolvimento sustentável como forma de solidariedade entre gerações reúne um egoísmo saudável e um pensamento sistêmico dentro de uma perspectiva evolucionária”. Esta é uma importante contribuição ao nosso campo analítico.

SILVA (2005, p.37) contribui a partir de uma abordagem multidisciplinar conceituando o desenvolvimento sustentável como um processo contínuo de transformação que ocorre de forma harmoniosa nas dimensões espacial, social, ambiental, cultural e econômica, a partir do individual para o global e que deve ser discutido com base nas delimitações destas dimensões, para, em seguida, avaliar as suas inter-relações internas e

externas como um sistema adaptativo complexo, cujas transformações ocorrem com o passar do tempo e modificam de forma definitiva a sociedade.

Diante das inúmeras tentativas teóricas de conceituação do desenvolvimento sustentável que estão colocadas e que, evidentemente, não estão próximas de se esgotar, chama a atenção a observação de CARVALHO (2006, p.206) ao considerar que a formulação da Comissão Bruntland, que supõe que a “humanidade seja capaz de tornar o desenvolvimento sustentável pela ação (re)educadora do Estado junto à sociedade”, está sendo admitida de forma a-histórica e sem uma análise crítica para viabilizá-la num mundo real dividido e dominado pelo hegemônico modo de produção capitalista contemporâneo. Ao mesmo tempo, este autor releva a noção de *sustentabilidade* à categoria de um quase consenso e propõe uma ampliação no âmbito da microeconomia (já em curso por economistas neoclássicos), inserindo nesta análise a consideração indispensável das externalidades ambientais e da macroeconomia.

Esse autor (assim como vários outros aqui citados) ressalta a louvável contribuição de Ignacy Sachs ao conceber que o planejamento do desenvolvimento sustentável para se tornar rigorosamente operacional deve considerar a sustentabilidade ambiental em suas múltiplas dimensões, sujeitas as seguintes limitações:

- a) A *sustentabilidade biofísica*, pressupondo que as novas políticas de desenvolvimento econômico incorporem, além da justiça social³⁴, a possibilidade de mudanças tanto no acesso e uso dos recursos naturais, quanto na distribuição social dos custos e benefícios dos danos causados pela atividade econômica sobre a natureza;
- b) A *sustentabilidade política*, que pressupõe uma democracia moderna, caracterizada pela ampla participação de todos os membros da sociedade nos diversos problemas que o afligem, em que Estado e sociedade promovem e viabilizam um arco de alianças e pactos sócio-políticos para assegurar as condições necessárias de governabilidade e de uma boa governança em prol de um desenvolvimento auto-sustentado, com estabilidade e oportunidades de emprego e renda para todos os cidadãos;

³⁴ Existem diversas acepções sobre justiça social, mas a noção econômica de justiça social é certamente a mais difundida e deve ser o mote de inspiração de Ignacy Sachs neste caso, qual seja, justa distribuição da renda ou da riqueza, de acordo com as necessidades e a capacidade das pessoas, aumento do nível de renda das massas, diluição progressiva das diferenças de classe e fazer com que um número cada vez maior de pessoas participe da propriedade dos meios de produção e do consumo de bens.

- c) A *sustentabilidade econômica*, pressupondo uma melhoria na eficiência alocativa e na gerência dos estoques de recursos e dos fluxos de investimentos públicos e privados, oportunizadores de mais emprego e renda, de forma a promover o crescimento auto-sustentado;
- d) A *sustentabilidade social*, pressupondo uma melhor equidade, quanto à distribuição de renda e da riqueza, de modo a reduzir as assimetrias dos padrões sociais entre pobres e ricos e proporcionar uma melhor qualidade de vida para as pessoas;
- e) A *sustentabilidade ecológica*, pressupondo inovações tecnológicas capazes tanto de evitar os danos sobre os recursos naturais não-renováveis e sobre o meio ambiente, como de reduzir o volume de resíduos e da poluição a partir da conservação de energia e dos recursos naturais e da indústria de reciclagem;
- f) A *sustentabilidade cultural*, que pressupõe a inclusão social dos vários saberes populares naquilo que possam contribuir para o encaminhamento de soluções específicas para certos locais; e,
- g) A *sustentabilidade espacial*, pressupondo a construção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e também um ordenamento territorial mais harmonioso dos assentamentos humanos e das atividades econômicas.

FOLADORI (2001, p.209) sustenta que o problema da crise ambiental não deve ser colocado em termos de se a sociedade humana se defronta com limites físicos, porque não existe tal “sociedade humana”, segundo o autor, mas classes e grupos em aliança e oposição, que se relacionam entre si e com o entorno de maneira totalmente diferente. O problema não é prioritariamente técnico. O problema é social. O problema central, ainda segundo ele, reside nas relações sociais de produção.

A partir do reexame, precedido de uma análise da evolução histórica do processo de formação, dos diversos conceitos sobre desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, ecodesenvolvimento e outras denominações que são freqüentes nos meios acadêmicos, políticos e técnicos, procura-se aqui elaborar um primeiro quadro de referência teórico-conceitual que fundamenta esta questão e justifica as hipóteses levantadas.

Parece-nos óbvio que não é possível o desenvolvimento sustentável com exclusão social. Este é um primeiro postulado para a análise que será mais bem detalhada adiante em tópico específico. Aceita-se a teoria da entropia como explicação para a insustentabilidade do modelo econômico predominante e recorre-se à economia solidária como possibilidade de um modelo de inclusão que represente uma alternativa à maioria dos catadores, permitindo

justificar alguma forma de sustentabilidade, considerando-os como protagonistas da sua história. Considera-se a persistência da ação coletiva dos movimentos sociais (em toda sua plenitude) como forma de regulação histórica do modelo de desenvolvimento econômico e, sobretudo de luta da sociedade dos excluídos para “sair da barbárie”, permitindo vislumbrar melhores possibilidades no presente e no futuro. A avaliação das políticas públicas indica caminhos relevantes na forma de luta escolhida pelos catadores e aponta para a questão da temporalidade, das futuras gerações. O conceito de paradigma abordado anteriormente sobressai-se enquanto relevante teoria na busca de um quadro referencial para contribuir na explicação dessa fase de transição.

Discorremos então sobre um gradual processo de sustentabilidade socioeconômica que se associa ao quadro atual da questão ambiental, o qual, partindo da organização política e social para a tipologia do trabalho de catadores de materiais recicláveis, aponta para um modelo de desenvolvimento sustentável que harmoniza preocupações ambientais com questões socioeconômicas, no sentido de SACHS (2004, p.118), *socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado*.

Como observado, o reexame de conceitos sobre sustentabilidade apresenta uma diversidade de abordagens que nos conduz a estabelecer um quadro de referência para a análise empírica, baseado na Teoria dos Sistemas, cujo bojo das discussões foca na inter-relação das variáveis e na multidisciplinaridade.

As dimensões de análise, apresentadas a seguir com base no reexame exposto anteriormente, são complementadas com base nas propostas de SILVA (2005, p.21-37) e ZANCHETI (2002, p.81)³⁵ para o caso da sustentabilidade e ALENCAR (1999, p.40-48) para o caso dos resíduos sólidos. Lembrando que a análise empírica não necessariamente significa abarcar a totalidade das dimensões enredadas na sustentabilidade, mas tão somente aquelas mais significativas ao objeto empírico de estudo.

- Dimensão Produtiva – Esta dimensão permite visualizar as organizações de catadores (cooperativas, associações e redes) com objetivos vinculados a retornos financeiros, com possibilidade de ampliar a participação na cadeia produtiva dos materiais recicláveis a partir de ações baseadas nos princípios da

³⁵ Ambos os autores citados trabalham as seguintes dimensões de análise: econômica, social, cultural e ambiental. A dimensão política é abordada em ZANCHETI (2002, p.81), mas não em SILVA (2005, p.21-37), que, por outro lado, trabalha a dimensão espacial. No presente estudo sobre os catadores identificamos como prioridades para análise as dimensões político-institucional, social e produtiva. A dimensão ambiental é abordada, mas não integra os estudos de campo, por entendermos que por se referir à reciclagem torna-se implícito os seus impactos, devidamente estudados por vários autores. Ao final do Capítulo 4 há um esforço de quantificá-la com base em fontes secundárias.

economia solidária. Neste contexto, pode-se falar em eficiência social, aqui introduzida como o valor do investimento por unidade de trabalho gerado e que contempla a eficiência física, econômica e de mercado. Envolve os aspectos físico-operacionais (inclui o suporte físico em termos de instalações existentes e equipamentos utilizados, as tecnologias utilizadas e disponíveis e, os processos de operação utilizados na execução das funções) e organizacionais (os demais agentes envolvidos, suas interfaces e relações, os modos de estruturação e funcionamento interno e, a organização para planejamento) necessários à gestão e operação com eficiência, além das facilidades econômicas. Para tanto, acredita-se que a reciclagem proporcionada pelos catadores persistirá em decorrência da existência de um ativo mercado de produção e comercialização de materiais recicláveis.

- Dimensão Social – Pressupõe uma melhor equidade de modo a reduzir as assimetrias dos padrões sociais existentes e proporcionar uma melhor qualidade de vida para os catadores e a sociedade. Contempla as ações das redes e movimentos sociais, a participação comunitária e as oportunidades sociais. Envolve o protagonismo, a percepção e a interação dos indivíduos. A sociabilidade, socialização e o combate à exclusão social. A formação da base social está relacionada intimamente aos aspectos culturais e econômicos. A interação dos indivíduos e a constituição de uma dinâmica social ocorrem por questões econômicas e culturais, principalmente, delimitadas em um determinado espaço com recursos ambientais escassos.
- Dimensão Político-Institucional – Implica em perceber as organizações e redes de catadores como um instrumento de poder, com objetivos e interesses próprios, considerando ainda, os processos de participação e de influência dos diversos agentes integrantes deste sistema e seus mecanismos de decisão. Nesta instância deve-se visualizá-los a partir de uma perspectiva mais ampla, envolvendo a congregação de pessoas, grupos e comunidades (transcendendo às entidades jurídicas) com seus interesses individuais, grupais ou comunitários, permitindo liberdades políticas e a formação de um arco de alianças sócio-políticas de modo a garantir a governança. De maneira bastante pragmática, deve incorporar a organização da categoria e sua articulação com o poder público com o objetivo de ter acesso a verbas, financiamentos, autorizações e demais negociações que estendem aos catadores benefícios e

direitos, na direção da formulação de políticas públicas. Segundo ENRIQUEZ (1997, p.71), uma sociedade não pode ser fundada nem durar se não elaborar as instituições, que significam os “conjuntos” que têm como função a orientação e a regulação social global. Uma instituição visa a estabelecer um modo de regulamentação e tem por objetivo manter um estado, fazê-lo durar e assegurar a sua transmissão. As instituições pressupõem relações sociais estáveis entre os agentes intervenientes no processo. Os agentes intervenientes são: o poder público, a iniciativa privada, as organizações de apoio e os catadores de materiais recicláveis.

- Dimensão Ambiental - Considera os impactos positivos no meio ambiente decorrentes da reciclagem de resíduos sólidos e os efeitos entrópicos que esta atividade possibilita. A reciclagem de papel, vidro, metal e plástico, para citar somente os materiais mais frequentes nos resíduos sólidos urbanos, possibilitam a preservação de recursos naturais (árvores que deixarão de ser derrubadas para utilização da celulose, redução da exploração de jazidas de minérios - sílica, ferro, cobre, bauxita, dentre outros), além da redução do consumo de água, energia elétrica, petróleo e da emissão de poluentes no solo, no ar e na água. A intensificação da reciclagem aliada ao processo urbano e ao desenvolvimento tecnológico adequado utilizado nestes e em outros materiais pode contribuir, no médio e longo prazo, com a sustentabilidade das fontes renováveis e não-renováveis naturais.

Propõe-se assim uma análise qualitativa, baseada no processo de evolução sócio-histórica, associado à análise conjunta das dimensões escolhidas. Algumas dessas questões de ordem conceituais serão retomadas adiante no estudo empírico. Cabe ainda neste reexame de conceitos, enunciados e/ou noções sobre desenvolvimento sustentável, discutir uma categoria teórica de análise que se sobressai neste debate – a teoria da entropia e o seu reatamento no meio ambiente e na economia. No capítulo seguinte discute-se essa abordagem teórica.

2.5.SOBRE ENTROPIA E SEUS EFEITOS NO MEIO AMBIENTE

“Pensar na geração futura é, teoricamente, mais simples do que pensar na presente, já que se está assinando um contrato para outros cumprirem, sem a necessidade de qualquer restrição ao presente” (SILVA, 2005)

Para se entender o processo de transição é preciso se desvencilhar do paradigma industrial, cada vez mais distante, que predominou nos países centrais, qual seja o modelo fordista, mecanicista, cartesiano e linear, baseado na física newtoniana, e discutir a proposição de um novo modelo, complexo, que envolve o pensamento cíclico, holístico e humanista.

Clóvis CAVALCANTI (1995 p.19), certamente o mais importante economista pernambucano com preocupações ecológicas, destaca que na visão desenvolvimentista tradicional (leia-se crescimento), a natureza é percebida como uma cornucópia³⁶ fornecedora inexaurível de recursos e, ao mesmo tempo, como um receptor de infinita capacidade de absorção de dejetos.

Misto de historiador e jornalista ecológico, Marcos Sá Correia³⁷ considera que se formou uma idéia arraigada na sociedade brasileira de que “há meio ambiente em demasia no Brasil” e que, portanto “pode-se gastá-lo à vontade”. A sociedade ocidental, a partir da racionalidade (sobretudo econômica) que emergiu com a modernidade, vem pensando dessa forma há muitas décadas. Como veremos, estas considerações estão na base da análise sobre o inexorável aumento da entropia.

Para Nicholas GEORGESCU-RÖEGEN (1971 *apud* STAHEL, 1995 p.105-112), a atividade econômica produz bens úteis à satisfação dos seres humanos, pela transformação dos recursos naturais. São produtos oriundos da natureza, de baixa entropia e exportam para a mesma natureza os dejetos provenientes de suas atividades, os quais são dejetos materiais de alta entropia. Os indicadores de crescimento econômico são refletidos por meio da abundância industrial como uma bênção para a geração presente, mas é definitivamente contrário ao interesse da espécie humana, sobretudo das gerações futuras.

Baseado na Segunda Lei da Termodinâmica, a entropia é entendida da seguinte forma, nas palavras do próprio GEORGESCU-RÖEGEN (1973 *apud* VEIGA, 2005, p.120):

³⁶ Na mitologia é representado simbolicamente por um vaso em forma de chifre, com frutas e flores que dele extravasam profusamente. Foi considerado como um antigo símbolo da fertilidade, riqueza, abundância, e que, hoje, simboliza a agricultura e o comércio.

³⁷ A partir de depoimento pessoal, em Maio/2005 (Encontro da Fundação AVINA, Brasília).

“No limite, trata-se de algo relativamente simples: todas as formas de energia são gradualmente transformadas em calor, sendo que o calor acaba se tornando tão difuso que o homem não pode mais utilizá-lo. Para ser utilizável, a energia precisa estar repartida de forma desigual. Energia completamente dissipada não é mais utilizável”.

Para ele o crescimento é sempre depleção e, portanto, isso significa encurtamento de expectativa de vida dos seres humanos. Como observado, as atividades econômicas gradualmente transformam energia em formas de calor tão difusas que se tornam inutilizáveis. A energia está sempre passando, de forma irreversível e irrevogável, da condição de disponível para não-disponível. Quando utilizada, uma parte da energia de baixa-entropia (livre) se torna de alta entropia (presa).

Para poder manter seu próprio equilíbrio, a humanidade tira da natureza os elementos de baixa entropia que permitem compensar a alta entropia que ela causa. O crescimento econômico moderno exigiu a extração de baixa entropia contida no carvão e no petróleo. Segundo o autor, ocorrerá em algum momento do futuro o oposto do que se sucedeu nos últimos dez mil anos, ou seja, a humanidade deverá apoiar a continuidade de seu desenvolvimento na retração, com decréscimo da produção (GEORGESCU-RÖEGER, 1973, *apud* VEIGA, 2005 p.121):

Quanto mais a sociedade industrial acelerar o processo produtivo e quanto mais a sociedade consumir, ocorrerá evidentemente mais gasto de energia, fazendo aumentar a entropia. O ser humano não pode deter a entropia, mas pode desacelerá-la, favorecendo inclusive formações sociais com menos uso e desperdício de energia, prolongando assim o tempo de sobrevivência pessoal e coletiva.

Do ponto de vista da termodinâmica, matéria e energia participam do processo econômico em um estado de baixa entropia e geram produtos em um estado de alta entropia. A não sustentabilidade da exploração dos recursos naturais gera dejetos que retornam à natureza na forma de matéria e energia, entrópicos, comprometendo a recomposição dos ativos da natureza e afastando-os do ponto de equilíbrio.

De fato, a cadeia alimentar da natureza gera entropia, mas de baixa intensidade, que a própria natureza consegue dissipar. Concomitantemente, as atividades econômicas e humanas exploram materiais da natureza e geram energia por meio do processo produtivo, causando entropia de alta intensidade, que degrada o meio ambiente.

Vários processos de produção de bens de consumo com a utilização de matérias-primas naturais (bauxita, ferro-gusa, petróleo, etc.) provocam aumento da entropia, pois utilizam fontes não-renováveis (muitas delas são destruídas nos processos para gerar energia,

a exemplo do carvão vegetal e do petróleo) e consomem elevadas quantidades de energia e água. A reciclagem em si, ou seja, refazer o ciclo produtivo de materiais orgânicos e inorgânicos, principalmente por processos como a compostagem, minimiza estes efeitos, na medida em que possuem entropia de baixa intensidade. A quantidade de energia ou calor que se perde nestes sistemas físicos quando ocorrem mudanças de um estado a outro é menor que os processos de destruição por incineração dos resíduos sólidos, por exemplo, infelizmente ainda muito utilizados em diversos países, inclusive no Brasil.

Por outro lado, como foi visto, os resíduos participam com 2,8% das emissões globais de gases que provocam o efeito estufa. A reciclagem da matéria orgânica, principalmente, contribui em muito para reduzir este problema, na medida em que uma significativa parcela destas emissões são decorrentes da inadequada disposição em lixões e dos processos de incineração dos resíduos sólidos.

A partir dessa categoria de abordagem e no reexame efetuado sobre a sustentabilidade do desenvolvimento, indaga-se agora qual o modelo de desenvolvimento permite-nos falar em sustentabilidade ambiental, com base nas injunções teóricas anteriores. Advoga-se a idéia de um desenvolvimento com liberdade e com sustentabilidade ambiental que possibilite uma equilibrada relação entrópica, considere o combate à exclusão social como prioridade e admita um modelo de economia baseada na solidariedade sincrônica com a geração atual e diacrônica com as gerações futuras, adotando-se para tanto a temática dos resíduos sólidos recicláveis como *case* para estudo. Para tanto, serão examinadas estas questões nos próximos tópicos.

2.6. LIBERDADE PARA SE DESENVOLVER COM SUSTENTABILIDADE

“Mesmo hoje, as economias em desenvolvimento ainda podem ser descritas como arquipélagos de empresas modernas com alta produtividade do trabalho, imersas no oceano de atividades de produtividade baixa ou muito baixa, que formam o tecido intersticial do sistema econômico. A maior parte do PIB vem do arquipélago. A maior parte das pessoas nada no oceano, tentando sobreviver” (SACHS, 2004, p.31)

A questão do desenvolvimento não deve ser abordada de forma simplória. De acordo com SACHS (2004, p.30) a sua multidimensionalidade e complexidade explicam o seu caráter fugidio e de constante evolução. Como contrapondo ao fundamentalismo econômico atual que sustenta o triunfo do mercado, ele considera que os mercados são apenas uma das muitas instâncias que participam do processo de desenvolvimento, ou seja, o crescimento econômico tem um valor apenas instrumental e não garante por si o desenvolvimento.

Os objetivos do desenvolvimento são sempre éticos e sociais (solidariedade sincrônica), com uma condicionalidade ambiental explícita (solidariedade diacrônica com as gerações futuras) que o complementa com a sustentabilidade.

Há um crescente distanciamento da ciência econômica da realidade concreta pela sua negligência frente à base material do próprio processo econômico e da sua incapacidade de dar conta do aspecto histórico e irreversível do processo de desenvolvimento.

Nesta linha de argumentação, VEIGA (2005, p.84) chama atenção de que não se deve cometer a simplificação exagerada de usar, por exemplo, o PIB *per capita* para medir o desenvolvimento. Este autor promove uma instigante discussão sobre o que é desenvolvimento, considerando *a priori* que existem três tipos básicos de respostas a esta indagação: a primeira é a mais freqüente e trata o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico; a segunda diz que o desenvolvimento é uma ilusão, mito ou manipulação ideológica; e, a terceira, que ele denomina de caminho do meio, no qual uma das soluções discutidas consiste na teoria do desenvolvimento como liberdade, de Amartya Sen, conforme será tratado adiante.

Antes é importante salientar que o trabalho da primeira geração de economistas do desenvolvimento foi inspirado na cultura econômica da época, cujas prioridades eram o *welfare state*, o pleno emprego, o planejamento e a intervenção do Estado nos temas econômicos e surgiu no Pós-Guerra, no contexto da recuperação dos países que tiveram suas infra-estruturas sociais e econômicas destruídas. Essas ainda podem ser consideradas prioridades bem atuais, se considerarmos o caso brasileiro.

Recentemente algumas agências internacionais como o Banco Mundial insistem em adotar terminologias cunhadas como esforços para lançar novos paradigmas de desenvolvimento, possivelmente como cortinas de fumaça para justificar que o modelo atual de desenvolvimento é compatível com a exclusão social e a preservação ambiental, ou ainda, como se refere SACHS (2002, p.131), devido ao fracasso das políticas neoliberais e do Consenso de Washington. Neste mesmo artigo ele critica o “*festival de capitais*” adotados como se o desenvolvimento resultasse da ação conjunta de vários capitais e somente deles (capital social, capital humano, capital natural, capital social, etc.). Ressalta a inadequabilidade do termo capital social e prefere ser considerado sujeito da ação, e não instrumento do desenvolvimento. De fato o destaque que tenta se forjar com a priorização do capital como substantivo em relação aos demais é totalmente inapropriada, chegando a ser paradoxal.

A esse respeito, Dudley Seers (1920-1983), economista britânico especializado em desenvolvimento econômico, já escrevia em 1969 que é necessário eliminar o fetiche do crescimento na teoria sobre desenvolvimento, argumentando naquela época que o desenvolvimento é um fenômeno social que envolve algo mais do que a taxa de crescimento *per capita* e que significa a eliminação conjunta da pobreza, do desemprego e da desigualdade. Nas suas próprias palavras:

“Por tanto, lo que hay que preguntar acerca del desarrollo de un país es: ¿qué ha sucedido con la pobreza?, ¿y con el desempleo?, ¿y con la desigualdad? Si los tres alcanzaban antes niveles elevados y ahora han disminuido, podemos afirmar sin lugar a dudas que ha habido un proceso de desarrollo en el país en cuestión. Pero si uno o dos de estos problemas fundamentales ha empeorado, y sobre todo si han sido los tres, no podemos llamar a ese proceso "desarrollo" aunque la renta *per cápita* se haya multiplicado por dos”³⁸.

O caminho do meio proposto por VEIGA (2004, p.79-82) é baseado nos estudos de Celso Furtado, Ignacy Sachs e Amartya Sen sobre desenvolvimento. “O desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente”, disse Celso Furtado, pouco tempo antes de falecer, em entrevista à Revista de Economia Política, em 2004.

SACHS (2004, p.35) por sua vez, está convencido que o desenvolvimento pode permitir que cada indivíduo revele sua capacidade, seus talentos e sua imaginação na busca da auto-realização e da felicidade, mediante esforços coletivos e individuais, combinação de trabalho autônomo e heterônomo e de tempo gasto em atividades não econômicas. Enfatiza que os aspectos qualitativos são essenciais.

Outro autor já citado, SILVA (2005, p.20) também chama a atenção para a importância do indivíduo no epicentro do desenvolvimento. Neste particular, consideramos a opinião do indivíduo sobre estas questões de fundamental importância.

Maneiras viáveis de produzir meios de vida não podem depender de esforços excessivos e extenuantes por parte de seus produtores, de empregos mal remunerados exercidos em condições insalubres, da prestação inadequada de serviços públicos e de padrões sub-humanos de moradia.

Duas reconceituações quanto ao debate atual sobre desenvolvimento merecem aqui ser destacadas: o conceito de ecodesenvolvimento surgido na década de 1980, proposto por Maurice Strong e sistematizado por Ignacy Sachs, posteriormente denominado de desenvolvimento sustentável, cujo debate teórico em função da sua importância neste estudo

³⁸ Referenciado por SACHS (1986) e obtida no site: <http://www.eumed.net/cursecon/economistas/seers.htm> esta citação de Dudley Seers integra sua obra “The Limitations of the Special Case”, publicada originalmente em 1969.

foi devidamente tratado no Capítulo 1 – Introdução e, o de desenvolvimento como liberdade, tese defendida por Amartya Sen e que será tratada a seguir.

Segundo este autor, o desenvolvimento pode ser redefinido em termos da universalização e do exercício efetivo de todos os direitos humanos: políticos, civis e cívicos, econômicos, sociais e culturais, assim como direitos ao desenvolvimento e ao ambiente.

SEN (2002) demonstra que o desenvolvimento pode ser visto como um processo integrado (social, econômico e político) de expansão das liberdades reais (substantivas) interligadas que as pessoas desfrutam. Para que isso aconteça, considera necessário remover as principais fontes de privação das liberdades (pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas, destituição social sistemática, negligência de serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos). O exercício da liberdade é mediado por valores, influenciados por discussões públicas e interações sociais, que por sua vez são influenciadas pelas liberdades de participação.

O autor investiga, empiricamente, cinco tipos de liberdade, numa perspectiva instrumental: *a) liberdades políticas; b) facilidades econômicas; c) oportunidades sociais; d) garantias de transparência; e, e) segurança protetora*. Essas formas de avaliar a liberdade são centrais na nossa investigação empírica junto aos catadores. A seguir, descreve-se cada uma dessas tipologias de liberdade.

a) liberdades políticas – oportunidades que as pessoas têm para determinar quem deve governar e com base em que princípios. Inclui direitos civis, possibilidade de fiscalizar, criticar autoridades, liberdade de expressão política, imprensa sem censura, direitos políticos associados às democracias (diálogos, dissensão e crítica, direito de voto e seleção participativa de legisladores e executiva).

b) facilidades econômicas – oportunidades que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção e troca. Os intitamentos econômicos³⁹ que uma pessoa tem dependerão dos seus recursos disponíveis, condições de troca, preços relativos e funcionamentos dos mercados e, quanto mais o processo de desenvolvimento econômico aumenta a renda e a riqueza, aqueles aumentam. A disponibilidade de acesso ao financiamento para todos tem influência crucial nos intitamentos, assim como o modo da distribuição das rendas adicionais.

³⁹ Segundo SEN (2002, p.54) o *entitlement* (intitamento) de uma pessoa é representado pelo conjunto de pacotes alternativos de bens que podem ser adquiridos mediante o uso dos vários canais legais de aquisição facultados a essa pessoa. Salienta que uma pessoa passa fome quando seu intitamento não inclui, no conjunto de pacotes alternativos que ela pode adquirir, nenhum pacote de bens que contenha uma quantidade adequada de alimentos. Considera o pacote original de bens que uma pessoa possui como dotação e o que ela pode adquirir de intitamento de troca.

c) oportunidades sociais – são as disposições que a sociedade estabelece nas áreas de saúde, educação, etc. Amplia a participação em atividades políticas e econômicas (p.ex. o analfabetismo é uma restrição), conduz melhor a vida privada.

d) garantias de transparência – refere-se às necessidades de sinceridade que as pessoas podem esperar, suposições das interações sociais, liberdade de lidar uns com os outros sob garantias de dessegredo e clareza, que têm papel instrumental como inibidores de corrupção, da irresponsabilidade financeira e de transações ilícitas.

e) segurança protetora – rede de segurança social para impedir a fome, morte, etc. Inclui disposições institucionais fixas, como benefícios aos desempregados, suplementos de renda para indigentes, dentre outros. Algumas pessoas podem encontrar-se no limiar da vulnerabilidade e sucumbir a uma grande privação em consequência de mudanças materiais que alteram suas vidas.

A partir da investigação desses tipos de liberdade, o autor identifica uma mudança fundamental no modo de se ver o desenvolvimento e demonstra a necessidade de se reconhecer o papel das diferentes formas de liberdade no combate a privações, destituições e opressões existentes numa sociedade marcada por um grau de opulência difícil de imaginar há dois séculos.

Baseado nisso, VEIGA (2005 p.33-34) salienta que problemas novos convivem com outros muito antigos, a exemplo da persistência da pobreza (e no nosso caso da exclusão social) e de necessidades essenciais não satisfeitas, a ampla disseminação de fomes coletivas e crônicas, dentre outras.

Para combater estes problemas, segundo SEN (2002, p.19) é importante que a liberdade individual seja considerada um comprometimento social. A expansão da liberdade é vista como o principal fim e o principal meio do desenvolvimento e consiste na eliminação de tudo o que limita as escolhas e oportunidades das pessoas. O crescimento econômico pode ser importante como um meio de expandir as liberdades obtidas pelos membros de uma sociedade, mas as liberdades também dependem de outros determinantes, como serviços de saúde, educação e direitos civis. Para atingir o desenvolvimento é necessário que se removam as principais fontes de privação de liberdade.

Retomando SACHS (2004 p.33), constata-se que o planejamento moderno é essencialmente participativo e dialógico, exigindo negociação entre os atores envolvidos no processo de desenvolvimento, conformando arranjos contratuais entre as autoridades públicas, as empresas, as organizações de trabalhadores e a sociedade civil organizada. O esforço que

tem sido empreendido no processo de organização dos catadores de materiais recicláveis é nesta direção de articulação entre esses atores, como será acentuado adiante.

Para os objetivos definidos nesta conjunção de abordagens sobre o desenvolvimento é instrumental para a análise aprofundar teoricamente o problema da exclusão social e identificar em seguida as alternativas e escolhas dos catadores em termos econômicos e políticos.

2.7. DEBATENDO A EXCLUSÃO SOCIAL

"Tinha 3 irmãs
mas
uma morreu, a doentinha
outra a coleta matou:
despejou por cima dos 7 anos dela, tava catando, aí a coleta
veio e não viu ninguém atrás e passou por cima. acho que
quando bateu nela, ela não sentiu nada, né? esmagou, ela e
lixo. Na mesma noite eu procurei ela mas não achei não, no
outro dia eu achei, ela e gabirus".

(depoimento de uma catadora não identificada do lixão da Muribeca, extraído do livro *Homem Gabiru: Catalogação de uma Espécie*)

A terminologia “exclusão social” possui origem francesa e foi descrita pela primeira vez no livro *Les Exclús*, de autoria de René Lenoir, em 1974, o qual definiu os excluídos a partir da crise do Estado do Bem-Estar Social como aqueles indivíduos concebidos como resíduos dos trinta anos gloriosos de desenvolvimento, empregando este termo para designar os problemas de inadaptação social da chamada “outra França”. Desde então, sobretudo a partir da década de 1980, este tema ganha centralidade nos meios acadêmicos e políticos.

Em artigo sobre a exclusão de gênero, FISCHER & MARQUES (2001, p.1) relatam que a exclusão social remonta à antigüidade grega, quando escravos, mulheres e estrangeiros eram excluídos, mas o fenômeno era tido, então, como natural. Somente a partir da crise econômica mundial que ocorre na idade contemporânea e que dá evidência à pobreza é que a exclusão social ganha visibilidade e substância. Aqui, os seus efeitos revelaram-se com o desemprego prolongado. Evidentemente que não se esgota no afastamento de trabalhadores do mercado de trabalho. De acordo com DEMO (2002, p.21), a exclusão social ganha significação um tanto mais drástica no processo de destruição de valores integrativos tradicionais, atingindo patamares da precariedade marcada pela não-pertença e impotência.

Verifica-se que há um nível de complexidade maior na categoria da exclusão social, envolvendo, sobretudo, um extenso debate sobre questões como a pobreza e a desigualdade, mas também sobre outras formas de excluídos (mulheres, deficientes, etc.). O que nos

interessa aqui são os vínculos teóricos necessários, nas dimensões histórica e socioeconômica, que explicitam a origem, evolução, o perfil, as formas de subsistência empreendidas pelos catadores de materiais recicláveis, no sentido de formar um quadro de referência adequado analiticamente.

Para um dos mais mencionados teóricos da exclusão, PAUGAM (1996, p.7-15), que elaborou uma coletânea de estudos de diversos especialistas sobre a problemática, a exclusão abarca um universo de preocupações tais como:

- “a) precariedade no emprego, ausência de qualificação suficiente, desocupação, incerteza do futuro;
- b) uma condição tida por nova, combinando privação material com degradação moral e dessocialização; e,
- c) desilusão do progresso.”

Este autor afirma que a exclusão põe o acento ao menos implicitamente sobre uma crise do liame social, ou seja, a destruição de vínculos coesivos na sociedade. Está além do conceito de desigualdade tanto (mas não principalmente) na oposição dos interesses entre grupos sociais e na luta pelo reconhecimento social, mas notadamente pela ausência de reivindicações organizadas e de movimentos suscetíveis de reforçar a coesão identitária das populações desfavorecidas.

Como se pode constatar, a perda da pertença e a destruição do liame social são colocadas como crítica à modernidade, ao progresso e estão vinculadas especificamente, nesta abordagem, ao declínio do chamado Estado Provedor. Ainda de acordo com este autor, na exclusão social se encontram fatores importantes como a apatia e o fatalismo, o estigma decorrente e a dissolução das identidades sociais. Estes e outros aspectos teóricos são observados em diversos estudos sobre catadores realizados no Brasil, como será abordado nos Capítulos 3 e 4.

O autor também chama a atenção que a noção de exclusão social vem sendo recusada pela comunidade científica pelo fato de ser considerada ampla, "difusa", "um objeto obscuro" que não corresponde a uma categoria científica pela fluidez de métodos e objetos com que os pesquisadores pretendem apreendê-la, revelando-se imprecisa e, portanto, duvidosa enquanto categoria do pensamento científico. Ao mesmo tempo, a temática da exclusão social também reúne e atrai os pesquisadores porque "suscita a reflexão e contribui para estruturar numerosas pesquisas. Ela corresponde a um lugar virtual que permite se dizer um certo número de coisas e em torno do qual se organiza uma parte do saber das ciências sociais" (PAUGAM, 1996, p.566).

Em sua tese de doutoramento realizada a partir de cuidadosa pesquisa na cidade de Saint-Brieuc (noroeste da França), PAUGAM (2003, p.15) apresenta três idéias que se associam ao conceito de exclusão: a) a noção de *trajetória*, qual seja de que há um processo que deve ser visto longitudinalmente, o que permite apreender o percurso temporal de indivíduos em confronto com o ambiente mais ou menos permeável; b) o conceito de *identidade*, positiva ou negativa, de crise e construção dessa identidade; e, c) o aspecto da *territorialidade*, ou seja, a base espacial que abriga processos excludentes, incluindo a segregação. Cabe ressaltar que o autor trabalhou com populações que mantinham relações com os serviços sociais, distinguidos por *fragilizados*, *assistidos* e *marginalizados*. Não menos importante é constatar que Serge Paugam realizou este estudo dando voz aos sujeitos, às suas percepções e às suas identificações, sem cair na dupla armadilha, ao tratar dos pobres e da pobreza (como diz Schnapper no prefácio do mesmo livro), do sentimentalismo e da consciência culpada. Estas questões (trajetória, identidade, territorialidade e “dar voz aos sujeitos”) estão no centro do nosso objeto empírico no presente estudo.

A exclusão abarca várias abordagens teóricas. ATKINSON (1998 *apud* PAUGAM p.17) crê que é possível formular um conceito de exclusão viável e coerente com base no três tipos ideais de tratamento da pobreza: integrada, marginal e desqualificante.

Robert Castel (1996, *apud* DEMO, 2002, p.21) prefere o termo *desfiliação* ao tratar dos processos contemporâneos como a desestabilização dos estáveis, que se tornam vulneráveis e se instalam na precariedade (desemprego de longa duração ou recorrente) culminando na inexistência ou no *déficit* de lugares ocupáveis na estrutura social (a noção de inutilidade social).

Outros autores se debruçaram sobre a exclusão a partir de enfoques no espaço urbano, seja procurando captar as dificuldades de viver em determinados grupos e pessoas, em diferentes situações e países, simbolizando a questão dos lugares como rebatimentos espaciais da hierarquização social ou focalizando as desigualdades urbanas, naquilo que denominaram de “utopia americana às avessas” (WACQUANT, 1997 *apud* DEMO 2002, p.25).

Se considerarmos os delineamentos simbólicos pelas quais as sociedades se representam para si mesmas é notável como recentemente a pobreza urbana deu lugar as seguintes figuras: *exclusión* na França, *underclass* nos EUA, *marginalidad* na América Latina, às quais reconduzem as configurações no espaço social da seguinte forma: dentro/fora, alto/baixo e centro/periferia, respectivamente (FASSIN, 1996 *apud* DEMO 2002, p.27).

A acepção da exclusão vem sendo focalizada para explicar diversos fenômenos sociais, mas o que se ressalta como particularidade é o sentimento de angústia coletiva que o tema tem propiciado em alguns autores, como descreve DEMO (2002, p.18).

Chama-se aqui atenção à crítica efetuada ao fetiche conceitual que pode conduzir menos à expressão de uma prática e mais à indução a uma prática e que o termo seja concebido como expressão das contradições do sistema capitalista e não como um estado de fatalidade (VERAS *apud* PAUGAM, 2003, p.19).

DEMO (2002 p.99-118) considera como lições apreendidas neste debate:

“a) mudam conceitos e teorias, mas a pobreza é, mais ou menos, a mesma; b) esgotamento do *welfare state* reconhecido como um fenômeno do centro e a possibilidade de somente “civilizar o mercado” e a incapacidade de impor, via mercado, a cidadania; c) desconsideração da referência da desigualdade no debate sobre exclusão; d) necessidade de saber defender a assistência social como direito de cidadania. e) crítica a políticas sociais que não passam de capitulação diante de problemas incontornáveis e incontornáveis; f) sinais de uma enormidade de desafios futuros, crise maior se avizinha, o problema da exclusão é de ordem política na sua essência, está em jogo a justiça social (fim) incompatível com o mercado (meio), a cidadania terá que resolver dois problemas: redistribuir renda e poder e, adotar crescimento sustentável, com diminuição do bem-estar no centro; g) contexto de mais-valia relativa na intensividade do conhecimento”.

Para uma abordagem da exclusão na América Latina deve-se tomar alguns cuidados específicos. De acordo com DEMO (2002, p.37) a exclusão de teor latino-americano mostra de modo mais claro o seu lado funcional ao sistema, integrando os pobres pela via da exclusão, ou seja, como forma de pertença.

A característica central da contradição latino-americana, explicitada e posta em marcha pelas políticas neoliberais é a exclusão. De acordo com MATOS (2006, p.2), é o enfoque individualista da filosofia liberal que desvia a atenção dos aspectos políticos da questão da exclusão para um viés meramente econômico e competitivo de combate à pobreza. Fixa-se a suposição de que a lógica de mercado e do crescimento econômico poderia responder simultaneamente pela regulação das assimetrias e pela inclusão social.

No caso brasileiro, por exemplo, a sociedade não chegou a um patamar aceitável de cidadania e não foram universalizados os benefícios sociais, ou seja, não tivemos um Estado do Bem-Estar Social nos moldes europeus e norte-americanos. Assim passamos por diversas etapas como o debate sobre a marginalidade na década de 1960, a crítica à razão dualista nos anos 1970, acentuado processo de pauperização na chamada transição democrática na década de 1980, para, nos anos de 1990, ser transformado em um rótulo dual – deus/demônio – responsável por tudo e explicativo de tudo.

O que se constata é que as poucas conquistas civilizatórias (direitos sociais, trabalhistas, civis e políticos) estão sendo transformados em causas da miséria, da pobreza da exclusão, enfim, em obstáculo ao desenvolvimento, criando-se um ambiente de apatidão social, nos termos de Cristovan Buarque. Para entender a exclusão social no Brasil é preciso atentar para os aspectos sócio-históricos dos quinhentos anos de exclusão e, atualmente, para os efeitos da globalização e das políticas neoliberais na sociedade brasileira. É preciso, portanto, entender a transição que se processa.

Advertência pertinente e relevante nos faz MARTINS (1997, p. 14-16) ao apontar que no Brasil as políticas econômicas atuais podem provocar políticas de inclusão precária e marginal, que incluem pessoas “nos processos econômicos, na produção e circulação de bens e serviços estritamente em termos daquilo que é racionalmente conveniente e necessário a mais eficiente (e barata) reprodução do capital”. Essa observação corporifica-se atualmente em processos de organização de catadores adotados por algumas instituições públicas, privadas e não-governamentais, cujo discurso da inclusão social atende a outros interesses que não os dos catadores. Por outro lado, os próprios catadores acreditam, como uma utopia necessária, no discurso da inclusão social ao se organizarem.

SEN (2002, p.53-54) destaca que dentre os seus múltiplos efeitos, o desemprego contribui para a exclusão social de alguns grupos e acarreta a perda de autonomia, de autoconfiança e de saúde física e psicológica. Este mesmo autor nos apresenta o oportuno conceito de intitamentos, como condição socioeconômica que qualquer sujeito pode possuir em termos de bens herdados ou não na sociedade. No universo da exclusão social a que os catadores não-organizados estão submetidos não há dotação e nem intitamentos de troca.

Não é difícil perceber no meio urbano que espacialmente a desagregação é muito mais dramática nas periferias (lixões e favelas, p.ex.). A exclusão social é uma categoria adotada para tentar explicar teoricamente a fase que antecede ao processo de organização política e para o trabalho dos catadores. Talvez poucos fenômenos sociais no mundo tenham hoje uma representação tão significativa, nos diversos aspectos simbólicos, culturais, econômicos, sanitários, ambientais e, sobretudo, sociais, quanto os catadores em lixões. Passa-nos a idéia de uma hipostasia para a maior parcela da sociedade dita moderna e considerada não-excluída, como um equívoco cognitivo que se caracteriza pela atribuição de existência concreta e objetiva a uma realidade fictícia, abstrata ou meramente restrita à incorporalidade do pensamento humano.

Os catadores são excluídos das cidades brasileiras há mais de cinquenta anos, sem manter vínculos coesivos com a sociedade. Somente nas últimas duas décadas surgem

indícios de saída dessa barbárie social a que estão submetidos. Se o modelo de desenvolvimento econômico e a teoria da exclusão social explicam, em parte, o fenômeno da catação de materiais recicláveis, a economia solidária reúne os predicados teóricos necessários ao entendimento do processo de organização para o trabalho em cooperativas e associações, assim como entendemos que a teoria dos movimentos sociais pode aclarar o processo de organização política dos catadores e os desdobramentos na perspectiva do avanço da organização para o trabalho e, sobretudo, na direção das políticas públicas, como será visto mais adiante.

2.8. A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CONTEXTO DO ATUAL MODELO DE DESENVOLVIMENTO

De acordo com SINGER (2004, p.24-35), a economia solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção.

O empresário britânico Robert Owen tem certamente um lugar garantido na história do cooperativismo. No ano de 1817, em meio a uma grave crise de desemprego provocada pela guerra, após a vitória britânica sobre Napoleão, Owen apresentou ao governo britânico um plano para que os fundos de sustento aos pobres fossem invertidos na compra de terras e construção do que ela chamou de *aldeias cooperativas*, em cada uma das quais viveriam cerca de 1.200 pessoas trabalhando na terra e em indústrias, produzindo assim a sua própria subsistência, cujos excedentes de produção seriam trocados entre as aldeias. Seu raciocínio em termos econômicos estava correto, pois o maior desperdício das crises econômicas do tipo capitalista, face à queda da demanda total, é a ociosidade forçada de parte substancial da força de trabalho.

Desiludido com a negativa do governo britânico em apoiar suas idéias, Owen parte para os Estados Unidos e ergue um modelo de aldeia cooperativa em New Harmony, Indiana, em 1825, a qual rapidamente sofreu repetidas cisões. Suas idéias, entretanto, foram sendo postas em prática por seus discípulos na Inglaterra e a primeira cooperativa owenista foi criada por George Mudie, em Londres, o qual, junto com seus companheiros, publicou “The Economist”, o primeiro jornal cooperativo, em 1821. Outros empreendimentos, por assim dizer solidários, foram sendo implantados (a “London Co-operative Society”, a “Comunidade de Orbiston”, a “Brighton Co-operative Trading Association”, dentre outras). Segundo COLE (1994, p.24 *apud* SINGER, 2004, p.29), muitas das sociedades cooperativas que foram fundadas entre o fim da década de 1820 e começo de 1830 estavam vinculadas ao movimento

sindical, outras criadas com apoio de sociedades beneficentes e até pequenos grupos de trabalhadores se uniam sem qualquer patrocínio formal.

As aldeias cooperativas passaram a ser chamadas de “cooperativas integrais”, pois organizavam integralmente produção e consumo. Owen chegou a criar a Bolsa Nacional de Trabalho Equitativo, para oferecer aos cooperados um mercado em que pudessem trocar seus produtos e com a possibilidade de utilização de uma moeda própria, as notas de trabalho. SINGER (2004, p.33) argumenta que o cooperativismo, na sua gênese, já se arvorava como modo de produção alternativo ao capitalismo. O resultado deste “cooperativismo revolucionário” tornou evidente a ligação essencial da economia solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo.

O cooperativismo de consumo teve um importante papel de difusão na Europa e iniciou-se com a famosa Cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, em 1844, fundada por 28 operários qualificados de diversos ofícios, metade deles defensores das idéias owenistas. Essa cooperativa formulou os chamados princípios universais do cooperativismo.

Para se ter uma sociedade em que predomine a igualdade entre todos os seus membros, é preciso que a economia seja solidária, ao invés de competitiva. Como modo de produção, seus princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. Sua reprodução exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda (SINGER, 2004 p.9-11).

Enquanto nas economias capitalistas são aplicados mecanismos de heterogestão baseada numa administração hierárquica formada por níveis sucessivos de autoridade, nos modelos de economia solidária pratica-se a autogestão, cuja administração é democrática e requer que todos os sócios detenham um excelente nível de informação sobre a empresa solidária e de formação democrática. O modo como são administradas é talvez a principal diferença entre ambas.

De acordo com SINGER (2004, p.9-23), as principais características do modelo de economia solidária podem ser enumeradas da seguinte maneira: i) distribuição igualitária da receita obtida e da parcela do capital; ii) todos detêm o mesmo nível de responsabilidade no trabalho e na gestão (autogestão); iii) mesmo direito de voto em todas as decisões; iv) pequena desigualdade, com limites definidos das retiradas (solidariedade redistributiva)⁴⁰; v)

⁴⁰ Situações como essa foram teorizadas pelo filósofo John Rawls, para o qual alguma desigualdade é tolerável desde que ela sirva para melhorar a situação dos menos favorecidos. No modelo de gestão corporativo da Mondragon Cooperación Cooperativa, sediado no País Basco (Espanha), mas com representações em diversos países, adota-se o princípio da solidariedade redistributiva. (consulta no site <http://www.mcc.es> efetuada em 15/12/2007)

excedentes distribuídos a partir de decisão da assembléia de sócios (fundos de educação e de investimentos, sendo estes: divisíveis – contabilizados individualmente para expandir o patrimônio da entidade cooperativada; e indivisíveis – pertencentes à cooperativa e não ao indivíduo).

A economia solidária não se apresenta necessariamente como uma atividade sustentável no contexto aqui proposto (socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado no tempo), mas certamente se aproxima muito mais deste ideal do que o modelo de empresa capitalista. As maiores dificuldades, considerando de uma forma geral a diversidade de empreendimentos solidários existentes, situa-se no campo do ambientalmente sustentável. Isto significa dizer que empresas solidárias ainda desenvolvem atividades com certo grau de insustentabilidade ambiental, ainda que em menor escala em diversos locais do planeta. Há que se destacar, entretanto, experiências exitosas como a Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB) localizada em Valente, na Bahia cujo carro-chefe é uma fábrica de tapetes e carpetes de sisal e que, com essa e outras atividades que desenvolve com foco na sustentabilidade, a credencia como uma experiência de economia solidária sustentável.

Segundo MATOS (2007, p.13) para uma análise realista sobre uma determinada economia de inclusão social⁴¹ no contexto socioeconômico e ambiental há que se considerar uma referência teórica mínima que oriente a busca de uma estratégia de investigação coerente com as críticas formuladas. Nessa perspectiva o autor propõe como ponto de partida para se compreender essa economia de inclusão a economia solidária, enquanto um modelo econômico que se constitui a partir das relações de solidariedade e que se fundamenta nas sociabilidades primárias, das redes sócio-afetivas internas à comunidade.

Nesta mesma linha de argumentação, o autor utiliza LAVILLE (1994, *apud* MATOS, 2007, p.7), que justifica a evolução histórica da economia estruturada em três princípios fundadores, a saber:

O primeiro é que a economia funciona a partir de sistemas econômicos baseados na reciprocidade e na solidariedade entre pessoas e grupos, presentes nas sociedades primitivas,

⁴¹ Inclusão social aqui considerada como uma ação que combate a exclusão social. Deve ser entendida como a ação de proporcionar para populações que são social e economicamente excluídas – no sentido de terem acesso muito reduzido aos bens (materiais, educacionais, culturais etc.) e terem recursos econômicos muito abaixo da média dos outros cidadãos – oportunidades e condições de serem incorporadas à parcela da sociedade que pode usufruir esses bens.

mas que ainda pode ser observado na modernidade, no contexto das relações familiares e comunitárias⁴².

O segundo mantém um caráter redistributivista e aparece mais claramente nas sociedades hierarquizadas, sob controle centralizado de um chefe ou de uma elite (príncipes, monarcas e imperadores, nobres) a qual pertencem, por direito universal, todos os recursos que constituem o patrimônio da sociedade, inclusive os meios de produção. A esse núcleo central cabe a função distributiva de alocar os recursos para suprir as necessidades dos súditos. Na modernidade, essa função distributiva passa a ser assegurada pelas instituições do Estado, cujo patrimônio resulta dos impostos pagos pela sociedade⁴³.

Por fim, o terceiro princípio das relações econômicas é o da troca, que evolui na economia monetária para as relações de mercado, em que a moeda constitui a referência universal de intercâmbio e o equilíbrio econômico teria como único regulador a lei da oferta e da procura com base na livre iniciativa dos indivíduos (a famosa “mão invisível” de Adam Smith).

A formulação de uma economia solidária, a exemplo do contexto econômico e de desenvolvimento da sustentabilidade, não pode se limitar ao conceito tradicional de economia que compreende a escolha racional de indivíduos na tomada de decisões sobre o uso de recursos produtivos escassos na produção de bens e serviços, visando à satisfação das necessidades humanas.

Ao abordar essa questão, CAILLÉ (2005 *apud* MATOS, 2007, p.6) também explora a evolução histórica, conceitualmente, em três modelos de economia.

O primeiro compreende uma perspectiva substantiva que se restringe aos meios necessários à subsistência, típico das sociedades mais primitivas. Essa perspectiva, conforme foi abordada anteriormente neste capítulo, analogamente representa o tipo de economia os estão atuando os catadores não-organizados. O segundo surge com a modernidade e se caracteriza por relações de trocas que evoluem gradualmente para as formas modernas de economia monetária na qual o trabalho e a produção passam a se constituir na mercadoria. O

⁴² Aqui é importante exemplificar de maneira preliminar (o que será retomado adiante) que o agrupamento em torno da família por parte dos catadores de materiais ainda não-organizados tem se constituído ao longo da história no principal modo de associação deles para o trabalho, seja nas ruas ou, principalmente, nos lixões.

⁴³ Neste princípio, cabe uma observação, com relação ao Brasil, de que o processo de desenvolvimento depende essencialmente da qualidade das instituições de cada sociedade e de que estas instituições representam a síntese das crenças do seu povo, em cuja argumentação fica claro que foi o passivo institucional, mesmo com os recursos naturais brasileiros favoráveis, que o fez largar em desvantagem em relação a países como EUA e Canadá, por ter herdado instituições ineficientes de suas metrópoles, sem calibre e maturidade para alicerçar o crescimento econômico moderno. Os brasileiros aguardam ansiosos ainda hoje que essa função distributiva de alocação dos recursos do Estado possa suprir adequadamente as necessidades da sociedade.

terceiro se constitui quando o econômico passa a ter um significado associado aos processos institucionais que condicionam a economia.

Para esses autores a economia solidária fundada sobre a reciprocidade seria uma característica intrínseca das sociedades primitivas que se limitam na modernidade às relações familiares e comunitárias, núcleos das sociabilidades primárias.

Assim, um conceito adequado para a economia solidária deve incorporar estas considerações anteriores e se materializar como uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza⁴⁴ centrada na valorização do ser humano - e não do capital -, de base associativista e cooperativista.

Além da visão econômica de geração de trabalho e renda, as experiências de economia solidária se projetam no espaço público no qual estão inseridas, tendo como perspectiva a construção de um ambiente socialmente justo e sustentável. Constitui-se numa ação que possibilita novas oportunidades de inserção social pelo trabalho, propiciando a democratização da gestão do trabalho, o conhecimento sobre os segredos da produção, a valorização das relações de cooperação, a distribuição de renda, e o fortalecimento do desenvolvimento local sustentável.

Como visto, os princípios da economia solidária e da cooperação estão fundados na adesão livre e voluntária, na gestão democrática e participativa, na participação econômica dos sócios, na autonomia e independência (princípio da autogestão), na educação, capacitação e informação, na intercooperação (articulação em redes) e no compromisso com a comunidade.

Os valores estão centrados na ajuda mútua, na responsabilidade, na democracia, na equidade e solidariedade e devem ser considerados ainda valores éticos como honestidade, transparência e responsabilidade social.

De acordo com ORTIZ ROCA (2001 *apud* TAUILLE, 2001, p.3), a economia solidária é “uma dinâmica solidária e de reciprocidade que articula os interesses individuais aos coletivos”. É, portanto, um modo específico de organização de atividades econômicas que se caracteriza pela autogestão, ou seja, pela autonomia de cada unidade ou empreendimento e pela igualdade entre os seus membros. Estas questões estão no cerne do ideário que vem sendo construído pelas bases do MNCR e integra o estatuto de várias cooperativas e associações de catadores constituídas recentemente no Brasil.

⁴⁴ Riqueza aqui entendida como “conjunto dos bens econômicos que tenha utilidade como tal, que atenda às necessidades humanas ou que seja passível de domínio, posse, uso etc.” (HOUAISS, 2008)

LEAL (2004, p.25) coloca como uma questão pertinente o revigoramento de redes de solidariedade social fundadas na sociedade civil, criando mecanismos de prestação de serviços públicos – de economia solidária – não necessariamente controlados pelo Estado.

De uma maneira geral, os empreendimentos solidários estão baseados nas associações, grupos ou cooperativas⁴⁵ de distribuição, consumo e serviços, de produção e de trabalho, no trabalho comunitário, na forma de “mutirão” e nos grupos voluntários e, em empresas autogestionárias.

Argumentamos aqui que a economia solidária tem se constituído em um estágio que permite uma transição para uma economia de mercado, mas não obrigatoriamente isso deverá acontecer, ou seja, essa não é uma condição necessária. Defendemos que, no limite, é uma fase de transição para se chegar ao capitalismo em condições de competitividade. Para que isso aconteça argumentamos com base em SEN (2002, p.18) que é necessário eliminar tudo que limita as escolhas e oportunidades das pessoas. A liberdade é o que o desenvolvimento promove e o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: a pobreza e a tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência de Estados repressivos.

Entre os desafios cruciais, segundo SEN (2002, p.21), do desenvolvimento em muitos países ainda se inclui a necessidade de libertar os trabalhadores de um cativeiro explícito ou implícito que nega o acesso ao mercado de trabalho aberto. A liberdade de participar do intercâmbio econômico tem um papel básico na vida social. O mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas, possivelmente à maioria. O trabalho adscritício⁴⁶ referido pelo autor é um exemplo destas restrições e pode ser constatado no processo de exploração a que os catadores estão submetidos por intermediários. A prática de manter os catadores “presos” a eles com a concessão de “vales” por longos períodos ou por permanentes ameaças pessoais, são algumas das formas de opressão utilizadas.

Por outro lado, constata-se um processo de (in)evolução do que seria uma incubação por período determinado para um aporte técnico, gerencial e financeiro de parte das instituições aqui classificadas como religiosas, educativas, ONGs, poder público e instituições de empresas privadas para transformar-se numa tutela (o que fere frontalmente os princípios de autonomia e autogestão das entidades) interminável em alguns casos. Exploramos em

⁴⁵ Cooperação, do latim *cum* (com) + *operari* (trabalhar), é um processo de interação social no qual os objetivos são comuns, as ações são compartilhadas e os benefícios são distribuídos por todos.

⁴⁶ Trabalho adscritício (*bound labor*) indica a existência de algum tipo de coação para que uma pessoa viva e trabalhe em determinada propriedade, impedindo-a de oferecer seu trabalho ao mercado.

ambas argumentações o caso das associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis no Brasil e na América Latina. Apesar de não constar na nossa pauta dos estudos aqui desenvolvidos, este processo de exploração dos catadores por instituições é certamente insustentável e, no nosso entender, não constitui um modelo de economia solidária.

Estas argumentações levantadas corporificam um lado mais social da sustentabilidade, incorporando práticas recentes adotadas no Brasil, nas quais alguns processos de incubação de cooperativas tornaram-se formas de acumulação (e até de sobrevivência) de algumas entidades.

MATOS (2007, p.16) considera na sua análise, ainda que parcial, que a economia solidária somente será uma alternativa aos modelos de capitalismo responsáveis pelas assimetrias sociais e pela degradação progressiva da vida na terra se as bases de sua solidariedade estiverem fortemente assentadas em relações associativas fundadas numa lógica diferenciada do utilitarismo e do individualismo metodológico.

Argumenta, portanto, que a ruptura desejada não se produzirá num plano híbrido que inclui um *mix* de ideais de solidariedade com os modelos liberais de regulação econômica-política e os métodos racionais de tomada de decisão. Considera que a evolução de núcleos de economia solidária depende dos fundamentos da organização coletiva com relação aos organizadores sociais envolvidos.

A esse respeito, MAGERA (2003, p.180-181) trás importante contribuição em forma de denúncia sobre a precarização das relações de trabalho em cinco cooperativas de catadores no interior de São Paulo/SP. Este autor discute e demonstra, com base nessa experiência, que na prática os projetos de organização adotados não seguem os princípios de economia solidária e, sobretudo, do cooperativismo. Este é um dos raros estudos que abordam de forma científica o processo, ainda que de forma crítica, de organização dos catadores no Brasil. A maioria dos estudos sobre catadores trata do fenômeno social nas diversas nuances que a questão assume, sem necessariamente tratar do processo de organização. Parcela significativa desses estudos são aqui relatados.

Algumas experiências que tentam “fugir” deste modelo de precarização das relações produtivas vêm sendo praticadas no Brasil e na América Latina, às quais correspondem ao interesse maior do nosso objeto empírico.

Em Salvador/BA, a partir da organização de uma cooperativa de catadores – CAEC – e do posterior estabelecimento de uma rede de articulação e comercialização (Rede Cata Bahia) levada à cabo por uma organização da sociedade civil de interesse público que atua na área sócio-ambiental, o PANGEA.

Em Belo Horizonte/MG, com a ASMARE e a partir dos resultados obtidos com a ampliação do número de catadores e do desenvolvimento de atividades complementares à renda dos catadores (Reciclo, fábrica de reciclagem de plástico, legislação de apoio, etc.), cujo principal apoio é da Pastoral de Rua, vinculada à Arquidiocese de Belo Horizonte, que criou uma organização não-governamental, o INSEA – Instituto Nenuca de Desenvolvimento Socioeconômico-Ambiental para desenvolver ações técnicas de formação e articulação.

A COOPAMARE, sediada em São Paulo/SP até hoje apoiada pela Organização do Auxílio Fraternal (OAF) que vem diversificando suas atividades e que definiu uma estrutura organizacional baseado em sócios principais e numa espécie de sócios-agregados a qual constitui-se na primeira experiência nacional de organização dos catadores de materiais recicláveis.

Outro exemplo é a cooperativa 100 Dimensão, uma das pioneiras de Brasília/DF, cuja característica principal é a proposta de incluir praticamente de forma paritária as atividades de arte com o lixo e de eco-design (para comercialização) em conjunto com as atividades de coleta seletiva, segregação, beneficiamento e comercialização de materiais recicláveis.

Ressalta-se também a cooperativa PRORECIFE, formada por catadores da comunidade de Caranguejo Tabaiães, em Recife, resultado de uma articulação inicial entre AVINA, PANGEA, Fórum Estadual Lixo e Cidadania de Pernambuco, ASPAN e a liderança estadual do MNCR, José Cardoso.

A experiência de Londrina/PR traz-nos como contribuição a possibilidade concreta de uma articulação maior com o poder público municipal, tão ausente na formulação de projetos, ações e sobretudo políticas públicas para os catadores. Denominado de “Programa Municipal de Coleta Seletiva – Reciclando Vidas” e coordenado pela Prefeitura, este programa iniciado em 2001 tem demonstrado eficiência e ampla participação da sociedade, incluindo vinte associações de catadores e várias outras entidades.

Estas formas de organização social para o trabalho em cooperativas e associações de catadores no Brasil integram atualmente o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), cuja formação, evolução e estrutura será discutida adiante, vêm gradativamente formando redes de entidades (Rede Cata Sampa, Rede Cata Unidos, Rede Cata Bahia, etc.), com o propósito de tornarem-se mais competitivos, reduzirem despesas e manterem uma melhor articulação.

Na América Latina, como foi brevemente apresentado na introdução, a Cooperativa Recuperar de Medellín, na Colômbia, é o exemplo de empreendimento social mais significativo de organização de catadores possivelmente no mundo. Nos tópicos seguintes

será esta importante experiência internacional de organização de catadores será melhor detalhada, assim como as demais experiências citadas.

Como complementação desta parte das abordagens que procuramos identificar como possíveis marcos teóricos de referência aos estudos propostos, entendemos que não podemos desprezar a importância da teoria dos movimentos sociais no necessário contexto explicativo da emergência do MNCR e da sustentabilidade no curso da história. Se a economia solidária explica em parte o potencial da organização social para o trabalho dos catadores, o conceito de movimentos sociais emoldura teoricamente a organização política do MNCR.

2.9. MOVIMENTOS SOCIAIS: BREVE HISTÓRICO, ABORDAGEM CONTEMPORÂNEA E CATEGORIAS DE ANÁLISE

O conceito de movimentos sociais contemplava, até meados do século XX, apenas a organização e a ação dos trabalhadores em sindicatos. A partir da década de 1960 os movimentos sociais vêm sendo matéria de estudo em diversos centros acadêmicos do mundo ocidental, obtendo “espaço, densidade e status de objeto científico de análise” e merecendo o desenvolvimento de várias teorias (GOHN, 2007, p.10).

Neste debate teórico as abordagens que tratam da ação coletiva e da mobilização de recursos compõem o campo teórico-conceitual clássico desta disciplina e, a teoria da mobilização política o quadro teórico contemporâneo de análise. Os novos movimentos sociais (NMS) integram a produção européia, assim como as teorias marxistas de análise dos movimentos.

O paradigma latino-americano, com foco em estudos de natureza mais empírico-descritiva vem sendo construído em duas grandes vertentes: a marxista-estruturalista e a teoria dos novos movimentos sociais, em suas várias versões desenvolvidas regionalmente. Os movimentos sociais contemporâneos reproduzem certamente uma dessas vertentes teóricas e exprime as formas de ação coletiva voltadas para a defesa ou a promoção do bem comum, retomando o programa de ação dos NMS no que se refere à consolidação da identidade dos atores sociais e de melhoria das condições de vida (GOHN & HAMMEL, 2003, p.98).

O traço sócio-histórico dos movimentos sociais no Brasil entre os séculos XIX e XX reúne elementos de luta e resistência, poucas vitórias e inúmeras derrotas pontuais decorrentes da repressão permanente do aparato público oficial. Mesmo apresentando um quadro de fragmentação persistente destas organizações que os conformaram, foram responsáveis pelas mais expressivas conquistas sociais e políticas ao longo deste período.

As mudanças advindas com a globalização da economia e a institucionalização dos processos gerados no período da redemocratização na América Latina e, sobretudo no Brasil, induziram a um novo ciclo de movimentos e lutas com foco na exclusão social, sendo esta uma das categorias que norteiam, desde a década de 1990, as abordagens acadêmicas brasileiras.

Para GOHN (2007, p.242-244) há uma multiplicidade de interpretações e enfoques conceituais sobre os movimentos sociais. As diferentes interpretações na atualidade decorrem de mudanças: i) nas ações coletivas da sociedade civil com relação a conteúdo, práticas, formas de organização e bases sociais; ii) nos paradigmas de análise dos pesquisadores; e, iii) na estrutura econômica e nas políticas estatais. A autora recusa, *a priori*, um conceito geral, único e universal. Ressalta a diferença entre movimentos e grupos de interesses⁴⁷, destacando que os interesses comuns de um grupo não bastam para qualificar um movimento.

A mesma autora propõe uma metodologia para análise dos movimentos sociais, a qual considera dois ângulos básicos, o interno e o externo, conectados, cujas faces compõem uma visão de totalidade.

Os elementos internos básicos de um movimento social a serem pesquisados, enquanto parte de suas categorias de análise, são: suas demandas e reivindicações e os repertórios de ações coletivas que geram, sua composição social e suas articulações, sendo que nesta última, internamente, deve-se pesquisar sua ideologia, projeto, organização e suas práticas.

Externamente, deve-se considerar o contexto do cenário sócio-político e cultural em que se insere, sua força social, os opositores (se for o caso), as articulações e redes externas construídas pelas lideranças e militantes em geral – enquanto interlocutores do movimento – e as suas relações no conjunto de outros movimentos e lutas sociais, assim como suas relações com o Estado, instituições religiosas, outros atores da sociedade civil (empresários, p.ex.) e a mídia em geral. Por fim, devem ser pesquisadas as representações de si próprio e do outro, conquistas e derrotas e a cultura política que constroem ao longo de suas trajetórias (GOHN, 2007, p. 255-263).

Os movimentos sociais referem-se à ação dos homens e mulheres na história e envolve um fazer e um pensar. Os movimentos vão e voltam segundo a dinâmica do conflito social, da luta social, da busca do novo ou reposição e/ou conservação do velho. É constituído como

⁴⁷ Em seu polêmico e necessário livro, “A Lógica da Ação Coletiva”, OLSON (1999), considerado um dos principais responsáveis pela teoria da mobilização de recursos, procurou demonstrar que o sentimento que age como mola propulsora para organização dos movimentos sociais são os interesses racionais dos indivíduos e dos grupos.

coletivo social, por atores sociais, necessita de identidade em comum e possui uma realidade comum anterior à aglutinação de seus interesses.

Uma posição conceitual mais crítica assume TILLY (1978 *apud* GOHN, 2007, p.244) ao afirmar que movimento social é um fenômeno de opinião de massa lesada, mobilizada em contato com as autoridades. Os movimentos sociais seriam a contraparte não-institucionalizada dos partidos políticos, sindicatos e associações. Verificam-se aqui elementos que diferenciam movimentos sociais de grupos de interesse e da ação coletiva, nos moldes clássicos. Mas ressalte-se os aspectos relativos à não-institucionalização das massas.

Noutra abordagem, TOURAINE (2000, p.366), ao ressaltar a modernidade como a história da dupla afirmação da razão e do sujeito, considera que os movimentos sociais, os movimentos da burguesia revolucionária, o movimento obreiro e os novos movimentos sociais, cujos objetivos o autor reputa como mais culturais do que econômicos, recorrem cada vez mais diretamente à combinação da razão e o sujeito e separam de maneira crescente a razão e a sociedade, por um lado e o sujeito e o indivíduo, por outro.

Para os objetivos da presente tese, o conceito adotado por GOHN (2007, p.251-252) evidencia várias características necessárias ao entendimento do MNCR como um emergente movimento social, a saber:

“Movimentos sociais são ações sócio-políticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade. As ações se estruturam de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade [...] desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não-estatal) e privada, participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. Estas contribuições são observadas quando se realizam análises de períodos de média ou longa duração histórica, nos quais se observam os ciclos de protestos delineados. Os movimentos participam, portanto, da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista, quanto conservador ou reacionário, dependendo das forças políticas a que estão articulados, em suas redes e dos projetos políticos que constroem em suas ações. Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam”. (GOHN, 2007 p.251-252).

A partir dessa extensa formulação conceitual e da metodologia de análise proposta pela autora, são destacados como elementos para análise do MNCR, no sentido de dar significado a sua identidade enquanto movimento social, os seguintes itens:

- Demandas e reivindicações e os repertórios de ações coletivas que geram, sua composição social, suas articulações;
- Ideologia, projeto, organização e suas práticas;
- Contexto do cenário sócio-político e cultural;
- Força social;
- Opositores;
- Articulações e redes externas construídas pelas lideranças e militantes em geral;
- Relações no conjunto de outros movimentos e lutas sociais;
- Relações com o Estado, instituições religiosas, outros atores da sociedade civil (empresários, p.ex.) e a mídia em geral;
- Representações de si próprio e do outro;
- Conquistas e derrotas;
- Cultura política;

No Capítulo 3 efetuamos uma análise mais detalhada destes elementos básicos de identificação e que qualificam um movimento social, a partir de um quadro referencial empírico, considerando a metodologia proposta para o caso específico do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

2.10. SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.10.1. Aspectos Teóricos

As políticas públicas enredam nos seus aspectos teóricos e metodológicos uma diversidade de fios que envolvem uma complexa, porém não inexequível possibilidade de serem tecidos na sua totalidade. Segundo LABRA (1999, p. 133), não estão disponíveis modelos acabados ou consensuais para o estudo do processo de produção e implementação de uma determinada política, mas de variadas correntes de pensamentos e abordagens, pois não há uma teoria que dê conta por si só de responder a estas questões.

Neste tópico serão abordadas algumas perspectivas para efeito da composição de um quadro de referência avaliativo das políticas públicas direcionadas aos catadores de materiais recicláveis. Nesta linha de argumentação, a contribuição de LEITE (1994, p.9) acerca das políticas públicas como uma das faces da inter-relação que o Estado e a sociedade mantém entre si é oportuna ao afirmá-las como uma intermediação do Estado com a sociedade – e

desta com aquele –, resultante possível e necessária das relações estabelecidas historicamente no desenvolvimento das contradições colocadas pela oposição de interesses dos atores sociais numa determinada sociedade.

Este autor parte da teoria do Estado relacional, gramsciano, a qual considera o Estado como detentor de autonomia relativa, o que significa dizer que traduz o interesse da classe ou grupo dominante pela relação de forças no processo de luta de classe em desenvolvimento; e, também, que essa autonomia relativa do Estado lhe permite implementar políticas sociais opostas, aparentemente, a classe dominante. Aparentemente porque, ao implementar uma política com esse perfil, o Estado está exercendo seu papel de fiador de determinada relação social. Desse modo, o Estado, ao promover uma política almejada por setores dominados, o faz com o objetivo de manter intacto o lugar ocupado por esses setores na estrutura de classes.

Salienta, contudo, que o Estado ao expressar uma relação de forças (POULANTZAS *apud* LEITE, 1994 p.9) é, também, impactado pelas lutas reivindicativas das classes dominadas, fazendo com que a política pública indique, além de controle político, conquistas efetivas para os setores dominados historicamente.

De acordo com LOURENÇO (2005, p.42), as políticas públicas resultam de um demorado e intrincado processo que envolve interesses divergentes, confrontos e negociações entre várias instâncias instituídas ou arenas e entre os atores que delas fazem parte. Este autor salienta que discutir o processo de formação das políticas públicas brasileiras é uma tarefa complexa, que exige a análise de inúmeras variáveis pouco estudadas e mal compreendidas.

GUARESCHI *et al* (2004, p.180) ao estudar a violência apresenta como conceito de políticas públicas

“o conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, em diversas áreas. Expressa a transformação daquilo que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público”.

Nesse conceito, o princípio básico é a ação coletiva e o compromisso público, sem, no entanto, apontar para resultados, sobretudo futuros, desta ação ou intenção. Este conceito aproxima-se da teoria clássica dos movimentos sociais.

OSZLAK & O'DONNELL (1976, *apud* FERREIRA DA SILVA, 2000) contribuem para esta possibilidade ao considerar as políticas públicas como

“um conjunto de ações e omissões que manifestam uma modalidade de intervenção do Estado em relação a uma questão que chama a atenção, o interesse e a mobilização de outros atores da sociedade civil. Desta intervenção, pode-se inferir uma determinada direção, uma determinada orientação normativa, que, presumivelmente, afetará o futuro curso do processo social desenvolvido, até então, em torno do tema”.

Neste contexto sobressaem-se aspectos como a ação dos grupos de interesses e a interlocução com os agentes governamentais, o processo decisório que as políticas públicas encarnam e uma perspectiva temporal.

Os grupos de interesses na ciência política são entendidos como aqueles que, mediante formas múltiplas e variadas, procuram fazer valer seus interesses junto ao poder político. A formação de grupos de interesse é em geral resultante da busca de objetivos comuns por parte de indivíduos que compartilham interesses afins e que, conforme Olson, se beneficiariam atuando coletivamente.

A interlocução dos grupos de interesse com os agentes governamentais é outro aspecto fundamental para a formulação de políticas públicas. A abertura de canais de interlocução pode ocorrer por diversas formas e, no presente caso dos catadores, uma destas brechas abertas foi construída, como visto, a partir de uma conjunção de fatores que conspiraram a favor do MNCR.

Com relação ao processo decisório

“As decisões políticas não são atos singulares tomados em determinado momento do tempo; ao contrário, são o resultado final de uma seqüência de decisões tomadas por diferentes atores situados em distintas posições institucionais [...] As decisões políticas requerem um acordo em vários pontos ao longo de uma cadeia de decisões tomadas por representantes em diferentes arenas políticas”. (IMMERGUT, 1996, *apud* FERREIRA SILVA, p.24)

A perspectiva temporal está relacionada com um dos principais problemas a resolver na expectativa futura do desenvolvimento sustentável. Como possibilitar às gerações futuras atenderem à suas próprias necessidades? Como permitir solidariedade com gerações futuras a partir do atendimento às necessidades presentes sem comprometimento às necessidades das próximas gerações, ou, no dizer de SACHS (2004, p.30), como possibilitar solidariedade sincrônica com as gerações atuais e diacrônica com as gerações futuras?

Argumentamos que a ação política de grupos de interesses como os catadores organizados, articulados em torno de entidades públicas, não-governamentais e privadas na direção da formulação de políticas públicas representa um caminho de possibilidades à sustentabilidade. As políticas públicas certamente têm um papel relevante na questão da sustentabilidade.

As políticas públicas envolvem questões de ordem política, evidentemente, e econômica, designando certo tipo de orientação para a tomada de decisões em assuntos públicos ou coletivos. A decisão de implementar uma política pública num determinada local pode alterar o quadro político daquela localidade, assim como pode gerar externalidades positivas e/ou negativas àquela sociedade. Uma política pública desempenha distintos papéis

a depender da área de abordagem e do grupo social ao qual se destina e da espécie de relação que estabelece com as demais políticas.

Segundo BELLONI, MAGALHÃES & SOUSA (2007, p.33-34) uma política pública na área social pode ser *congruente* com a política econômica básica (que é o fio condutor e reflete as prioridades de ação de um determinado governo) e estar diretamente ligada a ela, *complementar*, ao fornecer-lhe elementos reforçadores de seus objetivos e metas principais e/ou *reparadora* (ou compensatória) ao atuar sobre os danos ou conseqüências nefastas das políticas básicas com o objetivo de atenuá-las. Como veremos, esta classificação aproxima-se do modelo de política pública definida pelo atual Governo Federal nas ações direta e especificamente direcionadas para os catadores de materiais recicláveis.

CARDOSO & RIBEIRO (s/d, p.14-16) descrevem um modelo normativo para as políticas públicas baseado em diversas matizes constitutivas, no qual os autores as nomeiam como *redistributiva, abrangente, de inversão de prioridades, com institucionalização, com cidadania ativa e com impactos na economia*.

A política de caráter *redistributivo* parte de um diagnóstico para a definição do problema, o qual determina a alavancagem de recursos e envolve as capacidades fiscal, de endividamento, de acesso a programas de financiamento (governos estadual e federal e agências multilaterais) e de redução dos custos, no sentido de aumentar a eficiência da gestão baseada em um desenho de política que gere impacto sobre as necessidades (*déficit* ou inadequação da situação atual),

Por política *abrangente* considera-se aquela organizada em programas (setoriais ou por regiões), atuando em vários setores (p.ex., acesso à terra, regularização fundiária e urbanística, construção de unidades, provisão de infra-estrutura, dentre outros), adequados às necessidades locais, articulando ao mesmo tempo regulação e provisão e, políticas preventivas e corretivas.

A política pública de inversão de prioridades envolve a capacidade de atingir, prioritariamente, embora não exclusivamente, os setores de menor renda e está centrada na utilização de subsídios e recursos orçamentários não retornáveis (também conhecidos como “recursos a fundo perdido”).

No caso da política com institucionalização, verifica-se a possibilidade de se sustentar a partir das capacidades administrativa e técnica instalada (ou a instalar), de articular ações multi-setoriais (política urbana, ambiental, área jurídica, fiscal, legislação, etc.), de manter eficiência em ambiente participativo e normalmente está estruturada em torno de um órgão especializado e responsável pela efetivação da política.

A forma de efetivar uma política pública com cidadania ativa impõe a abertura de fóruns de participação (democracia radical), com a realização de um mutirão autogestionário ou de praticar a autogestão mesmo sem mutirão, cujo exemplo significativo em algumas cidades brasileiras é o orçamento participativo.

Por fim, a política com impactos na economia implica na geração de emprego e renda, atendendo, p.ex., a pequenos construtores, no redirecionamento da indústria de materiais de construção e na pesquisa de novas tecnologias. SACHS (2004, p.112) defende como proposta de ordem mais prática para o Brasil atingir um padrão razoável de sustentabilidade a adoção de políticas públicas que transformem o país numa gigantesca “fábrica de empregos”

Fundamentando-se neste modelo e tendo em vista estas propostas, considerando ainda a historicidade do caráter político brasileiro, pode-se afirmar que as políticas públicas cujo alvo principal são os catadores de materiais recicláveis, envolvem um *mix* de inversão de prioridades, impactos na economia e cidadania ativa, nos termos da abordagem anterior.

Podemos falar então que uma política pública é um aglomerado (*cluster*) de atores, instituições, processos de *decision-making* e resultados, existindo relações causais entre os componentes mencionados.

As políticas públicas, segundo VIANA (1995, p.7), apresentam quatro fases ou etapas, a saber:

- Construção da **agenda**, definida como o espaço de constituição da lista de problemas que chamam a atenção do governo e dos cidadãos;
- **Formulação** de políticas, fase de elaboração de alternativas e escolha de uma delas;
- **Implementação** de políticas, que é definida como a fase em que se implantam intenções para obter impactos e conseqüências; e a
- **Avaliação** de políticas.

OFFE (1991, p. 53) considera que as chances das categorias sociais influenciarem a agenda política são desiguais, porque o acesso e o controle dos meios de produção, de organização e de comunicação são também desiguais.

Mesmo considerando esta desigualdade, verifica-se atualmente no Brasil que o envolvimento estrategicamente estruturado de um maior número de pessoas e instituições pode influenciar a agenda social de um governo, sobretudo quando as políticas públicas propostas permitem impactos sensíveis na economia e, obviamente, na política eleitoral.

Essa questão remete à possibilidade de identificarmos no caso brasileiro a existência de elementos de um Estado ampliado, no contexto gramsciano, ao se verificar que o Estado não é um puro instrumento de força a serviço da classe dominante, mas força revestida de consenso, coerção acompanhada de hegemonia, enquanto um tipo de dominação ideológica de uma classe sobre outra, cabendo então na fórmula “sociedade política + sociedade civil”. Esta hegemonia que se decide nas inúmeras instâncias e mediações da chamada sociedade civil não pode ser ignorada pelos grupos ditos subalternos que aspiram a modificar sua condição e a dirigir o conjunto maior da sociedade. Este sentido de progresso civilizatório, implicado na estratégia gramsciana, reside no fato de que, prospectivamente, todo o movimento deve acontecer no sentido de uma "reabsorção do Estado político pela sociedade civil", com o predomínio crescente de elementos de autogoverno e (auto)consciência. O fato é que uma classe dominante, para ser também dirigente, deve articular em torno de si um bloco de alianças e obter pelo menos o consenso passivo das classes e camadas dirigidas. Para tanto, aquela classe não hesita em sacrificar uma parte dos seus interesses materiais imediatos, superando o horizonte corporativo.

Os formuladores de políticas podem ser classificados em oficiais, ou aqueles com direito constitucional para a ação (Executivo, Legislativo, agências administrativas, Poder Judiciário, etc.), e não oficiais, que são os mencionados grupos de interesse e também a opinião pública. Na formulação é importante observar como uma proposição é escolhida entre outras alternativas, quais problemas interessam aos formuladores e quais serão descartados.

Esta fase corresponde à execução da política formulada no processo decisório. Apesar de haver um plano previamente negociado, discutido e aprovado pelos atores, nesta etapa há imprevisibilidade, inversão de posições e renegociações, sendo a política previamente aprovada alvo de mudanças. Nesse sentido, a execução da política dependerá muito da clareza de seus objetivos, da relação entre os atores envolvidos, das estratégias que eles utilizam, do poder de impor as decisões e do tipo de acordos estabelecidos. De todos os modos, vão surgir choques, resistências ou incentivos para viabilizar a ação proposta, produzindo-se resultados às vezes inesperados que podem mudar o curso de ação traçado. Aqui, a mobilização dos atores é também um ponto crucial.

2.10.2. Avaliação das Políticas Públicas

Para se desenvolver uma avaliação de política pública é necessário estabelecer alguns critérios baseados em alguma concepção de bem-estar (em relação aos resultados) e de cidadania (em relação aos processos de formulação e implementação).

A avaliação política, como etapa anterior à avaliação de políticas públicas, se coloca, então, como a “análise e elucidação do critério ou de critérios que fundamentam determinada política: as razões que a tornam preferível a qualquer outra” (FIGUEREDO & FIGUEREDO, 1986 *apud* CARDOSO & RIBEIRO s/d, p.2). Razões relevantes, no sentido em que contribuam para um aumento ou uma melhor distribuição de bem-estar e cidadania.

Princípios relativos ao bem-estar devem refletir, em algum nível, certo consenso social em torno dos valores ali pressupostos, como fundamento da objetividade avaliativa.

A ação do poder público é objeto de interesses e necessidades conflitivas entre os diferentes grupos sociais. É preciso, então, conhecer os objetivos que essas políticas pretendam atingir. Ou, ainda, que a falta de clareza tenha como conteúdo real uma não política. Também se deve considerar a natureza do impacto: se *objetivo* (mudanças quantitativas), *subjetivo* (estado de espírito) ou *substantivo* (qualitativo). Dependendo dessa natureza, a avaliação, baseada eventualmente em pesquisa experimental, irá aferir a efetividade da ação, comparando (e medindo) os diversos aspectos da população entre o *antes* e o *depois* da execução do programa e buscando estabelecer um mínimo de controle sobre as variáveis ambientais que atuaram sobre a população no período da experimentação.

A seguir são descritos, com base na metodologia descrita os elementos que compõe esta avaliação.

Ainda de acordo com BELLONI, MAGALHÃES & SOUSA (2007, p.45), o objetivo da avaliação de políticas públicas é conhecer seus fatores positivos (e negativos), apontar seus equívocos e insuficiências, com a finalidade de buscar seu aperfeiçoamento ou reformulação. Neste contexto, inclui-se para efeito da metodologia adotada na presente tese, a chance de estas políticas públicas explicitarem a possibilidade de contribuição para a sustentabilidade, particularmente apontando para as gerações futuras no sentido de uma melhor qualidade de vida para a sociedade, considerando aspectos como justiça social, cidadania e bem-estar social.

A operacionalização da metodologia adotada para avaliação das políticas públicas pressupõe sujeitos internos e externos⁴⁸, estratégia analítica e os tipos e fontes de informação:

- Os sujeitos internos, que incluem os *formuladores, executores e beneficiários* diretos e indiretos das políticas públicas. Os formuladores são, no presente caso, os dirigentes públicos e das entidades de fomento e apoio técnico, assim como parlamentares e assessores diretamente envolvidos na definição de

⁴⁸ Não se aplicam ao presente caso os sujeitos externos, conforme proposto pelos autores.

objetivos, prioridades e estratégicas da política, seus programas e produtos, assim como nos ajustes necessários. Os executores são as instituições responsáveis pela implementação das políticas públicas, assim como os setores encarregados de acompanhar e supervisionar a execução. Os beneficiários diretos são os catadores de materiais recicláveis e os indiretos, as entidades de apoio, empresas de reciclagem, o poder público municipal e a sociedade com um todo;

- Estratégia analítica complementar, integrada pela análise quantitativa e qualitativa e, principalmente, a análise de conteúdo. As informações quantitativas expressam o registro numérico dos fenômenos ou fatos e identificam sua ocorrência num determinado local, tempo e frequência, assim como permitem comparação. No presente caso, foram considerados apenas dados relativos aos beneficiários diretos, expresso pelo número de catadores atendidos diretamente e os recursos envolvidos. No caso dos beneficiários indiretos, a análise foi qualitativa;
- Tipos e fontes de informação, que envolvem dados primários (obtidos em entrevistas diretas) e secundários (de fontes distintas como os documentos oficiais dos formuladores e executores de políticas públicas, avaliadores externos, estatísticas e estudos realizados).

Os critérios adotados para avaliação das políticas públicas são aqueles mais tradicionalmente utilizados e compreendem os seguintes indicadores:

- Eficácia: comparação entre objetivos e metas originalmente e claramente propostos versus resultados alcançados.
- Eficiência: comparação entre montante de recursos utilizados e resultados alcançados.
- Impacto: para ser analisado deve-se, considerar, em primeiro lugar a natureza do impacto objetivo – mudanças quantitativas, impacto subjetivo – mudanças de estado de espírito e substantivo – mudanças qualitativas. Dependendo dessa natureza, a avaliação baseada na pesquisa experimental irá aferir a efetividade da ação (objetiva, subjetiva e substantiva).
- Desempenho: comparação entre objetivos e metas originalmente e claramente propostos versus pressupostos e valores alternativos (ou seja, metas e objetivos não explícitos).

- Legitimidade: possibilidade de exercer a política expressa em programas ou em instrumentos normativos, de modo justo e racional.

Importante salientar que cabe à avaliação de políticas públicas um papel bastante crítico, em que se busca mostrar os limites da ação do poder público na provisão de bem-estar e, sobretudo, os benefícios auferidos pela sociedade e os grupos de interesses.

Discorrer sobre políticas públicas direcionadas aos catadores de materiais recicláveis significa também resgatar uma breve e recente história de lutas, articulações e mobilizações que detonaram o processo de organização política em torno do MNCR. Este assunto será tratado no Capítulo 3. Neste tópico procura-se enquadrar teórica e metodologicamente as políticas públicas no contexto político e social atual para sua avaliação na direção da contribuição que os catadores de materiais recicláveis possam trazer à sustentabilidade. Argumenta-se aqui que as políticas públicas dirigidas ao conjunto total da sociedade podem permitir maior justiça social e apontam para o aspecto da temporalidade, na medida em que permitem mudanças significativas que afetarão esta e as futuras gerações, caso sejam implementadas e mantidas.

Infelizmente constata-se *a priori*, em termos de políticas públicas direcionadas aos catadores de materiais recicláveis enquanto beneficiários diretos destas políticas, que a sua avaliação não permite ir além de explicitar os resultados em termos da análise da quantificação dos valores e dos benefícios atingidos até o momento, para uma ação bastante recente, mas que tem apresentado resultados importantes para a sociedade.

2.11. O MODELO EXCLUDENTE DE DESENVOLVIMENTO E O REBATIMENTO NA QUESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO CONTEXTO DO PÓS-GUERRA

Sem entrar no mérito de uma série de outros problemas urbanos resultantes do modelo excludente de desenvolvimento do último meio século no Brasil (e nos países periféricos), nos interessa neste capítulo discutir o rebatimento na questão dos resíduos sólidos, nos contextos econômico, ambiental, social e sanitário que este modelo legou para as atuais gerações.

No caso brasileiro o problema do lixo está relacionado ao modelo de desenvolvimento urbano-industrial (em seus aspectos econômicos, políticos e sociais) implantado inicialmente no País a partir da década de 1940, em oposição ao modelo agrário-exportador. A dinâmica dos movimentos migratórios no sentido campo-cidade nos últimos 50 anos se materializou pela intensa ocupação das populações nas periferias dos centros urbanos.

A exemplo da maioria dos problemas urbanos contemporâneos, o lixo surge como problema de maior complexidade como decorrência do acelerado ritmo de crescimento das cidades brasileiras, sobretudo quando prevaleceu a lógica do binômio industrialização e crescimento populacional concentrado no País. Ou seja, com o advento do modelo industrial brasileiro das últimas décadas, associado ao crescimento populacional concentrado espacialmente em áreas metropolitanas e grandes cidades, ampliou-se bastante a produção e diversificação de resíduos sólidos.

A ausência de políticas públicas e investimentos setoriais destinados à limpeza pública acabou por agravar a situação face à maior complexidade que os resíduos sólidos assumiram nestes centros, posto que tiveram a produção e o consumo de bens incrementados.

O crescimento acelerado das grandes cidades determinou a escassez de áreas disponíveis para depositar o lixo. A sujeira acumulada no ambiente urbano aumentou a poluição do solo, dos corpos hídricos e do próprio ar (a partir da emanção de odores desagradáveis e poeiras em suspensão). As condições de saúde, bastante comprometidas pela ausência de saneamento básico, agravaram-se, sobretudo nas populações de baixa renda.

Mesmo consolidado como grave problema urbano, o serviço de limpeza pública continuou sendo tratado pelos dirigentes municipais⁴⁹ de forma superficial. O principal enfoque dado para a sua solução sempre esteve direcionado ao plano operacional, cujas maiores preocupações eram remover, coletar e transportar, na forma possível, os resíduos sólidos produzidos nas cidades e destiná-los para sítios afastados dos centros urbanos, sem grandes preocupações com os impactos, sobretudo sociais, sanitários e ambientais, decorrentes desse procedimento. A omissão governamental, nos níveis estadual e federal, contribuiu de certa maneira para agravar a situação (ALENCAR, 1999 p.30).

Os dados oficiais obtidos no Censo do IBGE (1989 e 2000), conforme o quadro a seguir, demonstram, em parte, a magnitude desta realidade. A gravidade da situação deixada como legado pela geração que nos antecedeu é notória ao constatar-se que o poder público não consegue atender à demanda da sociedade na legislação, regulação, financiamento, prestação de serviços e, na adoção de um modelo de gestão e governança. O número de locais inadequados para disposição final dos resíduos sólidos ainda é bastante significativo *vis-a-vis* uma incipiente resposta de tratamento e disposição adequada em aterros sanitários.

⁴⁹ Considerando os aspectos legais e institucionais que envolvem a questão do gerenciamento de resíduos sólidos, é relevante não esquecer que a gestão de resíduos sólidos no Brasil constitui-se uma atribuição municipal, no campo da engenharia sanitária e ambiental, definido pelo Artigo 30, Incisos I e V da Constituição Federal, que estabelece como atribuição municipal *“legislar sobre assuntos de interesse local, especialmente quanto à organização de seus serviços públicos”*.

DESCRIÇÃO	ANO	
	1989	2000
Produção	100.000 ton/lixo.dia	149.094 ton/lixo.dia
Destinação	72% lixões	59,03% lixões 0,55% áreas alagadas
	23% aterros sanitários e controlados	16,78% aterros controlados 12,58% aterros sanitários 2,62% aterros especiais
Tratamento	3% compostagem	3,86% compostagem
	2% reciclagem	2,82% reciclagem
	-	1,76% incineração

Quadro 1. Produção e destinação dos resíduos sólidos domiciliares no Brasil

Fonte: IBGE (1989 e 2000)

Quanto à distribuição da geração dos resíduos sólidos, 525 municípios (10%) com mais de 50 mil habitantes geram 80% do total do lixo coletado, as 13 maiores cidades são responsáveis por 32% de todo o lixo urbano coletado e somente 8,2% municípios declararam possuir coleta seletiva⁵⁰.

A geração média *per capita* de resíduos sólidos no Brasil é de 0,88 kg/hab.dia, a geração de resíduos domiciliares é estimada em 0,68 kg/hab.dia e a geração de resíduos públicos é de 0,20 kg/hab.dia. Neste particular cabe ressaltar que as cidades com menos de 200 mil habitantes geram de 580 a 790 g/hab.dia e as cidades com mais de 200 mil habitantes geram de 900 a 1.400 g/hab.dia, segundo publicação recente do Ministério das Cidades.

De acordo ABREU (2007 p.17), levantamento efetuado pela UNICEF em 1999 identificou que somente na região Nordeste encontravam-se 49% das crianças trabalhadoras no lixo, das quais 60% estavam em municípios com menos de 25 mil habitantes. O quadro atual é certamente diferente em face dos investimentos efetuados a partir do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e da ação dos Fóruns Estaduais e Nacional Lixo e Cidadania, pelo programa “Criança no lixo, nunca mais”. No entanto, a autora reconhece que cerca de 11 mil crianças ainda estão trabalhando no lixo somente no Nordeste, por não terem recebido as bolsas de estudo. No Norte admite-se que 6 mil crianças ainda estão vivendo do e no lixo. A persistência de catadores em lixões de forma desorganizada incide diretamente no agravamento desse quadro, pois os pais acabam levando os filhos para trabalhar junto com eles.

⁵⁰ A coleta seletiva é um processo que se inicia nas fontes geradoras de resíduos sólidos a partir da segregação dos materiais recicláveis, reutilizáveis e/ou recuperáveis, continua na remoção e transporte interno destes materiais e se consolida no recolhimento destes materiais de forma manual ou mecânica para posterior organização e comercialização (ALENCAR, 1994, p.1).

Estudo realizado pelo Ministério das Cidades, em 2004⁵¹, estima como investimentos necessários ao setor de limpeza urbana, considerando somente os itens de i) aquisição de veículos para a ampliação e reposição da frota de coleta; ii) encerramento dos lixões em municípios com população de até 100 mil habitantes; e, iii) aquisição da infra-estrutura necessária para a implantação de aterros sanitários em municípios com até 1,5 milhão de habitantes, recursos da ordem de R\$ 5,6 bilhões em 10 anos, dos quais 279 milhões são destinados à ampliação da frota de coleta de lixo, visando atender a 100% da população urbana; 4 bilhões para a manutenção da frota de equipamentos de coleta, correspondendo a 397 milhões para a reposição anual de 20%; 945 milhões para a implantação da infra-estrutura de aterros sanitários para municípios com população inferior a 1,5 milhões de habitantes; e 434 milhões para o fechamento de lixões em municípios com população inferior a 100 mil habitantes. É notória a insustentabilidade desse modelo consumidor e desperdiçador de gestão de resíduos sólidos no Brasil.

No quadro evolutivo descrito anteriormente aparece a figura do catador de materiais recicláveis como decorrência do modelo excludente de desenvolvimento e da forma como os governos trataram o problema da coleta e destinação final dos resíduos sólidos. No Brasil considera-se esta questão como um fenômeno social de maior relevância somente a partir da década de 1950.

No Capítulo 3 a seguir, a temática dos catadores será explorada com mais detalhes, tanto no contexto do catador ainda não-organizado (que corresponde atualmente à maioria), quanto do fenômeno recente de organização política e social do catador.

⁵¹ Apresentação efetuada em Recife, por Nadja Limeira Araújo, Coordenadora de Ação, na área de resíduos sólidos, da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, durante o Seminário Nacional Lixo e Cidadania, realizado nos dias 27 e 28 de outubro de 2005;

3. ESTADO DA ARTE DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Este capítulo descreve de forma analítica o estado da arte dos catadores de materiais recicláveis no Brasil, desde a sua gênese incerta e a evolução do problema como um fenômeno de proporções sociais enormes no espaço urbano, destacando a forma de estruturação como atividade informal e a emergência do processo de organização social, produtiva e político, consolidado na criação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

Nos tópicos finais são procedidas análises específicas, com base na teoria dos movimentos sociais e do modelo de avaliação de políticas públicas.

3.1. A QUESTÃO DOS CATADORES NO BRASIL

Neste tópico são discutidos e analisados os resultados da pesquisa sócio-histórica, de caráter evolutivo, parte realizada no Arquivo Público e na FUNDAJ, assim como em *sites* e periódicos disponíveis na Rede Web (Internet). Reproduz principalmente registros recentes de nossa trajetória como militante dessa importante causa.

O primeiro item, a seguir, busca reconstituir e entender as origens dos catadores , reproduzindo o pouco do material disponível nas fontes pesquisadas.

Em seguida, considera-se a evolução da atividade, com prioridade para o período compreendido entre 1950 a 2005. Mais adiante apresenta-se um modelo conceitual de estruturação do sistema informal e por fim, o tópico encerra com a situação atual que se encontram os catadores não-organizados.

3.1.1. Catadores de Materiais Recicláveis: Em Busca das Origens

“Há o trapeiro que vem movendo a fronte inquieta
nos muros a apoiar-se e como faz um poeta,
e sem se incomodar com os guardas descuidosos,
abre o seu coração em projetos gloriosos”
(Charles Baudelaire, 1857)

A atividade de catação de materiais recicláveis tem sua gênese em tempo e local incertos. No pretérito chegou a ser motivo de inspiração para escritores e poetas. Uma das

citações conhecidas e mais antigas vem do poeta francês Charles Baudelaire que inspirado nos catadores que atuavam em Paris, escreveu em 1843 o poema *O Vinho dos Trapeiros*⁵².

No Brasil, o poeta recifense Manuel Bandeira ficou indignado com a situação de pessoas catando para se alimentar e escreveu o famoso poema “O Bicho” em 1947, possivelmente por influência de Baudelaire, de quem era um dos tradutores.

No início do Século XX a atividade de catação de papéis, garrafas e utensílios domésticos no Brasil era realizada por imigrantes portugueses. Segundo Paulo Jardim, assessor da Companhia de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro-COMLURB, em matéria publicada na Revista Ecologia e Desenvolvimento (2002, p.12), "no Rio de Janeiro, temos notícias do início do século passado da figura do ‘garrafeira’, comprador de garrafas e papéis, normalmente puxando uma carroça de duas rodas, sendo também conhecido pela alcunha de burro-sem-rabo".

Em matéria publicada no Jornal do Commercio do Rio Janeiro⁵³ em 5/7/1896, constata-se a existência de aproximadamente 40 (quarenta) catadores no então “monturo” das ilhas da Sapucaia e do Bom Jesus.

“[...] lixeiros são todos ilhéos, hespanhões ou filhos da Galliza. Explorão aquelle monturo como se explora uma empresa vasta, complicada e rendosa. Uma verdadeira alfega! [...] São uns quarenta ou cincoenta, muito unidos e amigos, e que de Rio de Janeiro só conhecem a Sapucaia. Dividem entre si, com todo o methodo e ordem, os variados serviços das diversas repartições de lixo. Tudo alli é aproveitado, renovado, re-utilizado e revendido. [...] E transformão tudo em dinheiro. Trapos, vendem às fabricas de papel; garrafas, às ditas de cerveja; ferros e metaes, às fundições; folhas de flres, aos funileiros; cacos de louça e crystaes, às fabricas de vidro. Só não vendem os viveres deteriorados, com medo do Instituto Sanitario. Comem-nos! De vez em quo dão sorte, fazendo achados extraordinários”. (JORNAL DO COMMERCIO, 5/7/1896)

Estes personagens eram conhecidos no Recife como “homens do ferro-velho” e “aparistas” (ou “catador de aparas”) para os catadores de rua e, “trapeiros” para aqueles que atuam até hoje em locais de destinação final de resíduos sólidos (os chamados “lixões”)⁵⁴. A aparição de catadores em lixões ocorre com maior intensidade a partir da década de 1950, em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, então principais pólos de movimentos migratórios internos.

⁵² O poema “O Vinho dos Trapeiros” foi publicado em 1857, junto com a coletânea de poemas denominada “As Flores do Mal”, principal obra do citado autor.

⁵³ Matéria disponibilizada por Paulo Jardim, da COMLURB, no site www.resol.com.br. Consulta efetuada em 20/12/2007.

⁵⁴ MOURA & GONÇALVES (1989), em estudo realizado na cidade de Salvador, denomina-os de “badameiros”. No site www.resol.com.br são descritos mais de uma dezena de denominações diferentes para catadores na América Latina, dentre as quais trapeiros, recicladores, carrinheiros, badameiros, catadores e basuriegos.

Estudos realizados no Arquivo Público na cidade de Recife identificaram trapeiros no então lixão de Água Fria na década de 1950. A trajetória dos catadores a partir desta década até hoje, nos diversos locais de destinação final utilizados para receber o lixo desta cidade também foi objeto de levantamento, mostrando uma evolução impressionante, como será visto adiante.

Segundo COSTA (1986, p.47), a origem socioeconômica dos catadores está relacionada ao fenômeno do êxodo rural, ao rápido crescimento das cidades, que ocasionou uma grande diversificação de atividades e, ao surgimento e proliferação das favelas. Como visto, estes são elementos decorrentes dos impactos do modelo econômico adotado no Brasil. A autora considera a atividade como um fenômeno que resulta de uma prática do cotidiano pela sobrevivência e

“certamente corporifica uma das conseqüências do processo de desenvolvimento capitalista que, em sua essência, produz determinados mecanismos geradores de desigualdades, favorecendo a apropriação e a disseminação de recursos, com diferenças marcantes e contraditórias” (COSTA, 1986, p.13).

Os catadores de materiais recicláveis, portanto, se integram ao espaço urbano brasileiro há mais de cinquenta anos, mas somente nessa última década vêm conquistando visibilidade na sociedade, inclusive apresentando soluções sustentáveis possíveis para problemas sociais e ambientais crônicos das cidades brasileiras, como a geração de trabalho e renda com baixos investimentos e a reciclagem do lixo, por exemplo.

No entanto, a forma não-organizada de desenvolver a atividade de catação de materiais recicláveis ainda persiste de forma intensa no Brasil e um traço característico dessa atividade é a escolha pelo trabalho.

Neste contexto JUNCÁ, GONÇALVES & AZEVEDO (2000) observam em estudo sobre os catadores no lixão de Campos dos Goitacazes/RJ, que

“o indivíduo é um ser social e assim sendo é na relação com o outro que o indivíduo se faz homem (e mulher), se humaniza, no contato com a natureza e com o outro, se reconhece, se confronta com semelhança e diferença, que é uno e múltiplo, que é pressuposto e reposto cotidianamente, constituindo sua identidade num jogo de reflexões variadas e em condições concretas. Constroem representações, aproximam-se da realidade e lhe atribui significados, que são socialmente produzidos e que adquirem sentido pessoal, mediante as elaborações realizadas pelos sujeitos de acordo com suas próprias experiências. É o processo de subjetivação da realidade do indivíduo, comportando as vivências de cada um, as informações e valores que circundam no meio e o que repassam às gerações posteriores. (JUNCÁ, GONÇALVES & AZEVEDO, 2000, p.83-84)”.

As autoras continuam sua análise destacando o trabalho que dignifica o catador e destaca o processo de exclusão a que estão submetidos os catadores. Este processo orienta o procedimento dos catadores. Escolhem o trabalho, a honestidade, o discurso de provedor, de

dignidade, querendo se reencontrar na sociedade de produção e concretizar uma nova identidade nas relações em que vão se enredando. Reconhecem-se como os mais fracos no jogo da sobrevivência, calam-se ou deixam a razão calar para o corpo viver.

São indivíduos que levam a marca das sobras da sociedade, entorpecidos e esmagados pela realidade de inclusão-exclusão, têm história para contar e vida para viver, são rotulados. Para enfrentar a exclusão impõe-se o reconhecimento do excluído, o resgate do seu vínculo ao gênero humano e à vida em sociedade, assumir a tensão da identidade imposta, desvendar o fetichismo do personagem, acordar o gigante adormecido para problematizar a realidade e reagir frente aos seus entraves. (JUNCÁ, GONÇALVES & AZEVEDO, 2000, p.84-86).

CRAVEIRO COSTA (1995, p.2-3), em estudo realizado no lixão de Aguazinha, Olinda, tomando por base o interacionismo simbólico de George Mead, reforça estas observações anteriores e ressalta a necessidade de que as lutas políticas contemplem as questões da subjetividade humana, pois o modo de produção capitalista funciona também a partir de formas de controle da subjetivação. Chama a atenção para que estas lutas apontem na construção de modos de sensibilidade, de relação com o outro, de produção e criatividade, que produzam sujeitos singulares, dispostos a se colocarem, de fato, como sujeitos de sua própria história.

Essa autora evidencia uma conexão direta entre as instâncias de produção, as instituições de controle social e, as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo. A partir do discurso dos catadores observa-se como a ordem vigente produz os modos das relações humanas até em suas representações inconscientes: os modos como se trabalha, como se ama, como se fala; a relação com a natureza, com o corpo, com o presente, passado e futuro, enfim, a relação do ser humano com o mundo e consigo mesmo. Na população de catadores estudada ela identificou que as restrições, frustrações, agressões e decepções vividas no nível econômico, social e político vêm provocando significativas consequências no nível psíquico (CRAVEIRO COSTA, 1995, p.40).

Neste recente processo de auto-reconhecimento, os próprios catadores descobrem o valor e o significado do seu trabalho, qual seja coletar para reciclar e/ou reutilizar os materiais descartados pela sociedade, contribuindo para a limpeza das cidades e transformando-se em verdadeiros agentes ambientais urbanos, mesmo sendo considerados com um dos setores mais excluídos e marginalizados da sociedade. Pode-se assim afirmar, com os próprios catadores, que “o trabalho e a organização dos catadores são luzes que apontam na direção de um novo modelo de desenvolvimento para nossas cidades e para nossos povos” (CARTA DE CAXIAS DO SUL, 2003).

3.1.2. Evolução da Atividade de Catação de Materiais Recicláveis no Brasil: A Luta pela Sobrevivência nos Lixões e nas Ruas

Como atividade contemporânea vinculada aos resíduos sólidos, a catação de materiais recicláveis intensificou-se alguns anos após a Revolução Industrial. A partir do Século XIX as indústrias intensificaram a produção inicialmente nos países centrais e, posteriormente, nos periféricos, internacionalizando a divisão do trabalho. Foram gerados objetos de consumo em larga escala e incrementada a produção de embalagens no mercado. Houve um aumento significativo da quantidade e da diversidade dos resíduos sólidos gerados nas áreas urbanas. O desenvolvimento do sistema fabril provocou o primeiro grande êxodo rural da História. A população rural da Inglaterra passou de 40% do total em 1770, para 26% em 1841. Desde então se tornou bastante crítica a relação homem e meio ambiente. De acordo com FERRARI (1979, p.233), é a partir da Revolução Industrial que surge o urbanismo moderno e como consequência uma exacerbação da visão antropocêntrica que conduziu a morfologia das cidades e do campo.

Como foi abordado anteriormente, no Brasil o problema do lixo está relacionado ao modelo de desenvolvimento urbano-industrial (em seus aspectos econômicos, políticos e sociais) implantado, inicialmente, a partir das décadas de 1940-1950, em oposição ao modelo agrário-exportador. A dinâmica dos movimentos migratórios campo-cidade, nos últimos cinquenta anos, materializou-se pela intensa ocupação das populações nas periferias dos centros urbanos. Somente o estado de São Paulo ganhou entre 1940 e 1950, com decorrência dos movimentos migratórios, um contingente de 1.738.813 habitantes.

O momento seguinte da urbanização brasileira, após essas décadas, é quando, “os nexos econômicos ganham enorme relevo e se impõem às dinâmicas urbanas na totalidade do território” (SANTOS, 1996, p.24), e representa um período em que o então governo militar criou condições para uma rápida integração nacional.

No início da década de 1960, metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro, com 3,7 milhões e 3,2 milhões de habitantes, respectivamente, já conviviam com grandes contingentes de catadores em lixões. Com uma produção diária de aproximadamente 1.700 toneladas de resíduos sólidos, o município de São Paulo embora possuísse dois incineradores⁵⁵ a maioria dos resíduos sólidos gerados no município eram depositados em vazadouros a céu aberto (os chamados “lixões”).

⁵⁵ O incinerador Pinheiros, inaugurado em 1949 com capacidade para 200 ton/dia e o de Ponte Pequena, inaugurado em 1959 para receber 150 ton/dia.

O Recife, então terceiro centro mais importante do Brasil, convivia com os homens do ferro-velho nas ruas e com trapeiros que percorreram uma trajetória de luta e resistência com provável início no lixão de Água Fria, bairro popular localizado na área norte da cidade, onde havia cerca de dez trapeiros e cuja desativação ocorreu nos primórdios da década de 1960, quando a cidade possuía cerca de 800 mil habitantes. Continuou no lixão do Caçote (onde havia sido implantada uma usina de compostagem, muito próximo ao aeroporto) a partir de 1964, estendendo-se até meados da década de 1970. A partir de então o destino final foi transferido para a localidade de Mumbeca (também conhecida como Cova da Onça), na zona norte da cidade, mantendo-se ativado até 1980. Naquela oportunidade houve inúmeras tentativas da Prefeitura do Recife em proibir a permanência de catadores no local, tendo sido inclusive utilizada a Polícia Militar de Pernambuco para expulsá-los. A área chegou a ser cercada e foram alocados seguranças privados para não permitir o retorno ao local.

Trabalho de assistência social pioneiro realizado e registrado por PONTES *et al* (1975) promoveu a capacitação, posterior retirada e, o encaminhamento dos catadores para empregos no mercado local do Recife. Posteriormente, esses e outros catadores retornaram ao então lixão da Mumbeca (que nunca chegou a ser um aterro sanitário), por falta de acompanhamento desta significativa ação pública.

Após a saturação desse sítio, os resíduos sólidos coletados no Recife passaram a ser depositados em Prazeres, bairro do vizinho município de Jaboatão dos Guararapes, até 1984, em terreno lindeiro à rodovia BR-101, principal estrada brasileira, no acesso ao Recife pela nucleação sul da RMR. Os trapeiros, em torno de 100 pessoas, continuavam a atuar neste local, sempre submetidos a pressões do poder público para se afastarem do local.

Com a elaboração do Plano Diretor de Limpeza Urbana da Região Metropolitana do Recife pela então Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM, 1994), o qual contemplava como proposta a implantação de dois aterros sanitários energéticos (um na nucleação sul e outro na nucleação norte da RMR), houve a decisão política de proibir a atividade de catação, configurando-se neste momento um marco importante na luta dos trapeiros pelo direito de permanecer catando para sobreviver. Ao serem impedidos de entrar no então novo local de destinação final, sob o argumento de que naquele local seria implantado um aterro sanitário (o que não veio a ocorrer), aquela centena de catadores que haviam então migrados da Mumbeca para a Muribeca em 1984 promoveram, com apoio dos intermediários sua primeira manifestação pública, ao deslocarem-se em grupo, à sede do Governo Estadual para solicitar autorização para permanecer no local. A reação do governador foi essencialmente política, ao atender a reivindicação dos trapeiros de

permanecer no local e ao doar indumentárias e equipamentos de proteção individual (EPI) para eles sem, no entanto, encaminhar uma solução para o problema.

No ano de 1986, segundo estudo efetuado pela FIDEM (1986, p.2), cujo objetivo era implantar uma unidade de triagem no Lixão da Muribeca, existiam aproximadamente 180 catadores. Levantamento realizado em 1994 por ALENCAR (1995, p.) atestou a existência de 1.029 catadores na Muribeca e cerca de 1.200 catadores nas ruas. No cadastro efetuado pela EMLURB em 2004, existiam 1.914 catadores na Muribeca e estimava-se um total de 2.000 catadores atuando nas ruas. Diagnóstico socioeconômico realizado em 2006 pelas prefeituras de Jaboatão dos Guararapes e do Recife, constatou a presença de aproximadamente 1.000 catadores (PMJG, 2006 p. 4).

O Gráfico 1 a seguir demonstra a evolução do crescimento do número de catadores no lixão da Muribeca no período de 1984 a 2006.

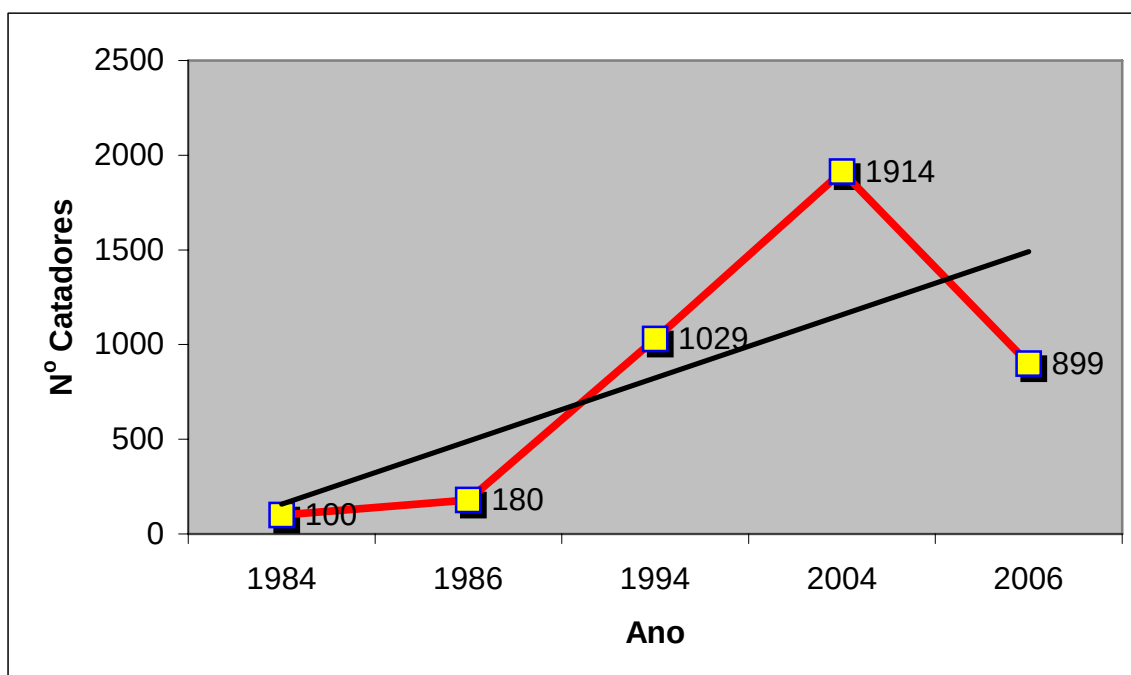


Gráfico 1. Evolução da quantidade de catadores no lixão da Muribeca
Fonte: FIDEM (1986); ALENCAR (1994); EMLURB (2004); PMJG/PCR (2006)

Como pôde ser observado no gráfico anterior, o crescimento do número de catadores no lixão da Muribeca é bastante representativo. As pressões para retirar as crianças em 2005, efetuadas por algumas ONGs e pelo Ministério Público (sobretudo pela Delegacia Regional do Trabalho) fizeram reduzir o número de catadores, na medida em que ao retirarem cerca de 200 crianças e adolescentes que estavam no lixão, vários pais também acompanharam-nos

nesta saída. Outras ações, a exemplo do policiamento intensivo implantado, afastaram vários catadores com problemas judiciais.

No ano de 1986 foi fundada em São Paulo a primeira cooperativa de catadores no Brasil, a COOPAMARE - Cooperativa dos Catadores de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis, formada a partir da luta contra a perseguição do então prefeito da capital paulista que havia proibido a atuação dos catadores nas ruas da cidade.

Este processo de luta foi e tem sido praticamente o mesmo em diversas cidades brasileiras e latino-americanas, até porque o modelo econômico adotado nestes países não foi diferente. No aterro controlado de Gramacho no Rio de Janeiro, por exemplo, cerca de 6.000 catadores de materiais recicláveis vêm desenvolvendo atividades em condições sanitárias deploráveis há anos, submetidos ao trabalho adscritício e a outras formas de exploração humana. Este tema será retomado mais adiante. Antes, no tópico seguinte, será demonstrado como se estrutura o sistema de coleta seletiva e reciclagem informal e sua relação com o sistema convencional.

3.1.3. O Sistema Informal de Reciclagem: Quem é Quem no Contexto da Gestão dos Resíduos Sólidos

O sistema informal de reciclagem é composto um conjunto de 7 (sete) atores representados por **compradores ambulantes, catadores de rua, garis, trapeiros do lixão, donos de depósitos, aparistas** e as **indústrias** consumidoras de matérias-primas recicláveis.

Os **compradores ambulantes** formam um segmento que atua no sistema a partir da compra de materiais recicláveis e reutilizáveis, normalmente nos domicílios residenciais e comerciais, para posterior revenda a pequenos e médios negociantes de resíduos. Poucos são independentes, o que ocorre com mais frequência é a vinculação a intermediários de resíduos sólidos. Este personagem da paisagem urbana brasileira vem desaparecendo gradativamente com a verticalização das médias e, principalmente, grandes cidades.

Os **catadores de ruas** diferenciam-se do grupo anterior pelo fato de coletar diretamente os resíduos nas vias e logradouros públicos sem custo de aquisição. Coletam seletivamente em maior escala resíduos sólidos que serão reciclados para serem transformados em um novo produto. Relaciona-se quase que exclusivamente com os pequenos intermediários de resíduos sólidos, quer seja numa vinculação de exploração pelo

trabalho ou somente na comercialização dos materiais coletados, quando o catador possui o principal instrumento de trabalho, a carroça manual.

Os **garis** compreendem os servidores municipais do órgão responsável pelos serviços de limpeza urbana ou da(s) empresa(s) privada(s) que presta(m) serviços na cidade. Sua participação no sistema materializa-se pela catação e segregação que normalmente realizam nos próprios veículos coletores durante a coleta e transporte regular, cuja comercialização é realizada ao final de cada jornada. Relacionam-se normalmente com intermediários do local de destinação final. Esta atividade é bastante reprimida atualmente pelas empresas operadoras.

Os **trapeiros, badameiros** ou mesmo **catadores** constituem o grupo que atua em lixões. Estão mais susceptíveis a problemas de saúde e sociais, por atuarem na catação em condições totalmente insalubres e sujeitos a conflitos sociais e problemas operacionais os mais diversos. Vinculam-se aos balanceiros ou deposeiros, intermediários de médio porte que normalmente controlam os lixões.

Os **donos de depósitos** compreendem os pequenos e médios intemediários, assumindo nessa rede a função de aglutinadores da malha de catadores de rua e daqueles que atuam no destino final, fornecendo em ambos casos os instrumentos de trabalho, a exemplo das carroças manuais para os que atuam nas ruas. Articulam-se preferencialmente com os aparistas em face de não possuírem uma produção em escala compatível com a demanda do mercado consumidor, assim como por não terem condições econômicas de efetuarem o frete das matérias-primas recicláveis aos pontos de comercialização. Podem especializar-se por tipo de produto ou não, tendo ainda como tarefa a segregação e preparação dos produtos para entrega aos grandes negociantes.

Os **aparistas** representam o papel de principais intermediários de matérias-primas recicláveis, comandando, direta e indiretamente uma extensa rede em que se incluem pequenos e médios negociantes e um imenso contingente de catadores de rua. Suas atividades abrangem à compra, seleção, transporte, beneficiamento (de vários materiais recicláveis) e a comercialização, mantendo um relacionamento direto com o mercado consumidor que se abastece destes produtos, bem como assegura a toda a rede a aquisição do material coletado. Funcionam também como agenciadores que intermedeiam produtos entre produtor e comprador.

Por fim, as **indústrias** que constituem o principal mercado consumidor final, caracterizando-se por serem o segmento de consumo, produção e transformação, em pequena e larga escala. Corresponde à última etapa do processo que se inicia na catação, estando

representadas em maior escala pelas indústrias formais e informais de metalurgia, de papel e papelão, de transformação de produtos minerais não-metálicos, produtos de matérias plásticas e têxtil. Mantém relação com os aparistas, com empresas de triagem e beneficiamento para a reciclagem e com as próprias indústrias diretamente, ou em bolsas de resíduos sólidos.

O Gráfico 2 apresenta uma estrutura desse sistema, os atores intervenientes e suas inter-relações com o sistema convencional, que envolve instituições do **poder público** e as **empresas privadas** prestadoras de serviços.

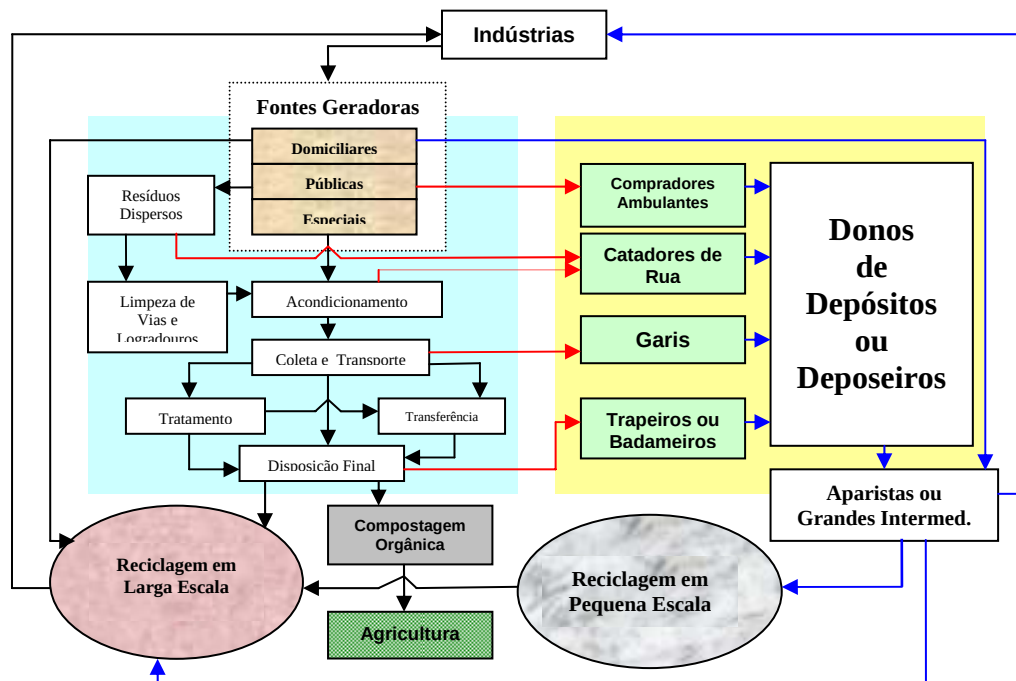


Gráfico 2. Gestão Informal e Convencional de Resíduos Sólidos: Modelo Conceitual
Fonte: ALENCAR_(a) (1995). Com alterações do próprio autor.

O cenário atual de intenso movimento de internacionalização, financeirização e fusão do grande capital associado à crise do Estado provedor de serviços públicos é um momento privilegiado para o processo de acumulação capitalista capitaneado por uma nova forma de intervenção do Estado empreendedor atual. O rebatimento deste velho fenômeno (com nova roupagem), na cidade e, sobretudo, nos serviços públicos, é bastante sintomática “na formação de uma urbanização corporativa”⁵⁶, cujas ações essenciais do Estado dirigem-se a empresas hegemônicas” (SANTOS, 1996, p.109).

⁵⁶ Como conceitua SANTOS (1996, p.95), urbanização corporativa é aquela empreendida sob o comando dos interesses das grandes firmas e constitui um receptáculo das conseqüências de uma expansão capitalista devorante dos recursos públicos, uma vez que estes são orientados para os investimentos econômicos, em detrimentos dos gastos sociais.

No caso específico dos serviços públicos de limpeza urbana, obtém-se como um dos resultados deste modelo atual de acumulação, dentre outras mazelas sociais, uma "evolução" nos cartéis nacionais instalados nas últimas décadas, para um processo de cartelização internacionalizado, com rebatimento no aumento da concentração de renda e da pobreza, sobretudo em países ditos subdesenvolvidos e em desenvolvimento. O sistema convencional está atualmente assim representado, como uma associação “empreendedora” de interesse político-eleitoral e empresarial.

A agenda de prioridades dos poderes públicos, sobretudo municipais, ainda está descolada das necessidades sociais e ambientais, na medida em que o gasto com os contratos privados são elevados para os serviços de coleta, limpeza e destinação final, onde o desperdício de materiais recicláveis (incluindo a matéria orgânica que poderia ser transformada em fertilizante natural, reduzindo significativamente as emissões de gases de efeito estufa) é a tônica principal e, os recursos para as atividades de estímulo à reciclagem e, principalmente aos catadores, são infimamente menores.

3.1.4. Perfil Atual dos Catadores: Pobreza, Exclusão e Representações Negativas

O modelo econômico brasileiro de modernização conservadora implantado no Brasil na década de 1960 provocou uma série de efeitos perversos para a maioria da população e com maior virulência na região Nordeste. Como observado por alguns autores ao longo do Capítulo 2, o vertiginoso processo de migração campo-cidade aliado ao fracasso da política habitacional para as camadas pobres da população deu origem ao grave fenômeno da favelização. As políticas compensatórias adotadas nos dois últimos governos federais, de textura social-democrática, não conseguiram infelizmente conter o avanço deste fenômeno, que se manifestou mais agressivo no período da ditadura militar.

Na Região Metropolitana do Recife, por exemplo, foi implantado significativo número de fábricas quando do período dos incentivos fiscais e da vitalidade da SUDENE, recebendo ao mesmo tempo migrantes de todos os estados nordestinos. Quando se instaurou o processo recessivo no país, o deslocamento de trabalhadores para o Sudeste e, sobretudo São Paulo, deixa de ser uma oportunidade promissora a miséria social desta metrópole, se intensifica e amplia o desemprego no setor formal da economia.

O fechamento de fábricas do setor têxtil, grandes empregadoras de mão-de-obra, a desativação do setor de construção civil (que atualmente se encontra em fase de reaquecimento), entre outras causas, provocaram o deslocamento de trabalhadores com baixa

qualificação para o setor informal, os quais procuraram adotar estratégias de sobrevivência das mais precárias, inseguras e insalubres.

Como já constatado, a atividade de catação de materiais recicláveis continua a crescer a cada dia, é verificada em praticamente todas as grandes e médias cidades brasileiras e amplia-se de forma avassaladora para os pequenos municípios. A coleta seletiva e a reciclagem vêm despertando um grande interesse na sociedade de baixa renda como alternativa de sobrevivência.

A Tabela 1 a seguir apresenta os dados mais recentes relativos aos catadores organizados e não-organizados na RMR.

Tabela 1. População, Produção de Resíduos Sólidos, Potencial de Materiais Recicláveis e Quantidade de Catadores dos Municípios da RMR

Município	Popul. (Julho/2007)	Produção de lixo (ton/dia)	Potencial de materiais recicláveis (ton/dia)	Catadores de materiais recicláveis			Total
				Lixão	de Rua	Organ.	
Abreu e Lima ⁽²⁾	89.039	97,94	19,59	70	100	23	193
Araçoiaba ⁽²⁾	15.108	16,62	3,32	12	10	0	22
Cabo de Santo Agostinho ⁽³⁾	152.977	178,98	35,80	80	60	44	184
Camaragibe ⁽³⁾	128.702	141,57	28,31	110	60	12	182
Igarassu ⁽³⁾	82.277	96,26	19,25	60	30	7	97
Ipojuca ⁽³⁾	59.281	69,36	13,87	45	40	20	105
Itamaracá ⁽²⁾	15.858	18,55	3,71	10	10	0	20
Itapissuma ⁽²⁾	20.116	23,54	4,71	30	20	18	68
Jaboatão dos Guararapes ⁽³⁾	581.556	680,42	136,08	-	500	50	550
Moreno ⁽³⁾	49.205	54,13	10,83	30	20	0	50
Olinda ⁽²⁾	367.902	430,45	86,09	400	300	65	765
Paulista ⁽²⁾	262.237	306,82	61,36	200	200	107	507
Recife ⁽³⁾	1.422.905	1.949,38	389,88	899 ⁽¹⁾	1.500	226	2.726
São Lourenço Da Mata ⁽³⁾	90.402	99,44	19,89	90	60	18	168
TOTAL	3.337.565	4.163,46	832,69	2.137	2.910	590	5.637

Fonte: (1) PMJG/PCR (2006); (2) ALENCAR (2007); (3) Levantamento Direto (2007).

Obs: Considerou-se 20% de materiais recicláveis, 50% de matéria orgânica e 30% de refugos (lixo); População IBGE obtida no site www.ibge.gov.br. Consulta em 19/11/2007. Estimativa de Julho/2006.

A atividade de catação de materiais recicláveis encobre uma realidade trágica, perversa e de difícil reversão, notadamente nos locais de destinação final do lixo. Há um crescimento vertiginoso da atividade de catação nos últimos trinta anos. Os problemas identificados se avolumam numa progressão semelhante ao próprio crescimento da população de catadores.

Análise em estudos efetuados na cidade do Recife (ALENCAR, 1995; PONTES *et al*, 1979; PMJG/PCR, 2005) e em outras cidades brasileiras (JUNCÁ, GONÇALVES &

AZEVEDO, 2000; COSTA, 1986; PORTO *et al*, 2004; GONZALEZ, 1992; NUNES, 2004; MOURA & GONÇALVES, 1989); e, algumas estrangeiras (POERBO, SICULAR & SUPARDI, 1990; GONZALES, CADENA & SUREMAIN, 1993) permitiram constatar que o sistema informal de reciclagem estrutura-se de forma análoga em qualquer média e grande cidade de país subdesenvolvido.

Na atividade de catação são constatados inúmeros problemas sociais, principalmente nos lixões. Os principais são a violência (sexual, conflitos internos, homicídios), uso de drogas (maconha, cola de sapateiro e remédios), elevado consumo de bebidas alcoólicas e de acidentes (cortes, perfurações e traumatismos). Ao mesmo tempo, identifica-se um razoável índice de desnutrição e ainda um elevado consumo de restos de comida do lixo por parte dos trapeiros nos lixões. Neste particular quadro social, constata-se uma combinação de privação material com degradação moral e dessocialização, nos termos do que afirma PAUGAM (1996, p.7). Os conflitos ocorrem por motivos banais, muitas vezes resultando em mortes.

O consumo de alimentos do lixo foi documentado com detalhes em relatório elaborado por PESSOA (1994 p.18-21), em estudo realizado na Muribeca. Neste trabalho de assistência social junto aos trapeiros do lixão a autora constatou um quadro desolador, proveniente do consumo de comida estragada pelos trapeiros.

O perfil socioeconômico dos trapeiros apresenta, como esperado, alto índice de analfabetismo, número de filhos acima da média, renda pessoal entre 1/2 e 1 salário - mínimo para um período entre 8 a 10 horas diárias de trabalho, grande rotatividade na atividade, o desemprego como principal motivo para estarem catando materiais recicláveis e o trabalho como uma necessidade que os dignifica.

A população masculina tem sido majoritária, observando-se um intervalo entre 20% e 30% de mulheres na atividade, em média. O número de crianças e adolescentes ainda é bastante significativo, assim como ainda é expressiva a população jovem na catação (entre 18 e 35 anos). A grande maioria dos catadores e trapeiros não dispõe da documentação mínima exigida ao cidadão brasileiro. Muitos não possuem sequer a certidão de nascimento, dificultando em muito a possibilidade de conseguirem outra ocupação profissional. Há um elevado número de óbitos infantis nas famílias de catadores.

Os catadores e trapeiros desconhecem o significado e a importância da atividade de catação nos contextos socioeconômico e ambiental, bem como não têm a dimensão do seu poder, enquanto grupo. Na atividade de catação de forma desorganizada há individualidade, indisciplina e um sentimento de autonomia por parte dos catadores.

Por outro lado, o mesmo estudo identificou potencialidades que permitem afirmar que o mercado de materiais recicláveis ainda encontra-se com uma demanda maior que a oferta e a maioria dos dirigentes das indústrias de materiais recicláveis não colocam obstáculos quanto à aquisição dos subprodutos do lixo diretamente aos catadores organizados. Algumas empresas brasileiras começam a adotar medidas de responsabilidade social corporativa e de sustentabilidade ambiental.

A atividade de catação de materiais recicláveis envolve diretamente no Brasil cerca de 300 mil pessoas⁵⁷ e responde pela coleta de aproximadamente 10% dos materiais recicláveis gerados nas fontes domiciliares das grandes e médias cidades e por cerca de 3% dos resíduos depositados em lixões. Os recursos financeiros que estão envolvidos na atividade de reciclagem foram estimados por CALDERONI (1998, p.281) em 5,8 bilhões de dólares por ano. Mesmo tratando-se de um setor informal e em processo de formalização, a parcela relativa aos catadores é bastante representativa e não deve ser desconsiderada.

A diversidade profissional identificada no conjunto de catadores constitui-se um dos indicadores da rotatividade verificada na atividade. Por outro lado, representa uma perspectiva concreta de aproveitamento em mercados formais e outros mercados informais, mas principalmente na formação de associações e cooperativas de catadores.

No caso do lixão da Muribeca, que recebe diariamente 3.000 toneladas de resíduos sólidos e está localizado na Região Metropolitana do Recife, há um ganho ambiental e econômico inquestionável com a retirada de aproximadamente 10.000 toneladas/ano pelos trapeiros, os quais seriam literalmente aterrados. Nas ruas do Recife cerca de 30.000 toneladas/ano são coletadas pelos catadores de rua. A atividade de catação reduz as importações de matérias-primas, possibilitando razoável economia de divisas ao Brasil ao reduzir o volume de matérias-primas importadas, a exemplo da barrilha⁵⁸, produto utilizado para a fabricação do vidro. As garrafas de plástico do tipo PET, p.ex., coletadas no Recife pelos catadores têm sido exportadas para a Ásia e América do Sul, após processo de beneficiamento industrial pela Frompet, o que contribui para melhorar a balança comercial brasileira.

⁵⁷ O CEMPRE (Compromisso Empresarial para a Reciclagem) estima em 500 mil catadores e o próprio MNCR fala entre 500 mil e 1 milhão de catadores, mas não há qualquer evidência científica sobre estes números. Preferimos falar em 300 mil tomando por base estudos recentes realizados em Pernambuco (GRS/SECTMA, 2002) que possibilitaram inferir uma média de aproximadamente um catador para cada seiscentos habitantes.

⁵⁸ A barrilha é o termo comum adotado para o carbonato de sódio, o qual em seu estado mais denso é utilizado na produção de alguns tipos de vidro. O Brasil importa uma grande parte da barrilha consumida nas indústrias vidreiras. No processo industrial de reciclagem do vidro não há mais a necessidade de sua incorporação.

Do ponto de vista ambiental, a reciclagem de papel, vidro, metal e plástico, possibilita a preservação de recursos naturais (árvores, jazidas de minérios - sílica, ferro, cobre, bauxita, dentre outros), além da redução do consumo de água, energia elétrica, petróleo e da emissão de poluentes no solo, no ar e na água. Como exemplo do benefício econômico no setor público, somente a Prefeitura do Recife, economiza efetivamente por mês com os serviços de limpeza urbana (atualmente contratados a uma empresa estrangeira) uma quantia razoável ao não realizar a coleta dos resíduos sólidos que os catadores de rua recolhem. A partir deste raciocínio, a Prefeitura deveria remunerar os catadores pelos serviços prestados, assim como remunera empresas de coleta e tratamento de lixo. Esta é certamente a mais importante das lutas do MNCR para garantir a universalização do processo de organização dos catadores.

Em síntese, a organização de catadores de materiais recicláveis para a coleta seletiva representa uma das mais fecundas possibilidades de minimização da miséria com reduzido investimento e indica possibilidades para a sustentabilidade ambiental, sobretudo no contexto da preservação ambiental com reposição (fontes renováveis).

A atividade de catação compreende, enfim, um trabalho como categoria humana fundamental, que cria e transforma, produz matéria e idéias, onde se articula “o sentido filosófico da condição humana, o sentido biológico da manutenção da espécie, o sentido econômico da produção de bens, o sentido sociológico da vida em comum, com suas implicações políticas” (BOCAYUVA & VEIGA, 1992, p.245).

3.2. NO CAMINHO PARA A ORGANIZAÇÃO DOS CATADORES

3.2.1. A Emergência de Novos Protagonistas no Espaço Urbano: Cronologia do Recente Processo de Organização dos Catadores de Materiais Recicláveis no Brasil

Segundo GOHN (2003, p.23), não existem movimentos puros, isolados, descontextualizados de qualquer grupo, partido ou instituição. Membros do clero tiveram participação expressiva em inúmeros movimentos e lutas no Século XIX, assim como cidadãos das camadas médias pertencentes às elites intelectuais. No caso dos catadores de materiais este processo não se deu de forma diferente. A atuação de instituições religiosas junto aos movimentos sociais de catadores de uma forma geral foi decisiva no seu processo pretérito recente de organização.

O processo de organização de catadores de materiais recicláveis é muito recente no Brasil. As primeiras cooperativas e associações surgiram nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul na década de 1980.

São dessa época as entidades de catadores de **Porto Alegre/RS** (Associação das Mulheres Papeleiras da Ilha dos Marinheiros, Associação das Mulheres Papeleiras da Santíssima Trindade, Associação dos Recicladores de Resíduos do Aterro Zona Norte-ARRAZN e, Associação de Catadores da Restinga); **Novo Hamburgo/RS** (Cooperativa dos Recicladores da Grande Porto Alegre); **Canoas/RS** (Associação dos Carroceiros e Catadores de Canoas); **São Paulo/SP** (Associação Nioac dos Catadores de Papel e Papelão), Cooperativa dos Catadores de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (COOPAMARE); **Santos/SP** (Associação dos Carrinheiros de Santos); **Piracicaba/SP** (Grupo de Catadores do Aterro do Pau Queimado); e, **Belo Horizonte/MG** (Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis - ASMARE), conforme registro de ALENCAR (1992).

As ações empreendidas para uma articulação política dos catadores e organizações são mais recentes ainda. Em Maio/1992 foi realizado em Santos/SP o primeiro esforço de organização de um movimento de âmbito nacional, o 1º Encontro de Organizações Populares de Catadores de Papel e Materiais Reaproveitáveis, onde foram focados como pontos principais o reconhecimento profissional e a articulação nacional.

Somente em Novembro/1999 a intenção deliberada neste encontro anterior de realizar um primeiro congresso nacional permitiu, em Belo Horizonte/MG, dar um passo definitivo, quando foi realizado 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, preparatório para um evento de maior expressão.

No período de 23 a 26 de setembro de 2000 em São Sebastião/SP, foi também realizado o 1º Encontro Internacional dos Catadores, Triadores e Técnicos, patrocinado pela Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ), cujo objetivo principal foi de identificar ameaças e oportunidades no setor informal de reciclagem e

aproximar os que atuam nesta área no sentido de promover um intercâmbio de informações sobre os diferentes programas e experiências existentes. Este evento contou com expressivas

Protagonismo Colombiano

Na Colômbia o processo de organização de catadores que atuam desde a década de 1940 nas ruas de Bogotá é mais antigo do que no Brasil. A primeira cooperativa de catadores foi criada em 1970 (Corporación de Papeleros de Colômbia, em Medellín) apesar de não existir mais. A segunda (Cooperativa Antioqueña de Recolectores de Subproductos) foi criada em 1975. Em 1982 foi criado o Sindicato de Trabajadores del Botadero (SINTRAREBO) em Bogotá. Em 1983 nasce a Cooperativa RECUPERAR, em Medellín, emblemático modelo de organização e de empreendedorismo realizado por catadores no mundo. Em 1988 foi então realizado o primeiro Congreso Nacional de Reciclaje, em Cali. Em 1990 foi realizado o primeiro Encuentro Nacional de Recicladores no município de El Ocaso, província de Cundinamarca e naquela oportunidade também foi criada a Asociación Nacional de Recicladores (ANR).

participações de catadores e técnicos de diversas entidades do Brasil (a maior parte de municípios do Estado de São Paulo) a exemplo da Coopamare de São Paulo/SP, Cooperativa de Reciclagem de Santo André/SP (Coopercicla), a Cooperativa de Reciclagem de Matéria-Prima de Embu/SP (Coopermape), Associação dos Carapirás de Macapá/AM, Associação de Recicladores Esperança (ARESP) de Floniano/SC, dentre outras, assim como foram relatadas experiências do México e da Argentina (GTZ, 2001 p.13-43).

Um dos marcos definitivos na vida dos catadores brasileiros foi a realização do Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis nos dias 4,5 e 6 de junho de 2001 em Brasília. Neste importante evento, cujo apoio do Fórum Nacional de Estudos sobre a População de Rua e de diversas entidades (OAF, UNICEF, etc.) foi decisivo, foram fincadas as bases do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), devidamente registradas na Carta de Brasília.

Esta carta ressalta os relevantes serviços prestados pelos catadores de materiais recicláveis e cobra do Congresso Nacional, das autoridades e da sociedade brasileira a regulamentação da profissão de catador. Solicita que determine-se que o processo de industrialização com reciclagem seja desenvolvido, em todo o país, prioritariamente, por empresas sociais de catadores de materiais recicláveis. Ao mesmo tempo propõe ao poder executivo que sejam destinados recursos da assistência social para os catadores, capacitação técnica e tecnológica, subsídios para as diversas atividades que envolvam catadores, que seja implantado um modelo de gestão integrada de resíduos sólidos com inserção dos catadores na coleta seletiva e a erradicação dos lixões e do trabalho infanto-juvenil no lixo, que o saneamento mantenha-se como um serviço público essencial, reconhecimento das populações de rua com geração de oportunidades e atendimento às suas necessidades básicas (habitação, educação, trabalho, saúde, etc.).

A partir do Congresso Nacional, houve um surgimento impressionante de cooperativas e associações de catadores no Brasil. Levantamento que integra parte dos trabalhos de campo destinado a essa pesquisa de tese, identifica cerca de 500 cooperativas, associações e grupos em formação de catadores no país, das quais 78% surgiram depois do encontro de Brasília em 2001 e, um número estimado de catadores de 30 mil atuando em organizações formalizadas (cooperativas e associações) e/ou grupos em formação.

Ao mesmo tempo, inúmeras instituições governamentais, ONG, entidades de fomento e até empresas, passaram a identificar a atividade dos catadores como foco de interesse a partir deste período, o que tem potencializado o surgimento de novas organizações.

Na Tabela 2 a seguir, está apresentado um resumo com os dados quantitativos do cadastro de catadores e organizações elaborado pelo MNCR em 2006 e disponibilizado pelo Ministério Público Federal na Internet no site www.pga.pgr.mpf.gov.br (a consulta foi realizada em 21/4/2008). Não estão incluídos nesta listagem os estados de Amapá, Acre, Amazonas e Roraima, apesar de já possuírem organizações de catadores.

Tabela 2. Quantidade de Catadores Organizados e de Entidades, por Estado, no Brasil - 2006

Nº	ESTADO	COOPERATIVAS/ ASSOCIAÇÕES	CATADORES ORGANIZADOS
1	Alagoas	1	35
2	Bahia	23	2907
3	Ceará	4	365
4	Distrito Federal	12	2204
5	Espírito Santo	9	NI
6	Goiás	11	465
7	Mato Grosso	7	273
8	Maranhão	1	60
9	Mato Grosso do Sul	15	302
10	Minas Gerais	39	2190
11	Pará	1	38
12	Paraíba	9	817
13	Paraná	51	1937
14	Pernambuco	31	1451
15	Piauí	2	400
16	Rio de Janeiro	26	2455
17	Rio Grande do Norte	10	606
18	Rio Grande do Sul	34	1187
19	Rondônia	2	254
20	Santa Catarina	10	320
21	São Paulo	110	8044
22	Sergipe	1	40
23	Tocantins	11	207
TOTAL		420	26.557

Fonte: MNCR (2005 *apud* MPF, 2006); NI = Não informado.

Sob forte influência do II Fórum Social Mundial foi realizado em Caxias do Sul, no período de 20 a 23 de janeiro de 2003, o 11 Congresso Latinoamericano de Catadores, com a participação de aproximadamente 800 catadores do Brasil (a grande maioria), da Argentina e do Uruguai. As principais conclusões expressas na Carta de Caxias do Sul apontam para a luta por melhores condições de trabalho, de vida, ressaltando a necessidade de organização e articulação latino-americana de catadoras e catadores. Posteriormente, foram realizados diversos encontros em estados brasileiros (Alagoas, em 3/12/2003, Pernambuco em 9 e 10/12/2003, Bahia em 6 e 7/2/2004, dentre outros).

Em setembro/2003, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) com o incentivo de instituições como a OAF, Pastoral de Rua, INSEA, Fundação AVINA, dentre outras entidades, conquistou finalmente a adesão do Governo Federal, que instituiu (como abordado anteriormente) uma Comissão Interministerial de Apoio à Inclusão Social dos Catadores, determinando que cada ministério é órgão integrante procurasse contemplar os catadores nos seus programas e ações. Em dezembro/2004 ocorreu novo encontro do MNCR com o Presidente da República, em São Paulo e foi assinado convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Fundação AVINA, cujo objetivo inicial consistiu na estruturação política e para o trabalho do MNCR em todo o Brasil. Em janeiro de 2005, foi realizado o II Encontro Latino-Americano dos Catadores em São Leopoldo/RS, com a participação de aproximadamente 1.200 catadores e representantes de entidades de apoio. Nova carta foi escrita e novas reivindicações foram feitas.

As cartas dizem muito do sentimento e dos sonhos de catadores e catadoras que participaram ativamente desses momentos de luta contra representações negativas e visões preconceituosas da sociedade, pelo reconhecimento da atividade, pela identidade do catador, por um espaço de trabalho, por vida e cidadania.

Outro importante marco histórico na emergência do MNCR, como citado no tópico específico sobre política públicas, foi a articulação e aprovação no final de 2004 (a realização das ações previstas ocorreu ano de 2005 e o evento final – Encontro Nacional de Lideranças, em março/2006) de um projeto junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em parceria com a Fundação Vida e Natureza (AVINA) e com participação das instituições de apoio técnico (ASPAN, PANGEA, OAF, INSEA, Nova Pesquisa, CÁRITAS e Diaconia) a partir de demanda dos catadores, para o financiamento de um projeto coletivo de formação, capacitação e articulação nacional em 14 (catorze) estados brasileiros. Este projeto culminou na realização de um encontro de caráter nacional com cerca de mil catadores, os quais realizaram uma marcha em Brasília até o Palácio do Planalto, onde uma comissão de 30 (trinta) catadores e apoiadores técnicos foi recebida pelo Presidente da República e cinco ministros. Este projeto possibilitou a formalização das bases orgânicas do MNCR nesses estados e, sobretudo, consolidou a posição do Governo Federal no atendimento às reivindicações dos catadores.

Cabe destacar dois pontos. O primeiro é que antecedeu à realização desse importante evento, além de todo processo de formação, capacitação, articulação nacional e formalização das bases orgânicas nos estados, a elaboração de um estudo de abrangência nacional para analisar o custo de geração de um posto de trabalho na economia urbana para o segmento dos

catadores de materiais recicláveis, visando construir parâmetros técnicos para orientação de políticas públicas de inclusão social e econômica deste segmento. A pesquisa resultou numa demanda nacional para gerar 39.040 postos de trabalho para os catadores a partir de investimentos públicos da ordem de R\$ 170 milhões em cinco anos. A elaboração, apresentação e entrega desse estudo ao Presidente da República foi oportuna para consolidar a formulação de políticas públicas direcionadas aos catadores de materiais recicláveis.

Destaque-se que houve um esforço por parte das entidades de apoio e fomento para que todo o evento fosse planejado e operado pelos próprios catadores. Este desafio foi colocado desde o início das discussões para a realização do evento e o resultado demonstrou a capacidade dos catadores de protagonizar e conduzir sua própria história. As fotografias a seguir apresentam momentos de destaque deste importante evento que ocorreu em Brasília.



Foto 1. Catador Roberto Laureano, Coordenador do MNCR, discursando para o Presidente e Ministros no Palácio do Planalto.

Bertrand Alencar, Março/2006



Foto 2. Catadores do MNCR iniciando a marcha até o Palácio do Planalto, em Brasília/DF

Bertrand Sampaio de Alencar, Março/2006

3.2.2. Como Avaliar a Emergência de Processo de Organização dos Catadores e sua Contribuição a Sustentabilidade?

O lixo "evoluiu" de resíduo sólido descartável a objeto de desejo de muitos pobres e de poucos ricos. Os catadores de produtos recicláveis materializam-se como expressão máxima da miséria, ao sobreviverem em condições sub-humanas, digladiando-se por materiais recicláveis nas ruas e nos milhares de lixões existentes no Brasil, enquanto um cartel internacional das corporações que atuam no setor de limpeza pública reproduz o lado indecente da conquista de riqueza fácil, em aparelhos estatais controlados.

Estes atores da sociedade encontram-se em lados radicalmente opostos e parecem inconciliáveis, mas o desejo é o mesmo. São duas faces de uma mesma moeda que falta a muitos e atende a poucos. Os governos locais adiam a discussão do problema, ancorado por uma presença forte na mídia, mantendo uma incipiente participação popular e um fraco controle social.

Infelizmente, não se espera em curto e médio prazo, soluções ambientalmente sustentáveis, tecnologicamente apropriadas, financeiramente adequadas e socialmente justas para o problema do lixo, senão aquelas que emergem da luta dos movimentos sociais e da articulação dos catadores em rede, às quais apontam para uma presença maior da sociedade na gestão desses serviços públicos.

A catação de materiais recicláveis na perspectiva do seu principal ator e num espaço limitado é uma escolha entre a sobrevivência pelo trabalho (misto de esforço, conquista, dignidade, honestidade e honra) e a marginalidade e a fome, entre a vida e a morte. Encontra seus fundamentos numa autoria coletiva, em escolhas, combinadas com estratégias de consentimento e coerção, com origem, em última análise, centrada no modelo de desenvolvimento adotado no país.

O processo recente de organização dos catadores lança algumas luzes na perspectiva de eliminar uma das maiores vergonhas nacionais, onde governantes ainda permitem a presença de milhares de crianças, adolescentes e adultos em lixões, mesmo com a existência de algumas políticas públicas, a exemplo do PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil⁵⁹, cujo objetivo é erradicar as piores formas de trabalho infantil, consideradas perigosas, penosas, insalubres ou degradantes.

O projeto MDS/AVINA, assim como as políticas públicas recentemente adotadas pelo Governo Federal que incluem linhas de financiamento para organizações de catadores no BNDES e no Ministério de Trabalho e Emprego, criam expectativas e constitui-se ao mesmo tempo em um enorme desafio para os catadores e para as entidades que apóiam o MNCR no Brasil.

Desde o encontro de Santos em 1992 que inúmeras dúvidas e questões são colocadas nos diversos encontros realizados entre catadores e entidades de apoio. O modelo de organização em cooperativas e associações é o mais adequado? É possível conquistar a cadeia produtiva dos recicláveis? Que tipo de ideário político aponta para esse importante movimento de caráter nacional? Como vencer o preconceito da sociedade e fazê-la reconhecer o importante papel do catador na cidade? Como divulgar o trabalho dos catadores? Como concorrer com os intermediários, as empresas e a maioria das prefeituras das médias e grandes cidades? Como articular a formulação de políticas públicas? Qual a perspectiva de organizar todos os catadores? Como lograr a sustentabilidade? Certamente que a maior parte destas questões ainda não podem ser respondidas integralmente.

No entanto, algumas conclusões parciais começam a se materializar neste recente processo de organização política e para o trabalho dos catadores. A solução para o problema do lixo está na origem e não no destino final, pois o trabalho junto aos geradores de materiais recicláveis combate preconceitos, educa ambientalmente, provoca menor risco à saúde, evita

⁵⁹ O PETI inclui famílias com crianças e adolescentes na faixa etária dos 7 aos 15 anos envolvidos nas piores formas de trabalho infantil. Essas atividades foram regulamentadas pela Portaria Nº 20, de 13 de setembro de 2001, da Secretaria de Inspeção do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego. Entre elas, estão citadas as atividades em lixões;

desperdícios e permite ao catador ganhar mais. Os catadores não-organizados em lixões representam simbólica e efetivamente a exclusão social e, como argumentado anteriormente, não há possibilidade de sustentabilidade com exclusão social.

Os catadores comercializam com o grande capital. Não se trata de um movimento social que luta contra o grande capital, por terra e trabalho, nos moldes de um MST. É necessário que os catadores entendam que o processo histórico de organização dos movimentos sociais foi fundamental na formação da sociedade. O MNCR precisa entender esta relação diferenciada (mas necessária, ainda que momentaneamente) com as indústrias de reciclagem e com o poder público. A formação de parcerias com o setor produtivo deve ser incentivada desde que numa condição menos desigual e, neste sentido, a formação de redes solidárias de organizações de catadores tem avançado bastante nesta direção. A articulação com o setor governamental e legislativo para formulação de políticas públicas e, com o setor judiciário para garantir direitos, mostra-se imprescindível nesta fase.

Uma das saídas para a conquista da cadeia produtiva tem-se constituído na busca de alternativas de trabalho e renda na própria atividade (p.ex., produção de artefatos a partir dos materiais recicláveis e reutilizáveis, prestar serviços de limpeza urbana, manutenção, arte com lixo, “eco-design”, etc.) tendo em vista a concorrência e os limites determinados pelo mercado.

Outra importante questão verifica-se nos modelos de desenvolvimento produtivo das organizações de catadores. Duas formas de organização se mostram como possíveis para avançar no processo de sustentabilidade dos catadores, uma verticalizada ou piramidal (um exemplo é a Cooperativa Recuperar, da Colômbia) e outra horizontalizada ou em rede (modelo adotado em diversos estados brasileiros nas redes solidárias de organizações de catadores⁶⁰). Neste desafio de se ampliar a participação e permitir a inclusão no processo de organização de todos os catadores, constata-se que o MNCR não deve adotar como modelo uma estrutura piramidal, mas de matriz (horizontal), articulado em rede com a base.

Verifica-se como imprescindível a articulação dos (aparentemente) distintos setores da sociedade (poder público, iniciativa privada, ONG, movimentos sociais, igrejas, etc.) para a viabilização da sustentabilidade ambiental do processo de desenvolvimento. A emergência da

⁶⁰ O movimento de criação de redes de comercialização solidária de materiais recicláveis no Brasil muito é recente, mas vem recebendo apoios financeiros importantes de entidades públicas, como a Petrobrás e a Fundação Banco do Brasil. São registradas as seguintes redes de catadores de materiais recicláveis no Brasil: Associação Vira Lata (SP), Rede Solidária Cata Vida (SP), Rede Cata Sampa (SP), Reciclagem Solidária (RJ), RICAMARE (RJ), CataUnidos (MG), CataBahia (BA), Rede de Catadores e Centrais de Triagem da Região de Caxias do Sul (RS), Cadeia Produtiva da Reciclagem (RS), Rede de Catadores de SC (SC) e Rede de Catadores de Fortaleza (CE).

organização política e social para o trabalho dos catadores tem demonstrado que este caminho é possível, sobretudo pela expectativa de integração de atores e instituições com as dimensões política, econômica, social, ambiental, sanitária e cultural. Entretanto, alguns entraves e armadilhas atravessam este difícil caminho.

A emergência do processo de organização política e social para o trabalho dos catadores de materiais recicláveis no Brasil induz a uma série de questionamentos, além daqueles anteriormente apresentados. Estas questões estão na base dos estudos aqui desenvolvidos, qual seja investigar a sustentabilidade deste processo de organização político e social. Os tópicos seguintes investigam a inserção do MNCR como um movimento social contemporâneo e avalia os resultados das ações governamentais na direção das políticas públicas.

3.3.MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS: SIGNIFICADO E IDENTIDADE DO MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS REICLÁVEIS

Considerando a proposta teórico-metodológica sugerida, discute-se e analisa-se empiricamente a seguir os elementos e categorias básicas, tomando-se como referência o registro do ideário manifestado publicamente pelo MNCR, assim como a partir de depoimentos efetuados por alguns dos seus atores mais relevantes, lideranças e apoios técnicos. Foram realizadas também algumas consultas com personagens importantes no processo de organização dos catadores no âmbito dos segmentos público e privado.

As lutas iniciais dos catadores foram (e infelizmente ainda são na maioria dos casos) por sobrevivência a partir do trabalho⁶¹, por necessidades primárias que numa expectativa da famosa Pirâmide de Maslow situa-se no campo das necessidades fisiológicas, ou seja, as necessidades vegetativas relacionadas com a fome, o cansaço e o sono. São necessidades que dizem respeito à sobrevivência mais imediata do indivíduo e da espécie, constituindo pressões fisiológicas que levam o indivíduo a buscar ciclicamente a sua satisfação. Esta carência do que é preciso determinou o que na gênese do processo histórico sócio-ambiental é denominado de cultura de subsistência.

⁶¹ A frase histórica que afirma que “o trabalho dignifica o homem” é aqui entendida pelos catadores de forma ainda bastante atual, ficando evidenciado, por um lado, uma certa apologia ao trabalho cujas raízes remontam à fase áurea do capitalismo, quando o trabalho era visto como um processo dignificador do ser humano e edificador da sociedade, mas por outro lado, finca as bases da escolha entre a marginalidade que lhes foi oferecida na esquina e a catação de materiais recicláveis como forma de sobrevivência. Esta certamente é uma temática para estudos posteriores.

Estas necessidades dizem muito das imensas carências não atendidas, mas não determinou concretamente no início deste fenômeno social nenhum tipo de ação coletiva espontânea por parte dos catadores. As carências além de materiais, são simbólicas. A visão distorcida e muitas vezes preconceituosa de uma parcela significativa da sociedade em relação aos catadores e o não reconhecimento do importante trabalho social, ambiental, econômico e sanitário desenvolvido por eles está carregada de um simbolismo negativo. Contribuição a esse respeito nos trouxe há vinte anos atrás, LIMA (1988, p.46), ao estudar a representação simbólica e econômica dos catadores do Recife e identificar a imagem destes personagens excluídos junto à sociedade “incluída” como marginais e associados ao próprio lixo, com a agravante deles mesmos também personificarem esta representação.

O processo de exploração e dominação dos catadores por parte de intermediários resgata nos dias de hoje outra triste página na história brasileira, a escravidão. A ação nefasta destes atravessadores foi e tem sido um fator preponderante na inércia coletiva dos catadores que tentam caminhar na direção da sua organização⁶². Certamente por conta deste componente, o que se constata até hoje é uma agenda de demandas e reivindicações assistida, acompanhada por instituições e/ou indivíduos que reclamam para este grupo social dos catadores o exercício de direitos políticos e sociais e o melhoramento das suas condições de vida e de trabalho.

Os catadores de materiais recicláveis não-organizados que sobrevivem em lixões e nas ruas geralmente se encontram num limbo social, econômico, político e cultural. As carências são de toda ordem, inclusive de autocompreensão desta realidade. Estes catadores não têm a noção exata do seu poder enquanto grupo social, mesmo nos locais de destinação final de lixo em que hipoteticamente estariam atuando de forma coletiva, o que geralmente não acontece. A formalização da COOPAMARE, possivelmente a primeira cooperativa de catadores instituída no Brasil é um caso exemplar. Surgiu da reação contra a repressão das políticas “higienistas” adotadas no início da década de 1980 pelo então prefeito da cidade de São Paulo. Evidentemente que já se verificava uma identidade dos grupos que militavam junto às instituições religiosas de apoio às populações de rua, mas são estas entidades que acabam por conduzi-los ao processo de luta e de organização para o trabalho. Aqui cabe afirmar que um dos triunfos destas lutas iniciais é o estabelecimento de políticas públicas direcionadas aos catadores, como será observado no próximo tópico.

⁶² A esse respeito, cabe observar que historicamente os intermediários ou atravessadores são figuras presentes tanto nas sociedades pré-capitalistas quanto no mundo moderno e assim, como sujeitos históricos não serão facilmente domados.

Como descrito no Capítulo 1 – Introdução, o MNCR nasce de um processo que se inicia em maio/1992, em Santos/SP, o qual foi retomado somente em novembro/1999. O marco que consolida o MNCR é a realização em junho de 2001 do Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, em Brasília.

Os repertórios foram e vêm sendo construídos a partir dos diversos encontros realizados nestes poucos anos de vida do MNCR. Ao se efetuar um esforço para promover a agregação destas demandas, pode-se verificar a partir de resultados de seminários, encontros e congressos realizados no período, reproduzidos nas cartas designadas com nome da cidade que sediou cada evento⁶³, que o fio condutor das reivindicações, mesmo antes da formalização do MNCR, contempla o reconhecimento da categoria expresso em diversas propostas que incluem desde a formalização da profissão do catador à criação de um dia de luta, propostas de políticas públicas que privilegiem o atendimento às necessidades básicas (saúde, educação, habitação, transporte, etc.), uma preocupação permanente com a questão ambiental, ao mesmo tempo em que não deixa claro o conteúdo político-ideológico do projeto do MNCR.

Por se tratar de um movimento recente, a composição do MNCR vista do princípio articulatório que os aglutina é atualmente bastante heterogênea e incluindo formalmente uma aliança com setores religiosos variados (OAF, Cáritas, Diaconia, Pastoral da Rua), ambientalistas (ASPAN), ONGs sócio-ambientais (INSEA, PANGEA), entidades empresariais (AVINA) e órgãos do Governo Federal, em algumas ações. Se analisarmos sob o ângulo da origem social, as alianças se formam entre os catadores, que conformam um dos principais pólos de exclusão nacional, e setores empresariais que atuam na área de reciclagem ou mesmo que se dispõem a praticar ações de responsabilidade social. Estas alianças se encadeiam em um jogo de interesses entre dominantes e dominados, conformando um quadro político-ideológico difuso. O discurso do MNCR é claro ao reivindicar a conquista da cadeia produtiva dos materiais recicláveis, o que soa mais como utopia do que como realidade possível de ser alcançada. A realidade é que os catadores precisam daqueles que adquirem os materiais recicláveis que as cooperativas e associações (e mesmo os catadores não-organizados) coletam, transportam, beneficiam e comercializam.

A localização geográfico-espacial de atuação do MNCR é a cidade, mas sua abrangência é nacional, sobretudo depois do Projeto MDS/AVINA que possibilitou sua estruturação e articulação em todo território nacional. Hoje o MNCR possui representações

⁶³ Nos Anexos estão apresentadas todas as cartas de abrangência nacional construídas pelos catadores ao longo deste curto tempo de existência do MNCR.

em praticamente todos os estados, os quais integram a coordenação nacional, conforme Diagrama 3 a seguir, e avança numa articulação internacional, inicialmente construída na América Latina (no período de 1 a 4 de março de 2008, na Colômbia, foi realizado o 3º Congresso Latino-Americano dos Recicladores) e em seguida com países da Ásia (nesse mesmo período e local foi realizado o 1º Congresso Mundial de Catadores).

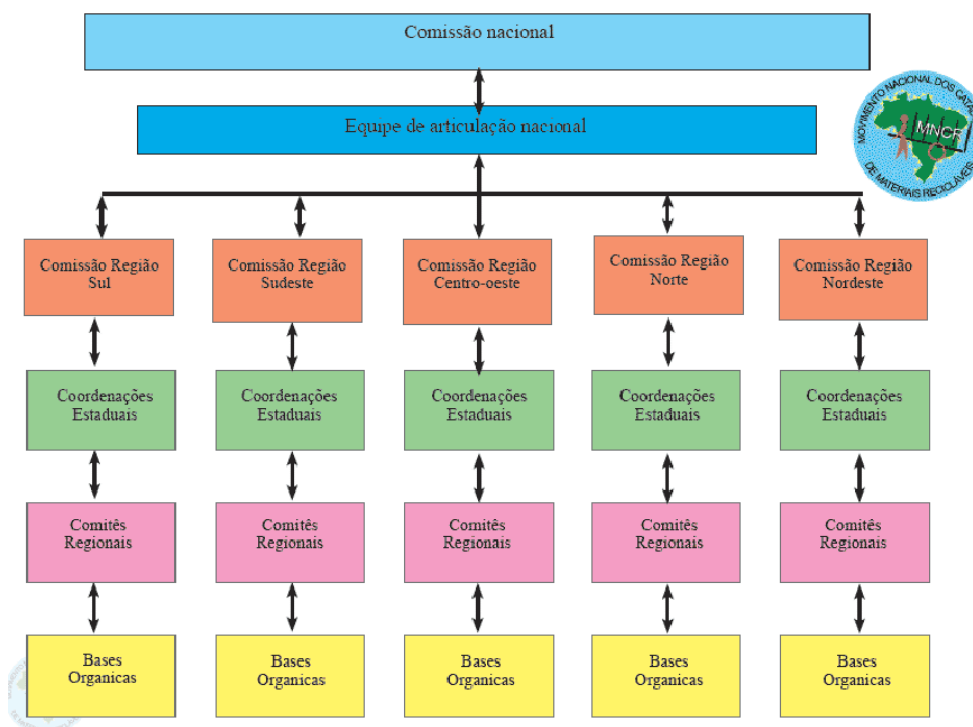


Diagrama 3. Organograma do MNCR
Fonte: MNCR (2006)

Como preceitua GOHN (2007, p.257), o princípio articulatório interno de um movimento social revela-se a partir de três elementos fundamentais que integram sua composição: *as bases demandatárias, as lideranças e as assessorias*. São estas relações que constituem o princípio articulatório interno do MNCR, as bases estruturadas em quase todos os estados brasileiros, formada institucionalmente por cooperativas e associações de catadores que subscrevem a Carta de Princípios do MNCR, as lideranças nacionais que atuam de forma mais intensa e permanente desde a criação do MNCR e, as assessorias que podem ser classificadas em religiosas, ambientalistas, sociais e políticas.

A articulação externa com outras redes de movimentos sociais ocorre de forma tímida, não se verificando até o momento alianças formais entre estes movimentos. Alguns ensaios

foram praticados com o MST, particularmente pelos grupos de catadores da região Sul do Brasil, sem maiores repercussões nas ações do MNCR.

O processo político brasileiro nos anos 1960 e 1970 foi de extrema repressão à organização de movimentos sociais. Os catadores enquanto segmentos mais excluídos da sociedade certamente não tiveram qualquer espaço político de atuação. O apoio de entidades religiosas na gênese foi decisivo e ocorreu concomitantemente ao processo de abertura política que se deu nos anos seguintes.

O MNCR possui sua força social ainda vinculada às alianças formadas, em grande parte, anteriormente à sua institucionalização. O avanço das ações e do conhecimento na sociedade deverá ampliar sua força social. Entidades religiosas, como a OAF e a Pastoral de Rua, vêm atuando desde a década de 1980 com grupos e depois cooperativas e associações de catadores, principalmente no apoio à formação e ao processo de organização. Existem articulações com grupos em alguns estados, como foi mencionado, mais especificamente no estado do Rio Grande do Sul, os quais politicamente se situam em um campo ideológico mais definido.

Neste campo de análise, cabe observar que o posicionamento político do MNCR não é (e dificilmente será no curto prazo) monolítico. A diversidade de crenças, valores e ideais que fundamentam suas reivindicações, expressas nas cartas dos maiores congressos realizados certamente os incluem no espectro político-ideológico brasileiro, em um campo mais progressista, relacionado ao que ainda se denomina de esquerda. A influência da igreja progressista naqueles momentos pretéritos certamente determinaram este ainda incipiente perfil político-ideológico.

É importante ressaltar ainda que o cenário político brasileiro atual permite uma liberdade de atuação dos indivíduos que militam politicamente nos movimentos sociais. A pesquisa realizada na perspectiva dos catadores (no Capítulo 4 este tema está apresentado de forma mais detalhada) identificou no conjunto dos catadores de algumas cooperativas um perfil similar ao do eleitorado brasileiro. Verificou-se que o exercício dos direitos políticos como votar, fiscalizar, protestar e criticar, fazem a diferença, inclusive quando se constata que os pobres importam-se com democracia e direitos políticos e que esta questão é prioritária em relação às necessidades econômicas, como argumenta SEN (2002, p. 177-178). O MNCR é um exemplo concreto que espelha esta afirmação. Como visto, o desempenho político do MNCR antecedeu um crescimento impressionante de cooperativas e associações no período posterior à sua criação em junho de 2001.

Não menos relevante, nesta categoria de análise, é a constatação da necessidade de mudança de significados culturais, como as representações simbólicas negativas da sociedade em relação aos catadores. A força deste argumento, enquanto discurso e ação prática, também se incorpora e fortalece o campo de atuação político-ideológico do MNCR.

As práticas sociais informadas pelas ideologias e representações geram uma cultura política nos movimentos sociais, a qual se constrói ao longo de sua trajetória e opera nos níveis interno e externo, segundo GOHN (2007, p. 259). Para um movimento social de atuação tão recente como o MNCR, é difícil falar em termos de uma trajetória edificada, mas reforça-se aqui a idéia de uma cultura política em construção, que procura valorizar o reconhecimento da profissão de catador, nas reivindicações por necessidades sociais básicas (“o direito à cidade”) e nos primeiros passos do que seria um exercício prático da democracia interna nos fóruns específicos (reuniões da coordenação nacional, congressos, etc.).

A organização do MNCR é de caráter informal, não institucionalizado “em cartório”, mas há uma predisposição da coordenação nacional em institucionalizá-lo. As cooperativas e associações que o integram em sua maioria são formalizadas. Ressalte-se como característica marcante uma estrutura de rede de articulação política, com apoios técnicos de ONG e entidades religiosas. De acordo com a cartilha deste movimento social (MNCR, 2006, p.6) pratica-se a democracia direta, na qual os espaços deliberativos do movimento são as bases orgânicas e os comitês regionais. Os catadores do MNCR acreditam que dessa forma os debates vêm e voltam, possibilitando a participação de todos os catadores. Cada Comitê Regional indica dois representantes para a Coordenação Estadual, que por sua vez indica dois delegados para a Comissão Nacional. Para a execução de tarefas em nível nacional formou-se uma Equipe de Articulação Nacional, cuja função principal é agilizar a execução de ações e articulações, criando um *link* de abrangência nacional que une o movimento. A equipe é composta por cinco catadores das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, com o apoio de uma das entidades de apoio técnico.

As práticas do MNCR são denominadas de ação direta e estão centradas nas marchas, participação em eventos consagrados de caráter nacional, a exemplo do Dia da Independência, realização do Dia de Luta (7 de julho), mobilizações em defesa do serviço público e do meio ambiente e os congressos de catadores. Estrategicamente, o MNCR vem desenvolvendo junto ao atual governo federal, de matiz poliárquica e populista, um trabalho de articulação direta com o próprio Presidente da República, o qual envolve a colaboração e intervenção direta das entidades religiosas que apóiam o movimento e que vem obtendo resultados expressivos ao aproximá-lo dos catadores em repetidos eventos realizados em São Paulo e Brasília.

Conquistas como a criação do Comitê Interministerial de Apoio à Inclusão Social dos Catadores de Lixo e de um programa de financiamento inédito no BNDES para cooperativas de catadores, são resultantes, em grande parte, dessa estratégia de ação direta, como está detalhado no tópico seguinte.

O MNCR possui, portanto, um projeto social e político que expressa uma visão de mundo dos catadores, influenciado em parte pelas instituições que o apóiam. É um projeto para o movimento e para a sociedade que visa a luta pela autogestão do trabalho que desempenham, a independência de classe e o controle da cadeia produtiva da reciclagem, no sentido de garantir a socialização dos resultados desta prestação de serviços aos catadores e à sociedade. Não está claro neste projeto como serão incorporados todos os catadores não-organizados e quando isso poderá ocorrer. Esse é um dos principais desafios, mesmo não explicitado, na direção do desenvolvimento sustentável no contexto aqui explicitado, na medida em que envolve a questão temporal e a necessidade de políticas públicas efetivas e permanentes.

O projeto sócio-político do MNCR impõe sua identidade, como uma somatória das suas práticas das referências deste projeto. Como afirma GOHN (2007, p. 262), a identidade não existe apenas no plano ideacional, não se trata de uma categoria simbólica ou de natureza exclusivamente cultural, mas se firma no processo interativo, nas articulações. Há um esforço categórico do conjunto de alianças políticas internas e externas em promover um processo de solidariedade política como elemento agregador dos interesses dos catadores, objetivando garantir a unidade. Cabe observar que em um ambiente de imensas carências e necessidades, pois estamos tratando de buscar caminhos para sair da barbárie, não tem sido fácil buscar a unidade. A estrutura das oportunidades políticas que TARROW (*apud* GOHN, 2007 p.262) discorre como o contexto favorável aparece nas pautas e agendas colocadas pelo MNCR, com o atual poder público federal⁶⁴, os setores privados, religiosos e não-governamentais. Este certamente é um dos itens do cenário sócio-político atual que confere ao MNCR algum atributo de poder. Segundo ainda GOHN (2007, p.262) trata-se de um jogo de forças que não necessariamente tem como prioridade promover o bem comum, mas uma tomada de espaços sobre a produção, gestão e controle de direitos sociais e trabalhistas, bens públicos, dentre outros.

⁶⁴ Em diversos momentos temos colocado o termo atual precedendo ao de governo federal tendo em vista que esta é a primeira vez na história brasileira que um governo federal se preocupa com catadores, ao encaminhar projetos de ações e legislações de políticas públicas.

A negociação, a troca e a barganha também estão presentes no processo de oposição à situação (e não ao regime ou ao governo) instalada, mesmo considerando-se um ambiente de absoluta exclusão social. Os opositores do MNCR são de várias origens: intermediários, empresas de coleta seletiva, empresas de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos e também diversas prefeituras, talvez a maioria.

Várias vitórias aconteceram ao longo deste curto período de vida do MNCR. São creditadas ao MNCR as seguintes conquistas: i) a regulamentação da profissão pela criação da CBO Código 5192-05: Catador de Material Reciclável, para os catadores⁶⁵; ii) a criação da Comissão Interministerial de Apoio à Inclusão Social dos Catadores pelo Governo Federal; iii) o Programa Crédito Solidário que destinou recursos financeiros para construção de habitações para as famílias de catadores por intermédio da Caixa Econômica Federal e Ministério das Cidades; iv) o FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente que priorizou numa seleção induzida, em 2004, projetos para formar e estruturar organizações e associações de catadores; v) o Projeto MDS/AVINA, que destinou recursos financeiros para capacitação e estruturação nos Estados como parte do processo de organização política do MNCR; vi) a manutenção e ampliação do PETI e do Bolsa-Família para famílias de catadores; vii) diversas ações direcionadas aos catadores financiadas pela Fundação Banco do Brasil; viii) o recente programa de financiamento do BNDES para cooperativas de catadores; ix) a criação da Lei de Saneamento Básico (Nº 11.445/07, de 5/1/2007), que prevê a contratação para operação da coleta seletiva por organizações de catadores (associações ou cooperativas) nos municípios sem necessidade de licitação; e, x) o Decreto Presidencial estabelecendo a implantação da coleta seletiva nos órgãos públicos federais e a entrega dos materiais recicláveis e reutilizáveis às cooperativas e associações de catadores.

As principais conquistas dentre as citadas acima serão analisadas no próximo tópico, específico sobre avaliação das políticas públicas para catadores de materiais recicláveis, necessário, por um lado, para reafirmar metodologicamente alguns dos elementos constituidores desse movimento social e, por outro lado complementar a complexa formulação metodológica proposta que insere as políticas públicas como elemento determinante ao desenvolvimento sustentável.

Por fim, o esforço metodológico efetuado neste tópico para enquadrar teoricamente o MNCR como um movimento social indica, a partir da análise anterior e da retomada do

⁶⁵ A CBO – Classificação Brasileira de Ocupações é o documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. A CBO foi uma das primeiras reivindicações dos catadores atendidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em 2002 e define as bases para a regulamentação da profissão de catador.

conceito proposto, que as ações sócio-políticas construídas por estes atores sociais coletivos, em conjunto com outros atores, pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas no cenário da conjuntura socioeconômica e política atual, cria de forma efetiva um campo político de força social na sociedade.

Verificou-se que os repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade estruturam as ações e desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o MNCR, a partir dos interesses em comum.

O MNCR procura consolidar esta identidade pela força do princípio da solidariedade, construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo neste espaço coletivo não institucionalizado que congrega organizações formalizadas em cooperativas e associações de catadores.

Este movimento social gerou inovações nas esferas pública e privada, participa diretamente da luta política do país e contribui para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política, mesmo considerando sua curta duração histórica. As transformações geradas possuem um caráter político-ideológico mais progressista, considerando o conjunto de forças políticas a que estão articulados, em suas redes, que inclui como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas conjuntamente e em função das demandas socioeconômicas e políticas do MNCR. No contexto atual e a partir das argumentações anteriores, podemos afirmar o MNCR como um movimento social contemporâneo.

3.4. AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CATADORES NO BRASIL

As políticas públicas praticadas no nível municipal brasileiro não expressam ainda (com raras exceções⁶⁶) um entendimento razoável por parte dos formuladores locais destas políticas e dos gestores públicos, da importância de processo de organização social e política dos catadores de materiais recicláveis.

A estratégia do MNCR e das entidades de apoio técnico foi centrada na instância federal, com foco específico de atuação nos Ministérios de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Cidades, Trabalho e Emprego e de Meio Ambiente. A contribuição do

⁶⁶ O caso de Londrina, citado anteriormente, é um dos poucos casos que nos últimos cinco anos vem se conformando como uma ação articulada e eficiente, coordenada pela Prefeitura, que pode ser transformada numa política pública eficiente, eficaz e com impactos positivos na sociedade local.

Governo Federal ao criar o Comitê Interministerial foi fundamental para a interlocução do MNCR com os diversos grupos de interesse governamentais.

Neste particular, mesmo parecendo óbvio não se propor aqui uma análise das políticas em nível estadual e municipal, cabe um breve esclarecimento. Não foi ainda implementada no Brasil uma Política Nacional de Resíduos Sólidos, apesar de tramitar há quase duas décadas no Congresso Nacional.

Neste contexto de inexistência de um marco legal específico para o setor, alguns estados e municípios implementaram políticas públicas com resultados importantes na direção de um modelo de gestão de resíduos sólidos que contemplasse os catadores de materiais recicláveis, a exemplo dos modelos das cidades de Londrina/PR, Belo Horizonte/MG e Diadema/SP⁶⁷, e das legislações de resíduos sólidos em estados como Pernambuco e São Paulo⁶⁸. Os resultados obtidos até o momento com estas ações certamente são inspiradores da formulação de políticas públicas de âmbito nacional, mas possuem riscos inerentes à descontinuidade do modelo de transição político-administrativa dos municípios brasileiros. Esse também é um dos motivos pelos quais optamos por efetivar estudos em modelos de organização de catadores com maior possibilidade de autogestão baseados em propostas que tenham o poder público como parceiro não hegemônico.

A ação efetiva de entidades internacionais de fomento como a Fundação AVINA foi fundamental na articulação com as instituições, fundações e empresas privadas envolvidas diretamente na produção de materiais recicláveis ou simplesmente preocupadas com o *boom* de responsabilidade social corporativa e de sustentabilidade ambiental.

A formulação de políticas públicas por parte do Governo Federal pode ser avaliada tomando-se por base os seguintes instrumentos implementados nos últimos 5 (cinco) anos na direção destas políticas.

a) Políticas públicas com base em instrumentos legais:

⁶⁷ Em Diadema/SP foi implementada pioneiramente uma legislação que promove a remuneração dos serviços de coleta seletiva para as entidades de catadores, desde que organizados em torno de uma OsciP (organização da sociedade civil de interesse público), pelos mesmos valores monetários por quantidade recolhida que a empresa contratada para realizar a limpeza urbana percebe.

⁶⁸ Em Pernambuco a Política Estadual de Resíduos Sólidos é definida pelas leis Nº 11.899, de 21/12/2000 (que cria o chamado ICMS Sócio-Ambiental) a qual redefine os critérios de distribuição de parte do ICMS que cabe aos municípios, regulamentada pelo Decreto Nº 23.473, 11/1/2002, que define os critérios de distribuição do ICMS e complementada pela Lei Nº 12.206, que ajusta os critérios de distribuição de parte do ICMS que cabe aos municípios, além da Lei Nº 12.008 de 1/6/2001, que dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos e dá outras providências, regulamentada pelo Decreto Nº 23.941, de 11/1/2002. A Política Estadual de Resíduos Sólidos de São Paulo foi institucionalizada pela Lei Nº 12.300, de 16/3/2006. Ambas legislações estaduais contemplam a inclusão dos catadores de materiais recicláveis.

- Decreto de Criação do Comitê Interministerial de Apoio à Inclusão Social de Catadores de Lixo (Instituído em 11/9/2003);
- Nova Lei de Saneamento Básico (Lei Nº 11.445/07, de 5/1/2007);
- Decreto Presidencial que institui a coleta seletiva nos órgãos públicos federais (Decreto Nº 5.940/06, de 25/4/2006).

b) Políticas públicas decorrentes da ação governamental:

- Projeto MDS/AVINA;
- Projeto de financiamento de cooperativas pelo BNDES.

Alguns limites são antepostos nesta análise. O principal limite é de ordem temporal, na medida em que as ações e políticas em curso direcionadas aos catadores são muito recentes e nem sempre permitiram uma análise mais detalhada nos termos aqui definidos, por não terem sido implementadas na sua totalidade (no caso, a lei de saneamento básico e o programa de financiamento do BNDES) ou por ser, por assim dizer, localizado e processual no contexto político (como é o caso do projeto MDS/AVINA e os dois decretos federais citados para avaliação).

A seguir são analisados, com base na proposta metodológica, cada uma das ações e políticas públicas aqui consideradas a partir dos critérios previamente adotados, iniciando-se pela avaliação das políticas públicas com base nos instrumentos legais. A estrutura de apresentação contempla num primeiro momento uma descrição dos objetivos e as demandas da ação ou política pública, para em seguida efetuar sua avaliação na forma possível.

3.4.1. Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Lixo

O Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Lixo⁶⁹ foi criado pelo Decreto Presidencial de 11/9/2003, com a finalidade de implementar o Projeto Interministerial Lixo e Cidadania, cujo objetivo é o combate à fome associado à inclusão de catadores e à erradicação de lixões, visando garantir condições dignas de vida e trabalho à população catadora de lixo, assim como apoiar a gestão e destinação adequada de resíduos sólidos nos municípios. Também foi instituído com o objetivo de articular as políticas setoriais e acompanhar a implementação dos programas voltados à população catadora de lixo, e ainda,

⁶⁹ Cabe aqui observar que os catadores do MNCR reagiram a expressão “catadores de lixo” pois não consideram que catam lixo e sim materiais recicláveis e reutilizáveis. Atualmente nas convocações para as reuniões do Comitê utiliza-se a expressão “catadores de materiais recicláveis”, apesar de não ter sido alterado oficialmente no decreto.

de definir mecanismos de monitoramento e avaliação da implantação das ações articuladas que deverão atuar de forma integrada nas localidades.

São membros do Comitê um representante titular e um suplente da Casa Civil e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, do BNDES, da Caixa Econômica Federal e dos Ministérios de: Educação; Saúde; Trabalho e Emprego; Ciência e Tecnologia; Meio Ambiente; Assistência Social; Cidades; Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome.

As demandas iniciais do MNCR para o Comitê Interministerial, de uma forma geral foram as seguintes:

- Garantir a efetiva realização dos projetos do FNMA que contemplava o apoio aos catadores, o quais foram selecionados no ano de 2004, mas não haviam sido contratados até 2005 pelo Ministério de Meio Ambiente;
- Implementar projetos de moradia apresentados pelos catadores ao Programa Crédito Solidário que estavam paralisados, sob a responsabilidade do Ministério das Cidades;
- Garantir os catadores como um dos públicos prioritários para receber a Bolsa Família no âmbito do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS);
- Renovar o projeto “Ações Integradas de Desenvolvimento Social e Organização dos Catadores de Materiais Recicláveis do Brasil”, sob a responsabilidade do MNCR, apresentado oficialmente pela Organização do Auxílio Fraternal (OAF) ao MDS em parceria com a Fundação AVINA⁷⁰;
- Alterar o Artigo 50 da proposta de Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS) elaborada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), no sentido de garantir a formalização de convênios com associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis na realização de serviços públicos de coleta seletiva;
- Questões de âmbito local, como apoio ao Festival Lixo e Cidadania de Belo Horizonte/MG, Seminário de Resíduos Sólidos da ABES e projetos de coleta seletiva e apoio às organizações de catadores em Brasília/DF;
- Agenda de trabalho no início de 2006, em Brasília, com o Presidente da República e Ministros que compõem o Comitê Interministerial para

⁷⁰ A Fundação AVINA participou da primeira fase desse projeto com o aporte de aproximadamente R\$ 500 mil, como está descrito adiante.

apresentação da pesquisa “Análise do Custo de Geração de Postos de Trabalho na Economia Urbana para o Segmento dos Catadores de Materiais Recicláveis” (UFBA, 2006) e discussão sobre a política de investimento para a geração dos 39.040 postos de trabalho no Brasil, no sentido de garantir investimentos no valor de R\$ 168.979.735,19 para incluir 175.000 catadores, abrangendo 244 unidades básicas em 199 municípios e 22 estados da federação;

Desde sua institucionalização em 2003, o Comitê vem se reunindo periodicamente tendo como resultados o encaminhamento destas e de outras demandas. Os ministérios de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o das Cidades coordenam o Comitê e mantêm uma secretaria executiva com o apoio da Caixa Econômica Federal.

Considerando o critério da eficácia, o Comitê vem cumprindo com seus objetivos no que se refere à articulação intersetorial das ações dos órgãos do Governo Federal, integrantes desse colegiado, mas ainda não implementou os mecanismos de monitoramento e avaliação da implantação dessas ações articuladas.

A articulação se materializa na consecução do Decreto Presidencial 5.940/06, de 25/10/2006 (ver avaliação adiante) que foi resultante do processo interno de discussão no Comitê que, evidentemente, resultou em uma decisão política governamental, assim como no atendimento às demandas do MNCR anteriormente descritas.

Os projetos do FNMA foram implementados⁷¹; o programa Crédito Solidário também foi implementado com a aprovação de 575 projetos em diversos municípios brasileiros, mas esbarrou em dificuldades burocráticas e somente uma cooperativa de catadores (do Estado de Goiás) recebeu os recursos para construção de casas populares⁷²; o programa de Bolsa-Família atende parcela significativa dos catadores, mas encontra dificuldades em universalizar tendo em vista a falta de documentação dos catadores; o projeto MDS/AVINA foi implementado e a segunda fase encontra-se atualmente em processo licitatório, agora sob a responsabilidade da UNESCO; a nova lei de Saneamento Básico (Nº 11.445/07, de 5/1/2007)

⁷¹ Estes projetos do FNMA atenderam a vários municípios em diversos estados. Em Pernambuco foram aprovados e implementados dois desses projetos nos municípios de Camaragibe e São Lourenço da Mata, sob a responsabilidade do Centro de Desenvolvimento Comunitário José Kehler (CEDECOM). Os projetos tiveram uma denominação comum: “Catadores da Dignidade”.

⁷² No Estado de Pernambuco foram aprovados três projetos, sendo um no município de Garanhuns, com a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável Nova Vida – ASNOV em parceria com a organização não-governamental Retome sua Vida, no valor de R\$ 200 mil para construir 40 casas; outro, em Palmares, com o então grupo de catadores local (atualmente Associação de Gestão Ambiental) em parceria com a Associação dos Moradores do Bairro Nova Palmares no valor de R\$ 420 mil para a construção de 70 casas; e, o terceiro projeto em Recife, com a Cooperativa de Agentes de Gestão em Resíduos Sólidos – COOPAGRES, no valor de R\$ 375 mil para a construção de 25 casas. Infelizmente, por ausência de alguns documentos exigidos pelo órgão financiador, nenhum destes projetos foi implantado.

define a participação de cooperativas e associações de catadores na realização da coleta seletiva nos municípios, conforme será abordado adiante e, o novo projeto de lei (PL) da PNRS encaminhado pelo Governo Federal ao Congresso Nacional (PL Nº 1991/2007, apensado ao PL No 203/1991 e enviado em 6/9/2007), também contempla essa e outras alterações na direção da formulação de políticas públicas para os catadores; e, por fim, foi efetivada a agenda de trabalho no início de 2006, em Brasília, com o Presidente da República e os ministros que compõem o Comitê Interministerial, a qual aponta para a possibilidade concreta de exercer a política expressa em programas ou em instrumentos normativos, de modo justo e racional, com a geração de 39.040 postos de trabalho para catadores em vários municípios brasileiros.

Pode-se creditar ao Comitê Interministerial, a partir da constatação anterior o critério de eficácia das suas ações, em que pese não se poder dizer o mesmo com relação à efetivação de todas as demandas do MNCR. Observe-se que é possível falar em legitimação de algumas das demandas atendidas, como será constatado adiante, tendo em vista que algumas dessas políticas públicas passaram a ser expressas em programas e em instrumentos normativos, de modo justo e racional, a exemplo do programa de financiamento do BNDES e da nova legislação de saneamento básico.

No que se refere à eficiência, são poucos os recursos utilizados para a atuação do Comitê, os quais contemplam basicamente despesas com passagens, hospedagem e alimentação de alguns membros quando em viagem. O montante de recursos utilizados na consecução dos seus objetivos *vis-a-vis* os resultados alcançados, demonstram uma avaliação eficiente, apesar da difícil mensuração dos valores envolvidos.

Os impactos da atuação do Comitê, em decorrência de uma nova pauta incluída na agenda do Governo Federal, qual seja: ações, programas, decretos e leis direcionadas aos catadores de materiais recicláveis, permitem avaliar sua natureza de forma objetiva, subjetiva e substantiva, apresentando assim mudanças quantitativas, de estado de espírito e qualitativas. Esses impactos revelados não consubstanciam uma avaliação ingênua, pois comparativamente ao quadro anterior de ausência quase que total de ações, programas e políticas públicas direcionadas aos catadores houve efetivamente, ainda que não seja a ideal, um avanço quantitativo no número de catadores beneficiados, no estado de espírito de grande parte dos órgãos do Governo Federal com o decreto de coleta seletiva, por exemplo e, na qualidade das ações implementadas. Por outro lado, os limites são claros, tanto nas dificuldades burocráticas impostas aos catadores de materiais recicláveis, que historicamente tiveram negados seus

direitos mais básicos, quanto na incipiência das ações do Comitê Interministerial dos Catadores de Lixo.

3.4.2. Nova Lei de Saneamento Básico

Instituída a partir de um demorado processo de discussão, inclusive no Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Lixo, onde foi tratado especificamente o capítulo bastante limitado de resíduos sólidos (assim como nas demais políticas de saneamento instituídas no Brasil), a Lei Nº 11.445/07, de 5/1/2007 de autoria da Comissão Mista do Saneamento encaminhada pelo PL Nº 7.361, de 2006, estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico dentre outras providências, com significativa abrangência pois alterou as leis Nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências; Nº 8.036, de 11 de maio de 1990 que dispõe sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e dá outras providências; Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 que regulamenta o Artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências; e, Nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; além de revogar a lei Nº 6.528, de 11 de maio de 1978, que dispõe sobre as tarifas dos serviços públicos de saneamento básico e dá outras providências.

Esse diploma legal fixa e estabelece diretrizes para o serviço público de saneamento básico, apresentando algumas definições e critérios para organização, fiscalização, prestação de serviço, execução e cobrança dos serviços públicos de saneamento básico incluindo a limpeza pública, em zonas urbanas, assim como altera dispositivos, normas e critérios de parcelamento do solo urbano e de dispositivos e normas para dispensa de licitação, assim como estabelece contrato administrativo e o modelo de regulação, tratando ainda de coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos, incluindo a questão inédita dos catadores de materiais recicláveis e a alteração de dispositivos e normas de contrato e concessão nessas modalidades de serviço público citadas.

No que nos cabe avaliar, a presente lei inclui no Artigo 57, inciso XXVII, uma inédita alteração na Lei Nº 8.666 (conhecida como Lei das Licitações) da cláusula de obrigatoriedade da realização de licitação pública ao conceder dispensa para a realização de serviços de coleta seletiva por organizações de catadores. O Artigo 24 da lei Nº 8.666 deve estabelecer a partir de então que é dispensável a licitação:

[...] “XXVII - na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas

exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública” [...] (Lei Nº 11.445/07, Artigo 57, inciso XXVII)

Ao proceder-se uma avaliação da eficácia dessa política pública e comparando os objetivos (não foram estabelecidas metas e nem sanções no caso de não cumprimento da legislação) propostos em relação aos resultados alcançados, constata-se que até o presente momento em nenhum município brasileiro esta lei está sendo adotada. Admite-se que por ser uma legislação bastante recente, específica de uma área técnica da engenharia (saneamento básico), seria justificável sua não implementação, mas o MNCR apesar de ter trabalhado pela formulação desta legislação (mesmo considerando que sofreu uma derrota parcial na proposta originalmente defendida que previa a remuneração pelos serviços prestados pelos catadores) ainda não tem priorizado esta questão. Não cabe neste caso a avaliação dos critérios de eficiência, impacto e desempenho.

Considerando o critério de legitimidade, esta lei cria uma expectativa importante para os catadores de materiais recicláveis na medida em que permite (mas não obriga) a remuneração dos serviços públicos de coleta seletiva há muitos anos prestados pelos catadores de forma não-organizada e, mais, recentemente de forma organizada, com a facilidade legal da dispensa de licitação, mas ao mesmo tempo aponta para dificuldades e ameaças decorrentes de interpretações distorcidas por parte de alguns governantes.

3.4.3. Decreto Presidencial de Coleta Seletiva nos Órgãos Públicos Federais

Instituído em 25/4/2006 pelo Presidente da República, o Decreto Nº 5.940/06 estabelece procedimentos legais para a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis e dá outras providências.

Para se habilitarem aos benefícios do Decreto, as associações e cooperativas devem estar formal e exclusivamente constituídas por catadores de materiais recicláveis que tenham a catação como única fonte de renda, não podem ter fins lucrativos, devem possuir infraestrutura para realizar a triagem e a classificação dos resíduos recicláveis descartados e devem apresentar o sistema de rateio entre os associados e cooperados.

Para efetivar esta política pública de âmbito interno do Governo Federal, o decreto estabelece a formação de uma Comissão para a Coleta Seletiva Solidária em cada órgão

federal, formada por no mínimo três servidores públicos e um prazo de seis meses para apresentar periodicamente uma avaliação dos resultados obtidos. Foram definidos critérios para a doação dos materiais recicláveis, os quais incluem sorteio em caso de impasse.

Segundo a coordenação do Programa de Coleta Seletiva Solidária do Governo Federal, o decreto abrange aproximadamente 600 mil servidores de 217 órgãos federais espalhados em cerca de 10.000 prédios públicos em 1.400 municípios de todos os estados brasileiros. As organizações de catadores devem declarar para a assinatura do Termo de Compromisso com o órgão público os seguintes indicadores iniciais: número de cooperados e/ou associados, valor médio da renda desses associados e/ou cooperados nos últimos seis meses e a quantidade média dos materiais recicláveis comercializados, em toneladas, dos últimos seis meses.

Mesmo considerando-se o período curto para avaliar o decreto, foram analisados o material de divulgação e orientação produzido pela coordenação do programa, os relatórios com a programação dos eventos em diversos municípios brasileiros e os relatórios de cinco órgãos federais (Dataprev, Casa de Rui Barbosa, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Banco da Amazônia e o Departamento de Polícia Federal) disponíveis no *site* do Programa de Coleta Seletiva Solidária na Internet (<http://www.coletasolidaria.gov.br>. Consulta realizada em 22/4/2008).

Os resultados obtidos indicam nesta fase inicial de implantação a montagem das comissões, solicitação de ajustes nos prazos estabelecidos pelo decreto, a realização de diversas reuniões e seminários nos principais municípios brasileiros com participação expressiva de representantes dos órgãos federais sediados nestes municípios⁷³ e quase nenhum resultado quantitativo oficial, à exceção do Banco da Amazônia que como já mantinha um programa similar nas suas 31 (trinta e uma) unidades e apresentou no seu relatório alguns dados quantitativos (250 toneladas de materiais recicláveis foram doadas no período de um ano a três entidades da Região Norte: a Cooperativa de Trabalhadores do Aurá, a Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis do Bairro da Terra Firme e a Associação de Trabalhadores de Materiais Recicláveis da Pedreira, beneficiando cerca de 500 catadores), assim como a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, que conseguiu recolher nas suas unidades do Distrito Federal (Agência Central e Diretoria Regional de Brasília) um total de 5.423 lâmpadas fluorescentes a um custo de aproximadamente R\$ 6 mil, para encaminhar a processos de reciclagem, não necessariamente para entidades de catadores, que permitiram

⁷³ Em Recife, no primeiro seminário de caráter regional realizado em 8/8/2007, estiveram presentes representantes de 12 (doze) órgãos federais sediados em quatro Estados (Pernambuco, Paraíba, Sergipe e Rio Grande do Norte) e de algumas entidades de catadores locais.

uma receita satisfatória com a comercialização dessas lâmpadas e resultados ambientais expressivos pelo não descarte em lixões.

Do ponto de vista da eficácia do programa, as ações vêm sendo implementadas e mesmo os resultados ainda não sendo visíveis, os órgãos vêm implementando-as. Os critérios de eficiência, no caso dos Correios, são perceptíveis em função de resultados satisfatórios na relação entre benefício e custo, mas não incluíram a dimensão social.

A seguir são apresentadas as ações e políticas públicas decorrentes de ações governamentais.

3.4.4. Projeto MDS/AVINA

O projeto originalmente denominado de “Ações Integradas de Desenvolvimento Social e Organização dos Catadores de Materiais Recicláveis do Brasil” foi desenvolvido em conjunto pela rede de entidades de apoio técnico aos catadores (PANGEA, ASPAN, Cáritas, Diaconia, Nova Pesquisa, Insea e a OAF) e o MNCR, com apoio financeiro do MDS e da Fundação AVINA. Foi elaborado, construído e realizado coletivamente no período de dois anos (2004-2006) e envolveu recursos financeiros da ordem de quase R\$ 1,6 milhões.

O objetivo geral deste projeto na sua primeira fase foi fortalecer a inserção sócio-econômica dos catadores de materiais recicláveis por meio de ações integradas de capacitação de lideranças, comunicação, organização de encontros estaduais e nacionais e fortalecimento das instâncias de representação da categoria com mobilização da sociedade para implementação da coleta seletiva realizada com os catadores. Os objetivos específicos foram (e são ainda) os seguintes:

- capacitar lideranças como multiplicadores das Comissões Estaduais e da Comissão Nacional do MNCR;
- realizar um Encontro Nacional e diversos Encontros Estaduais e Micro-Regionais dos catadores de materiais recicláveis;
- fortalecer institucionalmente a Secretaria Nacional e as Secretarias Estaduais do MNCR;
- construir coletivamente instrumentos didáticos para capacitar os demais catadores e difundir o MNCR junto à sociedade em geral;

- apoiar os encontros da Comissão Nacional e do Grupo de Articulação do MNCR visando fortalecer o processo de integração de seus membros e da sua capacidade de articulação;
- realizar estudos para analisar o custo da geração de um posto de trabalho da cadeia da coleta seletiva e reciclagem comparando-os com outros setores econômicos, articulando a questão com o domínio da cadeia produtiva num sistema industrial e artesanal visando propor políticas de investimentos no setor;
- identificar e divulgar os benefícios das políticas públicas sociais, econômicas e ambientais no âmbito local, estadual e federal.
- consolidar o apelo à sociedade para a mobilização na implementação da coleta seletiva realizada com os catadores, apoiando a implantação do Selo Amigo do Catador nas regiões metropolitanas e no Distrito Federal.

As metas e valores detalhados do projeto foram os seguintes:

- capacitação de 702 catadores de materiais recicláveis, em 27 estados (incluindo o DF), cuja ação envolveu recursos financeiros no valor de R\$ 442.260,00;
- realização de 14 (catorze) Congressos Estaduais, no valor de R\$ 180.000,00;
- articulação de 26 Centros Estaduais de Referência, Formação e Desenvolvimento Social dos Catadores, no valor de R\$ 132.800,00;
- elaboração, produção e distribuição de 3.000 conjuntos (*kits*) de material didático para a capacitação de catadores no Brasil, no valor de R\$ 203.000,00;
- representação e articulação, com a realização de eventos e reuniões dos catadores representantes do MNCR (Grupo de Articulação e Comissão Nacional), no valor de R\$ 178.000,00;
- realização de estudos para análise do custo do posto de trabalho, conforme descrição anterior, no valor de R\$ 60.640,00;
- contratação de consultoria para implantação e acompanhamento do Selo Amigo do Catador nas regiões metropolitanas, nos municípios onde se realiza a coleta seletiva e no Distrito Federal, no valor de R\$ 32.000,00;
- planejamento e realização do Encontro Nacional em Brasília, no mês de março/2006, envolvendo cerca de 1.500 catadores de praticamente todos os

estados e de alguns países da América Latina, cujas despesas contaram com o apoio da Fundação AVINA e representaram aproximadamente R\$ 500.000,00.

No Quadro 2 a seguir, são mostrados os principais resultados obtidos com o projeto, destacando-se o previsto e o realizado.

AÇÕES PREVISTAS	AÇÕES REALIZADAS
Identificação e capacitação de 702 lideranças em 14 estados brasileiros	1.350 lideranças capacitadas, como agentes multiplicadores em suas associações e cooperativas
Realização de 14 Congressos Estaduais de Catadores de Materiais Recicláveis	16 Congressos Estaduais realizados com alcance em 18 estados, com a mobilização de aproximadamente 2.000 catadores nos principais estados brasileiros
Produção de 3.000 kits didáticos para capacitação	Produzido material pedagógico para a organização dos catadores (cartilhas, folders, etc.) e criação de mecanismos de comunicação entre os catadores (boletim, <i>site</i> na Internet, etc.)
Articulação de 26 Centros de Referência Regionais do Catador	Abertura de 32 Centros de Referência Regionais do Catador, com o objetivo de levantar necessidades e articular políticas de inclusão para os catadores
Pesquisa sobre o custo de geração de um posto de trabalho para o catador	Realizada a pesquisa em parceria com as entidades e com ampla participação do MNCR

Quadro 2. Ações Previstas e Realizadas do Projeto MDS/AVINA
Fonte: MNCR (2006)

Os resultados do Projeto MDS/AVINA foram certamente muito representativos tendo em vista os critérios definidos para avaliação. Verifica-se que esta ação atendeu ao critério de eficácia, na medida em que os resultados são mais expressivos do que o previsto inicialmente, assim como o de eficiência, pois os recursos financeiros foram melhor alocados e obtiveram resultados quantitativos maiores.

Os impactos, por sua vez, foram quantitativos ao permitir a inserção e o empoderamento de um número bem maior de catadores dos principais Estados da Federação na Comissão Nacional do MNCR, assim como pode se falar em termos de qualidade, haja vista que a avaliação do processo de formação e capacitação realizado ao longo do período foi muito bem recebida pelos catadores. O desempenho em termos de metas e objetivos não explicitados inicialmente pode ser avaliado a partir dos resultados concretos obtidos no encontro com o Presidente da República e, no caso das capacitações dos catadores no Norte e

Nordeste, a partir do estímulo à implantação e formalização de grupos de catadores que se encontravam ainda em um estágio inicial de formação.

3.4.5. Financiamento de Cooperativas de Catadores pelo BNDES

Este projeto é resultado de um conjunto de articulações empreendidas pelo MNCR, pelo Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Lixo na sua estratégica atuação junto aos órgãos federais, pela atuação de algumas bem articuladas entidades de São Paulo (sobretudo a OAF e a Pastoral de Rua) que estrategicamente garantiram a presença do Presidente da República, ministros e membros do Governo Federal em quatro encontros com os catadores realizados sempre no mês de dezembro, desde 2004, pelas entidades de apoio técnico e, por importantes parceiros dentro do Governo Federal, principalmente no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e no Ministério das Cidades.

Lançado em conjunto com a assinatura do Decreto 5.940/06, o BNDES recebeu em seu primeiro edital um total de 127 propostas encaminhadas, totalizando recursos de R\$ 36 milhões não retornáveis. O BNDES consolida a sua atuação para esse segmento por meio de financiamento não retornável, destinado à realização de obras civis, aquisição de máquinas e equipamentos e assistência técnica, em estreita convergência com as ações prioritárias destinadas aos catadores pelo Governo Federal.

Assim, nesta linha de financiamento com recursos não retornáveis do BNDES são atendidos especificamente os seguintes itens de projeto:

- obras civis e reformas: implantação de infra-estrutura física, como galpões, coberturas para carga e descarga de fardos, cozinha, vestiário, banheiros, salas de reunião, treinamento e informática;
- máquinas, equipamentos, móveis e utensílios para: acondicionamento, proteção individual, triagem e enfardamento, armazenamento e estocagem, transporte externo, cozinha, vestiário, banheiro e escritório;
- assistência técnica e capacitação dos cooperados, com valores máximos previamente definidos.

O programa de apoio a cooperativas de catadores de materiais recicláveis, com recursos não retornáveis, provenientes do Fundo Social, foi lançado em 25/10/2006. O apoio do BNDES às cooperativas de catadores se insere no âmbito do Programa de Resíduos Sólidos do Programa Plurianual (PPA) do Governo Federal, tornando os catadores alvo de política pública do Estado Brasileiro.

No primeiro ciclo de apoio a projetos de estruturação produtiva de cooperativas, dos 127 projetos apresentados, 67 foram julgadas elegíveis para fins de enquadramento. Dentre esses, foram enquadrados 44 projetos, dos quais 34 foram aprovados, no valor de R\$ 22,9 milhões. O primeiro contrato foi assinado em 1/10/2007, no valor de R\$ 16,4 milhões para 24 cooperativas dos Estados da Bahia, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo e o Distrito Federal.

Em janeiro de 2008 o BNDES realizou uma segunda seleção (segundo ciclo). Foram recebidos 42 novos projetos e 21 projetos já foram pré-selecionados.

O maior entrave à consecução dos projetos selecionados e aprovados encontra-se na exigência de documentação às entidades de catadores, o que reflete por um lado o grau de precariedade da maioria das cooperativas, mas por outro o elevado nível de exigência do Governo Federal que não permite a ascensão de um número mínimo de pessoas pobres ao crédito. Estas questões estão na base da argumentação teórica de SACHS (2004) e de SEN (2002), como foi abordado anteriormente.

O financiamento do BNDES, apesar de ter sido assinado o primeiro contrato em outubro de 2007, somente está concretizado em um Estado, a Bahia, com a Cooperativa CAEC que já aplicou cerca de 60% dos recursos e, no Distrito Federal, com a Cooperativa de Produtores e Trabalhos de Reciclagem (CORTRAP) que também aplicou praticamente o mesmo percentual de recursos financeiros⁷⁴.

As fotografias 3 e 4, a seguir, mostram alguns resultados dos investimentos em infraestrutura e equipamentos em ambas cooperativas até o mês de junho/2008.

⁷⁴ Informações obtidas a partir de entrevistas realizadas com Fábio Cidrim, do MDS por telefone em maio/2008; Antônio Bunchaft, do PANGEA, em Salvador no mês de abril/2008; e, o catador Janilson Santana (conhecido como "Cut"), presidente da CORTRAP, em Brasília, no mês de junho/2008.



Foto 3. Infra-estrutura da unidade de produção da CAEC, em Salvador/BA
Bertrand Sampaio de Alencar, Abril/2008



Foto 4. Infra-estrutura e equipamentos da CORTRAP, em Brasília/DF
Bertrand Sampaio de Alencar, Maio/2008

Outros programas governamentais de incentivo à coleta seletiva realizada por organizações de catadores e à reciclagem vêm sendo desenvolvidos, a exemplo do Programa Fome Zero da Petrobrás, que prioriza a estruturação de redes solidárias de organizações de catadores e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com foco na infra-estrutura física e operacional de organizações de catadores nas principais regiões metropolitanas.

O traço característico da avaliação das políticas públicas é naturalmente o fato de que as recentes ações governamentais e legais efetivadas não permitem uma melhor análise, até mesmo porque o próprio Governo Federal ainda não avaliou os resultados obtidos com estas políticas públicas.

A partir da avaliação das políticas públicas, evidencia-se que de fato a ação política do MNCR foi em parte eficiente, eficaz, legítima e manteve um desempenho com impactos positivos nos resultados obtidos, na perspectiva dos catadores e da sociedade.

Pode-se afirmar com base na avaliação efetuada que o resultado destas políticas públicas, caso sejam mantidas, permite-nos falar em sustentabilidade no contexto atual.

Observa-se também que a ação pública está direcionada a um certo protagonismo federal, em detrimento de um descompromisso estadual e, pior, uma incompreensão municipal com a questão dos catadores.

A incompreensão da maioria dos gestores públicos municipais com a questão dos catadores e o desconhecimento da emergência do processo de organização em curso e, sobretudo, o descompromisso com os benefícios advindos da reciclagem e que rebatem diretamente nos custos, na produtividade e na qualidade dos serviços de limpeza pública, indicam por um lado riscos inerentes à necessária transparência pública e, por outro, uma visão política limitada e clientelista, independente de matizes ideológicas e partidárias.

LEAL (2004, p.29) apresenta uma contribuição a esse debate considerando que houve uma alteração fundamental com a postura de inversão de prioridades do investimento público. Salienta que a formulação de políticas públicas direcionadas aos menos favorecidos e o reconhecimento dos direitos sociais e da cidadania são elementos imprescindíveis à democracia. Mas adverte que, apesar destes avanços, as administrações locais tiveram enormes dificuldades em dar continuidade aos processos instaurados e na própria legitimação destes processos. A autora identifica como alguns desses constrangimentos a crise econômica, o refluxo do processo de mobilização popular e a ruptura de alianças que lhes deram sustentação.

O papel equivocado do poder público municipal é perceptível em MOTA, VALENÇA & SILVA (2004) quando identificam o Estado com o papel de mediador, sob o discurso da assistência social ou da preservação ambiental, entre a ação das organizações de catadores e o mercado. Diríamos que além de mediatizar esta relação, há uma insuspeita intenção de tutela (inclusive política) destas organizações, atingindo os catadores em seus princípios de autonomia e auto-gestão e, de manutenção do *status quo* privado que opera os serviços de limpeza urbana nas principais cidades brasileiras.

4. ANÁLISE DOS ESTUDOS DE CASO

Neste capítulo são apresentados e analisados os resultados dos levantamentos efetuados em campo nas cooperativas e no setor produtivo da reciclagem, considerando-se para tanto as dimensões de análise produtiva e social.

A seguir são apresentados os estudos de caso da CAEC e da PRORECIFE como parte empírica da tese, cujo conteúdo está segmentado por alguns antecedentes ao processo de organização, uma descrição dos catadores quando ainda não estavam organizados, a apresentação dos dados levantados e, uma discussão e análise dos resultados obtidos nos trabalhos de campo para cada caso, cujos elementos foram obtidos em entrevistas diretas e consultas bibliográficas.

4.6. COOPERATIVA DE AGENTES ECOLÓGICOS DE CANABRAVA – CAEC (SALVADOR, BAHIA)

4.6.1. Antecedentes

A CAEC – Cooperativa de Catadores Agentes Ecológicos de Canabrava foi fundada em maio de 1993, a partir de iniciativa da LIMPURB, por catadores remanescentes do antigo Lixão de Canabrava que por 25 anos foi o principal destino final dos resíduos sólidos da cidade de Salvador.

A independência e posterior consolidação da CAEC em relação à LIMPURB e ao lixão de Canabrava aconteceu a partir do programa Reciclar para Crescer, integrante do projeto Eco-Cidadania⁷⁵, parceria entre o setor público, empresas privadas e entidades não-governamentais, cuja instituição gestora foi o PANGEA, responsável também pelo processo de incubação que, em princípio estava previsto para um período de dois anos.

A CAEC foi pautada nos princípios da economia solidária, constituindo e afirmando valores e práticas autogestionárias, de participação democrática e de desenvolvimento de uma cultura de solidariedade. O programa era bastante amplo e envolvia a integração de ações estruturantes capazes de produzir significativos avanços no setor da reutilização e reciclagem de resíduos sólidos, com resultados na geração de trabalho e renda, tendo sido definido quatro linhas de ações: i) geração de trabalho e renda; ii) melhoria habitacional; iii) desenvolvimento

⁷⁵ Convênio Nº 016/2003 entre o Estado da Bahia, através da SECOMP e o PANGEA em 27/08/03, publicado no Diário Oficial no dia 28/08/03.

comunitário; e, iv) preservação do meio ambiente. Nesta área específica, o projeto teve como objetivo geral “contribuir para o programa de combate à pobreza na cidade de Salvador através (sic) de ações de geração de trabalho e renda nos princípios da economia solidária” (MTE/SNES, 2005, p. 46-51).

Em seguida, a partir de projeto elaborado pelo PANGEA – Centro de Estudos Socioambientais⁷⁶ com apoio financeiro inicial da organização italiana COSPE – Cooperação para o Desenvolvimento dos Países Emergentes, a qual captou recursos financeiros junto à União Européia (UE) foi possível vencer esta dificuldade inicial de implementação da CAEC.

De acordo com Antônio Bunchaft⁷⁷, coordenador do PANGEA, ao processo de organização da CAEC precedeu uma série de atividades de capacitação e treinamento que a entidade estava ministrando em conjunto com a Prefeitura de Salvador. Naquela oportunidade houve um conflito ético e conceitual entre técnicos da Prefeitura e do PANGEA, resultando numa separação em dois grupos que tomaram caminhos distintos. Dos 100 catadores que participaram da fundação, somente 47 continuavam na cooperativa em 2004. Atualmente este quantitativo representa 235 cooperados, distribuídos na sede e em dois núcleos setoriais.

Durante os três primeiros meses da atividade produtiva, os então 100 cooperados da CAEC não conseguiam arrecadar mais do que R\$ 60,00 (sessenta reais) por catador, o que afastou vários catadores da cooperativa. Dois anos e meio após a criação da CAEC os então 47 cooperados conseguiam obter uma renda média de R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês e já dispunham de alguns benefícios como cesta básica, vale transporte e refeição, possibilitados em função dos programas de financiamento obtidos pelo PANGEA (NUNES, 2004 p.37). Naquele ano, a quantidade de material coletado era em média 40 toneladas/mês. Em março/2008 a renda média estava em R\$ 376,00 (trezentos e setenta e seis reais), os 165 cooperados catavam cerca de 212 ton/mês e além dos benefícios referidos, passaram também a recolher o INSS.

4.6.2. Os Catadores no Lixão da Canabrava

Os catadores de materiais recicláveis do Lixão da Canabrava, conhecidos como badameiros, iniciaram suas atividades no mesmo ano em que a Prefeitura de Salvador passou

⁷⁶ O PANGEA – Centro de Estudos Socioambientais é uma OSCIP – Organização da Sociedade Civil para o Interesse Público, de utilidade pública municipal e estadual, criada em 1996 por profissionais de diversas áreas preocupados em desenvolver ações voltadas para o desenvolvimento sustentável e justiça social.

⁷⁷ Entrevista realizada em março/2008.

a depositar todos os resíduos sólidos coletados na cidade de forma inadequada naquele sítio, após os protestos que fizeram-na fechar o famoso vazadouro de Alagados, em 1973.

De 1974 até 1998, os badameiros lutaram para sobreviver no lixão da Canabrava numa precária situação que não difere muito dos grandes vazadouros a céu aberto existentes no Brasil. A problemática desses habitantes ao assumirem uma condição sub-humana na luta pela sobrevivência se estendia até suas relações sociais e familiares: o caráter conflitante e desajustado dessas relações ampliava a dimensão de seus problemas. Vivenciava-se, portanto, a exclusão social numa das suas piores expressões da prática cotidiana.

Por sua importância enquanto maior vazadouro de lixo do Estado da Bahia e um dos maiores do Nordeste, o lixão da Canabrava foi objeto de estudo de diversos autores. Segundo BRAGA (2003, p.2), durante este período o bairro da Canabrava (o bairro denomina-se Nossa Senhora da Vitória, desde o ano 2000) viveu o estigma social de ser o quarto de despejo da cidade. Não obstante, tornou-se o espaço de trabalho de vários moradores que sem oportunidade de emprego, tornaram-se catadores e passaram a sobreviver no e do lixão.

Inicialmente proposto pela LIMPURB (o órgão responsável pela limpeza urbana de Salvador) para funcionar por nove anos, o lixão da Canabrava esteve em operação no período de 1974 a 1998, quando foi desativado. Desde o primeiro dia de operação que os catadores, uma parcela originária do lixão anterior e, a maioria, do próprio bairro da Canabrava e de bairros pobres localizados nas imediações (Pau da Lima, Sete de Abril, Nova Brasília, Marotinho, Novo Marotinho, São Quadros e São Rafael), foram trabalhar no local. Em 1981, atuavam cerca de 300 catadores e vários intermediários (donos de depósito) já haviam se instalado no local.

De acordo ainda com BRAGA (2003, p.4), preocupados com as condições sanitárias locais, médicos e técnicos do distrito sanitário de Pau da Lima, iniciaram em Canabrava no ano de 1992 o Projeto Saúde, Meio Ambiente e Luta contra a Pobreza (SMALP), com o apoio de instituições internacionais e, especialmente, da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e do governo italiano. Dentre as ações realizadas, várias delas na área de saúde, estavam a construção da unidade de tratamento e reciclagem de lixo e a realização de oficina de papel artesanal.

Em seguida, no ano de 1994, foi iniciado pela LIMPURB o projeto de biorremediação da área degradada e a transformação do lixão em aterro sanitário celular. Naquela oportunidade houve uma primeira tentativa de organização dos então 700 catadores adultos e 330 crianças e adolescentes da Canabrava. Os adultos foram deslocados para uma área distante da operação de descarga dos resíduos e passaram a receber uma quantidade limitada

de resíduos sólidos para catar. As crianças foram colocadas nas escolas e os adolescentes em cursos profissionalizantes. Os resultados destas iniciativas, em parte, obtiveram sucesso, na medida em que o Programa Criança Canabrava chegou a receber um prêmio da UNICEF.

A partir da perspectiva de implantação de um aterro sanitário metropolitano pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) e da iminência de proibição da entrada dos catadores no novo local de destinação final, foram desenvolvidas diversas atividades de capacitação para o que seria o processo definitivo de organização dos catadores da Canabrava. Naquele momento, houve um embate entre técnicos da LIMPURB e do PANGEA, os quais envolveram os catadores participantes do programa de capacitação, o que gerou uma divisão no grupo. Uma parte dos catadores resolveu ficar sob os auspícios da LIMPURB que apoiou a formação de uma cooperativa no local (Coopcicla). O outro grupo resolveu sair do lixão da Canabrava para formar a CAEC, com apoio do PANGEA, indo se instalar inicialmente num galpão alugado no bairro de São Marcos e passando a catar de forma organizada diretamente nas ruas.

Em 1998, a Prefeitura de Salvador em parceria com o governo do Canadá implantou no local o Parque Socioambiental de Canabrava, instalando no local estação de transbordo, unidade de compostagem e triagem de materiais recicláveis, parque e área de lazer e uma usina termelétrica piloto para a geração de energia elétrica. O lixão da Canabrava deixaria de existir definitivamente. A privatização integral dos serviços de limpeza urbana também contribuiu para o desenho deste novo modelo de gestão adotado em Salvador.

4.6.3. Situação Atual: Os Catadores Organizados na CAEC

De acordo com levantamentos realizados no período de outubro/2007 a março/2008, procurou-se elaborar, a partir do quadro referencial definido no marco teórico, uma análise dos dados e informações relativas à origem, perfil e trajetória do catador organizado (estudo do indivíduo), da estrutura física e operacional e da gestão (estudo da organização), dos princípios de economia solidária, da inserção no MNCR (estudo de movimentos sociais), dos demais elementos que apontam para o modelo de sustentabilidade proposto, com base nos princípios sócio-econômicos do desenvolvimento como liberdade e dos ganhos ambientais que a coleta seletiva e o incentivo à reciclagem, praticados pela CAEC, têm gerado à sociedade.

Os resultados obtidos com o levantamento em campo dos dados e informações da CAEC são apresentados a seguir e descrevem os elementos relativos à origem, perfil e

trajetória do catador organizado e, do modelo de sustentabilidade proposto, com base nos princípios da economia solidária e do desenvolvimento como liberdade.

4.6.3.1. Apresentação dos Dados de Campo

Inicialmente foram entrevistados o coordenador geral e o gestor da incubação, ambos do PANGEA. Estas entrevistas seguiram roteiro baseado em formulário específico e foram gravadas com a utilização de equipamento tipo MP3.

Atualmente encontram-se associados à cooperativa 238 catadores, sendo que todos trabalham sem distinção e 165 do total trabalham no galpão-sede da CAEC e os demais no núcleo da Rua do Comércio, em Salvador e no núcleo do município de Lauro de Freitas que fica na Região Metropolitana de Salvador (RMS). O estatuto da cooperativa não admite afastamento por mais de quinze dias. Apesar de questionado, os informantes não souberam precisar o número exato de catadores do município de Salvador, da Região Metropolitana e do Estado.

O PANGEA implantou e coordena a Rede Cata Bahia, formada com apoio financeiro da Petrobrás e do Wal-Mart, em parceria com empresas, entidades não-governamentais, órgão públicos, condomínios e shoppings, a qual está composta por 10 (dez) associações e cooperativas de catadores de 9 (nove) municípios baianos, pois duas entidades de Salvador integram a rede, que está integrada por cerca de mil catadores.

A distribuição de homens e mulheres é praticamente a mesma na cooperativa, com 51% e 49%, respectivamente.

De acordo com os entrevistados a possibilidade de sustentabilidade da cooperativa depende de algumas medidas como a formulação de políticas públicas dirigidas aos catadores a partir da remuneração pela prestação dos serviços que as entidades de catadores efetuam nas cidades, coibir o ingresso de empresas que praticam uma competição desleal com as cooperativas e associações de catadores, ampliar a atuação das entidades de catadores na coleta seletiva nos municípios, agregar valor com ações voltadas a uma maior profissionalização destas entidades de catadores para poder competir no mercado. A profissionalização é fundamental neste contexto, sobretudo com a possibilidade de ampliação do fornecimento de materiais recicláveis por grandes geradores, a exemplo do Shopping Iguatemi, de Salvador, que impôs a alocação de pessoal qualificado e de equipamentos adequados à realidade da coleta seletiva em um grande centro comercial. Importante ressaltar que esta é a visão na perspectiva dos gerentes da incubadora da CAEC.

Quanto à perspectiva de todos os catadores estarem organizados em cooperativas e associações, os entrevistados entendem que esta ação depende do poder público e das empresas. As estratégias que apontam para que isso aconteça envolve a conjunção de políticas públicas com medidas direcionadas ao incentivo ao empreendedorismo, alfabetização e capacitação em áreas como associativismo e reciclagem e muita disciplina.

Com relação ao tempo indispensável para incubação ou apoio à organização e gestão de associações e cooperativas de catadores por parte de empresas, poder público, ONG, instituições, etc., admitem que é necessário entre três a cinco anos para fechar um ciclo completo de incubação, porque identificam três formas de atuação: assistencialista absoluto (que denominam de “cooperativa pró-forma”), assessoria (grupo amadurecido) e a incubação *stricto sensu*. Nesta última, identificam cinco responsabilidades básicas: administrativa, financeira, comercial, institucional e operacional. Em um ano é necessário passar as atividades ligadas ao associativismo e à financeira. Após cinco anos de incubação do PANGEA, as três primeiras responsabilidades estão atendidas, são de total responsabilidade dos catadores. Em três anos é possível atingir as responsabilidades citadas. O PANGEA possui atualmente cinco técnicos no apoio à CAEC e é responsável pelo operacional ainda, em função das exigências do mercado. O mercado está sempre muito presente no discurso do gerente atual do PANGEA (“acompanhar a velocidade do mercado”). O atual gerente admite um tempo máximo de sete anos para concluir o processo de incubação.

Os entrevistados acreditam que as necessidades básicas dos cooperados estão atendidas, pois recebem alimentação no trabalho (o que segundo os entrevistados reduziu bastante o índice de conflito na cooperativa), assistência social, atendimento médico particular, maior facilidade para os filhos irem à escola, acesso mais facilitado à saúde pública, programa de alfabetização e recolhimento do INSS. Neste particular, a cooperativa enfrenta dificuldades iniciais para a implementação do INSS, pois houve várias reações por parte dos catadores. Caso haja acidente de trabalho e nos casos de gravidez, a cooperativa contempla no seu estatuto a exigência de remuneração por um mês, no máximo. Os entrevistados entendem que a parte legal da cooperativa deve estar totalmente organizada.

Importante ressaltar que houve uma elevada rotatividade de cooperados no ano de 2007, quando entraram 100 novos catadores e saíram 25, a maioria por falta de profissionalismo, segundo os entrevistados. A maioria dos que saíram atuavam fora da sede da cooperativa e não se adequaram às regras dos contratos junto a shoppings e mercados.

Todos os meses há uma reunião plenária. Foi criado a “Voz do Povo”, uma ausculta mensal que antecede à reunião principal realizada pelo Conselho de Ética, o que reduziu

vários conflitos nas plenárias. Nas reuniões semanais ocorrem consultas sobre problemas disciplinares, pois esta é uma exigência relevante para os entrevistados. Existem, além do Conselho de Ética (não exigido no estatuto da entidade), o Conselho Fiscal, que se reúne uma vez por ano e, o Conselho Administrativo, que se reúne a cada dois anos. O mandato da diretoria é bianual, de acordo com o estatuto da CAEC.

Não menos importante como contribuição à análise da economia solidária na entidade é que a maior diferença de classe existente na cooperativa em termos da renda individual é de somente 10% acima da renda média, cuja função é exercida pelo Coordenador de Frente de Serviços, tendo em vista a responsabilidade que este cargo encerra. Os cargos operacionais, administrativos e os demais recebem a mesma renda. Os catadores não aceitaram que o cargo administrativo recebesse o mesmo valor por terem um certo trauma da época em que a CAEC era “administrada” pela LIMPURB, quando os catadores eram oprimidos, segundo os entrevistados.

Os materiais recicláveis coletados na CAEC são vendidos para as seguintes indústrias de reciclagem locais e regionais: Bahia PET (garrafas PET), Gerdau (metal ferroso), Tomra Latasa (latas de alumínio), Ondunorte (papel), Penha (papelão), RRW (plásticos diversos), CIV (vidro), dentre outras. Como referido anteriormente, a cooperativa está iniciando, com financiamento do BNDES, uma unidade produtiva de garrafas de água sanitária para disponibilizar à venda no mercado.

A CAEC solicitou à FASE, organização não-governamental do Rio de Janeiro, uma avaliação da gestão da cooperativa, nos moldes de uma auditoria externa, denotando assim preocupação com a aplicação dos recursos financeiros recebidos de instituições públicas, não-governamentais e privadas.

Segundo o coordenador da CAEC, muitos catadores estão com problemas financeiros, pois mantêm celular e uma conta elevada e ao mesmo tempo, paradoxalmente, não dispõem de sanitário em casa. Vários catadores estão com problemas com agiotas, por pedirem empréstimos e não poderem pagar. Estas questões aparecem adiante nas entrevistas com os catadores.

A influência do nível educacional e cultural do grupo é decisiva para diminuir o tempo de incubação, segundo os entrevistados. Este aspecto foi constatado no início da formação da cooperativa, quando houve muitos conflitos, com substancial redução a partir das capacitações realizadas. No ano passado (2007) não ocorreu qualquer conflito na cooperativa.

Os catadores de rua são muito mais desunidos que os catadores de lixão e demora mais, segundo o gerente, para organizá-los em forma de cooperativa ou associação. Há um

hábito de trabalhar sozinho, de forma autônoma, sem chefe e que dificulta o processo de organização. No lixão são formados grupos familiares, muitas vezes para proteger os materiais recicláveis. Este é um traço característico da CAEC, tendo em vista que o grupo inicial da CAEC era formado por catadores do lixão da Canabrava.

O caso do Shopping Iguatemi de Salvador é sintomático com relação a essa dificuldade decorrente da cultura individualista no trabalho desenvolvida pelo catador. Ao solicitar que catadores de rua das imediações fossem contratados para trabalhar naquele centro comercial, de um total de mais de cem catadores consultados, somente cinco deles teve o interesse de se integrar a CAEC.

4.6.3.2. Percepção dos Entrevistados: Características dos Catadores da CAEC

Quanto à origem, perfil e trajetória do catador organizado foram realizadas entrevistas estruturadas com um grupo de catadores cooperados, sendo 67% de mulheres e 33% de homens, cuja faixa etária variou de 20 a 55 anos, com uma média simples de 34 anos. Desta amostra de catadores 48% eram solteiros, 5% casados, 38% vivem maritalmente e 10% eram separados.

Dos catadores entrevistados 70% sabiam ler e escrever e 30% eram analfabetos, sendo que 90% já haviam estudado, o que indica a existência de analfabetos funcionais. Este fato foi corroborado no momento das entrevistas, pois muitos afirmaram que sabiam ler e escrever, mas não conseguiam entender as questões no formulário. Poucos conseguiram concluir o ensino médio (5%) a maioria (53%) não concluiu o ensino fundamental.

Do total de entrevistados somente três catadores não possui filhos, já que a média é de 3 filhos por catador, além de uma média de 2 dependentes (não filhos) em casa.

Praticamente todos possuem os principais documentos necessários ao cidadão brasileiro (certidão de nascimento, carteira de identidade, CPF, título de eleitor e carteira de trabalho), percentual que se altera quando perguntamos quais documentos possuíam antes de entrar na cooperativa, indicando que os catadores não detinham entre 5% a 14% dos documentos. Segundo estudos realizados em lixões (ALENCAR, 1994; JUNCÁ, GONÇALVES & AZEVEDO, 2001) constatou-se um elevado número de catadores sem quaisquer destes documentos, com valores relativos que chegavam a atingir 80%. Os baixos valores levantados junto aos catadores da CAEC indicam as ações de retirada de documentos que vinham sendo realizadas no lixão da Canabrava desde sua fundação, assim como o fato de alguns catadores já terem trabalhado antes em outras atividades. Um dado que confirma a

importância da cooperativa nesta questão dos documentos é que 75% dos catadores afirmaram que a retirada dos seus documentos foi facilitada pela assistente social que trabalha na CAEC.

Quanto ao perfil sócio-econômico dos catadores entrevistados, alguns dados reforçam o argumento anterior, pois conforme pode ser observado na tabela a seguir, somente um item dos bens de consumo reduziu na situação atual, qual seja após entrada do cooperado na CAEC. Este dado se por um lado demonstra uma melhora substancial a partir do consumo, demonstra preocupação na medida em que alguns destes itens de consumo não são prioritários e reproduz de certa forma o fetiche por produtos eletro-eletrônicos que atinge a sociedade atual.

Tabela 3. Relação de bens dos catadores antes e depois da entrada na CAEC

Bens de Consumo	Antes (%)	Depois (%)	Variação (%)
Telefone Convencional	43%	48%	+5%
Celular	24%	48%	+24%
TV	71%	76%	+5%
Rádio	71%	67%	-4%
Vídeo-Cassete	14%	19%	+5%
DVD	24%	71%	+47%
Geladeira	52%	71%	+19%
Fogão	71%	86%	+15%
Outros	0%	5%	+5%

Fonte: Pesquisa Direta (Março/2008)

A situação atual em relação à moradia permaneceu inalterada, nas situações antes e depois. A renda média individual declarada era de R\$ 376,00/mês em janeiro e fevereiro/2008, antes portanto do novo salário mínimo ser definido⁷⁸. Este valor inclui os descontos realizados para as despesas de manutenção da cooperativa e já considera o desconto para o INSS. A renda média bruta por catador está um pouco acima do salário mínimo que atualmente é de R\$ 415,00 e representa R\$ 427,00.

Poucos catadores declararam possuir outro tipo renda (25%), a qual é decorrente de familiares e pessoas que residem na mesma casa, assim como do recebimento de benefícios governamentais (Bolsa-Família). A maioria dos catadores (60%) sustenta a casa com sua própria e única renda. Em um único caso identificou-se uma renda decorrente de aposentadoria.

Quanto à origem e trajetória dos catadores entrevistados, constata-se que 73% nasceram na Região Metropolitana de Salvador (RMS), sendo a maioria na capital (61%). Os

⁷⁸ O salário mínimo até 29/2/2008 era de R\$ 380,00 e passou a valer R\$ 415,00 em 1/3/2008.

demais nasceram no interior e vieram para a cidade grande em busca de emprego, atraídos por familiares.

Nem sempre todos entrevistados foram sempre catadores (63%), pois grande parte deles possuía outra profissão. Na maior parte dos casos as mulheres eram domésticas e os homens atuavam no setor informal ou trabalhavam em prédios (guarda noturno, zelador, etc.) ou na construção civil. Dos catadores entrevistados, metade deles catava na rua e a outra metade no lixão, denotando uma mudança no perfil inicial, quando todos eram de lixão.

Com relação à situação atual dos catadores, quase todos (90%) foram unânimes em afirmar que a vida melhorou bastante depois da entrada na cooperativa por conta da possibilidade de ter uma renda fixa. Poucos (10%) relataram que se sentem melhor na cooperativa por terem saído da rua.

A maior dificuldade pessoal enfrentada pelos catadores refere-se ao transporte para o trabalho. A CAEC fica situada em local de baixa acessibilidade ao sistema de transporte público de passageiros de Salvador. Poucos responderam que há dificuldades de relacionamento no grupo. Quando questionados quais as dificuldades da entidade surge como maior frequência a desunião do grupo, denotando que há dificuldades, seguido do transporte ao deslocamento casa-trabalho e da necessidade de colocar pessoas mais qualificadas para negociar com as empresas.

Todos gostam de trabalhar na cooperativa e fazem uma jornada de 45(quarenta e cinco) horas semanais, com 9(nove) horas diárias, pois escolheram não trabalhar aos sábados. Cerca de 30% desejariam trabalhar em outro local. Os motivos são bem variados, mas as respostas estão concentradas em remuneração (30%), por ser um ambiente agradável (20%), trabalhar em grupo (15%), por estar trabalhando, ou seja, por não parar de trabalhar (10%) e por achar divertido, sentirem-se responsáveis pelo seu trabalho e por contribuírem com a natureza. Houve um único caso identificado de insatisfação com a situação atual na CAEC, o qual ao longo da entrevista demonstrou-se ser em decorrência de problemas momentâneos ocorridos com a pessoa entrevistada.

As sugestões para melhorar o trabalho dos catadores na cooperativa versaram sobre “aumentar a união entre os cooperados” (38%), oportunidades iguais para todos (19%), fardamento (13%), alfabetizar todos, segurança, comunicação e aumentar a renda.

Menos da metade dos catadores sabe a quantidade do que cada um cata na cooperativa. Quando perguntados sobre qual o sonho principal deles, a maioria respondeu que é a casa própria (52%) e em segundo lugar estudar (14%), no sentido de concluir pelo menos

o ensino médio. Melhorar a renda (“ter um bom salário”), administrar seu próprio negócio e “possuir uma terra para plantar” foram outros sonhos revelados.

4.6.3.3. Liberdade para se Desenvolver

Os próximos itens referem-se à liberdade existente nos cooperados para se desenvolver e representam dados imprescindíveis à sustentabilidade da organização.

Com relação às liberdades políticas verificou-se que a maioria dos catadores afirmou que procura fiscalizar a atuação dos candidatos em que votam, que se expressam politicamente na organização. Informaram também que participam das reuniões políticas (90%), contestam pouco quando necessário (47%), debatem com os colegas (57%), a maioria vota nas propostas que acredita (67%), poucos votam nas propostas que os colegas lhe pedem (10%) e poucos (5%) não tem muito interesse pela política.

A grande maioria participa das eleições internas (80%), escolhem os candidatos a partir da propaganda política (19%) e a partir do programa e da plataforma do candidato (86%) e conhecem o MNCR (81%). A forma de participação política, segundo os catadores, é estar presente às reuniões, em manifestações, “dando apoio” e informações aos colegas.

As facilidades econômicas identificadas corroboram com alguns dados do perfil sócio-econômico dos catadores, nas situações antes e depois da entrada na cooperativa. Do total dos catadores entrevistados 21% não conseguia comprar a prazo e agora 83% consegue comprar por ter uma renda fixa. Após a entrada na CAEC foi facilitado o crédito a 76% dos catadores.

Os catadores sempre foram muito pobres, no sentido da posse de bens duráveis e de consumo. Somente 16% dos seus pais possuíam algum bem econômico e deixaram para os filhos, ainda que tenha sido muito pouco. Alguns possuíam e os filhos não receberam por vários motivos. A grande maioria (79%) não detinha a posse de nenhum bem e não deixou, evidentemente para os filhos. A maioria dos catadores (68%) declarou que era mais pobre antes de entrar na cooperativa porque não tinha uma renda fixa, não trabalhava, ganhava menos ou não tinham o necessário para viver. Da mesma forma, 90% dos catadores afirmou que consegue comprar agora produtos de primeira necessidade do que antes, porque ganham mais e possuem renda fixa atualmente.

Ao verificar-se a relação de confiança para com a entidade, os catadores afirmaram que entregam (95%) todos os materiais recicláveis que catam à cooperativa, que a maioria destes materiais são vendidos a empresas diretamente, que já recebem em grande parte os

materiais recicláveis separados nas residências (84%) e, nos mercados e *shopping center* (94%).

Os catadores da CAEC catam basicamente papel e papelão, metais ferroso e não-ferrosos, vidros de embalagens, plásticos diversos (PET, PS, PEAD, etc.) e borracha.

Algumas oportunidades sociais foram levantadas com relação ao estudo dos filhos dos catadores, verificando-se que 92% estudam em escolas públicas e somente 8% não estão estudando atualmente.

Os catadores consideram que possuem mais facilidades atualmente para serem atendidos pelo serviço público de saúde, pois dispõem de uma assistente social que os encaminha aos postos médicos e de médica particular contratada pela cooperativa que os atende uma vez por mês.

A cooperativa facilitou acesso à educação (48% afirmaram que sim), à saúde (71%), à assistência social (67%), à alimentação (57%), aos transportes (33%) e até à habitação (5%), das seguintes formas: fornecendo informações, proporcionando a assistência direta na cooperativa e por meio do encaminhamento dos catadores aos serviços públicos.

Todos os catadores que entraram na cooperativa receberam capacitação, normalmente ministrada pelo PANGEA como também pela própria CAEC, sobre reciclagem, meio ambiente e cooperativismo. Alguns citaram o conhecimento do estatuto, informática e comunicação.

Todos também afirmaram que consideram seu trabalho muito importante para o meio ambiente porque “ajuda a manter a cidade limpa”, “ajuda a natureza”, “reduz a quantidade de lixo na natureza” e “devolve a matéria-prima para a indústria”.

Com relação às garantias de transparência, a ampla maioria dos catadores (95%) confia na entidade porque entende que está sendo ajudado, há segurança, há transparência e confiança, “está dando certo” e “tem fiscalização de uma ONG”.

Quando questionados sobre transparência na entidade, 89% afirmou que há transparência e que acredita na diretoria atual. Todos afirmaram receber a contabilidade da entidade nas reuniões e em informativos periódicos e reconhecem que o processo eleitoral é transparente. A última eleição ocorreu no dia 31/3/2008 e todos afirmaram saber que a próxima será nos próximos dois anos.

A maioria dos catadores acredita na sinceridade das pessoas (78%) e dos colegas (82%) da cooperativa.

No que concerne à segurança protetora, praticamente todos acham importante os programas assistenciais do Governo Federal, 67% afirmaram receber algum tipo de benefício,

quase todos estão recolhendo o INSS (os poucos casos de não recebimento são em função de problemas com a documentação).

Alguns catadores (24%) afirmaram que possuem financiamento de casa própria, sendo que, coincidentemente alguns destes possuem outro tipo de renda.

4.6.3.4. Economia Solidária e Participação

A seguir são apresentadas as questões relativas à economia solidária, com foco no regime associativista. Inicialmente é importante observar que a maioria dos catadores (82%) conhece o estatuto social da cooperativa, mas uma razoável parcela deles (44%) considera que há alguém que manda na cooperativa.

Os catadores também sabem que há repartição de excedentes nos ganhos (87%), conhecem a receita total da cooperativa (88%), todos conhecem a despesa total da cooperativa, sabem quanto ganha a diretoria (94%), decidem sobre a retirada de sócios (80%), conhecem as diferenças entre trabalho “mental” e “braçal” na cooperativa (73%), sabem da existência de fundos de educação e capacitação na cooperativa (87%), que existem fundos de (dinheiro para) investimentos (83%) e que existe capital de giro (100%). Os catadores também sabem da existência de funcionários contratados na cooperativa e que possuem Carteira de Trabalho assinada (93%) e identificaram-lhes como assessores técnicos, motoristas e pessoal administrativo.

Do pessoal entrevistado, 50% entrou no ano de 2007, 13% em 2001 e o restante nos anos de 2002, 2003, 2004, 2005 e 2008 (6% em cada ano). As formas mais comuns de entrada na cooperativa se dão por intermédio de inscrição no cadastro (53%), de contatos (27%), de parceiros⁷⁹ (13%) e de cursos de capacitação. Todos fizeram estágio probatório na cooperativa nos primeiros três meses após a entrada e recebiam por hora de trabalho ou por turno. A maioria dos catadores entrevistados se sente um empreendedor cooperativado.

Com relação à perspectiva da sociedade em relação ao catador organizado nas ruas, quando da realização da coleta seletiva, verifica-se que já há participação significativa dos moradores, separando e entregando os materiais recicláveis aos catadores, sobretudo quando se trata de catadores organizados. Por outro lado, constatam que de cada dez casas em que abordam na coleta seletiva, em torno de 3 casas já entregam os materiais recicláveis separados.

⁷⁹ Neste caso foi citado o nacionalmente conhecido Projeto Axé, de Salvador, parceiro da CAEC em algumas iniciativas com jovens.

Atualmente, são parceiros da CAEC: a Secretaria Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais, o Programa Fome Zero do Governo Federal, as empresas de reciclagem Bahiapet e Braskem, o Projeto Axé, a Chesf, Petrobrás, e a Superintendência de Recursos Hídricos do Estado da Bahia (SRH).

4.7. COOPERATIVA DE CATADORES PROFISSIONAIS DO RECIFE – PRORECIFE (RECIFE, PERNAMBUCO)

4.7.1. Antecedentes

A cooperativa PRORECIFE foi formada por catadores da comunidade de Caranguejo Tabaiaries, em Recife, a partir de uma articulação das lideranças dos catadores com as entidades de apoio (ASPAN, PANGEA e AVINA), algumas empresas de reciclagem (Frompet e CIV) e o Fórum Estadual Lixo e Cidadania de Pernambuco.



Foto 5. Primeira reunião entre catadores e parceiros para criação da cooperativa PRORECIFE realizada na comunidade de Caranguejo Tabaiaries
Bertrand Sampaio de Alencar, Abril/2006

A partir de uma decisão do Comitê de Co-Financiamento e Apoio a Entidades de Catadores de Materiais Recicláveis de direcionar o saldo dos recursos financeiros então existentes para apoiar a criação de uma entidade de catadores em Recife e, da articulação do PANGEA junto à Petrobrás e Wal-Mart, que já estavam financiando o projeto da Rede Cata

Bahia e a CAEC, em Salvador, foram iniciadas as prospecções coordenadas por José Cardoso, líder regional e nacional do MNCR para identificar um grupo de catadores não-organizados.

Duas tentativas foram efetuadas, com um grupo de catadores do bairro de Arruda e com o atual grupo de Caranguejo Tabaiães. As articulações com o grupo inicial estavam bastante avançadas até que a Cáritas, entidade religiosa que havia prestado apoio a esse grupo se contrapôs à proposta por entender que já cumpria esta tarefa e não havia interesse em se articular com outra entidade.

A criação da PRORECIFE também foi pautada nos princípios da economia solidária, constituindo e afirmando valores e práticas autogestionárias, de participação democrática e de desenvolvimento de uma cultura de solidariedade.

4.7.2. Os Catadores da Comunidade de Caranguejo Tabaiães

A comunidade de Caranguejo Tabaiães está situada na Ilha do Retiro, praticamente ao lado do Sport Club Recife e atrás da sede do SEBRAE, fazendo os outros limites com o rio Capibaribe e a Estrada dos Remédios.

Desde 1996 que a comunidade de Caranguejo Tabaiães é considerada uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) da cidade do Recife, o que significa em parte o reconhecimento de que esta comunidade não apresenta as condições necessárias para que seus moradores vivam com dignidade. Esta comunidade praticamente sobreviveu em função da pesca. Mais recentemente eles vêm adotando outras formas de sobrevivência, a exemplo da catação de materiais recicláveis.

O grupo de catadores de Caranguejo Tabaiães era constituído no início por cerca de 40 (quarenta) pessoas da comunidade que catavam nas ruas de forma não-organizada. A partir de um convite para participar de um curso de educação ambiental direcionado à coleta seletiva e reciclagem, realizado pela ASPAN no ano de 2004, em parceria com a instituição canadense Action Re-Buts, dois membros desses catadores passaram a liderar um movimento de organização do grupo de catadores, dentre eles Roberta de Santana Pessoa, atual coordenadora da PRORECIFE. Naquele momento, ela conheceu José Cardoso, liderança do MNCR no Nordeste, que havia sido convidado para ministrar algumas aulas no referido curso e que acabou por estimular mais ainda a organização do grupo.

Noutra direção, mas num sentido convergente, algumas entidades de apoio e integrantes do MNCR (ASPAN, ASCAMAR e PANGEA) passaram a discutir a possibilidade concreta de obtenção de um financiamento junto a algumas entidades públicas (Petrobrás),

privadas (Wal-Mart) e de fomento a projetos sócio-ambientais (Fundação AVINA). Estas articulações ocorreram no Comitê de Co-Responsabilidade Social e Apoio a Entidades de Catadores de Materiais Recicláveis, formado por estas organizações não-governamentais e por empresas de reciclagem com atuação no Nordeste (Frompet, CIV, Bahia Pet, etc.)⁸⁰.

A partir da decisão do grupo de se organizar em uma cooperativa e com parte dos recursos assegurados, iniciou-se um processo de formalização estatutária com apoio voluntário da ASPAN e participação de todos os catadores interessados durante um período de quase oito meses.

O estatuto da PRORECIFE foi elaborado na ASPAN com assessoria de uma advogada com uma preocupação em informar os catadores do que se tratava aquele documento e, sobretudo, de esclarecer a constituição e o funcionamento de uma cooperativa (que inclusive foi uma decisão dos catadores a forma associativa adotada). Assim, a PRORECIFE foi fundada oficialmente em 22/4/2006.

A cooperativa não possui fins lucrativos e rege-se pelas disposições da Lei Nº 5.764/71 (Lei de Cooperativas), pelo estatuto e pelos princípios de autogestão. As finalidades sociais a coleta, separação, beneficiamento e comercialização e materiais recicláveis, a difusão da doutrina cooperativista, capacitação na área de resíduos sólidos, prestação de serviços a instituições públicas e privadas, pessoas físicas e jurídicas para a atividade econômica de seus associados, promover a melhoria das condições de trabalho e sócio-econômicas dos cooperados e respectivas famílias e, contribuir com a melhoria das condições sócio-ambientais na sua área de abrangência.

A infra-estrutura física (galpão) foi adquirida em novembro/2006 e o processo de incubação pelo PANGEA começou em janeiro/2007 com a alocação de técnicos para atividades de gerenciamento, logística, assistência social e sócio-educativas. No mesmo período foi iniciado um processo de capacitação em associativismo e cidadania, o qual durou um mês, realizado por técnicas da área social que vieram de Salvador/BA.

⁸⁰ O Comitê de Co-Responsabilidade Social e Apoio a Entidades de Catadores de Materiais Recicláveis foi constituído pela Fundação AVINA, com apoio de entidades não-governamentais e empresas recicladoras e teve por objetivo, durante o período de dois anos em que esteve ativo, apoiar projetos de organização de catadores no Nordeste. Foram beneficiadas as seguintes entidades: Ascamar (Natal/RN), Astramare (João Pessoa/PB), Coobasf (Feira de Santana/BA), Ascasa (Salgueiro/PE), Asnov (Garanhuns/PE) e ATMR-BJ (Belo Jardim/PE). Na última reunião realizada no Comitê em dezembro/2005, ficou decidido o aporte dos recursos então existentes (no valor de R\$ 60 mil) para apoiar a criação da PRORECIFE.

4.7.3. Situação Atual: Os Catadores Organizados na PRORECIFE

A exemplo da CAEC, a seguir são apresentados os resultados obtidos a partir do levantamento de dados e informações na cooperativa PRORECIFE.

4.7.3.1. Apresentação dos Dados de Campo

Foram entrevistados o presidente da entidade, José Cardoso e a coordenadora administrativa, Roberta de Santana Pessoa.

No período das entrevistas trabalhavam 38 (trinta e oito) catadores cooperados na sede da entidade situada no bairro da Imbiribeira, em Recife. Quanto à distribuição entre homens e mulheres, há um predomínio feminino na cooperativa (60%).

A possibilidade de sustentabilidade da PRORECIFE, que passa por dificuldades gerenciais no momento em face do afastamento do PANGEA e que era a entidade responsável pela sua incubação, depende atualmente de vários fatores, segundo os entrevistados. A necessidade de profissionalização para poder ampliar o fornecimento de materiais recicláveis por grandes geradores, a exemplo do Bompreço (pertencente à rede Wal-Mart e que apóia com recursos financeiros e campanhas para doação de materiais recicláveis). A formulação de políticas públicas dirigidas aos catadores a partir da remuneração pela prestação dos serviços que as entidades de catadores efetuam nas cidades também foi ressaltada pelos entrevistados.

No que se refere à perspectiva de todos os catadores estarem organizados em cooperativas e associações, os entrevistados entendem que esta ação depende de vários fatores (estabelecimento de políticas públicas, apoio de empresas de reciclagem, capacitação técnica e alfabetização).

Os entrevistados não acreditam que todas as necessidades básicas dos cooperados estão atendidas. Neste momento estão sem assistência social e não possuem atendimento médico particular. Ambos identificam algumas facilidades para os filhos irem à escola e terem acesso mais facilitado à saúde pública. Participaram de um programa de alfabetização e atualmente não recolhem o INSS. Os catadores da PRORECIFE realizam suas refeições no próprio local de trabalho, o que segundo os entrevistados melhorou a produtividade. Os entrevistados entendem que a parte legal da cooperativa está totalmente organizada.

Houve uma rotatividade acentuada de cooperados do final do ano de 2007 ao mês de abril/2008 em função da crise instalada na entidade.

Como contribuição à análise da economia solidária na entidade, não há diferenças formais de classe existente na cooperativa em termos da renda individual, mas o regime atual permite a quem trabalha mais ser mais bem remunerado.

Os materiais recicláveis são vendidos às indústrias de reciclagem locais e regionais e a alguns poucos intermediários: Frompet (garrafas PET), Açonorte Gerdau (metal ferroso)⁸¹, Ondunorte (papel e papelão), CIV (vidro), dentre outras.

Os entrevistados também acreditam que a influência do nível de formação educacional e cultural do grupo é decisivo para diminuir o tempo de incubação. O grupo passou por diversos conflitos no início da formação e pode-se afirmar que não há ainda uma estabilidade neste sentido. Para tanto em agosto/2007 foi formada a primeira turma de 9 (nove) catadores no Programa Mova Brasil, sob o patrocínio da Petrobrás, pelo Programa Fome Zero.

A PRORECIFE mantém um convênio com nove lojas Bompreço (Wal-Mart) em Recife, onde está sendo incentivada a coleta seletiva dos materiais recicláveis, com a empresa de cosméticos Natura para recebimento das embalagens pós-consumo, com o Conselho de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Pernambuco (CREA-PE), dentre outras entidades e empresas. As Fotos 6 e 7 a seguir, mostram alguns catadores da cooperativa em ação, o caminhão tipo baú utilizado para coleta em grandes geradores, o galpão e a prensa que a entidade recebeu de doação da empresa Frompet.



Foto 6. Catadores recebendo o material da Natura na PRORECIFE, tendo ao fundo, o caminhão baú.

Roberta de Santana Pessoa, dezembro/2007

⁸¹ Em parceria com a Metalic, indústria de latas de aço para bebidas, sediada em Fortaleza.



Foto 7. Catadores recebendo o material da Natura no galpão da PRORECIFE.
Ao fundo a prensa doada pela empresa Frompet
Roberta de Santana Pessoa, dezembro/2007

Os entrevistados disponibilizaram ainda os resultados de um trabalho de sensibilização recente realizado por dois cooperantes da Associação de Empresas da Baviera (BFZ), da Alemanha, na comunidade da Lagoa do Araçá, onde é realizada coleta seletiva porta-a-porta com carroças manuais.

Alguns dados do levantamento atestam que o trabalho vem tendo resultados positivos, após um período de quase oito meses da PRORECIFE atuando na comunidade. De um total de 207 pessoas em 83 casas, lojas e escritórios entrevistados 95,2% sabem o que é coleta seletiva e reciclagem, 63,9% já realiza a separação na fonte (em casa), 48,2% já conhece a PRORECIFE e 95,6% está interessado em colaborar com a cooperativa.

4.7.3.2. Percepção dos Entrevistados: Características dos Catadores da PRORECIFE

Nas questões relativas à origem, perfil sócio-econômico e trajetória, desenvolvimento como liberdade e economia solidária para os catadores organizados da Cooperativa PRORECIFE foram realizadas entrevistas estruturadas com um grupo de cooperados, cuja participação equitativa em termos de gênero foi de 50% e a faixa etária variou de 20 a 63 anos, com uma média simples de 35 anos. Desta amostra de catadores 28% eram solteiros, 6% eram casados, 56% vivem maritalmente, 11% são viúvos e 6% eram separados.

Dos catadores entrevistados 61% informaram que sabiam ler e escrever e 39% eram analfabetos, sendo que 94% informaram que já haviam estudado. Nenhum dos catadores entrevistados conseguiu chegar ao ensino médio e a maioria (44%) não concluiu nem a quarta série do ensino fundamental, 22% não chegou nem à oitava série e somente 6% concluiu o ensino fundamental. Este resultado, a exemplo do que foi verificado na CAEC, indica a existência de analfabetos funcionais. Este fato foi corroborado no momento das entrevistas, pois muitos afirmaram que sabiam ler e escrever, mas não conseguiam entender as questões no formulário e muito menos preenchê-lo⁸².

Do total de entrevistados, 17% informaram não possuir filhos. A média na PRORECIFE é de 3 filhos por catador, além de 2 dependentes (não filhos) em casa.

Praticamente todos possuem os principais documentos necessários ao cidadão brasileiro (certidão de nascimento, carteira de identidade, CPF, título de eleitor e carteira de trabalho), percentual que se altera pouco quando foram perguntados quais tipos de documentos eles possuíam antes de entrar na cooperativa. Uma minoria (11%) informou que teve alguma facilidade de retirar os documentos a partir da entrada na cooperativa. De fato, não houve uma priorização da entidade incubadora no período, o PANGEA, para essa ação, apesar de fazer parte da sua metodologia de trabalho.

Quanto ao perfil sócio-econômico dos catadores entrevistados, alguns dados reforçam o argumento de que a entrada na cooperativa permitiu um incremento de alguns bens de consumo não-duráveis. Este dado se analisa de forma similar ao encontrado na CAEC.

Tabela 4. Relação de bens antes e depois da entrada na PRORECIFE

Bens de Consumo	Antes (%)	Depois (%)	Variação (%)
Telefone Convencional	11%	11%	0%
Celular	50%	50%	0%
TV	83%	89%	6%
Rádio	50%	56%	6%
Vídeo-Cassete	0%	11%	11%
DVD	39%	56%	17%
Geladeira	39%	44%	6%
Fogão	67%	78%	11%
Outros	0%	0%	0%

Fonte: Pesquisa Direta (Março/2008)

⁸² Procurou-se adotar um tipo de formulário bastante simples, inteligível para os catadores, com a maioria das questões fechadas do tipo “sim” e “não”, para facilitar o entendimento por parte dos entrevistados, mantendo assim nossa coerência de pesquisador com a de ativista e apoiador do MNCR.

A situação atual em relação à moradia permaneceu inalterada, nas situações antes e depois. A renda individual declarada é de R\$ 268,00/mês considerando os descontos realizados para a manutenção das despesas da cooperativa. Na realidade, a média de renda era R\$ 348,08/mês até novembro/2007, de acordo com os registros da época do PANGEA, próximo de um salário mínimo que era de R\$ 380,00/mês no ano de 2007. Houve uma evidente queda neste valor com a crise instaurada na PRORECIFE no período posterior a essa data.

Poucos catadores declararam possuir outro tipo renda (29%), a qual é decorrente de familiares e pessoas que residem na mesma casa, assim como do recebimento de algum tipo de bolsa-auxílio. A maioria dos catadores (71%) sustenta a casa com sua única renda própria.

Quanto à origem e trajetória dos catadores entrevistados, constata-se que 83% nasceram no Recife. Os demais (17%) nasceram no interior e vieram para a cidade grande em busca de emprego e/ou atraídos por familiares. Estes dados corroboram com o resultados obtidos em alguns dos estudos realizados no lixão da Muribeca (ALENCAR, 1995; PMJG, 2005) que identificaram um número elevado de catadores nascidos na Região Metropolitana do Recife. Também indica um processo de reprodução da pobreza onde os filhos de pobres são também pobres em sua maioria.

Importante observar que nem sempre todos eram catadores (61%) antes de exercer esta atividade, pois geralmente possuíam outra profissão. Na maior parte dos casos as mulheres eram domésticas, merendeiras, cozinheiras e costureiras e há o caso único de uma ex-operária. Os homens atuavam na construção civil (27% dos que tiveram outra profissão), no setor informal ou trabalhavam em prédios (segurança). Todos os catadores atuavam na rua antes de entrar na cooperativa.

Em média, os entrevistados estão desempenhando a função de catador há cerca de 9 anos, dos quais 17% há menos de um ano, 61% exerce a atividade de catação há mais de 1 ano e 22% exerce há mais de 10 anos.

Com relação à situação atual dos catadores, quase todos (89%) foram unânimes em afirmar que a vida melhorou bastante depois da entrada na cooperativa por conta da possibilidade de ter uma renda fixa, por aumentar a renda, por se sentir mais seguro, um trabalhador respeitado pela sociedade. Poucos (11%) relataram que não houve alteração por terem entrado na PRORECIFE, indicando um grau elevado de satisfação por estarem na cooperativa.

A maior dificuldade pessoal no trabalho enfrentada pelos catadores é interna à cooperativa e refere-se ao relacionamento com os colegas, o que pode se explicar em face do

curto tempo de organização da cooperativa e em função dos recentes problemas ocorridos, com o afastamento da entidade de apoio técnico a pedido dos associados. Além dessa dificuldade a renda baixa também aparece assim como pouco conhecimento, “muita gente mandando”, muito material a ser triado e baixo atendimento da população para a separação⁸³.

Quando questionados sobre quais as dificuldades da entidade, surgem novamente dificuldades relativas à necessidade de apoio técnico, pois discorreram sobre ausência de experiência e capacidade técnica, desorganização, impontualidade no pagamento, redução no número de catadores (em função dos conflitos ocorridos posteriormente à saída do PANGEA saíram 10 catadores da cooperativa) e pouca comunicação entre eles.

A maioria (94%) gosta de trabalhar na cooperativa e fazem uma jornada de 40(quarenta) horas semanais, com 8(oito) horas diárias. Não trabalham aos sábados e domingos. Deste total 89% não quer sair da cooperativa. Um catador afirmou que preferiria trabalhar com carteira assinada. Somente 11% desejariam trabalhar em outro local. Os motivos por gostar de trabalhar na PRORECIFE são bem variados, mas as respostas estão concentradas em remuneração (17%), por ter amigos (17%), segurança e tranquilidade (11% cada), ambiente agradável (6%), trabalhar em grupo (6%), por estar trabalhando, ou seja, por não parar de trabalhar (6%) e por achar um bom ambiente de trabalho, sentirem-se responsáveis pelo seu trabalho e por contribuírem com a natureza.

As sugestões para melhorar o trabalho dos catadores na cooperativa versaram sobre melhorar a estrutura física e operacional da cooperativa (27%), aumentar a renda dos cooperados (18%), escola e capacitação para os catadores (18%), aumentar o número de catadores, EPI e fardamento, mais união e transparência nas contas.

A maioria dos catadores (78%) sabe a quantidade do que cada um cata na cooperativa, o que representa em média 3,4 ton/mês. Quando perguntados sobre qual o sonho principal deles, a maioria respondeu que é a casa própria (50%) e em segundo lugar educação (12,5%). Aqui se verifica o quão importante se coloca a política pública de habitação *vis-a-vis* uma dificuldade quase que intransponível de atingir este sonho pelos catadores. Melhorar a renda, aposentadoria, assistência médica de qualidade, administrar seu próprio negócio, trabalho fixo e a melhoria da cooperativa foram outros sonhos revelados.

⁸³ O PANGEA era até dezembro/2007 a ONG que prestava apoio técnico à cooperativa PRORECIFE, resultado de um arrojado projeto articulado com diversas entidades e empresas (Avina, Frompet, Wal-Mart, Petrobrás e CIV), o qual contou com apoio do Fórum Estadual Lixo e Cidadania de Pernambuco. Esta foi a primeira experiência desenvolvida pelo PANGEA fora da Bahia, o que já diz muito do imenso desafio enfrentado no processo de organização deste grupo de catadores, que resolveram romper com essa entidade e adotar uma posição de autonomia na gestão da cooperativa, gerando diversas dificuldades posteriores de outra natureza, como captado nas entrevistas.

4.7.3.3. Liberdade para se Desenvolver

Os próximos itens referem-se à liberdade existente nos cooperados para se desenvolver e representam dados imprescindíveis à sustentabilidade da organização, no contexto teórico adotado.

Com relação às liberdades políticas verificou-se que a maioria dos catadores afirmou que não procura fiscalizar a atuação dos candidatos em que votam (94%), mas que se expressam politicamente na organização (82%). Informaram também que participam das reuniões políticas (100%), contestam quando necessário (61%), debatem com os colegas (56%), a maioria vota nas propostas que acredita (61%), nenhum vota em propostas que os colegas lhe pedem e somente 11% não desperta muito interesse pela política.

Todos os entrevistados informaram que nunca participaram das eleições internas, o que se explica pelo fato de somente ter havido uma eleição, no início da formação da cooperativa. Escolhem os candidatos a partir do programa e da plataforma do candidato. Do total 61% sempre participa de reuniões e 17% nunca participou de nenhuma reunião. A forma de participação política, segundo os catadores, é estar presente às reuniões e divulgando o trabalho. O MNCR é conhecido por 56% dos catadores da PRORECIFE.

As facilidades econômicas identificadas corroboram com alguns dados do perfil sócio-econômico dos catadores, nas situações antes e depois da entrada na cooperativa. Do total dos catadores entrevistados 61% não conseguia comprar a prazo e agora 76% consegue comprar e após a entrada na cooperativa foi facilitado o crédito a 65% dos catadores. Dos entrevistados que afirmaram que eram mais pobres antes de entrar na cooperativa, os motivos foram: “passaram a ter uma renda fixa” e “não tinham nada antes”. A maioria manteve-se na mesma situação.

Os catadores sempre foram muito pobres, no sentido da posse de bens de consumo duráveis e não-duráveis, mas foi identificado na pesquisa que 50% dos seus pais possuíam algum bem econômico e 61% afirmou que recebeu algum destes bens dos seus pais, ainda que tenha sido informado como muito pouco.

A maioria (83%) dos catadores afirmou que consegue comprar agora produtos de primeira necessidade do que antes, porque ganham mais e possuem renda fixa atualmente.

Ao verificar-se a relação de confiança para com a entidade, todos catadores afirmaram que entregam os materiais recicláveis que catam à cooperativa, que esses materiais são vendidos a empresas de reciclagem diretamente, que recebem uma pequena parte dos materiais recicláveis separados nas residências sempre (6%) e de vez em quando (12%), pois

a maioria ainda não entrega assim (82%), mas no caso dos mercados e shopping center, estes entregam separado.

Os catadores da PRORECIFE catam basicamente papel e papelão, metais ferrosos e não-ferrosos (um pouco menos que os demais materiais recicláveis), vidros de embalagens e plásticos diversos (PET, PS, PEAD, etc.).

Algumas oportunidades sociais foram levantadas com relação ao estudo dos filhos dos catadores, verificando-se que 44% dos filhos estudam em escolas públicas e somente 11% não estão estudando atualmente.

Os catadores (61%) consideram que possuem mais facilidades atualmente para serem atendidos pelo serviço público de saúde. Ao serem questionados se possuíam plano privado nenhum deles afirmou que sim.

A cooperativa facilitou acesso de alguma forma à educação de poucos catadores (somente 6% afirmaram que sim), à habitação (6%), um pouco mais à assistência social (17%), mais ainda à alimentação (28%) e a outros benefícios como p.ex. comprar eletrodomésticos, pelos seguintes motivos: permitindo acesso a informações, por ter melhorado a renda e por ser fornecida alimentação pela cooperativa aos catadores.

Os catadores (67%) que entraram na cooperativa receberam capacitação, no início ministrada pela ASPAN e em seguida, quando da implantação do projeto, pelo PANGEA, assim como patrocinada pela própria PRORECIFE, sobre reciclagem, tipologia de resíduos sólidos, meio ambiente, estatuto, cooperativismo, alfabetização e relações públicas.

Todos também afirmaram que consideram seu trabalho muito importante para o meio ambiente porque reduz a quantidade de lixo na cidade e ajuda a manter a cidade limpa.

Com relação às garantias de transparência, a ampla maioria dos catadores (94%) confia na cooperativa porque entendem que está havendo transparência, seriedade, confiança, competência, colaboração, organização e tem melhorado a vida de todos⁸⁴. Alguns chegaram a afirmar que esta situação de confiança interna melhorou com a saída do PANGEA.

Ainda quando foram questionados sobre transparência na entidade 89% afirmou que acredita na diretoria atual e 78% que acredita na entidade, mas 56% afirmaram que recebem a contabilidade da entidade e sabem como são efetuadas as contas. Todos reconhecem que o processo eleitoral também é transparente e informaram que a última eleição ocorreu no dia

⁸⁴ Mais uma vez é importante salientar que, por esta questão estar relacionada à opinião dos catadores sobre a entidade que apóia tecnicamente, as respostas foram direcionadas à própria PRORECIFE e não se referiram em nenhum momento ao PANGEA, que até dezembro/2007 apoiava essa cooperativa.

1/4/2006 e vários afirmaram saber que a próxima será no dia 1/5/2008 (o mandato estatutário é de dois anos).

A maioria dos catadores acredita na sinceridade das pessoas (72%) e um pouco menos (68%) acreditam que os colegas da cooperativa são sinceros, apesar de constituir-se na maioria.

No que concerne à segurança protetora, muitos (61%) acham importante o programa de bolsa-auxílio do Governo Federal e 56% afirmaram receber algum tipo de bolsa-auxílio. Nenhum catador entrevistado recebe aposentadoria (até mesmo uma catadora de 63 anos de idade), não estão recolhendo ainda o INSS e nenhum deles recebe bolsa-auxílio do PETI, assim como todos afirmaram que não possuem financiamento de casa própria. A cooperativa não mantém ainda programas de assistência e seguridade social, assim como não dispõe de programa de financiamento de casa própria ou de aquisição de outros bens.

4.7.3.4. Economia Solidária e Participação

A seguir são apresentadas as questões relativas à economia solidária. Verifica-se inicialmente que a maioria dos catadores (67%) não conhece o estatuto social da cooperativa e uma razoável parcela deles (39%) considera que há alguém que manda na cooperativa.

Neste contexto a maioria dos catadores sabe que há repartição de excedentes nos ganhos (83%), não conhecem a receita total da cooperativa (88%), como também não conhecem a despesa total da cooperativa (67%), não sabem quanto ganha a diretoria (83%), decidem sobre a retirada de sócios (89%), sabem que não existem diferenças entre trabalho “mental” e “braçal” na cooperativa (94%), desconhecem a existência de fundos de educação e capacitação na cooperativa (100%), não sabem que existem fundos de (dinheiro para) investimentos (94%) e também desconhecem que exista capital de giro (100%).

Não existem funcionários contratados na cooperativa. Praticamente todos conhecem as atividades desenvolvidas na cooperativa, às quais são, segundo os catadores entrevistados: catação, separação, coleta e triagem, prensagem, “trabalhos de direção na diretoria”, gerenciamento e administração, enfardamento, e comercialização.

Do pessoal entrevistado, 50% entrou no ano de 2007, 28% em 2006, 11% em 2005 e 11% em 2008. As formas mais comuns de entrada na cooperativa se dão por meio de contatos entre os catadores (50%), de reuniões (22%), de convites (22%) e 6% foi decorrente de indicação de uma ONG. Nenhuma deles fez estágio probatório na cooperativa após a entrada. A maioria dos catadores entrevistados (61%) não se sentem empreendedores cooperativados.

Com relação à perspectiva da sociedade em relação ao catador organizado nas ruas, quando da realização da coleta seletiva, verifica-se que já há participação significativa dos moradores, separando e entregando os materiais recicláveis aos catadores, sobretudo quando se trata de catadores organizados. Metade dos catadores concorda que há participação dos moradores, separando os materiais recicláveis. Verificou-se que do total de entrevistados 56% afirmam que os moradores separam e entregam mais materiais recicláveis para os catadores organizados. Por outro lado, constatam que de cada dez casas em que abordam na coleta seletiva, em torno de 2 casas já entregam os materiais recicláveis separados. Aqui cabe uma observação. Após o trabalho de sensibilização realizado pelos cooperantes da Associação de Empresas da Baviera (BFZ), da Alemanha, na comunidade da Lagoa do Araçá, para implantar a coleta seletiva porta-a-porta com carroças manuais, pelos catadores da PRORECIFE, houve um incremento substancial na quantidade de casas que entregam os materiais recicláveis aos catadores. De cada 10 casas, 5 passaram a entregar estes materiais aos catadores.

Atualmente, são parceiros da PRORECIFE: o Fórum Estadual Lixo e Cidadania, Wal-Mart, Natura, as empresas de reciclagem Frompet e CIV, o Banco do Brasil (Agência Imbiribeira, Recife) e a Petrobrás.

4.8. ANÁLISE CONJUNTA DOS DADOS OBTIDOS NAS ENTIDADES

Conforme explicitado *a priori*, após a descrição dos resultados obtidos, esta análise contém os resultados mais significativos das cooperativas pesquisadas, por categoria, conforme proposto na metodologia.

Inicialmente, cabe observar que não houve maiores alterações em algumas características, a exemplo do quadro de alfabetização e do nível escolar na PRORECIFE, tendo em vista o curto prazo de implantação do projeto, mas sobretudo, devido à crise instalada desde dezembro/2007, com a saída da entidade incubadora. Isso representou a paralisação de diversos programas de formação e capacitação que estavam previstos para os catadores, dentre outras atividades de apoio.

Ao se comparar os dados relativos da CAEC com diversos estudos realizados com catadores em lixões e nas ruas, constata-se pelos índices percentuais obtidos que há uma melhora substancial neste quadro, resultado de uma política adotada na entidade com relação, principalmente à alfabetização de adultos. No último censo realizado no lixão da Muribeca (PMJG/PCR, 2006), os catadores com o ensino fundamental completo representavam 4% e com ensino médio completo somente 1,8% do total de catadores, enquanto os mesmos valores

relativos na PRORECIFE (6% e 0%, respectivamente) e na CAEC (21% e 8%, respectivamente) são maiores. A CAEC incluiu a maioria dos catadores no Programa Mova Brasil de alfabetização de adultos, a partir de uma articulação do MNCR com o Governo Federal e atualmente cerca de 20% dos catadores estão concluindo o ensino médio. Como dito, a PRORECIFE incluiu nove catadores neste mesmo programa. Existiram, naturalmente, reações de alguns catadores para se integrarem ao programa de alfabetização de adultos, o que atribuímos a aspectos sócio-culturais.

Os dados que informam sobre a origem e trajetória dos catadores demonstram uma realidade preocupante verificada quando dos estudos realizados na Muribeca há quinze anos atrás (ALENCAR, 1995b) e novamente constatada no censo realizado em 2006 naquele sítio de disposição final dos resíduos de Recife e Jaboatão dos Guararapes, quando a grande maioria de catadores (78% em 1993 e 67,3% em 2006) havia nascido na RMR, o que se verifica agora na PRORECIFE com 83% e na CAEC, onde 72% dos cooperados nasceram na Região Metropolitana de Salvador (RMS).

PAUGAM (2003, p.167) ao teorizar sobre os assistidos, os fragilizados e os marginalizados ressalta que não há uma relação causal entre a origem social e o processo de marginalização. Chama a atenção que as dificuldades encontradas pelas pessoas marginalizadas em seu cotidiano são muitas vezes consequência direta ou indireta de um passado atormentado, de deficiências transmitidas de geração em geração e de uma identidade aviltante. Entender a trajetória de vida dos catadores é compreender os mecanismos que atuam no processo de marginalização. O que este autor chama de *status* social ligado ao emprego pode ser traduzido no Brasil à relevância do trabalho como elemento dignificador do ser humano.

Estudos anteriores (COSTA, 1976, p.47; BIRKBECK, 1979 *apud* BUBEL, 1990, p.55; POERBO, H. SICULAR, D. & SUPARDI, V., 1985, p.34) identificaram uma forte migração dos catadores, cujos principais motivos estavam relacionados ao fato de estarem mal integrados socialmente, não serem alfabetizados ou serem analfabetos funcionais e nem possuírem qualificação profissional, além de fenômenos naturais como a seca na região do semi-árido, que fazem como que os catadores decidam abandonar sua terra natal e partir à procura de emprego. A situação que se verifica atualmente nos estudos mais recentes (ASEAS, 1994, p.6-7; ALENCAR, 1995; PMJG, 2005; JUNCÁ, GONÇALVES & AZEVEDO, 2000) é uma reprodução local da pobreza onde esta mantém o mesmo *status* social dos seus antecessores.

PAUGAM (2003, p.171-177) também identifica que a decisão de fuga se traduz em incapacidade destas pessoas marginalizadas se fixarem em um lugar e de aceitarem duras condições de trabalho e, ao mesmo, tempo corresponde a um profundo anseio de autonomia. A autonomia e a competição interna são características centrais dos catadores e que dificultam o processo de organização em grupo. Por outro lado, o preconceito se manifesta na percepção negativa dos potenciais empregadores que vêem na instabilidade profissional ou espacial sinais de incompetência, de preguiça e até de mau-caratismo, tornando a reinserção social e profissional muito difícil. O sentimento de ser desvalorizado e rejeitado por todas as instituições desfavorece essa readaptação. O autor considera que a última fase da deslocalização social é a estigmatização, quando o indivíduo é visto pelos outros à “margem” da sociedade. Ter o reconhecimento dos outros é um fator determinante no processo de reinserção. Abandonados ao acaso, sem força e sem vontade, tornam-se insensíveis ao julgamento do outro e se retraem progressivamente em seu mundo limitado, reconstruído segundo suas próprias normas. É aí que se forma uma cultura do lixo, quando todos os códigos da vida no lixo são introjetados no indivíduo, inclusive os odores⁸⁵. Estes indivíduos, física e psicologicamente diminuídos, resistem, apesar de tudo, a essa decadência moral, mobilizando defesas para enfrentar a estigmatização.

O catador organizado em cooperativa ou associação consegue reagir quando se instala a sociabilidade no grupo, aparecendo nele o desenvolvimento da aptidão para se viver em sociedade e, a socialização, desenvolvendo nos catadores o sentimento coletivo, o espírito de solidariedade social e de cooperação e o processo de readaptação dele ao grupo social. Estas premissas são perceptíveis nas entrevistas realizadas.

PAUGAM (2003, p.177 e 197) ainda trabalha com o conceito de *marginalidade organizada* que corresponde à reconstrução simbólica de um contexto cultural tolerável em um espaço controlado pela experiência das trocas e das atividades cotidianas e, às vezes, graças aos recursos do imaginário. Estas pessoas acabam tendo acesso a uma identidade positiva por meio do espaço vivido, onde se situam conflitos, fracassos, mas também momentos felizes. Antes de um anseio de mudança de *status*, trata-se de uma adaptação individual a uma condição que pode ser considerada como no limite da exclusão social. Os catadores de materiais recicláveis não-organizados vivenciam esta experiência. Na marginalidade organizada os catadores construíram um espaço íntimo adaptado às normas

⁸⁵ Alain Corbin (*apud* PAUGAM, p.176), que estudou as representações sociais dos odores nos séculos XVII e XIX, mostra que a presença do pobre torna-se insuportável quando a análise do olfato se refina. O catador concentra os odores da miséria e deles se impregna e seu mau cheiro assume valor simbólico.

práticas e às exigências de uma vida precária e procuram reverter o sentido da marginalidade social. Negociam a desqualificação social recriando um conjunto de normas num ambiente desqualificado.

Ao estudar os chamados catadores de ferro-velho da região de Saint-Brieuc, na França, PAUGAM (2003, p.194) reconhece *a priori* a competência e habilidade que a atividade de catação requer, mesmo se tratando de um trabalho constrangedor e que “não é vivido como uma imposição”. Consegue ver como necessária ter paixão para exercer esta atividade. Assinala que há incômodos às residências, e a exemplo do Brasil, os catadores também recebem cestas básicas dos programas assistenciais do governo francês.

Outros dados que caracterizam a trajetória dos catadores referem-se à profissão anterior e ao motivo de tornar-se catador. O que se verifica em vários autores⁸⁶ que desenvolveram estudos desta natureza é que as mulheres catadoras, na sua maioria, normalmente trabalharam como empregadas domésticas e os homens na construção civil, normalmente como ajudantes de pedreiros e serviços gerais. Este quadro não difere muito do encontrado nas cooperativas entrevistadas. Verificou-se ainda uma pequena representação de trabalhadores rurais, que certamente se refere aos poucos migrantes. Estes resultados são importantes para possíveis programas de reinserção laboral de catadores em suas profissões originais.

Com relação à motivação para ser catador(a), verifica-se que a procura por emprego e para acompanhar a família são os principais motivos que os fazem mudar de cidade e tornarem-se catadores. Ressalte-se que 61% na PRORECIFE e 63% na CAEC dos entrevistados nem sempre foram catadores, mas as motivações foram praticamente as mesmas, em ambos os casos.

Embora nas duas cooperativas existam catadores que atuam há mais de 20 anos, a média fica entre 9 e 10 anos. Na Muribeca, por exemplo, 32% dos catadores está há mais de 10 anos sobrevivendo desta atividade.

Com relação ao rendimento médio, cabe observar a importância da categoria sócio-econômica atual e anterior ao processo de organização, no contexto da análise proposta, na medida em que a hipótese principal indica que a contribuição para o desenvolvimento sustentável deve-se pressupor uma melhoria na renda média do conjunto de catadores organizados em relação aos não-organizados. Neste aspecto particular cabe analisar mais uma vez comparativamente os dados obtidos com os de estudos anteriores, advertindo que os

⁸⁶ ALENCAR (1995); PMJG/PCR (2006); JUNCÁ, GONÇALVES & AZEVEDO (2000), são alguns autores que identificaram esse fenômeno nos seus estudos.

dados da renda média nem sempre permitem a melhor análise, na medida em que nas cooperativas, de uma maneira geral, quem mais produz ganha mais. Assim, vários catadores chegam a obter ganhos maiores que um salário mínimo por conseguirem catar e/ou beneficiar mais materiais recicláveis. Esta constatação é visível nas análises posteriores, sobretudo quando tratamos os dados secundários de várias entidades no estudo do professor João Damásio (UFBA, 2006), adiante.

O censo dos catadores realizado na Muribeca em 2006 indica que somente 8% das mulheres e 23% dos homens conseguiram obter com seu trabalho mais de um salário mínimo da época⁸⁷. Nos estudos referidos neste tópico, verifica-se uma situação similar no contexto de gênero, pois a mulher não pode catar diariamente, tendo em vista afazeres domésticos e de mãe e, não consegue disputar os materiais recicláveis em igualdade de condições com os homens. Observe que neste ambiente de disputa pela sobrevivência, os homens individualmente que obtêm o melhor rendimento são jovens, entre 18 a 35 anos, enquanto os que ganham menos são mulheres, idosos, pessoas muitas vezes com algum tipo de deficiência e crianças, que infelizmente ainda atuam nos lixões.

Na CAEC e na PRORECIFE os dados que demonstram a evolução dos ganhos dos catadores permitem confirmar, que os ganhos são igualitários entre gênero e se obtêm mais de um salário mínimo, no primeiro caso e um salário mínimo no segundo. Estudo realizado pela UFBA (2006) identifica no universo de entidades ligadas ao MNCR um percentual de 40% com renda média de um salário mínimo (que o autor caracterizou como de média eficiência) e 15% com quase dois salários mínimos (alta eficiência). É evidente que um salário mínimo não supre no Brasil as necessidades individuais, e muito menos familiar, em termos de cesta básica e está longe de manter uma situação de estabilidade econômica. O MNCR coloca como prioridade número um a remuneração pela prestação dos serviços de limpeza (num sentido mais amplo que a dispendiosa limpeza pública privada paga com os impostos e taxas do contribuinte brasileiro) que realizam nas cidades, ao coletarem cerca de 10 a 15% dos resíduos sólidos gerados em forma de materiais recicláveis.

Alguns aspectos verificados em estudos com catadores não-organizados demonstram que a principal formação de grupos ocorre em torno da família e não poderia ser diferente num ambiente de intensa disputa pela sobrevivência. Este dado indica que o processo de organização deve respeitar esta realidade e, de certa forma isso vem ocorrendo nas cooperativas e associações.

⁸⁷ No período da pesquisa, julho/2006, o valor do salário mínimo era R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais)

Nesta mesma linha de abordagem outro aspecto importante refere-se ao rendimento médio maior que a família percebe no conjunto, na medida em que 63% das mulheres e 53% dos homens informaram na Muribeca que possuem parentes catando no local, dos quais a maior incidência é de irmãos, representando 30% para as mulheres e 37% para os homens, seguido de cônjuges ou companheiros(as), que representa naquele sítio 18% das mulheres e 13% dos homens. Isso reforça a afirmação anterior quanto à motivação para migrarem e/ou tornarem-se catadores.

Com relação aos benefícios resultantes de políticas públicas de assistência social do Governo Federal, verificou-se na Muribeca que 49% das mulheres e 29% dos homens afirmaram receber algum deles, dos quais os mais freqüentes são o PETI (56% das mulheres recebem e 13% dos homens) e o programa Bolsa-Família (56% das mulheres e 75% dos homens). Cabe a observação de que os benefícios de transferência de renda do Governo Federal são cadastrados em nome das mulheres. Os principais motivos por não receberem são os seguintes: solicitou e não obteve retorno (23% das mulheres e 22% homens), não se enquadra nos critérios (24% mulheres e 26% homens) e porque não se cadastrou (27% mulheres e 23% homens). Nas cooperativas e associações estudadas, assim como em entrevistas realizadas com outras entidades de catadores constatou-se que grande parte dos catadores recebem (59% na CAEC e 44% na PRORECIFE) a Bolsa-Família que atualmente já inclui o PETI.

Quanto à aposentadoria, muitos catadores não-organizados desconhecem o direito de receber por terem sido trabalhadores rurais (são principalmente os mais velhos que migraram do campo para o lixão) e não possuem documentação. Somente 7% das mulheres e 5% dos homens responderam afirmativamente.

Com relação a problemas de saúde, 56% das mulheres e 36% dos homens afirmaram que sofrem de alguma doença e que 35% das mulheres e 14% dos homens estão atualmente com algum acompanhamento médico. Ressalte-se que os catadores da Muribeca desempenham atividades as mais insalubres possíveis. As mulheres catadoras preocupam-se mais com a saúde do que os homens. Este dado, comparativamente, demonstra que os catadores nas cooperativas e associações apresentam melhora quanto ao acesso à saúde. Na CAEC, como foi visto, há inclusive assistentes sociais e uma médica particular para prestar atendimento aos catadores e encaminhá-los aos serviços de saúde pública.

Outra questão importante que aponta para um nível de dificuldade no processo de organização refere-se ao grande desinteresse por parte dos homens (62%) e das mulheres (59%) em participar de alguma associação ou cooperativa de catadores. Na realidade o que de

constata é um *mix* de desinformação sobre a finalidade da entidade, falta de documentação, de escolaridade e sobretudo a visão imediatista do catador, estimulada pelo deposeiro, com relação ao pagamento. A proposta de receber ao entregar o material reciclável, mesmo por um valor bem menor é muito mais simpática ao catador não-organizado do que receber no final do mês. Este problema verificado em lixões reforça o caráter da assistência social como uma das prioridades no processo de organização dos catadores, o que vem sendo objeto de intervenção nas cooperativas estudadas.

Pôde-se constatar que o processo de organização da CAEC tomou outro rumo ao longo de sua curta existência, quando o PANGAEA conseguiu aportar recursos volumosos, a partir da elaboração de projetos de captação e sobretudo quando se implanta a Rede Cata Bahia. Cabe aqui ressaltar que o apoio técnico como forma de organizar cooperativas não é uma necessidade imperiosa se temos em vista os exemplos de auto-organização da Cooperativa de Reciclagem Unidos pelo Meio Ambiente (CRUMA) de Poá/SP e da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis (ASCAMAR) de Natal/RN, que desde o início foram (e continuam) organizadas pelos próprios catadores. O discurso do apoio técnico por entidades religiosas, organizações não-governamentais, poder público e instituições privadas possui limites financeiros e temporais e, principalmente, éticos, que não condizem com o fato de algumas destas organizações estarem tutelando, pelos mais variados motivos (manutenção financeira, controle político e auto-propaganda, p.ex.) estas entidades de catadores e evidentemente qualquer outro grupo em situação de risco social. Não se trata de tutela e sim de apoio técnico ou como preferem alguns, incubação. A tutela abarca uma série de efeitos (ou defeitos) perversos, estabelecendo muitas vezes um acordo tácito, que não revela suas intenções. Esta certamente é uma das ameaças verificadas ao longo da pesquisa e que requer atenção por parte dos organismos de fomento às instituições de apoio. Muitas vezes o custo de manutenção destas instituições é mais elevado que o processo de incubação, demonstrando contradições e inviabilidade. O estudo da UFBA (2006) trouxe uma contribuição importante neste contexto ao identificar um valor por posto de trabalho gerado. É necessário agora definir um prazo adequado para a incubação. Entrevistando catadores da Colômbia e do Chile, na fase de pré-teste, tomamos conhecimento que nestes países existem legislações que estabelecem as pré-cooperativas como instituições que durante um período razoável (geralmente dois a três anos) podem estar formalizadas sem despesas com taxas e impostos. A lei garante este benefício possibilitando que a cooperativa se estruture sem muitas despesas de forma legal, com prazo definido, o que facilita o apoio técnico e de fomento nesta fase de organização.

Por outro lado há um discurso presente na mídia e nos catadores, que decorre certamente das entidades de apoio técnico (entidades públicas, não-governamentais e privadas) de que os catadores recuperaram a auto-estima, que agora possuem dignidade, que estão incluídos socialmente, dentre outros exageros verborrágicos. Acreditamos com base nos estudos realizados e também no processo de acompanhamento de grupos de catadores ao longo de vários anos, que estamos diante de uma possibilidade concreta de reversão desta barbárie social a que estão submetidos os catadores de materiais recicláveis não-organizados. Mas isso não significa que o problema está resolvido. Não é difícil constatar que esta emergência de organização social, política e produtiva dos catadores, ocorrida notadamente nos últimos sete anos no Brasil, permitiu uma melhoria qualitativa e quantitativa em quase 30 mil catadores de aproximadamente 500 cooperativas e associações. Este modelo aponta uma significativa contribuição para a sustentabilidade, pois é inclusivo socialmente, sustentado economicamente e sustentável ambientalmente.

A seguir são apresentadas algumas conclusões parciais relativamente aos resultados obtidos com estes levantamentos em campo.

Em primeiro lugar, os dados relativos à caracterização geral da CAEC indicam um processo de organização que ganhou substância graças aos projetos de financiamento obtidos pelo PANGEA e cuja maior expressão é a recente formação da Rede Cata Bahia, integrada por dez entidades e que vem permitindo uma melhor comercialização dos materiais recicláveis com o mercado consumidor, devido à economia de escala proporcionada.

Quanto ao perfil sócio-econômico dos catadores, verifica-se um nítido quadro de melhora manifestado pelos catadores a partir da avaliação *ex-post facto* realizada. As ameaças decorrem de traços culturais e da instabilidade emocional que ainda ronda o universo interior do catador. Se por um lado se constata um "[...] processo de mudança social e elevação das oportunidades sociais, compatibilizando, no tempo e no espaço, eficiência econômica, conservação ambiental e equidade social [...]", no dizer de BUARQUE (2002, p.67) por outro verifica-se que a perda dos liames coesivos da sociedade requer muito mais do que isso. Requer interpretar o sentido filosófico da vida destes personagens de forma articulada com outros sentidos do indivíduo e promover formas de psicanálise social, pois é nítida a necessidade de reversão de certos vícios desenvolvidos ao longo de uma vida de muita privação.

Se o excluído é funcional ao sistema, com apregoa DEMO (2002, p.8), manter os catadores não-organizados é não criar expectativa de mudança do modelo de desenvolvimento atual. Inclusão requer muito mais que assistência, mas sobretudo inserção laboral e

supremacia da cidadania. Este caminho parece-nos possível de ser percorrido. A organização social dos catadores permite reforçar a coesão identitária como contraponto à exclusão, reduzindo assim a angústia coletiva que atinge a sociedade brasileira. O que pode “curar” a pobreza não são benefícios, mas a constituição de um sujeito social capaz de construir sua própria história, individual e coletiva (DEMO, 2002, p.16).

Como assinalado anteriormente, pode-se identificar nos levantamentos de campo princípios de cooperação fundados na adesão livre e voluntária, na gestão democrática e participativa por meio de transparências garantidas nas cooperativas, na participação eqüitativa dos sócios, na autonomia e independência, garantindo aplicação do princípio da autogestão, no esforço em educar, capacitar e informar, na intercooperação por intermédio da articulação em redes solidárias e, no compromisso com a comunidade, com o trabalho reconhecido por parte dos moradores das áreas lindeiras onde eles vêm atuando.

A perspectiva de economia solidária é um fato no modelo de constituição das cooperativas, pois reduz a concorrência, a exploração e permite um certo tipo de equidade social, mas encontra dificuldades em face de aspectos da cultura do trabalho no Brasil. A visão do “trabalho que dignifica o homem” se por um lado induz a escolha de ser catador diante de uma situação adversa como ser convidado para a criminalidade, p.ex., também o faz se sentir como eterno empregado com um chefe, pois se falta uma visão (e uma ação) empreendedora na sociedade brasileira, imagina-se que no catador também falte. Neste particular sente-se a ausência também da idéia-força solidária, apregoada de forma simplória por SINGER (2002, p.9), de que numa cooperativa “ninguém manda em ninguém”.

São várias as liberdades instrumentais que contribuem direta ou indiretamente para a liberdade num sentido global que as pessoas têm para viver como desejariam. As formas de liberdades adotadas permitiram constatar características intrínsecas à sociedade brasileira como as liberdades políticas, conquista obtida ainda que de forma gradual após um longo período de ditadura militar, mas que vem se consolidando. Os dados obtidos expressam esta realidade na democracia interna das cooperativas de catadores, onde se constatou alternância de poder e alguma participação. Não podemos afirmar com base nestes dados, como propõe SEN (2002, p.55), que haja diálogo político, dissensão e crítica na política interna das cooperativas de catadores.

As facilidades econômicas ligadas ao crédito em um ambiente de extrema carência de intitulos econômicos, permitiram aos catadores adquirir bens de consumo que antes eram muito mais difíceis. O estímulo às oportunidades sociais sobretudo na área da saúde, com assistência social e médica particular, demonstra uma preocupação com uma vida melhor

para o catador. O incentivo à alfabetização dos catadores, como se sabe, um dos principais entraves ao desenvolvimento sócio-econômico, tem sido decisivo à organização, assim como os programas de capacitação profissional.

Garantir a transparência nas interações sociais pressupõe um nível mínimo de confiança, sobretudo quando se propõe a manter um espaço solidário de trabalho. Nos dados analisados isto aparece de forma clara. Os catadores foram enfáticos em reafirmar a confiança na instituição, nos colegas de trabalho e nas pessoas de uma forma geral e que recebem informações de forma socializada, aberta e transparente. Estas garantias possuem um claro papel instrumental como inibidores de corrupção, da irresponsabilidade financeira e de transações ilícitas, como apregoa SEN (2002, p.56), mas os dados analisados não permitiram corroborar com suas assertivas. Há um esforço concentrado nas instituições de apoio às organizações de catadores em inserir a transparências das ações na pauta diária dos catadores, mas há dificuldades óbvias neste campo de intervenção e que não são exclusivas deste campo de atuação da sociedade.

A segurança protetora como uma rede de segurança social que impeça a miséria abjeta, a fome e até a morte, tem sido fundamental como um primeiro passo dos catadores não-organizados, sendo necessária no processo inicial de organização como suplemento de renda. O desenvolvimento como liberdade, portanto, é visível nos resultados obtidos, mesmo se tratando de grupos que antes de se organizarem estavam no limiar da miséria.

4.9. O SETOR PRODUTIVO DE RECICLAGEM

4.9.1. Situação da Demanda no Mercado de Recicláveis

Para caracterizar a dimensão produtiva da reciclagem, foram entrevistados os gerentes das principais indústrias recicladoras em Pernambuco, contemplando os principais materiais comercializados (vidro, plástico, ferro e papel⁸⁸), assim como foram levantados os dados relativos à produção no Brasil, por meio das principais fontes secundárias específicas⁸⁹. Os

⁸⁸ Em cada um destes casos específicos foram analisadas as embalagens de vidro produzidas e recicladas pela CIV, as garrafas PET recicladas pela Frompet, o aço produzido e reciclado pela Gerdau (Açonorte) e o papelão ondulado, pela Klabin (Ponsa), respectivamente.

⁸⁹ As principais fontes oficiais são o Compromisso Empresarial para a Reciclagem - CEMPRE (www.cempre.org.br), Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro - ABIVIDRO (www.abividro.org.br), Programa de Valorização e Incentivo ao Consumo de Embalagem Metálica - PROLATA (<http://www.prolata.com.br/>), Associação Brasileira do Alumínio - ABAL (<http://www.abal.org.br>), Associação Brasileira dos Fabricantes de Embalagens PET - ABEPET (<http://www.abepet.com.br>) e Associação Brasileira da Indústria Química - ABIQUIM (<http://www.abiquim.org.br/plastivida>)

dados de campo foram levantados utilizando-se do modelo de formulário que se encontra no Apêndice.

Em seguida, são apresentados alguns dados do mercado nacional de reciclagem tomando-se como base os dados e informações secundárias do Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE) e das respectivas associações representativas da classe dos setores de reciclagem analisados.

Optou-se por fazer na parte inicial uma breve descrição das empresas separadamente e na segunda parte uma análise conjunta das empresas em relação:

- a) ao perfil dos fornecedores de materiais recicláveis das indústrias pesquisadas;
- b) às exigências de cada indústria para receber fornecimento de materiais recicláveis;
- c) ao valor de compra de cada material;
- d) a visão das indústrias sobre o trabalho dos catadores de materiais recicláveis;
- e) as indústrias e a implantação de uma rede estadual de catadores de materiais recicláveis de Pernambuco;
- f) à análise comparativa entre o consumo de materiais recicláveis das indústrias (demanda) e a produção dos catadores (oferta);

Por fim, procedeu-se uma consulta com utilização da técnica SWOT⁹⁰ nas indústrias, procurando identificar as forças, fraquezas, ameaças e oportunidades em relação aos catadores de materiais recicláveis.

4.9.1.1. Companhia Industrial de Vidros – CIV

Atuando no mercado de produtos de vidro desde 1958, a Companhia Industrial de Vidros (CIV) faz parte dos empreendimentos do Grupo ICAL/Cornélio Brennand, sendo considerada como uma das maiores indústrias vidreiras do Brasil, com participação em torno de 18% do mercado nacional. Possui uma capacidade instalada para produzir 1,5 bilhões de unidades por ano. Atende o mercado externo e conta com quatro unidades fabris localizadas na Região Nordeste: Salvador/BA, Recife/PE, Fortaleza/CE e Vitória de Santo Antão/PE, sendo que nesta última são produzidas embalagens para indústria farmacêutica.

⁹⁰ SWOT (*strengths, weaknesses, opportunities and threats*) é uma técnica de planejamento estratégico muito comum atualmente nas empresas e trabalha com a opinião de executivos e colaboradores de organizações para avaliar os pontos importantes do planejamento da empresa. O objetivo da matriz SWOT é definir estratégias para manter pontos fortes, reduzir a intensidade dos pontos fracos, aproveitando-se de oportunidades e protegendo-se de ameaças. No presente estudo de caso, adotou-se essa técnica por entendê-la como apropriada aos objetivos de análise da dimensão produtiva e por ser de uso corrente em empresas.

A CIV utiliza material reciclável em todas as formulações dos produtos, atingindo uma produção de pouco mais de 20 toneladas/mês atualmente, das quais 32% da matéria-prima é composta por embalagens de vidros usadas.

Na Tabela 5 a seguir são apresentadas algumas características quanto à sua produção.

Tabela 5. Resumo dos Dados de Produção da CIV

Produto Principal	Produtos em que utiliza material reciclável	Material (is) reciclável (is) que a empresa compra	Produção atual da empresa (ton/mês)	Quantidade que de material reciclável utilizado como matéria-prima (ton/mês)	Valor Relativo (%)
Embalagens e utilidades em vidro	Em todas as formulações dos produtos	Embalagens de vidros usadas	20.280	6.489	32%

Fonte: Pesquisa Direta, Nov/2007.

4.9.1.2. Dados da Produção Nacional de Vidro

De acordo com o CEMPRE e a Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro (ABIVIDRO), o Brasil produz em média 890 mil toneladas de embalagens de vidro por ano, usando cerca de 45% de matéria-prima reciclada na forma de cacos. Parte deles foi gerado como refugo nas fábricas e parte retornou por meio da coleta. Em 2006, o setor faturou cerca de 4 bilhões de reais. Segundo dados do CEMPRE (2008) são recicladas 46% das embalagens de vidro no Brasil, o que totaliza 390 mil ton/ano.

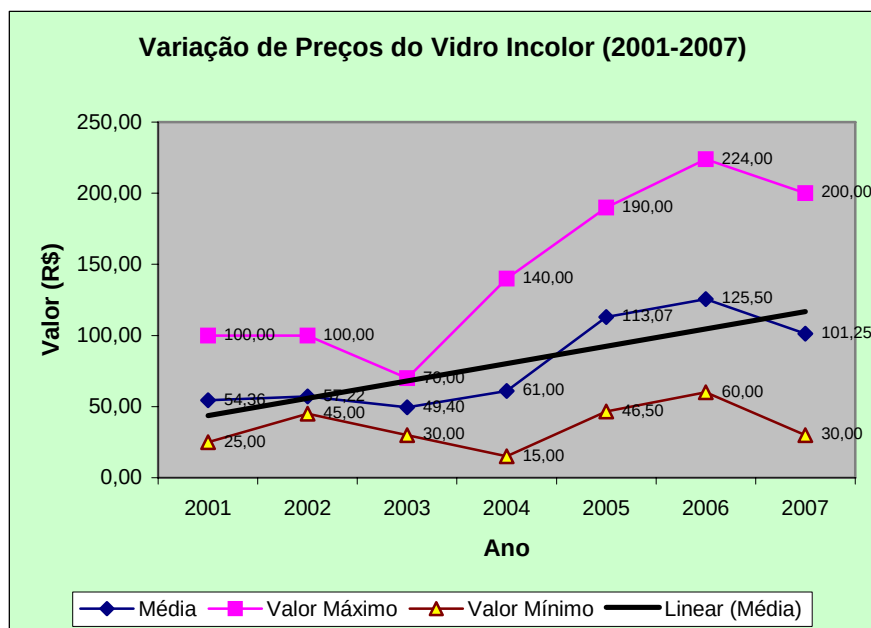


Gráfico 3. Representação da variação dos preços: vidro incolor (Jan/2001-Jan/2007)

Fonte: Boletins Informativos (Jan-Fev/2001 a Jan-Fev/2007):
CEMPRE (consulta: março/2008)

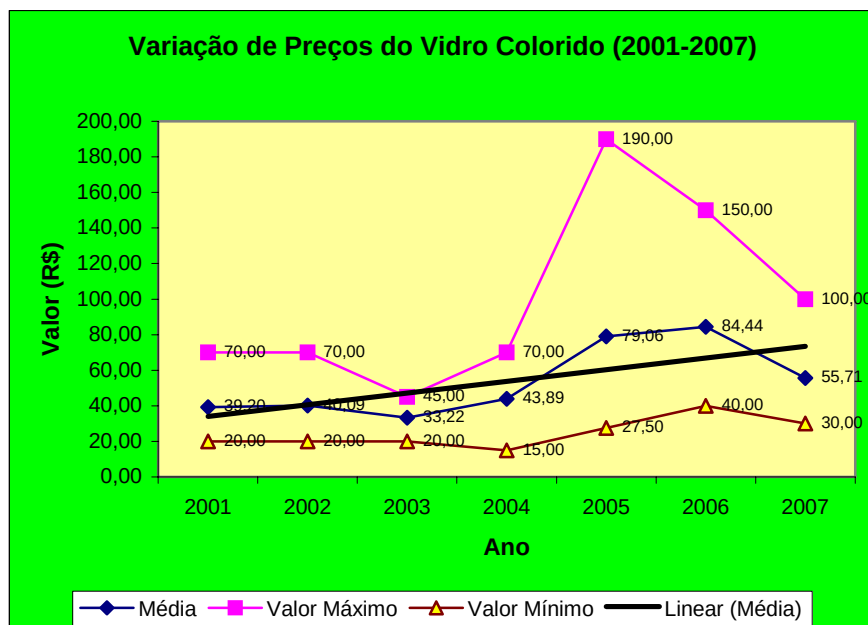


Gráfico 4. Representação da variação dos preços: vidro colorido (Jan/2001-Jan/2007)
 Fonte: Boletins Informativos (Jan-Fev/2001 a Jan-Fev/2007);
 CEMPRE (consulta: março/2008)

Como observado anteriormente, a evolução dos preços médios do vidro incolor e colorido nas cidades brasileiras, no período de 2001 a 2007, apresentada nos Gráficos 3 e 4, demonstra uma tendência de crescimento.

4.9.1.3. Frompet

Localizada em Jaboatão dos Guararapes, a Frompet é uma indústria especializada na reciclagem e revalorização de garrafas PET (tereftalato de etileno) que começou a operar em março de 2002, inicialmente como recicladora na produção do *flake* e, posteriormente, em 2003 passou a investir no processo de revalorização do plástico PET, produzindo o *polímero cristalizado*. A empresa é abastecida por uma rede de fornecedores com mais de sessenta pontos distribuídos na Região Nordeste.

A produção atual da empresa é de aproximadamente 800 ton/mês, resultante da utilização de matéria-prima proveniente de PET, cujos fornecedores são diversas cidades do Estado de Pernambuco e algumas das principais capitais do Nordeste (Natal/RN, Aracajú/SE, Maceió/AL e Fortaleza/CE).

Tabela 6. Resumo dos Dados de Produção da Frompet

Produto Principal	Produtos em que utiliza material reciclável	Material (is) reciclável (is) que a empresa compra	Produção atual da empresa (ton/mês)	Quantidade de material reciclável utilizado como matéria-prima (ton/mês)	Valor Relativo (%)
Flake e Polímero	Todos	PET	800	1.000	100%

Fonte: Pesquisa Direta, Nov/2007.

Observe-se na tabela anterior que há uma perda de 20% no processo de transformação das garrafas PET em flake e polímero. A empresa adquire mais matéria-prima do que produz⁹¹.

4.9.1.4. Dados da Produção Nacional de Plástico PET

Segundo o CEMPRE e a ABIPET (Associação Brasileira da Indústria do PET), no Brasil são consumidas atualmente 378 mil toneladas de embalagens de PET por ano (dados de 2006) ou seja, este é o valor de resinas consumidas na fabricação deste tipo de embalagem. Em 2006, o setor faturou cerca de 4 bilhões de reais. Ainda de acordo com estas entidades o índice relativo de reciclagem é atualmente de 51,3% no Brasil, totalizando 194 mil ton/ano.

A Tabela 7 e o Gráfico 5, a seguir, mostram uma significativa evolução na reciclagem de PET no Brasil nos últimos anos.

Tabela 7. Evolução da produção e reciclagem de PET no Brasil no período 1997-2006

Ano	Consumo para Embalagens	Quantidade Reciclagem	Valor Relativo
1997	185.700	30000	16,2%
1998	223.600	40000	17,9%
1999	244.800	50000	20,4%
2000	255.100	67000	26,3%
2001	270.000	89000	32,9%
2002	300.000	105000	35,0%
2003	330.000	141500	43,0%
2004	360.000	167000	47,0%
2005	374.000	174000	47,0%
2006	378.000	194000	51,3%

Fonte: ABIPET (2008)

⁹¹ No ano de 2006, pouco antes da realização da Copa do Mundo de Futebol, a empresa de bebidas Coca-Cola lançou no mercado brasileiro um tipo de garrafa colorida, com o mesmo conteúdo do produto mas pintada por fora, que se transformou em um sucesso de vendas, mas também em um sério problema ambiental, pois a Frompet, p.ex., não reciclava este tipo de embalagem na sua planta industrial de reciclagem, gerando um excedente imenso de refugo que foi destinado ao lixão da Muribeca. Esta questão serve em parte para justificar as perdas no processo de reciclagem do PET, mas revela uma grave distorção nas empresas brasileiras, qual seja, a ausência de um marco regulatório para a responsabilização pós-consumo das empresas.

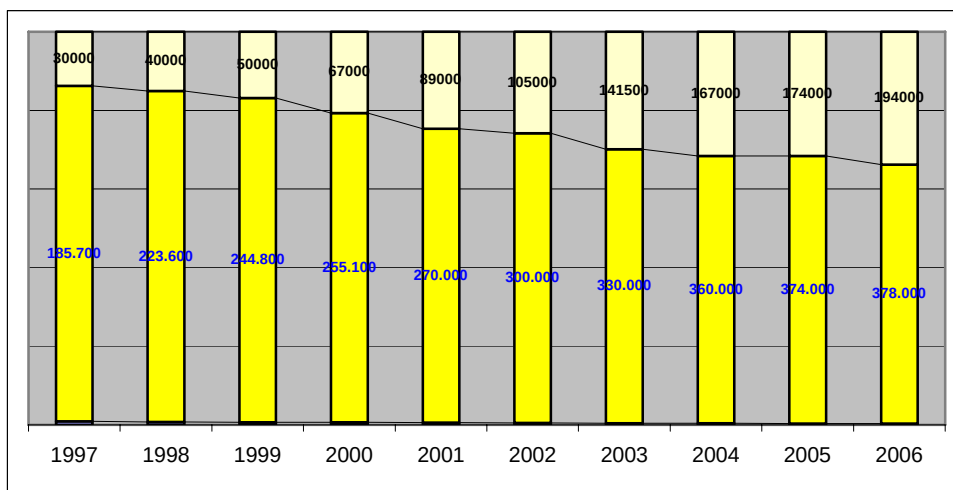


Gráfico 5. Evolução da produção e reciclagem de PET no Brasil no período 1997-2006

Fonte: ABIPET (2008)

A evolução dos preços médios do PET nas cidades brasileiras, no período de 2001 a 2007, encontra-se apresentada no Gráfico 6 a seguir.

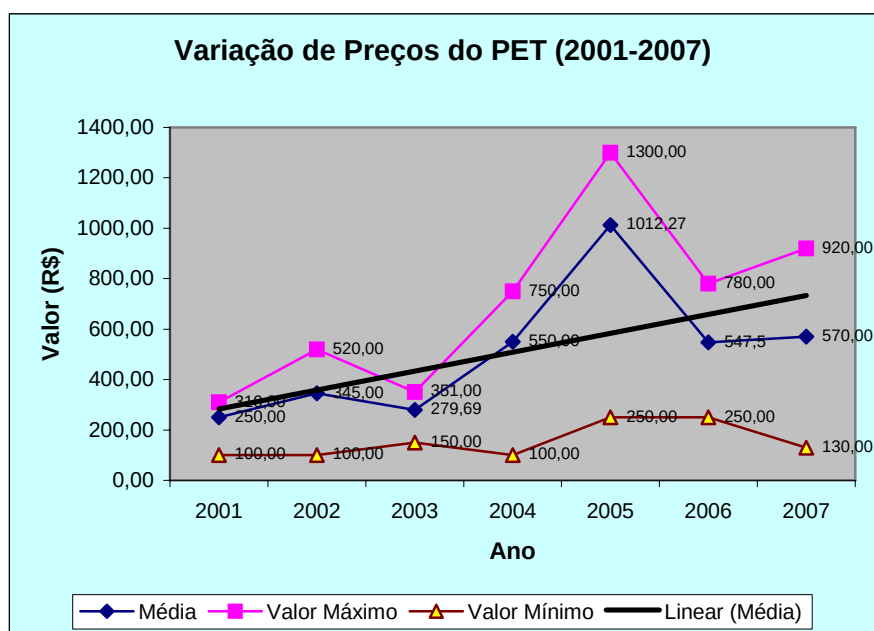


Gráfico 6. Representação da variação dos preços do PET (Jan/2001-Jan/2007)

Fonte: Boletins Informativos (Jan-Fev/2001 a Jan-Fev/2007):
CEMPRE (consulta: março/2008)

4.9.1.5. Gerda Açonorte

O Grupo Gerda começou a operar em 1901, com a Fábrica de Pregos Pontas de Paris, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Ocupa a posição de 14º maior produtor de aço do mundo e é líder no segmento de aços longos no continente americano. Possui 272 unidades

industriais e comerciais e uma capacidade instalada de 22,6 milhões de toneladas por ano para fornecer aço basicamente aos setores da construção civil, indústria e agropecuária, com faturamento em 2005 da ordem de R\$ 25,5 bilhões.

A sucata ferrosa é a matéria-prima para quase 70% da produção do Grupo Gerdau, significando a reciclagem de aproximadamente 12,8 milhões de toneladas por ano de materiais considerados obsoletos à sociedade e de sobras industriais.

De acordo com o *site* oficial da Gerdau (www.gerdau.com.br), a Açonorte possuía em Pernambuco uma capacidade instalada de 280 mil toneladas de aço por ano e 250 mil toneladas de laminados, em 2006.

Tabela 8. Resumo dos Dados de Produção da Açonorte

Produto Principal	Produtos em que utiliza material reciclável	Material (is) reciclável (is) que a empresa compra	Produção atual da empresa (ton/mês)	Quantidade de material reciclável utilizado como matéria-prima (ton/mês)	Valor Relativo (%)
Aço	Barras, perfis, vergalhões, fio-máquina, arames e pregos.	Sucata ferrosa	Não informada.	10.000 ton/mês	-

Fonte: Pesquisa Direta, Nov/2007.

A Açonorte faz parte do Grupo Gerdau desde 1969. A empresa atende principalmente ao mercado com a produção de barras, perfis, vergalhões, fio-máquina, arames e pregos. Atende essencialmente o mercado interno e exporta cerca de 15% da sua produção. A empresa informou que utiliza em torno de 120.000 toneladas/ano de sucata ferrosa como matéria-prima.

4.9.1.6. Dados da Produção Nacional de Aço

De acordo com o CEMPRE (2008)⁹², em 2006 foram produzidos no Brasil 31 milhões de toneladas de aço. Cerca de 8,3 milhões de toneladas de sucatas foram utilizadas para a produção de aço, valor correspondente a 26,7% do aço novo produzido. Dentro deste valor, 622 mil toneladas de folhas metálicas foram produzidas

Apenas 5% das latas para bebidas são de aço no Brasil, cuja maior participação está no Nordeste que detém 43% do mercado. São produzidas atualmente 1 bilhão de latas por ano para atender às fábricas de cerveja, refrigerantes e sucos em todo país.

⁹² Obtido no site do CEMPRE: www.cempre.org.br . Consulta realizada em 20/3/2008.

Em 2006 foram recicladas 47% das latas de aço consumido no Brasil e 88% das latas de duas peças para bebidas. Este índice vem aumentando graças à ampliação de programas de coleta seletiva municipais, e, principalmente, ao programa de reciclagem pós-consumo criado pela Metalic Nordeste (indústria produtora de latas de aço para bebidas) para estimular a coleta destas embalagens. Esta iniciativa permitiu à embalagem de bebida carbonatada atingir o índice de 78% de reciclagem, segundo o CEMPRES (2008).

Importante salientar que se forem considerados os índices de reciclagem de automóveis velhos, eletrodomésticos, resíduos de construção civil e demais segmentos utilizados como matéria-prima para reciclagem do aço, somados aos índices das embalagens de aço, atualmente o Brasil recicla cerca de 70% de todo o aço produzido.

A evolução dos preços médios das latas de aço nas cidades brasileiras, no período de 2001 a 2007, encontra-se apresentada no Gráfico 7 a seguir.

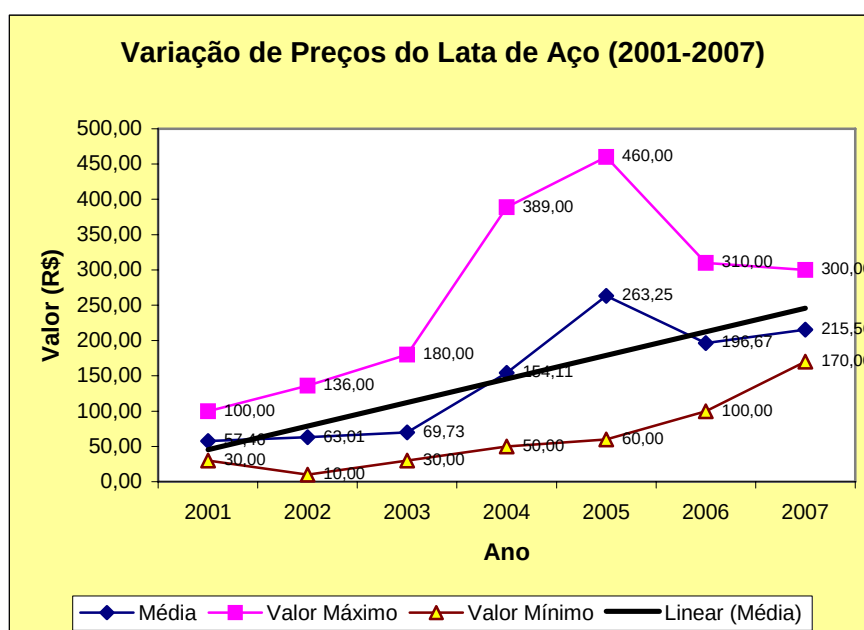


Gráfico 7. Representação da variação dos preços da lata de aço (Jan/2001-Jan/2007)

Fonte: Boletins Informativos (Jan-Fev/2001 a Jan-Fev/2007):

CEMPRES (consulta: março/2008)

4.9.1.7. Klabin Goiana

A Klabin é a maior produtora, exportadora e recicladora de papéis do Brasil com capacidade de reciclagem de 380 mil toneladas de papel por ano. Atua nos mercados de papéis e cartões para embalagens, embalagens de papelão ondulado e sacos industriais e também produz e comercializa madeira em toras. Foi fundada em 1899 e possui atualmente

17 unidades industriais no país. Em 2005, a empresa atingiu uma receita bruta de R\$ 3,2 bilhões.

A sede regional da indústria está localizada no município de Goiana/PE e inicialmente foi denominada de Ponsa – Papelão Ondulado do Nordeste S.A. Constituída em setembro de 1967 para produzir papelão a partir do bagaço da cana-de-açúcar com auxílio financeiro do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), sua construção somente começou em 1969, com início das atividades industriais em março de 1973, produzindo celulose de bagaço de cana, papel para embalagem, chapas e caixas de papelão ondulado.

A empresa usa cerca de 60% de papéis reciclados na produção de suas caixas de papelão ondulado. Anualmente, são utilizadas 520 mil toneladas de papel para fabricação de embalagens e, desse total, 210 mil toneladas referem-se a papéis de fibra virgem e 320 mil toneladas de papel reciclado.

A Klabin Goiana utiliza material reciclável (aparas de papel marrom) na produção de papel reciclável, o qual é utilizado como matéria-prima para a produção de sacolas industriais e de embalagens de papelão ondulado. Considera-se, portanto, que o material reciclável está presente em toda sua linha de produtos.

Tabela 9. Resumo dos Dados de Produção da Klabin

Produto Principal	Produtos em que utiliza material reciclável	Produção atual da empresa (ton/mês)	Quantidade de material(is) reciclável(is) que a empresa adquire (ton/mês)	Valor Relativo (%)
Papel reciclado, sacolas e embalagens, papelão ondulado	Aparas de papel marrom	4.500	2.700	60

Fonte: Pesquisa Direta, Nov/2007.

Da produção de aproximadamente 4.500 ton/mês de papel reciclado, utiliza-se em torno de 60% de material reciclável (2.700 ton/mês) como matéria-prima. Questionado sobre a possibilidade de aumentar ainda mais este percentual, para 100%, o supervisor de utilidade e gestor ambiental da unidade em Pernambuco, Andrés Luis Gómez⁹³ afirmou ser inviável, pois a porcentagem de material reciclável altera as propriedades do composto e compromete a qualidade do produto final. Além disso, explicou que este número também varia muito de acordo com a demanda pela qualidade do produto pelo consumidor.

⁹³ Entrevista com Andrés Luis Troncoso Gómez, Supervisor de Utilidades e Gestor Ambiental, da Klabin Goiana, realizada em novembro de 2007.

A unidade Klabin Goiana encontra-se com sua capacidade de produção instalada atualmente em plena operação.

4.9.1.8. Dados da Produção Nacional de Papel Ondulado

Com base no CEMPRE (2008), no Brasil, a estimativa da distribuição geográfica da expedição de produtos de papel ondulado por região está apresentada na Tabela 10.

Tabela 10. Participação Absoluta e Relativa da Produção de Papel Ondulado no Brasil por Região

Região	Valor Absoluto (ton)	Valor Relativo (%)
Sudeste	1.044.376	47,94%
Sul	647.777	29,73%
Nordeste	202.633	9,30%
Centro-Oeste	161.890	7,43%
Norte	110.527	5,07%

Fonte: CEMPRE (2008)

O percentual restante de 0,53% do total da produção nacional apresentada é exportado para outros países.

Ainda de acordo com o CEMPRE (2008), a reciclagem de papel ondulado detinha 1992 uma taxa de 68,2%, passando para 71,6% em 1997, para 77,3% em 2002, atingiu seu melhor índice em 2004 com 79%, em 2005 recuou para 77,4% e em 2006 se manteve em 77,4%.

A evolução dos preços médios do papel ondulado nas cidades brasileiras, no período de 2001 a 2007, encontra-se apresentada no Gráfico 8.

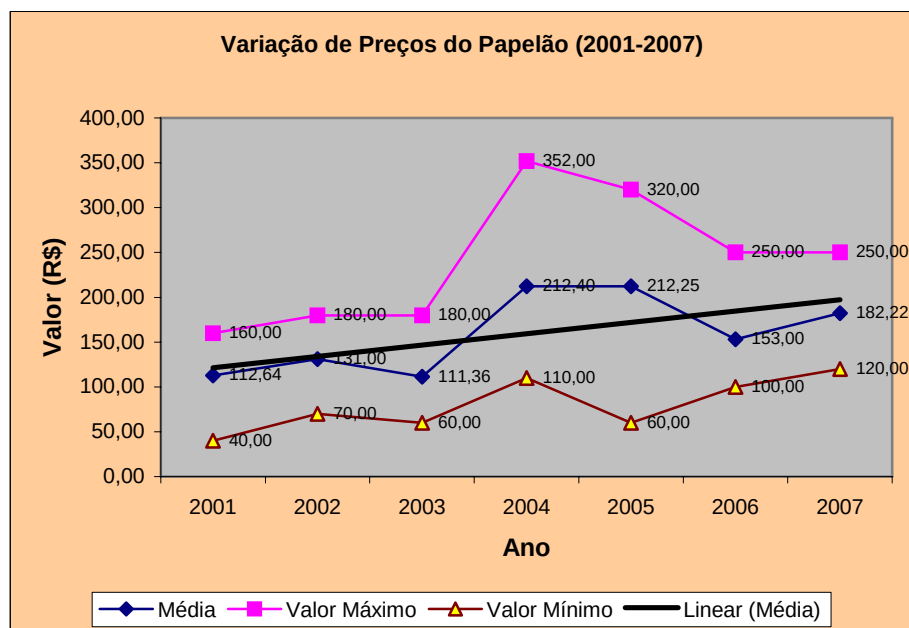


Gráfico 8. Variação dos preços do papelão (Jan/2001-Jan/2007)

Fonte: Boletins Informativos (Jan-Fev/2001 a Jan-Fev/2007):

CEMPRE (consulta: março/2008)

A análise da evolução dos preços de materiais recicláveis (Tabela 11) indica uma tendência de crescimento dos preços ao longo dos anos de todos os materiais recicláveis.

Tabela 11. Evolução dos preços dos materiais recicláveis no período de Jan2001 a Jan2007

Material Reciclável/Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Vidro Incolor							
Média	54,36	57,22	49,40	61,00	113,07	125,50	101,25
Valor Máximo	100,00	100,00	70,00	140,00	190,00	224,00	200,00
Valor Mínimo	25,00	45,00	30,00	15,00	46,50	60,00	30,00
Vidro Colorido							
Média	39,20	40,09	33,22	43,89	79,06	84,44	55,71
Valor Máximo	70,00	70,00	45,00	70,00	190,00	150,00	100,00
Valor Mínimo	20,00	20,00	20,00	15,00	27,50	40,00	30,00
PET							
Média	250,00	345,00	279,69	550,00	1012,27	547,5	570,00
Valor Máximo	310,00	520,00	351,00	750,00	1300,00	780,00	920,00
Valor Mínimo	100,00	100,00	150,00	100,00	250,00	250,00	130,00
Lata de Aço							
Média	57,46	63,01	69,73	154,11	263,25	196,67	215,56
Valor Máximo	100,00	136,00	180,00	389,00	460,00	310,00	300,00
Valor Mínimo	30,00	10,00	30,00	50,00	60,00	100,00	170,00
Papelão							
Média	57,46	63,01	69,73	154,11	263,25	196,67	215,56
Valor Máximo	100,00	136,00	180,00	389,00	460,00	310,00	300,00
Valor Mínimo	30,00	10,00	30,00	50,00	60,00	100,00	170,00

Fonte: Boletins Informativos (Jan-Fev/2001 a Jan-Fev/2007): CEMPRE (2008).

Obs: Sistematização dos dados efetuada pelo autor.

4.9.2. Fornecimento de Materiais Recicláveis

Procurou-se ainda investigar a origem do fornecimento de materiais recicláveis para as indústrias pesquisadas.

A Tabela 12 demonstra que os intermediários (ou atravessadores) são ainda os maiores fornecedores de matérias-primas recicláveis para as indústrias. Ainda é reduzido o quantitativo de materiais recicláveis que as entidades de catadores fornecem diretamente para as indústrias. A maior parcela é proveniente de intermediários.

Tabela 12. Valores Relativos da Origem e Perfil do Fornecimento de Materiais Recicláveis às Indústrias

Indústrias	Intermediários⁹⁴	Empresas⁹⁵	Associações e/ou Cooperativas de catadores
CIV	25 e 30%	50 e 60%	5 e 10%
Frompet	80%	10%	10%
Gerdau	90%	10%	0%
Klabin	100%	0%	0%

Fonte: Pesquisa Direta, Nov/2007.

Percebe-se também, a partir da tabela anterior, que a origem do fornecimento de materiais recicláveis da CIV se diferencia das demais indústrias. Enquanto Frompet, Gerdau e Klabin mantêm mais de 80% de seu fornecimento a partir de intermediários, este valor na CIV representa 30%. Destaque-se que a Frompet e a CIV já recebem em torno de 10% de materiais recicláveis fornecidos por entidades de catadores.

O processo de organização política, social e produtiva dos catadores, como já foi aqui afirmado algumas vezes, é recente no Brasil e, portanto, sua participação no fornecimento de materiais recicláveis às indústrias é relativamente baixa num ambiente dominado historicamente por intermediários. O maior desafio, considerando-se a dimensão econômica de análise é reverter este quadro adverso.

A Frompet, entretanto, apesar de estar com apenas 10% de entidades de catadores como fornecedores, tem como meta da empresa⁹⁶ fazer com que 30% das garrafas utilizadas no processo de reciclagem sejam oriundas de projetos sociais com organizações de catadores. Alguns desses projetos já estão sendo implantados visando reverter de forma gradativa essa

⁹⁴ Intermediários ou atravessadores, são os responsáveis pelo repasse dos recicláveis para as indústrias recicladoras e considerados pelos catadores organizados os maiores exploradores da categoria.

⁹⁵ Há um crescimento gradativo de empresas privadas (p.ex. Planeta Limpo, Solata, etc.) que estão entrando no mercado de reciclagem, na maior parte dos casos intermediando materiais recicláveis, mas também beneficiando estes materiais para entregar às indústrias recicladoras.

⁹⁶ Informação obtida na entrevista e confirmada no endereço eletrônico da empresa (obtido no site: www.frompet.com.br em novembro/2007).

relação de fornecimento das matérias-primas recicladas estabelecida atualmente. Nas entrevistas realizadas, esta é a única das indústrias recicladoras que tem a preocupação de trabalhar com catadores e de incluí-los em seu quadro de fornecedores⁹⁷.

O representante da Gerdau, por sua vez, afirma ter interesse em ajudar os catadores, porém até o momento só recebe material de uma única cooperativa de catadores, a PRORECIFE, a qual comercializa em torno de 5 ton/mês, graças a um programa conduzido pela Metalic (empresa produtora de latas de aço, sediada em Fortaleza/CE).

A Klabin assume o compromisso de promover a reciclagem em toda a sua cadeia produtiva (inclusive na sua página da Internet) e considera este processo como **importante contribuição social, permitindo trabalho a milhares de catadores em todo o país** (grifo nosso). Contudo, observa-se que apesar de reconhecer que o trabalho de reciclagem ajuda na renda de milhares de catadores, nenhum dos seus fornecedores é uma entidade de catadores.

Assim, observa-se que mesmo havendo esforços de algumas indústrias em trabalhar com os catadores, como é o caso da Frompet, os valores relativos e absolutos de materiais recicláveis provenientes dos mesmos ainda são baixos.

No sentido de compreender os motivos pelos quais poucas entidades comercializam seus materiais recicláveis diretamente para as indústrias, procurou-se identificar as exigências de cada indústria para receber estes materiais. No Quadro 3 a seguir são apresentados os resultados.

CIV	FROMPET	KLABIN	GERDAU
Possuir uma conta bancária em seu nome para efetuar o cadastro (principal exigência); Ser pessoa física ou jurídica.	Fazer uma capacitação (disponibilizada pela empresa); Realizar um cadastro	Volume mínimo de 50 ton; Ser uma empresa constituída (possuir CNPJ, recolher impostos, estar credenciada junto ao órgão municipal, estadual); Demonstrar confiabilidade; Qualidade do material; Compromisso; Seriedade; Transporte próprio (logística); Responsabilidade.	Manter uma conta bancária; Volume mínimo de 50 ton/mês; Ter transporte próprio.

Quadro 3. Exigências das indústrias entrevistadas para receber materiais recicláveis

Fonte: Pesquisa Direta, Nov/2007.

Observa-se pela tabela anterior que a Frompet é a empresa menos exigente e a única que ainda oferece capacitação aos catadores, oferecendo melhorias à qualidade dos serviços prestados por eles.

⁹⁷ Neste particular, cabe registrar a contratação de 10 (dez) ex-catadoras do lixão da Muribeca para trabalhar nas atividades de triagem da Frompet.

A Gerdau e a Klabin estabelecem a exigência de atender a uma quota mínima de 50 toneladas, volume impossível para a maioria das entidades locais de catadores atingir individualmente. No caso da Gerdau, contudo, o representante comercial entrevistado afirmou haver a possibilidade de não ser exigido um volume mínimo de materiais para beneficiar entidades de catadores, ou seja, afirmou que há possibilidade de flexibilizar esta exigência.

A Klabin, por sua vez, se apresentou como a indústria mais exigente, pois além de estabelecer uma quota mínima ainda impôs outros critérios, inclusive o de logística. Aliado às exigências, outro fator que impede essa indústria a trabalhar diretamente com as entidades de catadores estaria relacionado à visão preconceituosa de que “o relacionamento com catadores é bastante complexo” (segundo Andrés Gómez).

Outra exigência comum à maioria das empresas é a de que o fornecedor deve se caracterizar como empresa, ou seja, possuir CNPJ.

Conclui-se, portanto, que a organização e a formalização dos catadores, bem como o profissionalismo, são essenciais para que os mesmos comercializem seus materiais diretamente às indústrias.

Além dos dados sobre o fornecimento dos materiais recicláveis e as exigências para se tornar um fornecedor, procurou-se ainda coletar informações sobre o valor de compra de cada material, bem como as variações de preço desses, no sentido de efetuar uma análise local. A Tabela 13 possibilita visualizar melhor essas informações.

Tabela 13. Valor dos materiais recicláveis nas indústrias entrevistadas (em R\$/ton)

INDÚSTRIAS	Preço (R\$/ton)	Motivos de Variações no Valor
CIV	Entre R\$ 40 a R\$ 90,00	Distância, valor do frete e impostos
FROMPET	R\$ 900,00	Qualidade de entrega dos materiais
KLabin	R\$ 320,00	Tipo e qualidade do material.
GERDAU	Entre R\$120,00 a R\$220,00	Tipo do material.

Fonte: Pesquisa Direta, Nov/2007.

Houve dificuldades em levantar os valores e as variações de valor dos materiais devido ao grande número de especificidades em alguns casos, a exemplo do PET. As informações fornecidas foram mais abrangentes, mas são atendem ao presente estudo.

De acordo com Maria Botelho⁹⁸, a Frompet paga atualmente em média R\$ 900,00/ton por tipo de material reciclável. Este valor varia por fornecedor, dependendo da distância, do valor do frete e dos impostos.

Estes são os maiores valores pagos pelas indústrias, considerando as condições de fornecimento anteriormente apresentadas no Quadro 3. Certamente podem variar em função de outros fatores, a exemplo de uma escala maior de fornecimento em termos de quantidade. Como os intermediários possuem escala e geralmente estão à margem da legislação trabalhista e tributária, estes valores tornam-se atrativos para este segmento. Para as entidades organizadas de catadores, esta alternativa de comercializar diretamente com as indústrias recicladoras é a melhor opção, tendo em vista que os valores que os intermediários praticam são bem menores.

4.9.3. Análise das Indústrias Recicladoras

Foi incluída nas entrevistas a elaboração de uma matriz SWOT para identificar, na perspectiva dos entrevistados, todos gerentes das empresas selecionadas, os pontos fortes e fracos no ambiente interno e as oportunidades e ameaças que rondam o universo empresarial em relação às organizações de catadores, considerando inclusive a possibilidade de implementação de uma rede de entidades no Estado.

A matriz final obtida nas entrevistas está apresentada no Quadro 4.

⁹⁸ Entrevista realizada com Maria Botelho Lins e Mello, gerente administrativa da Frompet em novembro de 2007.

EMPRESA	FORTALEZAS	FRAQUEZAS
CIV	Apoio a associações e cooperativas de catadores e IMIP por meio da coleta das doações espontâneas.	Não foram apontadas.
FROMPET	Mão-de-obra local, inclusive com inclusão social de ex-catadoras do lixão da Muribeca.	Não foram apontadas.
GERDAU	Pagamento em dia aos fornecedores (trabalhadores); parceria (empresa/fornecedor); seriedade.	Não existem.
KLABIN	Maquinário, mão-de-obra qualificada e política empresarial.	Não foram apontadas.
EMPRESA	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
CIV	Organizações dos catadores em cooperativismo	O livre comércio para falsificação de bebidas; Exploração dos catadores pelos sucateiros que por falta de capital de giro, não conseguem sair das mãos deles.
FROMPET	A regulamentação do produto reciclado, para contato com alimento, evidente que atendendo todas as exigências.	Concorrência; Falta de políticas públicas específicas para toda a cadeia de reciclagem; Falta de consciência sócio-ambiental (educação); Preço alto da sucata; (des)valorização do dólar.
GERDAU	Incentivo (fomento às entidades de catadores).	Dinâmica de mercado; Concorrência.
KLABIN	O atual crescimento industrial da Região Nordeste, aumento dos produtos com cadeia produtiva sustentável, a reciclagem do produto pós-consumo, reciclagem da embalagem longa vida.	Outros tipos de embalagens (plásticas); A demanda do mercado consumidor de matéria prima.

Quadro 4. Matriz SWOT das indústrias entrevistadas

Fonte: Pesquisa Direta, Nov/2007.

Considerando os resultados obtidos com a matriz SWOT, verifica-se a partir das entrevistas realizadas que os catadores (organizados ou não) se destacam, em alguns casos, como pontos fortes e/ou oportunidades, sendo potencialmente capazes de gerar benefícios às indústrias que trabalharem com eles e, com isso, incentivar mudanças de cunho social e político, principais ameaças apontadas.

4.9.4. A Perspectiva das Indústrias sobre o Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis

O trabalho desenvolvido pelos catadores de materiais recicláveis foi considerado relevante para o mercado de reciclagem por todos os representantes das indústrias entrevistadas, mas na prática ainda há um longo caminho a ser percorrido.

O representante da CIV, Paulo Rodrigues⁹⁹, considerou em sua entrevista ser “muito importante para qualquer empresa recicladora”. De acordo com Rodrigues, a CIV já colabora (apesar de não ter informado de que forma) e poderia continuar colaborando com os catadores. Para que isso aconteça “precisamos de um projeto consistente para que possamos discutir a forma de colaborar”, segundo afirmou.

Para a Frompet, os catadores de materiais recicláveis constituem o foco de atuação quanto à Responsabilidade Social Empresarial (RSE). Segundo Maria Botelho a empresa já trabalha há três anos apoiando associações e cooperativas de catadores. “Disponibilizamos sete prensas para associações e cooperativas, fazemos capacitação, facilitamos o capital de giro, articulamos parcerias, fazemos divulgação desse trabalho [...]”.

A proposta da empresa, como dito anteriormente, é assegurar que 30% ou mais, das garrafas PET utilizadas no processo de reciclagem sejam originadas a partir de projetos sociais no sentido de eliminar gradativamente a compra direta a atravessadores.

O entrevistado da Klabin (Andrés Gómez¹⁰⁰), informou que a empresa estimula o trabalho por meio de cooperativas e em centrais de triagem, com uso de equipamentos de proteção individual (EPI) e registro em carteira de trabalho. No entanto, essa seria uma tarefa específica da unidade de São Paulo. Ele afirmou haver algumas ações em andamento na Região Sudeste, a partir do fomento às cooperativas de catadores, mas afirmou que ainda “é um trabalho muito recente”. Ele mais uma vez acrescentou que “o relacionamento com catadores é muito complexo”, numa tentativa de justificar a inexistência de parceria com catadores em Pernambuco.

Em contrapartida, o endereço eletrônico da empresa menciona alguns benefícios decorrentes da reciclagem e cita dentre eles a **geração de renda para o mercado de coleta e aparistas** (grifo nosso). Aponta ainda que o maior volume de fornecimento da empresa vem do mercado, por meio dos aparistas (intermediários formais que comercializam aparas).

Para Celi Barbosa¹⁰¹, os catadores são vistos como nicho de mercado, afirmando que a indústria colabora atualmente com eles por meio do esclarecimento de dúvidas. Segunda a entrevistada, o trabalho com os catadores de materiais recicláveis se encaixaria no programa de Responsabilidade Social da empresa.

⁹⁹ Entrevista realizada com Paulo Roberto Rodrigues da Silva, técnico em reciclagem, da CIV, em Novembro de 2007.

¹⁰⁰ Entrevista realizada com Andrés Luiz Troncoso Gómez, Supervisor de Utilidades e Gestor Ambiental, da Klabin - Goiana, em novembro de 2007.

¹⁰¹ Entrevista realizada com Celi Barbosa, compradora de metálicos, da Açonorte – Gerdau em Novembro de 2007.

A entrevistada informou que no momento, o único trabalho direto da Gerdau com entidades de catadores é realizado com a cooperativa PRORECIFE, que lhe fornece um número de material bem abaixo da quota mínima exigida, sendo esta uma exceção da empresa. A parceria efetuada pela PRORECIFE com a Metalic, fabricante líder no mercado nordestino de latas de aço, foi decisiva nesta decisão da GERDAU.

A representante comercial da GERDAU afirmou haver interesse da empresa (por conta da ação de responsabilidade social) em trabalhar diretamente com cooperativas de catadores, sem exigência de quota mínima. Contudo, essa decisão teria que passar pelo aval e respaldo da unidade de São Paulo.

4.9.5. As Indústrias e a Implantação de uma Rede Estadual de Catadores de Materiais Recicláveis de Pernambuco

Os representantes das indústrias foram questionados sobre como eles avaliam a possibilidade de implantação de uma Rede Estadual de Catadores de Materiais Recicláveis em Pernambuco¹⁰² e deixaram claro que é possível, com algumas observações a serem descritas a seguir.

Paulo Rodrigues (CIV) iniciou sua resposta dizendo que “a rede já é esperada há bastante tempo. Imaginamos que Pernambuco está atrasado com relação a outros Estados brasileiros”. Ele enriqueceu sua resposta, situando a reciclagem de vidro no Brasil, como segue:

“As indústrias vidreiras do Brasil, atualmente conseguem captar no mercado pós-consumo em média 45% de todas as embalagens de vidro colocadas no mercado. Esse número, com a criação de novas cooperativas e associações de catadores, tende a subir devido à coleta deficiente desse material [...]. Já em outros mercados onde a coleta seletiva funciona com êxito, a coleta é maior onde não existe esse tipo de serviço. Essa é a grande dificuldade das indústrias vidreiras”

Maria Botelho, da Frompet observa como uma boa idéia a implantação da rede de catadores, mas ressaltou: “desde que bem administrada”. Segundo a representante da Frompet, apoiar os catadores e conseqüentemente a rede “faz parte do nosso negócio”.

¹⁰² Pernambuco possui 40 entidades de catadores organizadas ou grupos em processo de organização, o que justifica de *per si* a criação de uma rede que permita otimizar a comercialização e ampliar os princípios de economia solidária. A realização do Seminário Pernambucano de Catadores de Materiais Recicláveis nos dias 14 e 15/9/2007, em Caruaru, constituiu-se num marco importante, no qual foram lançadas as bases para a implantação desta rede de catadores em Pernambuco.

Andrés Gómez, da KLABIN, da mesma forma que Maria Botelho, acredita que a implantação da rede seja “possível, desde que exista um projeto delineado e consistente”. Não soube informar, contudo, se a KLABIN colaboraria com a rede de catadores, argumentando que todas as decisões são efetuadas a partir de uma diretoria no escritório central da empresa em São Paulo. Ele acrescentou ainda algumas observações finais, as quais servem de suporte à viabilidade do projeto: “esta região (Nordeste) possui mais vantagens em relação às regiões Sudeste e Sul, devido a ter uma maior oferta de matéria-prima”.

Por último, a entrevistada da GERDAU, disse que vê a possibilidade de implantação da rede com muito otimismo e que a indústria colaboraria com a prestação serviços de consultoria, ou seja, de esclarecimento de dúvidas e com isso a viabilização de negócios e realização de parcerias.

Percebe-se que a implantação da rede de catadores de Pernambuco é aceita com otimismo pelas indústrias, às quais acreditam que irá beneficiar ambos segmentos, indústrias e organizações de catadores. Ressalte-se, neste particular, o processo de gestão como fator essencial ao sucesso da rede.

4.9.6. Análise Comparativa entre o Consumo de Materiais Recicláveis das Indústrias (Demanda) e a Produção dos Catadores (Oferta)

Os resultados obtidos nas entrevistas realizadas com as indústrias recicladoras e com as entidades de catadores organizados na RMR, permitem que seja efetuada uma análise comparativa entre o que (e quanto) é consumido pelas indústrias de material reciclável, e quanto destes materiais são fornecidos pelas organizações de catadores da RMR, conforme mostra a Tabela 14.

Tabela 14. Análise de Demanda e Oferta dos Materiais Recicláveis

Indústrias	Consumo Total das Indústrias (ton/mês)	Valor Relativo (%) fornecido por entidades de catadores	Total Comercializado por entidades de catadores da RMR (ton/mês)	Valor Relativo (%) da oferta, por catadores em relação ao consumo das indústrias
CIV (vidro)	6.489,60	5 a 10	12,8	1,97%
FROMPET (PET)	1.000	10%	18,5	1,85%
GERDAU (aço)	NI	0%	29,4	-
KLABIN(papelão)	2.700	0%	67,8	2,51%

Fonte: Pesquisa Direta, Nov/2007.

Considerando que todos os materiais descritos na tabela acima são direcionados às indústrias, as entidades de catadores seriam as responsáveis pelo fornecimento desses materiais, direta ou indiretamente.

No caso do vidro, não há outra indústria recicladora no Estado (e nem nas regiões Norte e Nordeste) além da CIV. Portanto, do total de 6.489,6/mês toneladas de vidro consumidas por esta empresa, verifica-se que somente 2% são provenientes das principais entidades de catadores da RMR¹⁰³.

As entidades de catadores são também responsáveis pelo fornecimento de somente 1,85% do PET que chega à Frompet e, apesar da Klabin não receber material diretamente de entidades de catadores, o papelão coletado pelas entidades analisadas correspondem a 2,51% do material consumido por ela, beneficiando-a diretamente.

A análise das informações e dados levantados nas entrevistas com as indústrias recicladoras e nas fontes secundárias demonstra o seguinte:

- a) o mercado consumidor de materiais recicláveis continua com a demanda maior que a oferta, ou seja, quanto mais as cooperativas de catadores produzirem mas as empresas irão adquirir;
- b) as empresas em função do interesse na responsabilidade social e no investimento social privado¹⁰⁴, assim como em função da concorrência interna e no exterior, estão interessadas em substituir os intermediários (que ainda são muitos) que fornecem os materiais recicláveis por cooperativas de catadores e/ou empresas regularizadas, criando oportunidades para o segmento de catadores. Foram constatados investimentos de empresas como a Frompet, a CIV e a Metalic (parceira da Açonorte Gerdau) diretamente para algumas organizações de catadores. Evidentemente que isso facilita por um lado, mas impõe a necessidade de organização formal das entidades de catadores;
- c) A participação dos intermediários é bem maior em termos absolutos da quantidade de materiais recicláveis fornecida às indústrias recicladoras e somente um aumento da produção nas entidades de catadores associada a uma comercialização em rede podem promover maior escala para poderem competir com os intermediários;

¹⁰³ Na RMR, como visto, existe um potencial em torno de 800 ton/dia de materiais recicláveis existente no lixo urbano, ou seja, bem acima do valor apresentado na Tabela 14, o que indica uma oferta reprimida e uma grande exploração por parte dos intermediários, pois são os catadores organizados ou não que acabam coletando seletivamente estes materiais que, por sua vez, acabam chegando às empresas.

¹⁰⁴ No Brasil as empresas e instituições que integram o Grupo de Instituições, Fundações e Empresas (GIFE) preferem utilizar a expressão Investimento Social Privado (ISP) no lugar de filantropia, tendo em vista que consideram o segundo termo muito desgastado e associado a uma ajuda momentânea e sem resultados concretos.

- d) O avanço industrial da reciclagem no Brasil é notório assim como há uma tendência ao aumento do preço de comercialização dos principais produtos recicláveis no país, o que potencializa a atuação neste setor.

4.9.7. Situação da Oferta: Entidades de Catadores

Para caracterizar a oferta foram realizadas entrevistas nas cooperativas CAEC e PRORECIFE com base na metodologia adotada no recente estudo coordenado pelo Prof. João Damásio da Faculdade de Ciências Econômicas (UFBA, 2006), em cujas atividades de discussão da pesquisa e de obtenção dos dados e informações das entidades de Pernambuco tivemos a oportunidade de participar enquanto apoio técnico do MNCR.

A análise econômica centra-se, inicialmente, na formatação de três tipos de eficiência (física, econômica e de mercado) e teve como ponto de partida o levantamento de dados primários, em uma amostra (amostragem intencional estratificada não-aleatória)¹⁰⁵ composta por 20 (vinte) associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, distribuídas em 9(nove) unidades da federação: São Paulo (3), Rio de Janeiro (3), Rio Grande do Sul (3), Minas Gerais, Goiás (1), Distrito Federal (1), Pernambuco (2), Mato Grosso do Sul (1) e Bahia (6).

Posteriormente, foram estabelecidas relações entre as produtividades das cooperativas e os respectivos níveis de investimento, para tornar possível a formulação de uma unidade básica para servir de padrão, para os níveis e grupos estabelecidos. Foram caracterizadas quatro situações distintas e quatro níveis de investimentos necessários para a implantação de um módulo da unidade básica de uma cooperativa de catadores para cada uma dessas situações. Ao final, o estudo identifica os custos para geração de postos de trabalho e a partir do estabelecimento dos parâmetros de dimensionamento dos investimentos citados, foram definidas e alocadas 244 unidades¹⁰⁶ a serem implantadas ou expandidas em 22 unidades da federação e em 199 municípios (UFBA, 2006, p.7-8).

¹⁰⁵ Procurou-se obter no citado estudo uma distribuição territorial e dimensional, quanto ao tamanho das unidades cooperadas, razoavelmente proporcional em relação ao universo das entidades vinculadas ao MNCR, cujos dados indicam 24 cooperativas em elevado nível de estruturação física, 70 em médio nível e 80 com menor nível. Cerca de 157 grupos de catadores ainda coletam de forma primária em lixões e ainda não possuem estrutura física ou jurídica mínimas e por isso não foram consideradas na amostra, mas não estão excluídas da proposta de investimentos. Foi preservada a proporção do universo na amostra. Todas as entidades de catadores da amostra foram desidentificadas para efeito dos estudos no estudo da UFBA (2006).

¹⁰⁶ Segue em anexo a relação das entidades de catadores vinculadas ao MNCR.

O que nos cabe aqui considerar é a oferta de materiais recicláveis ao mercado, avaliando sua eficiência e, sobretudo, o seu potencial e o alcance das possibilidades em um cenário dualista de economia solidária e de mercado capitalista. Para tanto será efetuado:

- A eficiência física, econômica e de mercado das 20 (vinte) cooperativas, com base em fontes secundárias (UFBA, 2006);
- A avaliação do investimento de um caso específico, a cooperativa PRORECIFE, considerando os levantamentos efetuados por quase um ano e as entrevistas efetuadas;
- Análise multidisciplinar, considerando o rebatimento dessa dimensão produtiva de análise em relação às dimensões social e político-institucional.

Considerou-se, com base no estudo da UFBA (2006), a utilização da relação produto/trabalho em termos físicos (Kg/mês) e em termos de valoração (R\$/mês) para permitir a avaliação de eventuais diferenciais na produção *per capita*. Assim, utilizou-se a eficiência física como a medida de produtividade média e sua medida em Kg/mês. A eficiência econômica (ou retorno bruto médio), foi calculada pelo valor comercializado da produção física *per capita*, sendo medida em R\$/mês.

A eficiência de mercado tem a ver com a capacidade das cooperativas de obter melhores resultados em termos de valores pelas mesmas quantidades de idêntico material reciclável, sendo expressa pelo preço médio obtido por cada material reciclável na etapa de comercialização. Este tipo de eficiência representa a capacidade de uma ou mais cooperativas em colocar os seus materiais recicláveis de forma vantajosa no mercado. Em síntese, o índice de eficiência do mercado é a razão entre os índices de eficiência econômica e física (UFBA, 2006 p. 23-47).

A partir dos esclarecimentos necessários, com base nos dados da amostra e apoiados pela análise estatística efetuada no estudo mencionado, obteve-se uma segmentação em três grandes grupos, a saber:

- a) O primeiro grupo de entidades de alta eficiência física e econômica, representadas por 3(três) cooperativas de catadores da amostra, representadas na Tabela 15;
- b) Em seguida 8 (oito) cooperativas que demonstram uma eficiência média em ambos critérios ou até uma alta eficiência em um deles, mas não conjuntamente, representadas na mesma tabela na parte central; e,
- c) O terceiro grupo integrado por 9 (nove) cooperativas que apresentam baixa eficiência, identificado na mesma tabela na parte superior.

Tabela 15. Eficiências Física e Econômica das Cooperativas e Associações

Ass/Coop	Nº de Catador	Produção Per Capita (kg/mês)	Renda Per Capita (R\$/mês)	Faturamento Corrigido Per Capita (R\$/mês)	Produção (Kg/mês)	Renda da Entidade (R\$/mês)	Faturamento Bruto (R\$/mês)	Custo de Construção (R\$)	Custo de Equipamentos (R\$)	Investimentos Necessários (R\$)	Construção Per Capita (R\$)	Equipamentos Per Capita (R\$)	Investimentos Per Capita (R\$)
1	65	289	128,95	153,85	18.805	8.382,00	10.000,00	0,00	125.508,00	125.508,00	0,00	1.930,89	1.930,89
2	130	396	134,27	169,23	51.461	17.455,10	22.000,00	287.104,00	90.761,50	377.865,50	2.208,49	698,17	2.906,66
3	30	514	166,22	166,22	15.430	4.986,50	4.986,50	172.980,16	30.447,50	203.427,66	5.766,01	1.014,92	6.780,92
4	270	947	128,29	316,67	255.680	34.638,00	85.500,00	16.508,48	149.190,00	165.698,48	61,14	552,56	613,70
5	21	694	247,69	247,69	14.567	5.201,55	5.201,55	40.000,00	231.121,00	271.121,00	1.904,76	11.005,76	12.910,52
6	380	874	213,16	221,05	332.300	81.000,00	84.000,00	538.320,00	844.080,00	1.382.400,00	1.416,63	2.221,26	3.637,89
7	16	945	218,64	256,94	15.116	3.498,30	4.111,00	90.000,00	34.848,00	124.848,00	5.625,00	2.178,00	7.803,00
8	20	955	311,50	311,50	19.100	6.230,00	6.230,00	753.648,00	138.981,00	892.629,00	37.682,40	6.949,05	44.631,45
9	10	1.056	318,95	318,95	10.555	3.189,50	3.189,50	26.355,20	31.385,00	57.740,20	2.635,52	3.138,50	5.774,02
Baixa Eficiência	942	778	174,71	239,09	733.014	164.580,95	225.218,55	1.924.915,84	1.676.322,00	3.601.237,84	2.043,44	1.779,54	3.822,97
10	81	685	438,77	438,77	55.500	35.540,00	35.540,00	269.160,00	177.116,00	446.276,00	3.322,96	2.186,62	651,32
11	26	802	391,50	391,50	20.840	10.179,00	10.179,00	25.024,32	77.796,00	102.820,32	962,47	2.992,15	128,28
12	100	1.141	335,15	335,15	114.122	33.514,60	33.514,60	1.076.640,00	327.136,62	1.403.776,62	10.766,40	3.271,37	1.230,07
13	95	1.690	284,63	284,63	160.570	27.040,00	27.040,00	40.121,60	47.255,00	87.376,60	422,33	497,42	51,70
14	80	1.165	344,69	344,69	93.200	27.575,00	27.575,00	107.664,00	151.145,00	258.809,00	1.345,80	1.889,31	222,15
15	30	1.302	344,82	533,33	39.055	10.344,70	16.000,00	0,00	228.556,00	228.556,00	0,00	7.618,53	175,56
16	27	1.778	372,29	372,29	48.007	10.051,90	10.051,90	475.022,77	213.543,00	688.565,77	17.593,44	7.909,00	387,26
17	11	1.455	600,00	600,00	16.000	6.600,00	6.600,00	5.383,20	112.910,00	118.293,20	489,38	10.264,55	81,33
Eficiência Média	450	1216	357,43	370,00	547.294	160.845,20	166.500,50	1.999.015,89	1.335.457,62	3.334.473,51	4.442,26	2.967,68	7.409,94
18	300	1.674	639,63	639,63	502.342	191.888,59	191.888,59	752.571,36	401.522,00	1.154.093,36	2.508,57	1.338,41	689,23
19	57	1.896	563,49	563,49	108.077	32.118,70	32.118,70	2.153.280,00	247.310,00	2.400.590,00	37.776,84	4.338,77	1.266,08
20	47	2.090	728,74	893,62	98.252	34.250,81	42.000,00	1.902.064,00	333.950,80	2.236.014,80	40.469,45	7.105,34	1.069,62
Alta Eficiência	404	1754	639,25	658,43	708.671	258.258,10	266.007,29	4.055.344,00	982.782,80	5.790.698,16	10.037,98	2.432,63	14.333,41
TOTAL	1.796	1107	324,99	366,22	1.988.979	583.684,25	657.726,34	8.731.847,09	3.994.562,42	12.726.409,51	4.861,83	2.224,14	7.085,97

Fonte: UFBA, 2006

Observando a Tabela 15 verifica-se inicialmente que as médias obtidas (mas não indicadas) em relação ao número de catadores por cooperativas (105, 56 e 135, respectivamente para cada grupo) não fornecem isoladamente elementos para uma análise das eficiências, ou seja, um número maior de catadores por cooperativa não indica uma maior ou menor eficiência. Da mesma maneira acontece com os demais dados isolados de Produção (Kg/mês), Renda da Entidade (R\$/mês), Faturamento Bruto (R\$/mês), Custo de Construção (R\$), Custo de Equipamentos (R\$) e Investimentos Necessários (R\$). Por este motivo, toda a análise foi efetuada a partir da relação *per capita*.

Enquanto os dados de faturamento *per capita* acompanham de perto a variação da eficiência econômica, o indicador de eficiência física varia de forma mais ampla. As cooperativas da amostra seguem uma tendência média geral de ordenamento crescente, quando consideradas as duas eficiências.

A Tabela 15 permite comprovar algumas das hipóteses, ao verificar-se que é possível a eficiência física e econômica das cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, mesmo em ambiente de mercado capitalista (com significativos ganhos sociais e ambientais, como será visto mais adiante).

A análise da Tabela 15 permite também constatar que os valores de investimentos atualizados *per capita* das cooperativas, tanto em construção civil, como em equipamentos, variam bastante entre os componentes da amostra. Ao se avaliar a correlação entre investimento e produção é visível que o grupo de alta eficiência apresenta um volume agregado muito maior, mas não há a mesma evidência entre os valores individuais e agregados e as cooperativas de média e baixa eficiência. Os valores *per capita* dos investimentos indica um destaque para as cooperativas 5 e 8 (baixa eficiência) e 12, 16 e 17 (média eficiência), mas acentua os maiores valores nas cooperativas 19 e 20, de alta eficiência.

Segundo o professor João Damásio (UFBA, 2006, p.62), para analisar a qualidade desagregada da infra-estrutura física e a disponibilidade de equipamentos, observa-se *a priori* que são poucas as cooperativas brasileiras de catadores que dispõem de uma infra-estrutura fundiária e construída que seja adequada para um eficiente desempenho. Esta assertiva pode ser corroborada a partir do levantamento que efetuamos nas cooperativas do Estado de Pernambuco, pois dentre as 40 (quarenta) entidades formalmente constituídas, somente a

cooperativa PRORECIFE atinge um índice que varia de média e alta eficiência, nos moldes propostos no referido estudo¹⁰⁷.

Na amostra das entidades de catadores do estudo da UFBA (2006) foram encontradas cooperativas funcionando a céu aberto e outras sem espaço territorial próprio (sob viadutos, a exemplo da COOPAMARE, de São Paulo). Ao proceder uma análise *per capita* das áreas construídas e dos terrenos das cooperativas analisadas, verificou-se no estudo que o espaço é fundamental até um certo porte para um maior ganho de eficiência. A área construída cresce de forma consistente a partir de um valor médio de 5,6 m² por cooperado para as de baixa eficiência e de 11,9 m² e 33,2 m² por cooperado para as de média e alta eficiência, destacando a importância de investir e garantir uma mínima infra-estrutura para o incremento do desempenho e aumento da produtividade. Verificou-se também que as cooperativas do grupo de alta eficiência detêm um maior número dos equipamentos adequados, de maior valor unitário e as cooperativas de baixa eficiência possuem equipamentos menos sofisticados. A vantagem de possuir veículos e carroças também potencializa a eficiência. As entidades que beneficiam materiais recicláveis também possuem elevada eficiência (UFBA, 2006, p.67-77). O único quesito que deixa a desejar e não permite uma análise seguindo a mesma lógica anterior refere-se ao equipamento de proteção individual (EPI), cuja resistência cultural de utilização pelo catador é notória em qualquer situação.

Assim, uma cooperativa que não disponha de espaço construído *per capita* adequado para a recepção, triagem, processamento, enfiamento, estocagem e comercialização, além de espaço vital social e fisiológico, bem como não considere o volume, tipo e qualidade dos equipamentos disponíveis, perde em eficiência, conforme o estudo demonstrou.

Por fim, para proceder à análise da eficiência de mercado a pesquisa levantou os preços dos materiais recicláveis adquiridos e correlacionou com a eficiência física e a econômica de todas as cooperativas e associações da amostra. Aqui cabe uma observação. Não foi incluído o conjunto completo de dados dos preços dos materiais recicláveis utilizados na pesquisa da UFBA, tendo em vista constituir-se numa extensa quantidade de números, os quais fogem ao interesse aqui proposto. Assim, na Tabela 16, está apresentado um sumário agregado comparativo dos índices *per capita* de eficiência de mercado para materiais recicláveis.

¹⁰⁷ Cabe observar que este foi o motivo principal de priorizarmos nosso foco, na presente tese, nesta cooperativa. Acrescente-se a essa motivação o fato de que o estudo da UFBA (2006), além de bem recente, inclui a cooperativa CAEC, de Salvador na sua análise, o que tornou dispensável outra análise de caráter similar, mas não incluiu a PRORECIFE que estava em processo de constituição.

Tabela 16. Sumário Agregado Comparativo dos Índices *Per Capita* de Eficiência de Mercado para Materiais Recicláveis.

Material (R\$/Kg)	Baixa Eficiência	Eficiência Média	Alta Eficiência	Média Ponderada
Metais	0,32	0,20	0,67	0,31
Óleos	9,27	0,28	0,40	1,36
Papel	0,09	0,20	0,30	0,20
Papelão	0,15	0,18	0,27	0,21
Plásticos	0,43	0,50	0,64	0,52
Vidro	0,06	0,17	0,12	0,12
Outros Materiais	0,10	-	1,77	1,77
Totais	0,22	0,29	0,36	0,29
Nº Cooperados	942	450	404	1.796

Fonte: UFBA, 2006

No citado estudo foram identificados 46 (quarenta e seis) tipos diferentes de materiais recicláveis. Adotou-se como convenção, para facilitar a visualização, cores de letras diferentes, as quais significam para a cor vermelha que o valor está abaixo da média, para a cor preta que está cima da média e o azul indica que o valor é o dobro da média. Observou-se no estudo da UFBA que as cooperativas do grupo de alta eficiência vendem a maior parcela dos materiais que produz (84%), a preços acima da média, assim como as de média eficiência vendem aproximadamente a metade (52%) e as de baixa eficiência vendem menos de um terço (29%).

A análise dos índices de eficiência da produção desagregada demonstra que as cooperativas do grupo de alta eficiência obtêm vantagens adicionais no processo de comercialização e, as de baixa eficiência perdem duplamente no processo de comercialização. A análise também foi efetuada com os materiais recicláveis comercializados agregados (metais, óleos, papel e papelão, vidros e outros materiais). As associações e cooperativas do grupo de alta eficiência conseguiram vender 31 dos 37 (84%) produtos que produz a preços acima da média e as entidades de eficiência média atingiram 17 dos 33 (52%) produtos e as de baixa eficiência somente 8 dos 28 produtos (29%). O índice de eficiência de mercado, como visto, é a razão entre o índice de eficiência econômica e o de eficiência física¹⁰⁸.

A partir dos resultados obtidos na análise da eficiência de mercado registrados no estudo da UFBA (2006, p.47-50), constata-se que o fator escala e possíveis obstruções à comercialização devido às questões estruturais como logística e transporte são fundamentais no processo de decisão. Por outro lado, nota-se que uma elevada eficiência na produtividade física é necessária, mas não suficiente, para garantir uma elevada produtividade na eficiência econômica. A eficiência de mercado nesse caso é adquirida com volume de produção, logística, transporte, instalações e equipamentos. A maioria das organizações de catadores não

¹⁰⁸ Na realidade, por definição, eficiência econômica = eficiência física x eficiência de mercado.

dispõe ainda dessa infra-estrutura física e operacional. Importante ainda salientar que o estudo identificou um número de 160 (cento e sessenta) catadores para se constituir uma cooperativa eficiente, denominada de unidade básica.

Políticas públicas definidas pelo Governo Federal, a exemplo do programa de financiamento do BNDES para cooperativas de catadores analisado anteriormente, têm possibilitado o acesso a recursos para infra-estrutura e aquisição de equipamentos e este estudo foi determinante para a decisão de implementá-lo. O estabelecimento de uma legislação adequada aos interesses dos catadores é um poderoso instrumento que pode possibilitar a inclusão e apontar para a sustentabilidade do setor.

A partir do dimensionamento do custo de uma unidade básica e o levantamento do nível de organização das cooperativas e associações que integram o MNCR, o estudo da UFBA (2006, p.79) revela quatro situações qualitativas com graus crescentes de organização estrutural e produtiva, que se associam aos grupos de eficiência e aos respectivos custos, conforme pode ser observado no Quadro 5.

SIT.	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	GRUPOS DE EFICIÊNCIA	VALOR POR POSTO DE TRABALHO (R\$)	CUSTO DE UMA UNIDADE PARA 160 CATADORES (R\$)
1	Grupo organizado em associação ou cooperativa com prensa, balança, carrinhos e galpão próprio, podendo ampliar sua estrutura física e de equipamentos a fim de absorver novos catadores e criar condições para implantar unidades industriais de reciclagem.	Alta e Média Eficiência	3.094,04	495.045,97
2	Grupo organizado em associação ou cooperativa, contando com alguns equipamentos, porém precisando de apoio para a aquisição de outros equipamentos e/ou galpão. Estes grupos estão numa fase intermediária, necessitando de reforço de infra-estrutura e equipamentos para ampliar a produção e assim formalmente incluir novos catadores.	Alta e Média Eficiência	4.035,82	645.731,77
3	Grupo em organização, contando com poucos equipamentos, alguns próprios, precisando de apoio para a aquisição de mais equipamentos e/ou galpão próprio.	Média e Baixa Eficiência	4.408,12	705.299,53
4	Grupo não-organizado, em rua ou lixão, sem possuir qualquer equipamento e freqüentemente trabalhando em condições precárias para atravessadores. Necessita de apoio financeiro para adquirir infra-estrutura e equipamentos.	Baixa Eficiência	4.979,31	796.689,53

Quadro 5. Descrição das situações e dos respectivos grupos de eficiência das entidades de catadores e materiais recicláveis.

Fonte: UFBA, 2006

Nas quatro situações supracitadas existe também a necessidade de provimento de assistência técnica e capacitação dos cooperados, a qual varia em conteúdo e grau a depender da evolução em que se encontra cada grupo e/ou entidade, o que não foi considerado pelo autor, que adotou um valor padrão para cada situação.

Estes custos por posto de trabalho gerado, apresentados na tabela anterior, indicam a partir da comparação com outros empreendimentos uma elevada eficiência social, como o valor do investimento por unidade de posto de trabalho gerado, ou seja, quanto mais baixo o custo para gerar um posto de trabalho decente, mais eficiente socialmente. O setor no qual se integram as entidades organizadas de catadores possuem os custos mais baixos e um maior potencial gerador de trabalho, como pode ser visto na Tabela 17.

Tabela 17. Custo Unitário de Geração de um Posto de Trabalho em
Diversos Segmentos da Economia

SETOR	VALOR POR POSTO DE TRABALHO (R\$)
Cooperativa de Catadores: Situação 1	3.094,04
Cooperativa de Catadores: Situação 2	4.035,82
Cooperativa de Catadores: Situação 3	4.408,12
Cooperativa de Catadores: Situação 4	4.979,31
Média Simples	4.129,32
Micro Empresa de Bijouterias	5.247,00
Micro Empresa Pizzaria	5.472,00
Micro Empresa Sorveteria	9.635,80
Micro Empresa Livraria	18.277,75
Indústria da Construção Civil	33.300,00
Indústria de Máquinas e Equipamentos	62.500,00
Setor de Bens de Consumo	98.252,00
Indústria de Material Elétrico	100.000,00
Turismo	147.378,00
Indústria Automobilística	203.203,00
Indústria Metalúrgica	323.785,00
Indústria Química	491.260,00

Fonte: UFBA (2006, p.119), com acréscimos do autor.

A medida de eficiência mantém relação com o nível estrutural de organização e as condições materiais e locais das entidades, mas a eficiência de mercado é que provoca esta não-coincidência entre grupos e situações, particularmente nos casos 1 e 2. Outros conceitos econômicos como imperfeições de mercado, barreiras à entrada e tamanho ótimo das empresas, explicam, certamente, questões como a restrição à livre circulação de carroças de catadores, mercados subordinados aos interesses de intermediários altamente disseminados, longas distâncias até o comprador do material processado, inexistência de escala e a dificuldade ou impossibilidade de estocagem.

Traduzindo estas situações em números atuais, constata-se o número de catadores em entidades com um mínimo de organização atinge no máximo 10% do total que estimamos em 300 mil em atividade atualmente para o Brasil.

Considerando o caso de Pernambuco, verifica-se que na RMR de um total de aproximadamente 5.700 catadores somente 590, ou seja, cerca de 10% do total, encontram-se organizados e/ou em processo de organização. Na Estado, a situação encontrada é similar, pois de um total estimado em 8 mil catadores, cerca de 900 (11%) encontram-se em associações, cooperativas e/ou grupos de catadores em formação¹⁰⁹.

Evidencia-se, portanto, a partir da análise produtiva efetuada na oferta de materiais recicláveis que:

- a) A atividade de catação realizada de forma organizada permite eficiência econômica (produtiva), eficiência física e eficiência de mercado, apesar das cooperativas e associações ainda operaram de forma bastante distinta e a maioria ainda encontrar-se na situação 4 (quatro);
- b) Os custos para a geração de um posto de trabalho em cooperativas e associações de catadores representam um dos mais baixos investimentos comparativamente com outros setores do mercado, permitindo falar em eficiência social, um dos princípios (não explícitos) da economia solidária;
- c) Há uma demanda reprimida no mercado atual de materiais recicláveis, com imenso potencial a ser explorado, pois a maior parcela dos resíduos sólidos ainda é absurdamente destinada a lixões e aterros sanitários, quando não incinerados;

Cabe ainda observar que o estudo apresentado tornou-se um indicativo importante para a formulação de políticas públicas direcionadas aos catadores, tanto pela sua qualidade mas, sobretudo, pela articulação engendrada pelo MNCR e demais entidades de apoio, como já foi citado anteriormente.

4.9.8. Análise Produtiva da Cooperativa PRORECIFE

Como foi visto anteriormente, a PRORECIFE foi constituída recentemente, a exemplo da maioria das entidades organizadas de catadores no Brasil.

¹⁰⁹ As entidades organizadas formais possuem registro oficial em cartório, estatuto, dentre outros elementos tradicionais que caracterizam a sua formalização. As entidades em processo de organização são aquelas que já formaram o grupo, mas ainda estão na informalidade, sem registro oficial.

Os dados produtivos a seguir analisados compreendem o período de abril a novembro/2007¹¹⁰. Na Tabela 18 são apresentados os resultados obtidos nesse período.

Tabela 18. Produção, Receita, Produtividade e Renda Média no Período da PRORECIFE

Nº	Período	Produção (Kg/mês)	Nº Catadores	Receita Total (R\$/mês)	Produtividade (Kg/catador)	Renda Média (R\$/mês)
1	abril-07	7.744	15	2.787,57	516,27	185,84
2	maio-07	21.912	20	4.175,53	1.095,60	208,78
3	junho-07	19.493	20	4.766,90	974,65	238,35
4	julho-07	26.240	31	6.673,74	846,45	215,28
5	agosto-07	40.130	34	10.339,20	1.180,29	304,09
6	setembro-07	40.971	39	11.632,26	1.050,54	298,26
7	outubro-07	47.136	50	15.010,03	942,72	300,20
8	novembro-07	61.580	52	18.100,00	1.184,23	348,08
TOTAL		265.206	-	R\$ 73.485,23	-	-
MÉDIA		33.151	33	R\$ 9.185,65	973,84	R\$ 262,36

Fonte: Levantamento Direto (2007)

Observa-se que houve um crescimento virtuoso na cooperativa em todos os itens verificados no período. Ou seja, cresceram a produção, a quantidade de catadores, a receita total e a renda média (eficiência econômica), já que a produtividade (eficiência física) manteve-se com poucas variações a partir do segundo mês de operação, mas cresceu no último mês analisado.

Considerando os dados anteriores das diversas cooperativas analisadas, verifica-se que em termos de eficiência econômica e física a PRORECIFE pode ser classificada como de média eficiência.

Em termos de investimentos efetuados, o principal está apresentado na Tabela 19. Estes recursos do principal foram provenientes da Petrobrás, que repassou à Aliança Interage para efetuar a gestão financeira dos recursos junto à cooperativa que à época ainda não estava formalizada.

A Fundação AVINA participou da articulação junto às empresas e também entrou com uma doação de R\$ 60 mil em dinheiro. Os números apresentados são médias mensais, arredondadas dos valores mensalmente gastos.

¹¹⁰ Nossa intenção de efetuar uma análise longitudinal para o período de um ano foi infelizmente frustrada com a crise instalada na PRORECIFE no início de dezembro/2007. Com a saída do PANGEA do processo de incubação, os dados posteriores certamente estariam adulterados, pelo menos até março/2008, quando a situação ficou menos desestabilizada.

Tabela 19. Investimentos da PRORECIFE no Período de
Abril a Novembro/2007

Infra-Estrutura	Quant	Unid	V.Unit (R\$)	V.Total (R\$)
Galpão	1	Galpão	250.000,00	250.000,00
Caminhão Baú	1	Caminhão	105000	105.000,00
Carroças Manuais	20	Carroça	520	10.400,00
Carroças Manuais	20	Carroça	570	11.400,00
Balança 1000kg	1	Balança	2000	2.000,00
Ventiladores	6	Ventilador	100	600,00
Mobiliário	1	Vb	3000	3.000,00
Reforma Prédio	1	Vb	4000	4.000,00
Fardamento/EPI	40	Conjunto	120	4.800,00
Micromputadores	2	Micro	1300	2.600,00
Impressoras	2	impressora	500	1.000,00
Fax	1	Fax	800	800,00
TOTAL			395.600,00	

Fonte: Levantamento Direto (2007)

As despesas com manutenção e apoio técnico efetuado pelo PANGEA no período são apresentadas na Tabela 20. Neste caso também optamos pelos valores médios mensais arredondados.

Tabela 20. Despesas de Manutenção da PRORECIFE no Período de
Abril a Novembro/2007

Despesas	Quant	Unid	V.Unit (R\$)	V.Total (R\$)
Coordenador Geral	8	salário	2.500,00	20.000,00
Administrativo-Financeiro	8	salário	2.000,00	16.000,00
Sócio-Educador	8	salário	1.500,00	12.000,00
Logística	8	salário	1.500,00	12.000,00
Apoio à Logística	8	salário	1.200,00	9.600,00
Segurança Eletrônica	8	conta	180,00	1.440,00
Telefone/Internet	8	conta	1.500,00	12.000,00
Contador	8	salário	280,00	2.240,00
Água	8	conta	120,00	960,00
Energia Elétrica	8	conta	300,00	2.400,00
Combustível	8	óleo diesel	400,00	3.200,00
IPTU/ISS	8	imposto	150,00	1.200,00
Água Mineral	8	garrafão	90,00	720,00
Despesas Administrativas	1	Vb	19.250,00	19.250,00
Encargos e Outras Despesas	1	Vb	38.500,00	38.500,00
Viagens Recife-Salvador	16	passagem	300	4.800,00
TOTAL			R\$ 156.310,00	

Fonte: Levantamento Direto (2007)

Os recursos utilizados para manutenção da entidade e da incubação durante o período foram captados junto ao Instituto Wal-Mart, no mesmo montante daquele valor obtido junto à Petrobrás¹¹¹ e ficaram sob a responsabilidade do PANGEA.

Os dados anteriores indicam um custo de implantação da parte física de R\$ 254 mil (soma do galpão mais uma pequena reforma), dos equipamentos (considerando inclusive as doações) de R\$ 188,8 mil, o que perfaz os índices de construção e de equipamentos *per capita* de R\$ 3.630,77 e 4.884,62, respectivamente e de R\$ 8.515,39 para os investimentos totais. Estes índices estão também muito próximos das cooperativas de média eficiência.

Neste contexto, considerando que os estudos realizados pelo professor João Damásio (UFBA, 2006, p.87) trataram de padronizar módulos de unidades básicas e aqui estamos trabalhando com os valores efetivamente gastos, constata-se que se for considerado o quantitativo de 160 catadores por unidade básica, os custos *per capita* serão menores, certamente.

No entanto, nosso objetivo aqui é de demonstrar que as organizações de catadores são eficientes física e economicamente, possuem eficiência de mercado e apresentam eficiência social, para constatar a contribuição desta atividade para a sustentabilidade, a partir de uma análise multidisciplinar com as demais dimensões (social e político-institucional).

Com relação à eficiência de mercado, a Tabela 21 apresenta a situação em novembro/2007.

¹¹¹ A cooperativa recebeu ainda de doação uma prensa da Frompet, no valor de R\$ 22 mil, um triturador de vidro e cinco microcomputadores da Natura no valor de R\$ 5 mil, uma máquina picadora de papel do Banco do Brasil, sete microcomputadores doados por pessoas físicas e empresas e, um cheque no valor de R\$ 70 mil do Bompreço/Wal-Mart. Os microcomputadores estão sendo utilizados para treinamento dos catadores, em um programa de inclusão digital que é resultado de uma parceria com a ASPAN, o CDI e o Banco do Brasil.

Tabela 21. Valores dos Materiais Recicláveis Comercializados pela PRORECIFE em Novembro/2007

Nº	Material Reciclável	Quant. Comerc. (kg/mês)	Particip. Relativa (%)	Preço Unitário (R\$)	Receita/Mat. Reciclável (R\$/mês)	Eficiência Física (kg/catador)	Eficiência Econômica (R\$/catador)
1	Alumínio (Lata)	150	0,24	3,50	525,00	2,88	10,10
2	Ferro	5000	8,12	0,24	1.200,00	96,15	23,08
3	Vidro	5500	8,93	0,07	385,00	105,77	7,40
4	Papel Branco	7000	11,37	0,35	2.450,00	134,62	47,12
5	Papel Misto	17500	28,42	0,08	1.400,00	336,54	26,92
6	Papelão	17500	28,42	0,26	4.550,00	336,54	87,50
7	Plástico Filme	5500	8,93	0,60	3.300,00	105,77	63,46
8	Plástico Duro	800	1,30	0,85	680,00	15,38	13,08
9	PET	1000	1,62	0,85	850,00	19,23	16,35
10	Plástico Misto	500	0,81	0,10	50,00	9,62	0,96
11	Leitoso (PEAD)	600	0,97	1,00	600,00	11,54	11,54
12	Colorido (PEAD)	400	0,65	0,80	320,00	7,69	6,15
13	Estampado (PP)	80	0,13	0,90	72,00	1,54	1,38
14	Cobre	50	0,08	12,50	625,00	0,96	12,02

Fonte: Levantamento Direto (2007)

O que se verifica, comparativamente, é que a PRORECIFE consegue obter resultados expressivos de eficiência de mercado em relação às cooperativas estudadas anteriormente, tendo em vista que comercializa com várias indústrias diretamente e consegue obter melhores preços para os materiais recicláveis. Em estudo recente que tivemos a oportunidade de orientar, SAMPAIO (2007) analisou oito cooperativas e associações de Pernambuco e, mesmo não sendo o seu objeto de análise, constata-se a partir dos dados obtidos na sua pesquisa, que a PRORECIFE destaca-se entre as demais entidades analisadas, na eficiência física, econômica e de mercado.

Da análise da dimensão produtiva aqui procedida na oferta percebe-se que os resultados obtidos pelas entidades de catadores expressam aquilo que observamos no marco teórico da economia solidária, enquanto uma atividade que permite uma maior eficiência e equidade social que outras atividades econômicas.

Podemos falar, portanto, em sustentabilidade econômica, pressupondo uma melhoria na eficiência alocativa e na gerência dos estoques de recursos e dos fluxos de investimentos públicos e privados, oportunizadores de mais emprego e renda, de forma a promover o crescimento auto-sustentado.

É possível, portanto, falar em utilidade ambiental, como a capacidade de um bem, produto ou serviço de satisfazer às necessidades coletivas dos seres vivos? A reciclagem atende a estas necessidades notadamente quando realizada por catadores, pois permite a reincorporação dos sub-produtos que seriam transformados em lixo ao setor produtivo, com

menor impacto ao meio ambiente, redução de água e energia e, geração de mais empregos. Os estudos aqui efetuados não têm como objetivo responder a esta questão, mas indicam caminhos importantes ao demonstrar a possibilidade de uma atividade como a que os catadores desempenham articular o social, o econômico e o ambiental. São questões importantes que apontam para estudos posteriores.

4.9.9. Análise Ambiental da Reciclagem

Por fim, não podemos deixar de abordar a questão ambiental, mesmo considerando as observações, dificuldades e advertências elencadas anteriormente para dimensionar possíveis ganhos ambientais (ou impactos ambientais positivos) decorrentes do avanço no processo de reciclagem.

Tratar da questão ambiental no espaço urbano no contexto da reciclagem, como vimos, envolve a redução do efeito da entropia nos termos propostos por GEORGESCU-RÖEGEN (1971). Por outro lado, é mister reafirmar que a importância da reciclagem se traduz em solução para o lixo disposto inadequadamente nas vias e logradouros, corpos hídricos, encostas e em lixões, minimizando assim riscos de doenças e problemas ambientais.

Como abordado, a reciclagem aumenta a vida útil dos aterros sanitários, transforma o que seria lixo em produtos úteis, preserva reservas naturais, é um processo rápido e econômico, reduz o consumo de água, energia e mão-de-obra na produção diminuindo os custos de produção, minimiza o desperdício, colabora na economia do país, reduzindo a dependência de matéria-prima e produtos importados, contribui para melhorar o solo com a compostagem e gera trabalho e renda para os catadores.

A possibilidade de preservação de reservas naturais e a redução do consumo de matérias-primas exploradas em fontes naturais renováveis e não-renováveis são visíveis ao se reciclar o alumínio e minimizar a exploração da bauxita, o ferro nas minas de ferro-gusa, o papel e o papelão com a redução da derrubada de árvores e destruição de florestas, os diversos tipos de plásticos com a redução do petróleo, dentre outras formas de reciclagem.

Ao falarmos em termos de ganhos ambientais, não há necessariamente uma maior equidade econômica. Pelo contrário, os dados apontam para um incremento no consumo mundial, como também confirmam o crescimento da reciclagem. Os dados que apresentamos anteriormente, indicam que o mercado da reciclagem vem se expandindo rapidamente nos últimos anos.

No sentido de uma tentativa de quantificação dos impactos ambientais, recorreremos aos dados secundários tomando por base de cálculo os valores adotados MAGERA (2007) para alimentar o *software* VERDES¹¹², desenvolvido pelo autor, para quantificar os ganhos ambientais, sociais e econômicos com a reciclagem.

Para tanto, consideramos como *insight* de alimentação do referido *software* os dados oficiais de uma cidade como Recife, enorme consumidora de matérias-primas naturais renováveis e não-renováveis, assim como também de produtos reciclados. O exemplo se aplica a qualquer cidade brasileira ou estrangeira e serve para balizar nossa análise nesta dimensão específica, ambiental, que no nosso caso, envolve principalmente a reciclagem de materiais que seriam descartados na natureza de forma inadequada, mas são coletados, beneficiados e comercializados por catadores organizados.

Os dados de entrada são os seguintes:

População:	1.533.580 habitantes (IBGE, Julho/2007)
Produção Diária de Lixo:	2.600 toneladas/dia ¹¹³ ou 949.000 ton/ano
Lixo Coletado:	2.100 toneladas/dia ou 766.500 ton/ano
Custo Mensal:	12 milhões/mês ou 144 milhões/ano
Taxa de Geração <i>Per Capita</i> :	1,7 kg/hab.dia
Cotação Média do Dólar (Maio/2008):	R\$ 1,60
Valor do Salário Mínimo	R\$ 415,00/mês
Preços Médios dos Materiais Recicláveis (em R\$):	
Lata de alumínio	3.500/ton
Metal Ferroso	240,00/ton
Vidro	70,00/ton
Papel/Papelão	305,00/ton
Plástico	767,00/ton

¹¹² O *software* VERDES Versão 1.5, 2007, (o termo utilizado é a sigla da expressão Viabilidade Econômica da Reciclagem dos Resíduos Sólidos) é resultado de pesquisa realizada no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, como parte de um programa de pós-doutoramento do Departamento de Sociologia daquela escola. A metodologia utilizada tem como princípio a análise mercadológica dos recursos naturais utilizados na composição da lata de alumínio, vidro, papelão, plástico e ferro. Uma parte do trabalho está baseada no estudo proposto por Thomas Duston, no livro “How to measure the gains from recycling”, citado por MAGERA (2007) na metodologia do *software*.

¹¹³ Deste total a EMLURB/PCR recolhe e destina ao lixão da Muribeca 2.100 ton/dia. O restante é recolhido por empresas particulares através de contratos diretos com o gerador, por empresas privadas de resíduos de entulho e construção (cerca de 250 ton/dia) e por uma empresa de coleta e tratamento de resíduos dos serviços de saúde (SERQUIP) que recolhe cerca de 30 ton/dia. Além disso, os catadores de rua e do lixão são responsáveis por cerca de 130 ton/dia na forma de materiais recicláveis e o restante dos resíduos sólidos não é coletado, fica literalmente nas vias e logradouros recifenses. A maioria destes materiais recicláveis coletados pelos catadores de rua e do lixão da Muribeca acabam destinados aos intermediários.

Foram adotados ainda a composição gravimétrica do lixo e os valores relativos (%) dos índices nacionais de reciclagem de cada um destes materiais, conforme dados anteriores.

Lata de alumínio	94%
Metal Ferroso	47%
Vidro	46%
Papel/Papelão	77,4%
Plástico	51,3%

Os resultados obtidos na aplicação do software, para o caso específico dos ganhos ambientais com a reciclagem para cada uma das fontes naturais renováveis e não-renováveis que seriam poupadas, são os seguintes:

- Bauxita (produção do alumínio) 6.136 toneladas
- Areia, barrilha, calcário e feldspato (produção do vidro) 20.723 toneladas¹¹⁴
- Árvores poupadas (produção de papel e papelão) 2.196.209 árvores
- Minério de ferro (produção do aço) 3.286 toneladas
- Petróleo (produção do plástico) 2.512 barris

O software permite diversos resultados (mercadológicos, balanço ambiental e específico por tipo de material reciclável), mas o que nos interessa aqui são os ganhos ambientais. No entanto, considerando a análise proposta para os catadores, o custo evitado com a coleta neste caso representa cerca de R\$ 16 milhões/ano, uma cifra respeitável para um ano de contrato e que, certamente deveria ser aplicada na remuneração dos catadores pela prestação dos serviços de coleta seletiva à sociedade. Os ganhos com a economia de energia elétrica e água também são significativos.

Os dados obtidos servem apenas para sinalizar os ganhos ambientais e demonstrar neste tópico que a reciclagem efetivamente proporciona benefícios ambientais para toda a sociedade.

Podemos falar em redução da entropia com a reciclagem? A partir do conceito apresentado e dos estudos aqui realizados, há um indicativo de que a reciclagem produz baixa entropia e pode ao mesmo tempo reduzir a quantidade de emissões de CO₂ na atmosfera, mas não há, evidentemente, demonstrativo destas hipóteses. Estas, certamente, são outras linhas de pesquisa a serem exploradas em estudos posteriores.

¹¹⁴ A participação de cada componente na produção do vidro (tipo soda-cal para embalagem) é a seguinte: areia (58%), barrilha (19%), calcário (17%) e feldspato (6%).

Como destacamos no início do Capítulo 2, tópico 2.2, a questão ambiental passa ao domínio das preocupações midiáticas e chega à sociedade com a divulgação dos relatórios do IPCC. Este importante estudo, talvez a mais completa abordagem sobre um problema ambiental em escala global, o Quarto Relatório destaca uma síntese do conjunto de emissões por setor econômico de atividade. Os resíduos provenientes do pós-consumo contribuem com uma parcela de aproximadamente 3% das emissões globais de gases de efeito estufa. No entanto, considerando que as iniciativas de manejo de resíduos acontecem no âmbito local, sem a respectiva quantificação da mitigação dos gases de efeito estufa, a importância deste setor para a redução global na emissão desses gases certamente deve estar subestimada e, certamente, a redução, a reutilização e a reciclagem vêm contribuindo com uma significativa parcela para minimizar estas emissões.

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5.1. CONCLUSÕES

A atividade de catação de materiais recicláveis é um fenômeno social de repercussão nacional e mundial que, mesmo inserida num contexto de exclusão social, consegue apresentar à sociedade soluções que se enquadram num possível paradigma da sustentabilidade, mesmo considerando-o como um enigma a ser decifrado, reunindo elementos economicamente solidários que apontam para um gradual processo inclusivo, conservando o meio ambiente e articulando atores sociais relevantes e estimulando, enquanto movimento social contemporâneo, a formulação de políticas públicas.

Os avanços evidenciados no processo histórico recente de organização dos catadores de materiais recicláveis apontam para a possibilidade de sociabilidade e socialização destes segmentos excluídos. Os limites estabelecidos estão postos e decorrem do modelo de desenvolvimento atualmente insustentável no contexto social, econômico, político e sobretudo, ambiental. Neste sentido, o maior desafio, como visto, é a incorporação de todos os catadores neste processo de organização social e, principalmente, de inclusão social.

A análise dos resultados obtidos indica, por um lado, uma indignação constatada no quadro desolador encontrado nos milhares de lixões existentes no País, no qual a maioria dos catadores de materiais recicláveis ainda sobrevivem nas mais adversas condições, proscritos de praticamente todos os direitos constitucionais que deveriam possuir os cidadãos brasileiros. Por outro lado, torna evidente que a atividade de catação organizada em um ambiente de liberdade para se desenvolver e a partir dos pressupostos da economia solidária, contribui efetivamente para o desenvolvimento sustentável ao apresentar eficiência social, ambiental e econômica. Conclui-se, portanto, que a emergência desses novos atores sociais no espaço urbano demonstra que são promissoras as tendências do processo de organização dos catadores para a sociedade, nestes espaços de intervenção.

Com relação especificamente à dimensão social, o contraponto ao processo de exclusão social que a maioria dos catadores de materiais recicláveis ainda está submetida pode ser constatado no modelo solidário adotado pelas cooperativas e associações (e mais recentemente pelas redes solidárias) do MNCR, sobretudo por se identificarem num ambiente de liberdade para se desenvolver, que permite que estes segmentos mesmo sem intitamentos possam se organizar e sobreviver, confirmando que o modelo de organização social, produtiva e político-institucional caminha para um desenho de sustentabilidade, caso sejam mantidas as

condições observadas, reafirmando assim que não há possibilidade de triunfar com exclusão social.

Na dimensão político-institucional, a emergência do MNCR como um movimento social contemporâneo despertou o catador como sujeito da sua história, como protagonista de uma nova realidade social, como parceiro da sociedade. Com poucas expectativas até então, o surgimento da maioria das entidades no período posterior a 2001 e as ações adiante efetivadas evidenciaram que é possível sair da barbárie. O MNCR articulou de forma competente a formulação de ações e políticas públicas direcionadas aos catadores que vêm permitindo, senão alterar este quadro social desolador, mas apontar para possibilidades até pouco tempo atrás impensáveis.

Ao mesmo tempo, a constatação da mudança de significados culturais, como a quebra de representações simbólicas negativas do poder público e da sociedade em relação aos catadores, fruto da luta empreendida até o momento, enquanto discurso e ação prática, se incorpora e fortalece o campo de atuação político-ideológico do MNCR.

Considerando a dimensão produtiva verifica-se que há uma demanda imensa por materiais recicláveis por parte das indústrias recicladoras, reforçada pelo interesse do Governo Federal no fomento a esta atividade econômica. Nesta mesma direção, há uma oferta reprimida pela incompreensível destinação de enormes quantidades de materiais recicláveis em lixões e aterros. Ao interesse empresarial adicione-se um cenário novo que se apresenta, onde algumas palavras de ordem como responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e investimento social privado vêm promovendo diferenças em alguns segmentos empresariais.

Na oferta de materiais recicláveis constata-se uma capacidade reprimida na comercialização concomitantemente a possibilidades concretas de eficiência física, econômica, de mercado e, sobretudo social, que permitirá no médio e longo prazo integrar os catadores ao mercado formal, perspectiva de difícil concretude em um ambiente de exploração pelos intermediários.

No contexto específico das estratégias de implementação das políticas públicas direcionadas aos catadores, os estudos demonstraram a viabilidade, tanto na oferta quanto na demanda, de horizontalizar o processo de organização dos catadores e considerar a perspectiva de que todos, indiscriminadamente, sejam incorporados e incluídos socialmente.

Os catadores de materiais recicláveis se integram ao novo horizonte possível no qual dentre tantas incertezas de uma fase de transição sobressai-se a convicção de que a reciclagem ao articular e criar uma interdependência entre os circuitos superior e inferior, é uma tendência irreversível num cenário futuro que contemple a sustentabilidade.

A disposição de resíduos sólidos constitui a etapa final de um grande ciclo, quando os produtos mobilizados pelo ser humano para satisfação de suas necessidades vitais são devolvidos e reintegrados ao meio ambiente de que provieram. Valorizar ou eliminar, rejeitar ou preservar são dilemas do comportamento social que permitem ao ser humano colocar em ação, sua instigante capacidade de criação ou revelar, apenas, a sua perversa atitude predatória. Pensar os restos que a sociedade ainda despreza – o lixo – no momento atual é buscar a recomposição da relação natureza e ser humano, avaliando o alcance de suas próprias ações e decisões. Trata-se, não apenas de discutir políticas públicas ou novas tecnologias de limpeza urbana, mas, sobretudo, de discutir um novo modelo de sociedade, que incorpore segmentos excluídos socialmente em um ambiente solidariamente econômico e ambientalmente sustentável.

Por fim, conclui-se que, considerando-se o momento de transição de paradigma (e conseqüentemente, de crise), a readaptação e a conformação de uma nova sociedade se impõe pela incapacidade de suporte do meio ambiente e pela inexorável dispersão de energia e massa provocada pelo aumento incontrolável da entropia no planeta. A reciclagem desponta, com base no pressuposto natural de se refazer continuamente o ciclo da vida, como uma alternativa para redução da entropia, desde que integrada à redução do consumo e da eliminação do desperdício.

5.2. RECOMENDAÇÕES

Com base nos estudos efetuados, resultados obtidos e nas conclusões, optamos por apresentar algumas recomendações, que no nosso entender, contribuem para o desenvolvimento sustentável a partir da formulação de políticas públicas para o setor, para o fortalecimento dos movimentos sociais, o incentivo à economia solidária e a preservação ambiental com a redução, reutilização e a reciclagem dos resíduos sólidos.

Ao longo do estudo constata-se a necessidade de um marco regulatório para o setor de resíduos sólidos no Brasil, que incorpore os catadores de materiais recicláveis aos programas públicos de financiamento de forma permanente, elimine as barreiras existentes na legislação atual quanto à participação de empresas em processos licitatórios e, sobretudo, que implemente uma política de responsabilização pós-consumo para o setor produtivo. A formulação de uma Política Nacional de Resíduos Sólidos que contemple estas propostas como prioritárias se coloca, aqui, como um conjunto inicial de recomendações no âmbito legal-institucional que fomente o estabelecimento de políticas públicas e que possibilite mudanças efetivas no atual quadro ambiental, social e econômico do setor de resíduos sólidos.

Especificamente ao processo de organização política e para o trabalho dos catadores de materiais recicláveis em cooperativas e associações, recomenda-se a elaboração de um manual de procedimentos que contemple a capacitação em áreas como associativismo com foco nos princípios de economia solidária, educação para adultos, políticas públicas, cidadania, participação, educação e sensibilização ambiental, dentre outras.

Que sejam estabelecidos critérios direcionados aos fomentadores e apoiadores de projetos de formação de cooperativas e/ou associações de catadores quanto aos métodos, prazos, recursos financeiros e materiais envolvidos, definindo uma ética de envolvimento de entidades e pessoas neste apoio. Na parte destinada à orientação operacional do referido manual, recomenda-se que seja incluído o dimensionamento da infra-estrutura física de uma unidade básica, contemplando área do terreno, galpão, acessos, energia, abastecimento d'água, lazer e os equipamentos, veículos e materiais necessários, de acordo com os estudos efetuados e respectivos resultados obtidos.

Como recomendação direta ao MNCR, é imprescindível que o mapeamento e o conjunto de projetos, programas e ações empreendidas, sejam direcionadas a todos os catadores brasileiros, evitando assim qualquer possibilidade de verticalização. A perspectiva de atendimento universalizado deve fazer parte de todas as estratégias do MNCR junto a entidades de fomento, ONG, governos municipais, estaduais e federal, empresas, fundações e

todas as pessoas físicas ou jurídicas que se dediquem à causa. Neste contexto, a priorização da erradicação do trabalho infanto-juvenil em lixões nas ruas e o imediato deslocamento destas crianças e adolescentes para estudar em regime integral, são políticas públicas a serem adotadas, com metas de curto prazo, pelo governo brasileiro.

As políticas públicas devem considerar a remuneração pela prestação dos serviços que as entidades de catadores de materiais recicláveis efetuam nas cidades, ampliando a atuação das entidades de catadores na coleta seletiva nos municípios. Para isso é necessário que as políticas públicas induzam os gestores públicos municipais para esta nova realidade. Recomenda-se ainda que estas políticas propostas tenham ações voltadas a uma maior profissionalização das entidades de catadores para poderem competir no mercado.

Por fim, deve ser estimulado o processo de formação de redes solidárias de catadores de materiais recicláveis, na medida em que os primeiros resultados implantados apontam para o fortalecimento social, econômico e político das entidades.

REFERÊNCIAS

ABRELPE. *Panorama de Resíduos Sólidos no Brasil.* São Paulo: 2007;

ABREU, Maria de Fátima. *Do Lixo à Cidadania: Estratégias para a Ação.* 2.ed. Brasília: Caixa Econômica Federal/Fórum Nacional Lixo e Cidadania/UNICEF. 2007. 94 p.;

ALENCAR, Bertrand Sampaio de. *Catadores: Primeira Tentativa de Articulação Nacional.* In: Diagnóstico do Sistema de Gestão Informal de Resíduos Sólidos do Recife - 1º Relatório Anual. Recife: Maio/1992;

_____. *Coleta Seletiva: Avanços, Dificuldades e Contradições.* In: “Jornal Desenvolvimento e Meio”. Recife: ASPAN. 1994;

_____. *Sistema Informal de Reciclagem do Recife.* In: Anais do II Simpósio Internacional de Destinação do Lixo. Salvador: CONDER. 1995a;

_____. *Diagnóstico do Sistema de Gestão Informal de Resíduos Sólidos do Recife - Relatório Final.* Recife: The Jonh D. and Catherine T. MacArthur Foundation. 1995b;

_____. *Catadores de Materiais Recicláveis e ONG's: Grandes Possibilidades.* In: Seminário Resíduos Sólidos - Biorremediação de Áreas Degradadas, realizado no período de 17 a 20/04/1996. Petrolina/PE: PMP/SEBRAE/MMA/ UNICEF. 1996a;

_____. *Cooperativa de Catadores: Uma Alternativa Viável para Programas de Coleta Seletiva e Reciclagem.* In: I Seminário de Resíduos Sólidos e Urbanos da Paraíba. Campina Grande, 15 a 17/4/1996. UFPB. 1996b;

_____. *Evolução das Relações entre Tutela Pública e Operação Privada nos Serviços de Limpeza Urbana: Tendências Atuais com Base na Experiência do Recife.* Recife: Dissertação apresentada ao Mestrado em Desenvolvimento Urbano e Regional da UFPE, para obtenção do grau de mestre. 1999. 214 p.;

_____ **& TAVARES,** Sylvie. *Guia dos 3 Rs: Como implantar o princípio da redução, reutilização e reciclagem no manejo diário dos resíduos sólidos na sua comunidade.* Recife: ASPAN. Dezembro/2002;

_____. (coord). *Diagnóstico dos Resíduos Sólidos na Nucleação Norte da RMR*. Recife: AVINA/CETAPE. 2007;

ALMEIDA, Jalcione. *A Problemática do Desenvolvimento Sustentável*. In: BECKER, Dinizar Fermiano (org). *Desenvolvimento Sustentável: Necessidade e/ou Possibilidade?* 4.ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. 2002. 241p.;

ANDRADE, Luiz Antônio Evangelista de. *Reciclando Vidas ou Reutilizando sua Sujeição? Reflexões Sobre Produção do Espaço, Cidadania e Inclusão Social na ASMARE*. In: III Encontro da ANPPAS. Brasília-DF: 23 a 26 de Maio de 2006;

AROUDO MOTA, José. *Economia, Meio Ambiente e Sustentabilidade: As Limitações do Mercado onde o Mercado é o Limite*. In: Boletim Científico. Brasília/DF: p. 67-87. 2004;

ASEAS. *Características sicosociales y economicas del recuperador de materiales reciclables del relleno sanitario de Coronado*. Palmira, Colombia: Convênio de cooperación. Plan de mejoramiento del servicio de aseo. Junio de 1994;

ASTESANO, Eduardo. *Historia Ecologica y Social de la Humanidad – El mundo antiguo*. v.1. Ed. Castañeda. Buenos Aires: 1979;

_____. *Historia Ecologica y Social de la Humanidad – El mundo moderno*. v.2. Ed. Castañeda. Buenos Aires: 1979;

BARBIERI, José Carlos. *Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos*. São Paulo: Ed. Saraiva. 2004. 328 p.;

BECKER, Howard S. *Método de Pesquisa em Ciências Sociais*. 3a Ed. São Paulo: Ed. HUCITEC. 1997;

BELLEN, Hans Michael van. *Indicadores de Sustentabilidade: Uma análise comparativa*. 2 Ed. Rio de Janeiro. Ed. FGV. 2006;

BELLONI, Isaura; **MAGALHÃES**, Heitor de & **SOUSA**, Luzia Costa de. *Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas*. 4 ed. São Paulo: Cortez. 2007. Coleção Questões da Nossa Época. v.75. 96p.;

BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha & **VEIGA**, Sandra Mayrink. *Novo vocabulário político: hegemonia e pluralidade*. Rio de Janeiro: FASE. 1992

BRAGA FURTADO, Milton. *Síntese da Economia Brasileira*. 6 ed. Rio de Janeiro: Ed. LTC.1998.;

BRAGA, Hilda Maria de Carvalho. *Riscos Socioambientais em Áreas Periféricas: Uma Análise sobre o Bairro de Canabrava*. Salvador: 2003

BRÜSEKE, Franz Joseph. *O Problema do Desenvolvimento Sustentável*. p.29-41. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.). *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável*. Recife: Ed. Cortez. FUNDAJ. 1995;

BUARQUE, Sérgio C. *Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável*. Recife: Ed. Garamond. 2002. 180p.;

BUBEL, Anna Z. *Waste Picking and Solid Waste Management*. In: *Environmental Sanitation Reviews*. No 30, December/1990. Asian Institute of Technology. Bangkok, Thailand;

CALDERONI, Sabetai. *Perspectivas Econômicas da Reciclagem do Lixo no Município de São Paulo*. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP). 1996. São Paulo;

_____. *Os bilhões perdidos no lixo*. 2.ed. São Paulo: Humanitas Editora/FFLCH/USP.1998;

CALLENBACH, Ernest *et al.* *Gerenciamento Ecológico-EcoManagement: Guia do Instituto Elmwoodde Auditoria Ecológica e Negócios Sustentáveis*. São Paulo: Ed. Cultrix. 2003;

CAPRA, Fritjof. *A Teia da Vida - Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Ed. Cultrix. 1996;

CARDOSO, Adauto L. & **RIBEIRO**, Luiz Cezar Queiroz . *A Municipalização das políticas habitacionais: Uma avaliação da experiência recente (1993-1996)*. Notas Teórico-Metodológicas. s/d;

CARTA DE CAXIAS DO SUL. 1º Congresso Sulamericano de Catadores. Caxias do Sul/RS: Jan/2003;

CARVALHO, David Ferreira. *Desenvolvimento Sustentável e seus Limites Teóricos-Metodológicos*. p.195-230. In: FERNANDES, Marcionila & GUERRA Lemuel (orgs). *Contra -Discurso do Desenvolvimento Sustentável*. 2.Ed.Rev. Belém: AUA/UFPA. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. 2006. 245p.;

CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. 3ª Edição. Volume 2. São Paulo: A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. 2002.

CAVALCANTI, Clóvis (org.). *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável*. Recife: Ed. Cortez. FUNDAJ. 1995;

CIPOLLA, Carlo M. *História Econômica da População Mundial*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar. 1977.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMDA). *Nosso futuro comum*. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas.1991. 430p.;

COINTREAU-LEVINE, Sandra. *Environmental Management of Urban Solid Wastes in Developing Countries - A Project Guide*. The World Bank. Urban Development Technical Paper n.5. June 1982. Washington D.C.;

_____. *Private Sector Participation in Municipal Solid Waste Services in Developing Countries*. v.1. The Formal Sector. UNDP/ UNCHS/World Bank. Urban Management Programme. 1994. Washington D.C.;

_____. **& COLD**, Adrian. *Private Sector Participation in Municipal Solid Waste Services in Developing Countries*. Part 1. Executive Overview. SKAT. St.Gallen, Switzerland. 2000. 153p.;

COSTA, Idalina Farias. *De lixo também se vive: origem e reprodução de comerciantes e catadores de lixo-Cidade Nova, Natal/RN*. Recife: FUNDAJ. Ed. Massangana.1986. Recife. 82 p.;

CRAVEIRO COSTA, Maria Aparecida. *A Subjetividade do Lixo*. Recife: The John D. and Catherine T. MacArthur Foundation. Dez/1995;

DEMO, Pedro. *Charme da Exclusão Social*. 2.ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados. 2002. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo.125p.;

DIAMOND, Jared M. *Colapso*. 4 ed. Rio de Janeiro: Record. 2006. 685p.;

ECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO. Rio de Janeiro: Ano 12. Nº 104. 2002;

EIGENHEER, Emílio Maciel. *Lixo, Vanitas e Morte: Considerações de um observador de resíduos*. Niterói: EdUFF. 2003. 196p.;

ENRIQUEZ, Eugêne. *A Organização em Análise*. Petrópolis: Ed. Vozes. 1997. 302p.;

ENSIC/ASIAN INSTITUTE OF TECHNOLOGY. *Environmental Sanitation Reviews*. Nº 30, December 1990. Bangkok,Thailand;

ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY (EPA). *Decision-Maker's Guide to Solid Waste Management*. 2a Ed. 1995. Washington D.C.

FERMIANO BECKER, Dinizar (org). *Desenvolvimento Sustentável: Necessidade e/ou Possibilidade?* 4.ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. 2002. 241p.;

FERMINANO BECKER, Dinizar. *Sustentabilidade: um novo (velho) paradigma de desenvolvimento regional*. Redes, Santa Cruz do Sul. v.1.n.2 1996;

FERNANDES, Marcionila & **GUERRA**, Lemuel (orgs). *Contra-Discurso do Desenvolvimento Sustentável*. 2.ed.rev. Belém: Associação de Universidades Amazônicas/ UFPA/NAEA.2006. 245p.

FERNANDEZ, Fernando Antonio dos Santos. *O Poema Imperfeito: crônicas de Biologia, conservação da natureza e seus heróis*. 2. ed. Curitiba: Ed. UFPR. 258 p. Reimpressão 2005;

FERRARI, Celso. *Curso de Planejamento Municipal Integrado – Urbanismo*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora. 2a Ed. 1979.;

FERREIRA DA SILVA, Ionara. *O processo decisório nas instâncias colegiadas do SUS no Estado do Rio de Janeiro*. [Mestrado] Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública; 2000. 100 p.

FIDEM. *Estudo para Implantação de Unidade de Triagem no Aterro da Muribeca*. Recife: 1986;

_____. *Plano Diretor de Limpeza Urbana da Região Metropolitana do Recife*. Recife: 1994;

_____/GELURB/PRAXIS CONSULTORIA. *Plano Estratégico de Limpeza Urbana da Região Metropolitana do Recife*. Recife: Agosto/1998;

FISCHER, Izaura Rufino & **MARQUES**, Fernanda. *Gênero e Exclusão Social*. Trabalhos para Discussão. n.113/2001. Agosto/2001. s/p. Consultado em 20/12/2007. Disponível na Internet: <<http://www.fundaj.gov.br/tpd/113.html>>;

FOLADORI, Guilherme. *Limites do Desenvolvimento Sustentável*. Campinas/SP: Ed. Unicamp. 2001;

FURTADO, Celso. *Análise do Modelo Brasileiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. 1972;

_____. *Raízes do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003. Ed. Rev. e atual. do livro A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina;

GEORGESCU-RÖEGEN, Nicholas. *The entropy law and the economic process*. Cambridge, Massachusetts. Harward University Press. 1971;

GOHN, Maria da Glória. *História dos Movimentos e Lutas Sociais: A construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: ed. Loyola. 3.ed. abril de 2003. 214p.;

_____ & **HAMEL**, Pierre. *Movimentos Sociais e Mudanças na Democracia: No contexto da globalização contemporânea*. P.97-120. In: ROMÃO, José Eustáquio & OLIVEIRA, José Eduardo de. *Questões do Século XXI*. São Paulo: ed. Cortês. 2003. Coleção Questões da Nossa Época. v.100. Edição especial n.100;

_____. *Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: ed. Loyola. 6.ed. abril de 2007. 383p.;

GONÇALVES, José Aparecido. **OLIVEIRA**, Maria Vany de & **ABREU**, Maria de Fátima. *Metodologia para a Organização dos Catadores*. Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte. São Paulo: Coleção Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos. 2002;

GONZALEZ, Célia Marques. *Trabalho Social com Catadores de Lixo do Aterro Sanitário do Pau Queimado de Piracicaba - Relatório Final*. Piracicaba: Dez/92.

GRIMBERG, Elisabeth & BLAUTH, Patrícia (orgs.). *Coleta Seletiva: Reciclando Materiais, Reciclando Valores*. São Paulo: 104 p. 1998;

DEUTSCHE GESELLSCHAFT FÜR TECHNISCHE ZUSAMMENARBEIT GMBH (GTZ). *Os catadores e triadores de resíduos sólidos: Documentação do primeiro encontro internacional realizado de 23 a 26 de setembro de 2000*. SANTOS, Anna Lúcia Florisbela dos & ALVES, Fábio Cidrin Gama (orgs.). São Sebastião/SP: Maio/2001. 156 p.;

GUARESCHI, Neuza et al. *Problematizando as práticas psicológicas no modo de entender a violência*. In: *Violência, Gênero e Políticas Públicas*. STREY, Marlene N.; AZAMBUJA, Mariana P. Ruwer; JAEGER, Fernanda Pires (orgs.). Porto Alegre: Ed. EDIPUCRS. 2004;

GUSMÃO, Maria de Fátima Furtado. *The Privatisation of Municipal Solid Waste Management in Recife, Brazil*. Thesis submitted for the degree of Doctor of Philosophy of the University of London. 1996. London;

HAIGHT, M. E. *Municipal Solid Waste Management: Making Decisions in the Face of Uncertainty*. Institute for Risk Research. University of Waterloo. 1991. Canada;

HAWKENS, Paul. LOVINS, Amory & LOVINS, L. Hunter. *Capitalismo Natural: Criando a Próxima Revolução Industrial*. São Paulo: Ed. Cultrix. 1999;

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). “Estatísticas do Século XX”. Rio de Janeiro: p.1-543. 2004;

IPCC. *Relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas da ONU: Novos Cenários Climáticos. A base da ciência física - Resumo para os elaboradores da política*. In: 7ª Conferência Latino-Americana sobre Meio Ambiente e Responsabilidade Social. 16 a 19 de outubro de 2007. Belo Horizonte.

_____/WMO/UNEP. *Climate Change 2007: The Physical Science Basis. Summary for Policymakers. Contribution of Working Group I to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Formally approved at the 10th Session of Working Group I of the IPCC, Paris, February 2007. Switzerland. 2007;

IPT/CEMPRE. *Lixo municipal: Manual de gerenciamento integrado*. São Paulo: 1ª Ed. 1995. 278 p.;

GONZALES, John Jairo. **CADENA**, Maria Amparo. & **SUREMAIN**, Marie Dominique de. *Estudio sobre los Circuitos de Reciclaje de Desechos Sólidos em la Ciudad de Bogotá*. ENDA América Latina. Santa Fé de Bogotá. Diciembre/1993;

JANNUZZI, Paulo de Martino. *Indicadores Sociais no Brasil: Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações* Campinas/SP: Ed. Alínea. 2001;

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo – Diário de uma Favelada*. 6ª Edição. 60º Milheiro. Nº 54.930. Livraria Francisco Alves. São Paulo: Coleção Contrastes e Confrontos. 1960;

JOLY, Carlos Alfredo. *Desenvolvimento Sustentável: a utopia possível?* In: Biota Netropica. v.3. n.2 < <http://www.biotaneotropica.cria.org.br/v3n2/pt/editorial>>. Consulta realizada em 10/2/2008;

JUNCÁ, Denise; **GONÇALVES** Marilene Parente & **AZEVEDO**, Verônica Gonçalves. *A mão que obra no lixo*. Niterói: Ed. UFF. 2000. 121 p.;

JÚNIOR, Armando Borges Castilho *et al* (orgs). *Alternativas de Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos para Pequenas Comunidades*. Coletânea de trabalhos técnicos. Rio de Janeiro: RiMa. ABES. 2002.104p.;

KUHN, Thomas Samuel. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

LABRA, Maria Eliana. *Análise de políticas, modos de policy-making e intermediações de interesses: uma revisão*. Rio de Janeiro: *PHYSIS - Revista de Saúde Coletiva*. v.9. n.2. p.131-166. 1999;

LEAL, Suely Maria Ribeiro. *Fetichismo da participação popular: novas práticas de planejamento, gestão e governança democrática no Recife - Brasil*. Recife: Ed. do Autor. 2003. 351 p.;

_____. *Notas de Aula*. Recife: UFPE. 2005;

_____. *(Re)Conceituando a Pobreza Urbana*. Recife: s/d;

LEITE, Ricardo. *Contribuição Teórica à Problemática dos Catadores na RMR*. Recife: The John D. and Catherine T. MacArthur Foundation. 1994;

LIMA, Tânia Cristina. *Os Catadores de Lixo da Zona Sul do Recife – Reciclagem Alternativa do Lixo Urbano*. Recife: FUNDAJ. Dez/1988;

LOURENÇO, Marcus Santos. *Políticas públicas e desenvolvimento*. p. 41-58. In: SILVA, Christian Luiz da & MENDES, Judas Tadeu Grassi (orgs.). *Reflexões sobre o Desenvolvimento Sustentável – Agentes e Interações sob a Ótica Multidisciplinar*. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes. 2005;

MAGERA, Márcio. *Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade*. Análise interdisciplinar das cooperativas de reciclagem de lixo. Campinas/SP: ed. Átomo. 2003.193 p.;

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Ed. Paulus, 1997.

MATOS DE CARVALHO, Margaret . *A Coleta do Lixo. Terceirização dos Serviços. Dispensa de Licitação. Legalidade da Parceria entre a Organização de Catadores de Materiais Recicláveis e o Município para a Gestão Compartilhada dos Resíduos Sólidos Recicláveis*. In: II Encontro Latino-Americano dos Catadores. São Leopoldo/RS: 2005;

MATOS, Aécio Gomes de. *Promessas e desencantos do desenvolvimento*. In: PROCAD. 2006. Recife/PE: UFPE.;

_____. *Economia Solidária e Organização Social*. In: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. 2007. **Anais...** Recife/PE: UFPE. 2007;

MC/SNSA. *Lixo e Cidadania: Guia de ações e programas para a gestão de resíduos sólidos*. Brasília/DF: Abril/2005.

MEADOWS et al. *Limites do crescimento: um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade*. São Paulo: Ed. Perspectiva. 1972;

MINISTÉRIO DAS CIDADES. *1ª Avaliação regional – 2002 dos serviços de manejo de resíduos sólidos municipais nos países da América Latina e Caribe*. Brasília: Dados do Brasil. Brasília: Informe analítico da situação da gestão municipal de resíduos sólidos no Brasil - 2002. setembro de 2003;

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Caderno de Saneamento Ambiental. Brasília: ed. Espalhafato Comunicação. Outubro/2004;

_____. *SNIS 2002*. Brasília: ed. Espalhafato Comunicação. 2002;

_____. 2003. Brasília: ed. Espalhafato Comunicação. 2003;

_____. 2004. Brasília: ed. Espalhafato Comunicação. 2004;

_____. 2005. Brasília: ed. Espalhafato Comunicação. 2005;

MMA. *Cidades Sustentáveis: Subsídios à Elaboração da Agenda 21 Brasileira*. Brasília/DF. 2000;

_____. *II Conferência Nacional de Meio Ambiente - Caderno de Debates: Mudanças Climáticas*. Brasília/DF: CID Ambiental. Mar/2008;

MNCR. *Cartilha de Formação*. São Paulo: 2006;

MORIN, Edgar. *O Método: A Natureza da Natureza*. v.1. 3ª ed. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2005;

MOTA, Ana Elizabeth; **VALENÇA**, Marcela & **SILVA**, Maria das Graças e. *Política Ambiental e Reciclagem: o lugar invisível dos catadores de “lixo”*. Recife: GET/DSS/UFPE. 2004;

MOURA, Milton e **GONÇALVES**, Roberto. *Os badameiros: o lixo das profissões ou a profissão do lixo*. In: Caderno do CEAS. n.124. p.12-21. Salvador: Centro de Estudos e Ação Social. Nov-Dez/1989;

MPF/PGR. *Informação Técnica Nº 99/07*. Brasília: 4ª Câmara de Coordenação e Revisão – Meio Ambiente e Patrimônio Cultural. Junho/2007;

MTE/SNES. *Avaliação das Políticas Públicas de Economia Solidária: Relatório Final do Convênio MTE/IPEA/ANPEC-01/2003*. Brasília: 2005. 101p.;

MÜLLER, Mary Stela & **CORNELSEN**, Julce Mary. Normas e padrões para teses, dissertações e monografias. 6.ed. rev.e atual. Londrina: Eduep. 2007. xvi. 155p.

NUNES, Ângela dos Santos. *Cooperação e Competição numa Cooperativa de Catadores: Um Estudo de Caso*. Monografia apresentada ao Curso de Administração com habilitação em Hotelaria, do Cefet-BA como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração, sob a orientação do Prof. Dr. Nilton Vasconcelos Júnior. Salvador. 2004;

OFFE, Claus. *Trabalho e Sociedade: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v.2.1991;

OPAS/OMS. *Guías para el Desarrollo del Sector de Aseo Urbano en Latinoamérica y el Caribe*. Enero/1991. Washington D.C.;

_____. *Saúde nas Américas*. Volume I - Regional. 2007;

PAUGAM, Serge. *L'exclusion - l'état des savoirs*. Paris: Édition la Découverte. 1996;

_____. *A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*. São Paulo: Educ/Ed.Cortez. 2003. 331p.

PAULI, Gunter. *Upsizing: como gerar mais renda, criar mais postos de trabalho e eliminar a poluição*. L&PM e Fundação Zeri. Porto Alegre: 3. ed (revista). 2001;

PENA-VEGA, Alfredo. *O Despertar Ecológico: Edgar Morin e a ecologia complexa*. Coleção Idéias Sustentáveis. Rio de Janeiro: ed. Garamond. 2003.108p.

PEREIRA NETO, João Tinoco. *Manual de compostagem: Processo de baixo custo*. Belo Horizonte: UNICEF. 1996. 56 p.;

PESSOA, Lúcia de Fátima Barroso de Aguiar. *O Serviço social no lixão da Muribeca - Relatório de avaliação*. Recife: The John D.and Catherine T. MacArthur Foundation. 1994;

PMJG/PCR. *Diagnóstico Socioeconômico dos Catadores de Material Reciclável do Aterro Controlado da Muribeca*. Jaboatão dos Guararapes: Julho/2006;

POERBO, H. SICULAR, D. & SUPARDI, V. *An Approach to Development of the Informal Sector: The Case of Garbage Collectors in Bandung*. Bandung: February, 1985;

PONTES et al. *Caracterização das Atividades Desenvolvidas pelos Catadores de Lixo no Lixão da Mumbeca*. Recife: Monografia apresentada para conclusão do curso de Serviço Social. UFPE.1979;

PORTELA, Taciana, **AAMOT**, Daniel & **PASSAVANTE**, Zélito. *Homem Gabiru: Catalogação de Uma Espécie*. São Paulo: Ed. Hucitec. 1992;

PRAHALAD, C.K. *A Riqueza na Base da Pirâmide: Como erradicar a pobreza com o lucro.* Porto Alegre: Bookman. 2005

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. *Plano Diretor de Desenvolvimento da Cidade do Recife. O Serviço de Limpeza Urbana no Contexto do PDCR.* Recife: Consórcio PROCENGE/URBANA/ACQU-PLAN. 1990;

_____/MACRO Engenharia e Planejamento Ltda.
Política de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para a Cidade do Recife. Recife: 1993.

REGO, Rui Gomes. *Municipal Solid Wastes Management: Decisions-Makers' Guide to Institutional Alternatives and Performance Measurement in Developing Countries.* London School of Hygiene & Tropical Medicine-Environmental Health Programme. March/1993. London;

RENATO MOTA, Carlos. *As principais teorias e práticas de desenvolvimento.* In: Bursztyn, Marcel (org.). *A difícil sustentabilidade. Política energética e conflitos ambientais.* Rio de Janeiro: Garamond, p. 27–40, 2001;

REZENDE, Antônio Paulo & DIDIER, Maria Thereza. *Rumos da História: História Geral e do Brasil.* São Paulo: Ed. Atual. 2001;

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado.* Rio de Janeiro: Garamond. 2004. 1152p.

_____. *Ecodesenvolvimento: Crescer sem Destruir.* Coleção Terra dos Homens. São Paulo: Ed. Vértice. 1986;

_____. *Espaços. Tempos e Estratégias do Desenvolvimento.* São Paulo: Ed. Vértice. 1986;

SAMPAIO, Joana Lima. *Rede de Catadores de Materiais Recicláveis: Estudo sobre a Viabilidade de Implantação em Pernambuco.* Recife: Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Controle Ambiental da Escola Politécnica da UPE para obtenção do título de especialista em Gestão e Controle Ambiental. 2008;

SEABRA, Giovanni de Farias. *Pesquisa Científica: O Método em Questão.* Brasília: Ed. UNB. 2001;

SEN, Amartya Kumar. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras. 3ª Reimpressão. 2002;

SILVA, Christian Luiz da & **MENDES**, Judas Tadeu Grassi (orgs.). *Reflexões sobre o Desenvolvimento Sustentável – Agentes e Interações sob a Ótica Multidisciplinar*. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes. 2005;

SILVA, Christian Luiz da. *Desenvolvimento Sustentável: um conceito multidisciplinar*. p.11-40. In: SILVA, Christian Luiz da & MENDES, Judas Tadeu Grassi (orgs.). *Reflexões sobre o Desenvolvimento Sustentável – Agentes e Interações sob a Ótica Multidisciplinar*. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes. 2005;

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo. 1ª reimpressão. 2004;

STAHEL, Andri Werner. *Capitalismo e Entropia: Os Aspectos Ideológicos de uma Contradição e a Busca de Alternativas Sustentáveis*. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.). *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável*. Recife: Ed. Cortez. FUNDAJ. 1995;

TAUILLE, José Ricardo. *Do socialismo de mercado à economia solidária*. Março/2001. Rio de Janeiro: UFRJ. In: Seminário Internacional Teorias de Desenvolvimento no Novo Século. Junho/2001.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica de la modernidad*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica de Argentina S.A. Sexta reimpressão. Setiembre de 2000. 391p.;

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA). *Análise do custo de geração de postos de trabalho na economia urbana para o segmento dos catadores de materiais recicláveis: Relatório técnico final*. Salvador: FCE/GERI. 2006;

VARGAS, Paulo Rogério. *O insustentável discurso da sustentabilidade*. In: BECKER, Dinizar Fermiano (org). *Desenvolvimento Sustentável: Necessidade e/ou Possibilidade?* 4.ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. 2002. 241p.;

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond. 2005. 220p.;

_____. *Meio Ambiente & Desenvolvimento*. São Paulo: Ed. Senac. 2006. 182p.;

VESENTINI, José William. *Geografia, Natureza e Sociedade*. São Paulo: Ed. Contexto. Coleção repensando a geografia.1989;

VIANA, Ana Luiza. *Abordagens metodológicas em políticas públicas*. Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública. v.24 . p.5-43.1995;

VILLADA, Luis Aníbal Sepúlveda. *Balance y pertinencia del reciclaje de residuos sólidos residenciales con recicladores organizados en los centros urbanos de Colombia. Caso Medellín*. 2003;

ZANCHETHI, Sílvio Mendes. *O Desenvolvimento Sustentável Urbano*. p.79-89. In: *Gestão do Patrimônio Cultural Integrado*. Recife/PE: CECI/UFPE. Ed. Universitária da UFPE. 2002;

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

FLINTOFF, Frank. *Management of Solid Wastes in Developing Countries*. World Health Organization. WHO Regional Publications. Series N° 01. 1976. South East Asia;

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. 6.ed. São Paulo: Ed. Loyola.1996;

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Eletrônico da Língua Portuguesa: Versão 2.0*. Rio de Janeiro: Ed.Objetiva. 2008;

LUTZEMBERGER, José. *Manual de Ecologia: Do Jardim ao Poder*. Porto Alegre: Vol.1. 2004;

MELO, Norma Lacerda de & **LEAL**, Suely Ribeiro. *Relação Público-Privado: Do local do global*. Recife: Ed. Universitária da UFPE. 1995. 303 p.;

OLSON, Mancur. *The Logic of Collective Action*. Cambridge: Harvard University Press.1965;

PÓLIS. *Inovação Urbana: A Coleta Seletiva do Lixo*. Rio de Janeiro: No 1. Out/90;

CATADORES DE VIDA. *Publicação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e Fórum Nacional de Estudos sobre a População de Rua*. Edição 1. 2002. Belo Horizonte;

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Ed. Hucitec. 3a Ed. 1996. 157p.;

_____. *Pobreza Urbana*. Coleção Estudos Urbanos. São Paulo: Ed.Hucitec. UFPE/MDU. 1978;

SEN, Amartya. *Desigualdade Reexaminada*. Rio de Janeiro: Ed. Record. 2001. 301p.;

SINGER, Paul. *Economia Política da Urbanização*. 8ª edição. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1981;

TCHOBANOUGLOS, G., THEISEN, H. & VIGIL S. *Integrated Solid Waste Management Engineering Principles and Management Issues*. USA: Mc Graw-Hill. 1993. 978p.;

APÊNDICES

APÊNDICE A – RELAÇÃO POR ESTADO DAS COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES PARTICIPANTES DO
II CONGRESSO LATINO-AMERICANO, REALIZADO EM SÃO LEOPOLDO/RS

APÊNDICE B – MODELO DO FORMULÁRIO 1 DE ENTREVISTA: CATADORES

APÊNDICE C – MODELO DO FORMULÁRIO 2 DE ENTREVISTA: CATADORES

APÊNDICE D – MODELO DO FORMULÁRIO 3 DE ENTREVISTA: CATADORES

APÊNDICE E – MODELO DO FORMULÁRIO 4 DE ENTREVISTA: INDÚSTRIAS DE RECICLAGEM

APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTA: APOIADORES E GERENTES DAS COOPERATIVAS

APÊNDICE A – RELAÇÃO POR ESTADO DAS COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES PARTICIPANTES DO

II CONGRESSO LATINO-AMERICANO, REALIZADO EM SÃO LEOPOLDO/RS

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

II Congresso Latino-Americano de Catadores

São Leopoldo/RS

Janeiro/2005

Lista das Entidades de Catadores Participantes (Associações, Cooperativas, Grupos, etc.)

No.	NOME DA ENTIDADE	Município	Estado	Entidades de Apoio	No Catad.	Data de Fundação
1	Cooperativa de Recicladores de Lixo de Maceió	Maceió	AL	UNIMED, LAYOS, UNICRED, SLUM, Cáritas	20	28/9/2000
2	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Novo Arapiraca	Arapiraca	AL	Cáritas	13	dez/03
3	Cooperativa de Reciclagem de Alagoas		AL		3	25/5/2004
4	Cooperativa de Catadores e Agentes Ecológicos de Canabrava	Salvador	BA	Bahia PET, Petrobrás, SECOMP, PANGEA, AVINA	74	3/5/2001
5	Cooperativa de Bandameiros de Feira de Santana	Feira de Santana	BA	AQUALIX, PANGEA	174	28/8/2002
6	Cooperativa de Catadores Resíduos Jeguíé		BA	Petrobrás, Prefeitura	80	2004
7	Recicla Conquista	Vitória da Conquista	BA	Programa Fome Zero, PANGEA, Petrobrás		29/11/2004
8	Recicla Conquista	Vitória da Conquista	BA	Rede Cata Bahia, Fome Zero, GEP, PANGEA, MDS, Coca-Cola, Petrobrás,	99	2004
9	Cooperativa de Catadores Engenho de Canabrava(Filial)	Salvador	BA	PANGEA	21	3/1/2005
10	Sociedade Comunitária de Reciclagem de Lixo do Pirambu	Fortaleza	CE	Cáritas, Secretaria Estadual de Ação Social, SEMACE (Sec. Meio Ambiente)	90	12/6/1994
11	Associação Santa Terezinha do Parque Santa Rosa	Fortaleza	CE	Cáritas	18	2004
12	Associação Dom Lustosa	Fortaleza	CE	Cáritas	10	1999
13	Associação de Moradores e Amigos da Lagoa Seca	Fortaleza	CE		15	jun/04
14	Associação Comunitária para o Desenvolvimento Humano e Social	Fortaleza	CE	CMP - Central de Movimento Populares	511	31/5/2001
15	Movimento dos Catadores de Materiais Recicláveis - CE Coord.Paulo Rinaldo	Fortaleza	CE	COOSEL, COOPREMALE, COOP. COM VIDA, ACORES, AJAB		31/5/2004
16	Caritas Arquidiocesana a Partir do Objeto Gerador	Fortaleza	CE	Cáritas	4	5/3/2004
17	Associação Ecológica dos Coletores Material Reciclagem da Serrinha Adija Cineia	Acores	CE	Acáritas, Associação Igreja	50	21/2/2001
18	Centro Dom Helder Câmara / Cáritas Diocesana	Fortaleza	CE	Cáritas, Arquidiocesana Fortaleza	40	3/1/2000
19	Cooperativa dos Coletores de Resíduos Sólidos Recicláveis com Formação e Educação Ambiental	Planaltina	DF	Cáritas, ASCIP, Administração Regional de Planaltina - DF	25	29/11/2004
20	Cooperativa Reciclagem de Trabalho e Produção	Distrito Federal	DF	FLIC	350	23/3/2000
21	Cooperativa Popular de Coleta Seletiva de Produto Reciclável com Formação e Educação Ambiental	Distrito Federal	DF	FLIC	1500	14/7/2002
22	Associação Agentes Ecológicos da Vila Planalto	Brasília	DF			
23	Associação Ambientalista da Vila Estrutural	Brasília	DF	Cárta Brasileira, FLIC - BR	658	2000

24	Associação de Catadores de Material Reciclável de Vila Velha	Vila Velha	ES	Cáritas Arquidiocesana de Vitória, CDDH - Comissão de Defesa dos Direitos humanos	17	15/12/2002
25	Associação de Material Reciclado	Sena	ES	Cáritas, CDDH - Centro de Defesa dos Direitos Humanos	18	5/6/1997
26	Cáritas Arquidiocesana de Vitória	Vitória	ES	CNBB, Arquidiocese, Prefeitura	1000	26/9/1975
27	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis do Município Serra		ES	CDDH - Cáritas	18	3/7/1999
28	Cooperativa de Reciclagem de Lixo de Prest. de Serviço Geral e da Construção Civil - Cooper Recicla	Formosa	GO	Cáritas, Igreja Evangélica, Instituto Cultural Caminhando e Cantando, OAF, Prefeitura	120	15/11/2001
29	Ass.de Manipuladores de Resíduos Recicláveis da Planatina Goais		GO	Sítio Norte, Planaltira Goais, MRI, GT 23, Prefeitura Municipal, Secretaria de Ciências e Tecnologia	32	22/3/2001
30	Reciclar é Preciso	Goiania	GO	SEBRAE, IDF, OCB	30	1998
31	Associação de Catadores de Papel, Papelão e Materiais Recicláveis de Betim	Betim	MG	Secretaria de Meio Ambiente	36	23/8/2001
32	Associação dos Catadores de Material Reciclável dos Verdes de Araguaí	Araguai	MG	Prefeitura, Sec. Ação Social, Pastoral da Criança	23	19/9/2002
33	Associação dos Catadores de Bela Vista de Minas	Bela Vista	MG	Prefeitura de Bela Vista, Pastoral da Criança	9	30/3/2004
34	Associação Curvelana dos Catadores de Recicláveis	Curvelo	MG	Igrejas, Prefeitura, Banco do Brasil, Pastoral de Rua, COPASA	12	3/10/2003
35	Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis Natureza Viva	Governador Valadares	MG	Escolas Municipais, Faculdade UNIVALE, SEBRAE, Grupo Fermento(Igreja Católica), Vale Rio Doce	68	2002
36	Associação de Catadores de Material Reciclável	Governador Valadares	MG	Fórum de Entidades, Grupo Fermento, Prefeitura Municipal	70	3 anos
37	Associação de Catadores de Rio Piracicaba	Rio Piracicaba	MG	Prefeitura Municipal	8	2 anos
38	Associação Trabalhadores Papel e Papelão Materiais Recicláveis de Ibirite - MG	Ibirite	MG	Pirelly, Prefeitura Ibirite, Petrobrás	21	7/5/2000
39	Associação dos Catadores de Material Reciclável de Timoteo MG		MG	Funfação Acesita, Prefeitura Municipal de Timoteo MG	31	8/10/2003
40	Associação dos Catadores do Vale Panopeba	Belo Horizonte	MG	Água Mineral Inga, Retiro das Pedras, Comércio Local, Vale do Rio Doce, Prefeitura, Secretária do Meio Ambiente	25	jan/99
41	Ass. De Catadores de Materiais Recicláveis	Três Pontas	MG	Prefeitura	11	2001
42	Ass.dos Catadores Parceiros do meio Ambiente de Igarape - MG	Igarape	MG	Pastoral de Rua Asmare, Prefeitura	15	4 anos
43	Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis Pará de Minas	Para de Minas	MG	Prefeitura de Pará de Minas - MG	24	9/9/2002
44	Associação de Catadores e Recicladores de Pirapora MG	Pirapora	MG	Pastoral de Rua, Prefeitura	12	23/2/2003
45	Coop.dos Catadores e Recicladores de Materiais Recicláveis do Sudeste Mineiro	Passos	MG	Fórum Lixo e Cidadania Municipal	30	5/6/2002

46	Associação dos Catadores de Papel e Materiais Recicláveis de Nova Lima Minas Gerais		MG	Anglo Gold, Fiat, MBR, Núcleo de Cerralheiros, Prefeitura	19	11/1/2001
47	Associação dos Catadores de Papel Papelão e Material Reaproveitável	Belo Horizonte	MG	Igrejas, Pastoral de Rua, Prefeitura	380	15 anos
48	Associação dos Catadores de Papel Reciclável	Belo Horizonte	MG	Pastoral de Rua, Prefeitura	250	19/2/1994
49	Coopervida	Campo Grande	MS	Governo do Estado	27	26/3/2000
50	Associação de Catadores Material Reciclável	Nova Vida	PB	SEBRAE, PASPE, Prefeitura de Pombal, Banco Nordeste, Caixa Econômica, Banco do Brasil	58	2002
51	Ascamara Pelso Maciel Barbosa da Silva	João Pessoa	PB	ASTRAMARE - Ass.dos Trabalhadores de Material Recicláveis	957	26/10/1998
52	Grupo Cultural Axé de Kilú	Olinda	PE	Cáritas, Banco do Brasil, Visão Mundial	130	31/8/1990
53	Núcleo de Informação	Recife	PE	Cáritas	18	fev/03
54	Associação Recicladores da Muribeca	Jaboatão	PE	IMBE, Prefeitura do Recife, ONG BELGA SOS BRASIL	60	1998
55	Associação dos Catadores Defensores do Meio Ambiente	Recife	PE		20	19/11/2004
56	Reciclart	Olinda	PE	Retome Sua Vida	11	2/7/2004
57	Associação dos Catadores de Papel e Papelão e Material Reaproveitado de Garanhuns	Garanhuns	PE		105	2004
58	Associação Catadores Material Recicláveis Erik	Cabo de Santo Agostinho	PE	Lar Benficiente São Lazaro, Casa de Apoio ao Menor Situação de Risco	114	1992
59	Associação dos Catadores de Resíduos Sólidos de Pontal de Paraná	Pontal do Paraná	PR	FLIC/PR	25	2002
60	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Novo Amanhecer	Curitiba	PR	FLIC	35	2003
61	Rede Solidaria	Colombo	PR	Itaipu, Prefeitura	18	2002
62	Associação de Catadores de Resíduos Sólidos		PR	Assistência Social, Meio Ambiente, Prefeitura	35	2003
63	Cooperativa de Agentes Ecológicos		PR	Itaipu Binacional	750	2/6/2004
64	Associação Jardim Savana	Curitiba	PR	Colégio Santa Maria, Igreja, Prefeitura, Governo do Estado	30	2001
65	Associação dos Catadores de Material Reciclável de Curitiba		PR	CEASA, CASAS BAHIA	17	14/8/2004
66	Cooperativa de Trabalhadores do Complexo da Maré	Bonssucesso	RJ	FGV, Serla	37	1/10/2001
67	Cooperativa de Coleta Seletiva e Reciclagem de Materiais Plásticos e Resíduos Ltda.	Rio de Janeiro	RJ	Coca - Cola, SINDICON	34	27/9/1999
68	Rede Independente de Catadores de Materiais Recicláveis / Coopcarmo	Rio de Janeiro	RJ	Belgica	20	11/3/1994
69	Cooper Água Mineral	São Gonçalo	RJ	RICAMARE - Rede de Independente de Catadores de Materiais Recicláveis	22	21/8/1998
70	Cooperativa de Material Recicláveis	Rio de Janeiro	RJ	IBES, Prefeitura	25	2002
71	Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho		RJ		5000	10 anos
72	Cooperativa Prestadores de Serviço & Comércio	Seropedica	RJ	EMBRAPA, Universidade Rural Fluminense, Consulgel(Reciclador), USIPET(Reciclador), Prefeitura, ONG Eco-Marapendi, Nova Pesquisa	10742	1998
73	Associação dos Catadores de Material Reciclável	Natal	RN	Fundação Ferpina, Urbane, Prefeitura Municipal	90	2000

74	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis	Natal	RN		147	17/4/1999
75	Grupo Arte Show de Geração de Emprego e Renda	Caxias do Sul	RS	FIPAM (Firma de Cadarços)	13	29/11/2004
76	Entrepósito de Cachoeirinha	Cachoeirinha	RS	SIMCA - Sindicato dos Servidores Municipais de Cachoeirinha	30	12/11/2003
77	Coleta Seletiva	Encruzilhada do Sul	RS	Irmãs da Divina Providência, Prefeitura de Encruzilhada do Sul	24	19/11/2001
78	Associação Recicladores Carroceiro	Caxias	RS	LEFAN - FAZ (Fundação de Assistência Social)	25	11/7/2002
79	Movimento dos Trabalhadores Desempregados	Porto Alegre	RS	Sindicato (todos)	2000	22/5/2000
80	Associação dos Carroceiros e Catadores de Materiais Recicláveis de Gravataí	Gravataí	RS	Fundação Luterana	17	nov/96
81	Associação nova Amarha	Caxias do Sul	RS		13	2002
82	Centro Educação Ambiental Nova Esperança	Uruguaira	RS	ITAQUI	57	mai/02
83	Ass. de Recicladores de Materiais Recicláveis	Porto Alegre	RS		45	1996
84	Associação Recicladores Amigos da Natureza	Erechim	RS		36	2001
85	Cooperativa Moviuni	Venâncio Aires	RS	Sindicato, Igreja Católica	35	1996
86	Associação Moradores Carroceiros & Papeleiros	Porto Alegre	RS	Governo do Estado	250	18/3/1997
87	Associação de Trabalhadores Urbanos pela Ação Ecológica	Poa	RS		54	1998
88	Associação Ecológica de Catadores de Materiais Recicláveis Terra Limpa	Balneário de Camburiú	SC	OSCIP Motiró, Prefeitura de Balneário de Camburiú	11	ago/03
89	Ass. Ecológica de Catadores e Recicladores	São Francisco do Sul	SC	Prefeitura	10	17/6/2003
90	Ass.de Catadores e Material Reciclável Ciclovida	Camboriú	SC	Gov. do Estado	380	2002
91	Associação de Catadores Reciclável	Camboriú	SC	Usina de Reciclagem, Prefeitura	126	2002
92	Associação Ecológica de Catadores e Recicladores de Joinville Santa Catarina	Joinville	SC		31	0/01/2003
93	Cooperativa Coolibri		SC			
94	Associação de Catadores de Chapecó	Chapecó	SC	Universidade (UNOCHAPECÓ), Prefeitura Municipal	59	ago/02
95	Associação dos Coletores de Material Reciclável	São Miguel do Oeste	SC	Sindicato dos Bancários	37	1999
96	Associação dos Recicladores de Presidente Epitácio	Presidente Epitácio	SP	FEIDRO, Prefeitura de Presidente Epitácio	39	23/5/2003
97	Associação dos Catadores de Papel, Papalão e Materiais Recicláveis do Bairro Ruged Ramos e Adjacências Raio de Luz	São Bernardo do Campo	SP	Prefeitura	29	13/2/2001
98	Cooperativa de Reciclagem Cidade Limpa	Diadema	SP	Prefeitura e UNISOL	18	nov/99
99	Cooperativa União - Itaquera	São Paulo	SP	Fórum Zona Leste Faz, Sub-Prefeitura	42	abr/04
100	Cooperativa de União Faz a Força de Itaquera	São Paulo	SP	Fórum da Zona Leste, Dandaré e Fala Negrão, Prefeitura	22	2002
101		São Paulo	SP	MOCUT	40	2003
102	Cooperativa de Reciclagem - Sempre Verde	Jabaguará	SP	MNCR	5	0/8/2000
103	Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de Assis	Assis	SP	UNESP de Assis - Cáritas	105	ago/01
104	Cooperativa de Trabalhadores Recicláveis		SP	UNOEST, Igreja Católica, Prefeitura	32	2001
105	Cooperativa dos Coletores de Materiais Recicláveis de São Carlos	São Carlos	SP	ONG A MUDAR	20	2/6/2002
106	Ação e Cidadania	Arujá	SP	Renova (Empresa), IESA (Faculdade), Salvar (Ong. Amb.), Prefeitura	33	4/10/2004
107	Cooperativa de Material Reciclável Unidos pelo Meio Ambiente	Boá	SP	Ong. Alemã	49	1/5/1995
108	Projeto Oficina Boracea	São Paulo	SP	NAC	60	1/1/2003

109	São Paulo Recicla Pirituba	São Paulo	SP	Prefeitura	37	12/1/2003
110	Associação Recicladores Presidente Epitácio	Presidente Epitácio	SP	FEIDRO, Prefeitura Presidente Epitácio	39	23/5/2003
111	Coop. Reciclagem de Jardim Itapema		SP		30	jan/01
112	Reciclagem Resíduos Sólidos	Santa Barbara do Oeste	SP	Indústria Homi, População (coletiva seletiva), Escolas	10	2000
113	Cooperativa de Materiais Recicláveis	São Paulo	SP	OAF (Organização de Auxílio Fraterno), Prefeitura	54	2002
114	Cooper Ação - Chamada Central Lopoldina		SP	Forúm Recicla São Paulo, Instituto Polis, MNCR, OAF	42	nov/02
115	Central de Triagem Vila Maria	São Paulo	SP	MNCR	56	18/8/2003
116	Cooperativa de Trabalhadores de Materiais Recicláveis, Triagem, Comercialização e Prestadora de Serviços	São Paulo	SP	SADIP, Fórum Recicla, Instituto Polis, Instituto GEIA, MNCR, OAF	30	jun/02
117	Ass.dos Catadores de Recicláveis de Fernandópolis	Fernandópolis	SP	ONG	19	1/2/2001
118	Cooperativa Nova Conquista		SP	Cooperativa	42	8/5/2004
119	Associação Novo Horizonte de Iguape	Iguape	SP	Prefeitura Municipal	19	24/1/2005
120	Cooperativa de Coleta Seletiva Cratera Limpa	Vargem Grande	SP	Fundação	12	15/1/2004
121	Cooperativa Central Tietê	Tatuapé	SP	Mov. Nacional de Catadores de Materias Recicláveis, Prefeitura	40	11/2/2003
122	Cooperativa Nova Conquista		SP	Mov. Nacional de Catadores de Materias Recicláveis, Prefeitura	42	8/5/2004
123	Coopercaps		SP	Mov. Nacional de Catadores de Materias Recicláveis, Prefeitura	58	12/7/2004
124	Associação dos Catadores de Material Recic de Contagem	Contagem	SP	Pastoral	64	jan/02
125	Associação Núcleo Bilacional Pedra Sobre Pedra de Moradores	Julio	SP	Fundação, ONG	30	10/3/1994
126	Central de Triagem Pirituba Cooper Pirituba	São Paulo	SP	Instituto	35	21/6/2004
127	Cooperativa Unidos Para Vencer	Hortelândia	SP	CIURB, Igreja, Sem Estar Social, Projeto Reciclagem 2000, Prefeitura	14	1999
128	Cooperativa Bandeirantes		SP	Prefeitura	20	abr/04
129	Projeto de Catadores & Catadores	São Paulo	SP	Franciscanos	95	2001
130	Central de Triagem Cidade Ademar	São Paulo	SP	Ação Social Brasil Cara Limpa	360	2000
131	Cooper Mire		SP	Prefeitura	100	26/10/2004
132	Coopamare		SP	OAF - Organização Auxílio Fraterno	60	15 anos
133	Associação de Catadores de Material Reciclável e Coleta Seletiva do Parque Guarani - Itaquera SP	Itaquera	SP	Fórum Para o Desenvolvimento da Zona Leste	15	13/12/2002
134	Magnalia Du		SP	Fórum Para o Desenvolvimento da Zona Leste		28/1/1976
135	Cooperativa Unidos Recicla Suzano	Suzano	SP	Comércio do Município, Prefeitura	22	2004
136	Associação de Catadores de Papel Reciclável	Araçatuba	SP	Cáritas, Prós-Vida, Faculdade Foledo, SECNAI	35	8/7/1994
137	Cooperativa Relimor Redavia SP		SP	Setensca	20	2000
138	Cooper Dumaré	Sumaré	SP	Apaecci Pestalozzi	19	1999
139	Cooperativa de Reciclagem de Arujá	Arujá	SP	ONG SALVAR	22	4/10/2004
140	Programa Vida Limpa	Diadema	SP	Soned, Companhia de Saneamento, Prefeitura Municipal de Diadema	50	6/6/2002
141	Associação de Catadores Materiais Recicláveis de Ourinhos	Ourinhos	SP		54	2/8/2004
142	Associação Cidadão Catador	Registro	SP	Assistência Social, SEBRAI, Prefeitura	23	2002

143	Cooperativa Ferrazense de Materiais Recicláveis	Ferraz de Vasconcelos	SP	Projeto Ecola Recicla, Secretaria Meio Ambiente, Prefeitura de Ferraz de Vasconcelos		16/9/2004
144	Cooperativa Materiais Recicláveis	Ferraz de Vasconcelos	SP		32	out/04
145	Movimento Catadores de Caieiras - SP	Caieiras	SP	Prefeitura	6	2004
146	Associação São Paulo Recicla Jaraguá	Pirituba	SP	Institutos (vários)	15	1/8/2004
147	Cooperativa de Produção de Recicláveis do Tocantins LTDA	Palmas	TO	Rede Nacional de Mobilização Social, COEP - Naturatins no Combate à Fome	42	29/5/2004
148	Sindicato dos Municipários de Cachoeirinha	Cachoeirinha			1500	
149	Movimento Meninos e Meninas de Rua			Prefeitura	104	1987
150	Associação de Material Reciclável			Fundação Acesita, Escolas, Águas e CREA, Prefeitura Municipal Carita	31	13/10/2002
151	Ass. Catadores Recicláveis Araguaí			Pastoral	91	8/8/2000
152	Centro Educacional Ambiental			Fundação	57	2002
153	Associação Papeleiros da Vila Cruzeiro do Sul			CONABE (Federal), Governo do Estado	150	1985
154	Reciccooplast					20/10/2001

APÊNDICE B – MODELO DO FORMULÁRIO 1 DE ENTREVISTA: CATADORES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE

Levantamento Preliminar das Entidades de Catadores de Materiais Recicláveis Organizadas ou em Processo de Organização no Brasil

Formulário 1 - Pesquisa de Campo

Data: ____/____/____

II Congresso Latino-Americano de Catadores – São Leopoldo/RS, Janeiro/2005

Lista de Entidades Participantes

Formulário Nº ____

1. Nome da entidade (completo, razão social, sigla e/ou nome de fantasia)

2. Endereço (rua ou avenida, número, bairro, distrito, município, Estado, País, CEP, telefone com o código local, e-mail, fax)

3. Instituição que apóia (ONG, fundação, instituto, prefeitura, empresa, etc.)

4. Número de integrantes da entidade: _____

5. Data de fundação da entidade: ____/____/____

Muito Obrigado!

Responsável: Bertrand Sampaio de Alencar, Doutorando do MDU/UFPE.

APÊNDICE C – MODELO DO FORMULÁRIO 2 DE ENTREVISTA: CATADORES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE

Avaliação das Entidades de Catadores de Materiais Recicláveis Organizadas ou em Processo de Organização no Brasil - Formulário de Pesquisa de Campo**Formulário 2 - Critérios Adotados para Escolha das Entidades****1-INFORMAÇÕES CADASTRAIS**

Nome do catador/responsável:		
Nome da cooperativa/associação:		
Cidade:	Estado:	Cep:
Endereço:		
Telefone: ()	Fax: ()	E-mail:

2-QUESTÕES OBJETIVAS

QUESTÃO	RESPOSTA
a) Data de criação da cooperativa/associação (mês/ano):	/
b) Número de catadores cooperados ou associados:	
c) Qual sua renda mensal na associação/cooperativa com a catação:	R\$ /mês
d) Quanto arrecada a cooperativa/associação com a catação:	
e) Benefícios sociais existentes na associação/cooperativa:	

INSS		Plano de Saúde Privado		Seguro de Vida/Acidente		FGTS		Outros:
f) Infra-Estrutura e Equipamentos da associação/cooperativa:								
Balança:		Fardamento:		Prensa:		EPI:		Outros:
g) Observações:								

3 - QUESTÕES DESCRITIVAS

h) A cooperativa/associação facilitou de alguma forma o acesso à educação pública, para os catadores e familiares?

i) Se sim, de que forma?

j) Algum catador ou familiar estuda em escola privada e paga com a renda obtida na catação?

l) O estatuto da cooperativa/associação está atualmente regularizado?

m) As ações estatutárias da cooperativa/associação estão formalizadas (eleições, cartório, etc.)?

n) Quais entidades que apóiam a cooperativa/associação?

o) Na sua opinião, a cooperativa/associação possui auto-gestão (contábil, política, eleitoral e administrativa)?

p) Na sua opinião, a cooperativa/associação possui sustentabilidade socioeconômica?

q) Se não, o que deveria ser feito para isso acontecer?

r) Algum comentário complementar?

Responsável:

Bertrand Sampaio de Alencar, aluno do curso de doutorado em Desenvolvimento Urbano da UFPE

Data: ____/____/____

APÊNDICE D – MODELO DO FORMULÁRIO 3 DE ENTREVISTA: CATADORES

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano
 Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
 Projeto de Pesquisa para Elaboração de Tese de Doutorado



Responsável: Bertrand Sampaio de Alencar – Doutorando do MDU/UFPE

Formulário 3 de Entrevista para os Catadores de Materiais Recicláveis

Nº ____/____

A - DADOS DE CONTROLE

Entrevistador: _____
 Data: ____/____/200__ Hora: _____h Local: _____
 Município: _____ Estado: _____
 Observações: _____
 Revisão: _____ Data: ____/____/200__

B - CARACTERÍSTICAS DO(A) ENTREVISTADO(A)

1. Sexo: Masculino ☐ Feminino ☐
2. Idade: _____anos
3. Estado Civil: Casado(a) ☐ Solteiro(a) ☐ Separado(a) ☐
 Viúvo(a) ☐ Marital/Amasiado(a)/Vive Junto ☐
4. Sabe Ler e Escrever? Sim ☐ Não ☐
5. Já Estudou? Sim ☐ (ir para 6) Não ☐ (ir para 7)
6. Nível Escolar: Maternal ☐ Fundamental 1 (1ª a 4ª série) ☐ Comp. ☐ Incomp. ☐
 Fundamental 2 (5ª a 8ª série) ☐ Comp. ☐ Incomp. ☐
 Ensino Médio ☐ Comp. ☐ Incomp. ☐ Superior ☐ Comp. ☐ Incomp. ☐
7. Número de Filhos(as): _____
8. Dependentes: _____
9. Quais documentos o Sr(a) possui atualmente:
 Certidão de Nascimento ☐ RG (Carteira de Identidade) ☐ CPF ☐
 Título de Eleitor ☐ Carteira de Trabalho ☐ Carteira de Motorista ☐
 Carteira de Estudante ☐ Outros (especificar): _____
10. O(a) Sr(a) sempre possuiu estes documentos: Sim ☐ Não ☐

11. Teve alguma facilidade para retirar estes documentos depois que entrou na cooperativa/associação? Sim  Não 

12. Quais documentos o(a) Sr(a) possuía antes de entrar na cooperativa/associação, quando ainda era um catador não-organizado?

Certidão de Nascimento  RG (Carteira de Identidade)  CPF 
 Título de Eleitor  Carteira de Trabalho  Carteira de Motorista 
 Carteira de Estudante  Outros (especificar): _____

C - PERFIL SOCIOECONÔMICO DO ENTREVISTADO

13. Quais bens o(a) Sr(a) possuía antes de ser organizado?

Telefone Convencional  Celular  TV  Rádio 
 Vídeo-Cassete  DVD  Geladeira  Fogão  Outros: _____

Casa Própria  Alugada  Invasão  Mora na Rua 
 Estou morando com familiares  Estou vivendo de favor (casa de amigo) 

14. Quais bens o(a) Sr(a) possui agora?

Telefone Convencional  Celular  TV  Rádio 
 Vídeo-Cassete  DVD  Geladeira  Fogão  Outros: _____

Casa Própria  Alugada  Invasão  Mora na Rua 
 Estou morando com familiares  Estou vivendo de favor (casa de amigo) 

15. Trabalham outras pessoas na família? Sim  Não 

16. Qual sua renda mensal na cooperativa/associação? R\$ _____ /mês

17. Possui outra renda? Sim  (ir para 18) Não  (ir para 19)

18. Quanto? R\$ _____ /mês

D – DADOS DE ORIGEM E TRAJETÓRIA PESSOAL

19. Onde o Sr(a) nasceu? (escreva o nome da cidade) _____

20. Em que cidade o Sr(a) morava antes? (escreva o nome da cidade) _____

21. Porque veio para esta cidade? (textual): _____

22. O Sr(a) sempre foi catador(a)? Sim  Não 

23. Há quanto tempo é catador? _____ anos

24. Antes de ser catador, o Sr(a) fazia o que, ou seja, qual(is) profissão(ões) o Sr(a) trabalhou antes? (textual): _____

25. Antes de entrar na cooperativa/associação o Sr(a) foi catador(a) de:

Rua  e/ou Lixão 

26. Durante quanto tempo? _____ (anos ou meses)

E - SITUAÇÃO ATUAL

27. A sua vida melhorou, ficou na mesma situação ou piorou depois de entrar na cooperativa/associação?

Melhorou 

Não se alterou 

Piorou 

28. Por quê? (textual): _____

29. Quais as principais dificuldades do seu trabalho: (textual): _____

30. Quais as principais dificuldades da cooperativa/associação: (textual): _____

31. Quantas horas o Sr(a) trabalha por dia? _____ horas

32. Gosta de trabalhar na cooperativa/associação? Sim  Não 

33. Por quê? (textual): _____

34. Quais sugestões o Sr(a) daria para melhorar o seu trabalho: (textual): _____

35. Preferiria trabalhar em outro local? Sim  Não 

36. Por quê? (textual): _____

37. Em que atividade(s)? (textual): _____

38. O(a) Sr(a) sabe a quantidade de material reciclável catado pelo(a) Sr(a) por dia?

Sim 

Não 

39. Quanto é (em média)? _____ kg/dia

40. Qual o principal sonho do(a) Sr(a) para melhorar de vida? _____

F - QUESTÕES RELATIVAS A SUSTENTABILIDADE

F1. Liberdades Políticas

41. O Sr(a) acompanha a atuação dos candidatos em que votou? Sim  Não 

42. O Sr(a) consegue se expressar politicamente de forma livre na cooperativa/associação?
Sim  Não 

43. Como acontece sua ação política dentro da cooperativa/associação?

- a. Participa das reuniões 
- b. Contesta quando necessário 
- c. Discute com os colegas 
- d. Vota nas propostas que acredita 
- e. Vota nas propostas que os colegas lhe pedem 
- f. Não tem muito interesse pela política 

44. Internamente o(a) Sr(a) sempre participa das eleições para a cooperativa/associação?
Sim  Não 

45. Quantas vezes o(a) Sr(a) já participou das eleições?

- a. Sempre 
- b. Muitas vezes 
- c. Algumas vezes 
- d. Poucas vezes 
- e. Nunca 

46. Como escolhe um candidato a eleição da cooperativa/associação?

- a. Pela indicação de amigos ou parentes 
- b. A partir de doação de brindes 
- c. Pela simpatia e beleza do candidato 
- d. A partir da propaganda política 
- e. A partir do programa e da plataforma do candidato 

47. Quantas vezes participou das reuniões na cooperativa/associação?

- a. Sempre 
- b. Muitas vezes 
- c. Algumas vezes 
- d. Poucas vezes 
- e. Nunca 

48. Conhece o Movimento Nacional dos Catadores (MNCR)?

Sim  Não 

49. Se conhece, como participa do MNCR? _____

50. Se participa, de que forma faz suas reivindicações? _____

F2. Facilidades Econômicas

51. O Sr(a) conseguia comprar a prazo antes de entrar aqui?

Sim  Não 

52. E agora, o(a) Sr(a) consegue ?

Sim  Não 

53. A partir da entrada do Sr(a) aqui na cooperativa/associação foi facilitado o crédito, ou seja, o acesso ao financiamento para comprar alguma coisa?

Sim  Não 

54. Seus pais possuíam algum bem material?

Sim  Não 

55. Deixaram algum bem para o(a) Sr(a)?

Sim  Não 

56. O Sr(a) se considerava mais pobre antes de entrar na cooperativa/associação?

Sim  Não 

57. Porque? _____

58. A Sr(a) acha mais fácil comprar produtos de primeira necessidade agora ou antes?

Sim  Não 

59. Por quê? _____

60. O(a) Sr(a) entrega todos os materiais recicláveis catados à cooperativa/associação?

Sim  Não 

61. O(a) Sr(a) vende às vezes para empresas privadas ou a terceiros (intermediários)?

Sim  Não  De vez em quando 

62. O(a) Sr(a) recebe os materiais recicláveis já separados nas casas, ou seja, existe coleta seletiva onde o(a) Sr(a) cata?

Sim  Não  De vez em quando 

63. O(a) Sr(a) recebe os materiais recicláveis já separado de grandes empresas (supermercados, shoppings, indústrias, etc.)

Sim  Não  De vez em quando 

64. Qual o tipo de material que o(a) Sr(a) coleta seletivamente nas ruas:

Papel  Metal  Vidro  Plástico  PET  Outros Materiais 

F3. Oportunidades Sociais

65. Seus(suas) filhos(as) estudam onde?

Escola pública  Colégio privado  Outro  Não estudam 

66. O Sr(a) tem facilidade de ir ao serviço médico público?

Sim  Não 

67. Por que? _____

68. Possui plano de saúde privado?

Sim  Não 

69. A cooperativa/associação facilitou de alguma forma o seu acesso aos serviços a quais serviços sociais básicos?

Educação  Saúde  Assistência Social  Alimentação 
Transportes  Habitação  Outros  Quais? _____

70. Se respondeu sim, de que forma? _____

71. Já recebeu algum tipo de capacitação? Sim  Não 

72. Se respondeu sim quem fez a capacitação?

Cooperativa  ONG  Governo  Empresa  Outros: (descrever) _____

73. Quais capacitações recebeu? (descreva o nome dos cursos, oficinas, etc. que o(a) Sr(a) participou na cooperativa/associação) _____

74. Já recebeu alguma capacitação, curso ou oficina sobre meio ambiente?

Sim  Não 

75. Você acha seu trabalho importante para o meio ambiente?

Sim  Não 

76. Por quê? _____

F4. Garantias de Transparência

77. O Sr(a) confia na entidade que apóia a cooperativa/associação?

Sim  Não 

78. Por quê? _____

79. O(a) Sr(a) acredita na atual diretoria da cooperativa/associação?
Sim  Não 
80. Há transparência nas contas da cooperativa/associação? Sim  Não 
81. O(a) Sr(a) recebe alguma informação sobre a contabilidade da cooperativa/associação?
Sim  Não 
82. O(a) Sr(a) sabe como é realizada a prestação de contas? Sim  Não 
83. O(a) Sr(a) acredita que há transparência no processo eleitoral?
Sim  Não 
84. Quando ocorreu a última eleição na cooperativa/associação?
(mês, ano) _____ Não sabe 
85. Quando será a próxima eleição na cooperativa/associação?
(mês, ano) _____ Não sabe 
86. O Sr(a) acredita na sinceridade das pessoas? Sim  Não 
87. O Sr(a) acredita na sinceridade dos colegas de trabalho? Sim  Não 

F5. Segurança Protetora

88. O Sr(a) ou sua família recebe alguma bolsa-auxílio do Governo Federal?
Sim  Não 
89. O Sr(a) acha importante o programa de bolsa-auxílio do Governo Federal para os pobres?
Sim  Não 
90. O(a) Sr(a) recebe aposentadoria? Sim  Não 
91. O(a) Sr(a) Recebe a bolsa do PETI? Sim  Não 
92. Que benefícios sociais existem na cooperativa/associação?
INSS  FGTS  PIS/PASEP  Outros:

93. A cooperativa/associação mantém algum programa de financiamento de bens (casa própria, p.ex.) para os associados? Sim  Não 

G - QUESTÕES RELATIVAS A ECONOMIA SOLIDÁRIA

94. Alguém manda na associação/cooperativa?
Sim  Não 
95. O(a) Sr(a) conhece o Estatuto da Cooperativa/associação Sim  Não 
96. O(a) Sr(a) sabe se há repartição de excedentes nos ganhos? Sim  Não 

97. O(a) Sr(a) conhece a receita total da cooperativa/associação? Sim  Não 
 98. O(a) Sr(a) conhece a despesa total da cooperativa/associação? Sim  Não 
 99. O(a) Sr(a) sabe quanto ganha a diretoria? Sim  Não 

100. Os cooperados/associados decidem sobre a retirada de sócios? Sim  Não 

101. Existem funcionários contratados na cooperativa/associação, não sócios?
 Sim  Não 

102. Eles possuem Carteira de Trabalho assinada Sim  Não 

103. Quais são os diferentes tipos de trabalho na cooperativa/associação? _____

104. Existem diferenças entre trabalho “mental” e “braçal” na cooperativa/associação?
 Sim  Não 

105. Existem fundos de educação/capacitação na cooperativa/associação? Sim  Não 

106. Existem fundos de (dinheiro para) investimentos? Sim  Não 

107. Existe capital de giro? Sim  Não 

108. Em que ano o(a) Sr(a) entrou na cooperativa/associação? _____

109. Como entrou? _____

110. Fez estágio probatório (tempo de experiência com cooperado /associado)?
 Sim  Não 

111. Durante quantos meses? _____

112. Como recebia sua renda naquele período? _____

113. O(a) Sr(a) se sente um empreendedor? Sim  Não 

H - QUESTÕES RELACIONADAS À PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE

114. O(a) Sr(a) concorda que há participação dos moradores, separando e entregando os materiais recicláveis aos catadores?
 Sim  Não 

115. Com relação aos catadores organizados, o(a) sr(a) acha que a participação é maior, menor ou é indiferente?
 Maior  Menor  Indiferente 

116. De cada 10 (dez) casas que você cata materiais recicláveis, quantas casas lhe entregam os materiais separados? _____casas

Muito Obrigado!

APÊNDICE E – MODELO DO FORMULÁRIO 4 DE ENTREVISTA: INDÚSTRIAS DE RECICLAGEM

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
Projeto de Pesquisa para Elaboração de Tese de Doutorado



Responsável: Bertrand Sampaio de Alencar – Doutorando do MDU/UFPE

Dados de Controle:

Entrevistador(a): _____

Data: ____/____/____ N^o Formulário ____

Roteiro de Entrevista: Indústrias de Reciclagem

Identificação da Empresa:

Razão social: _____

Nome fantasia ou sigla: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado _____

Telefone: _____ Número de fax: _____

e-mail: _____

Material(is) reciclável(is) que a empresa compra: _____

1.1 Características do Entrevistado

Nome do entrevistado: _____

Idade: _____ Escolaridade: _____ Profissão: _____

Cargo na empresa: _____

1.1.1 Características da Empresa e da Produção

1. O que a empresa produz? _____
2. Em que produtos utiliza material reciclável? _____
3. Qual a produção atual da empresa em ton/mês? _____
4. Qual a quantidade que se utiliza de material reciclável como matéria-prima?
5. Qual os tipos de materiais recicláveis que a empresa adquire?

6. Qual o faturamento bruto mensal da empresa?

7. Qual o perfil do fornecedor de materiais recicláveis?

Intermediário = Valor Absoluto _____ e ____%

Empresa = Valor Absoluto _____ e ____%

Associações ou Cooperativas de catadores = Valor Absoluto _____ e ____%

8. Quais as cidades de origem?

9. Qual o valor pago por tonelada por tipo de material adquirido?

10. Como varia o valor pago por fornecedor?

11. Quais são as dificuldades enfrentadas hoje para a compra de materiais?

12. Quais são as oportunidades enfrentadas hoje pelo mercado?

13. Quais são as restrições enfrentadas hoje pelo mercado?

14. Quais são as exigências para se tornar fornecedor da empresa?

15. Como é visto o trabalho dos catadores pela empresa?

16. A empresa colabora(ria) com os catadores? De que forma?

17. Como vê a possibilidade de implantação de uma rede de catadores em PE?

18. A empresa colabora(ria) com uma rede de catadores em Pernambuco?

19. Observações finais (outras dificuldades da empresa, comparações entre o mercado nacional e o local/regional, dentre outras questões)

MUITO OBRIGADO!

APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTA: APOIADORES E GERENTES DAS COOPERATIVAS

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano
 Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
 Projeto de Pesquisa para Elaboração de Tese de Doutorado

Responsável: **Bertrand Sampaio de Alencar** – Doutorando do MDU/UFPE



Formulário de Entrevista para os Gerentes das Entidades de Catadores Nº _____

A - DADOS DE CONTROLE

Entrevistador: _____

Data: ____/____/200__ Hora: _____h Local: _____

Município: _____ Estado: _____

Observações: _____

Revisão: _____ Data: ____/____/200__

B - CARACTERÍSTICAS DO(A) ENTREVISTADO(A)

1. Entidade: _____

2. Cooperativa  Associação  Outra: _____

3. Nome: _____

4. Cargo: _____

5. Sexo: Masculino  Feminino 

6. Idade: _____ anos

C – QUESTÕES RELATIVAS À DIMENSÃO POLÍTICA

1 - Quanto catadores são associados da entidade? _____ catadores

2 – Quantos catadores existem atualmente:

2.1. No Estado? _____ catadores

2.2. Na Região Metropolitana _____ catadores

2.3. No Município? _____ catadores

3 - Quantos catadores estão organizados atualmente:

3.1. No Estado? _____ catadores

3.2. Na Região Metropolitana _____ catadores

3.3. No Município? _____ catadores

4 – Qual o número de homens e mulheres (cooperados/associados) da entidade?

4.1. – Homens: _____ catadores

4.2. – Mulheres: _____ catadoras

5 – Quanto catadores trabalham atualmente na entidade? _____ catadores

D – QUESTÕES RELATIVAS À DIMENSÃO SOCIAL

1 – Qual a renda média mensal atual de cada catador (cooperado/associado)?

R\$ _____/Mês

2 – Existe diferença de renda entre os catadores? Sim  Não 

3 – Se respondeu “Sim”, quais são as faixas de renda de cada catador por posição na entidade:

Faixa de Renda: R\$ _____ Posição: _____

Faixa de Renda: R\$ _____ Posição: _____

Faixa de Renda: R\$ _____ Posição: _____

4 – É possível saber a renda dos catadores, em valores absolutos, desde a fundação da entidade, ao longo do tempo, ano-a-ano? _____

5 – Algum catador possui veículo particular na família? Sim  Não 

6 - Como é feita a negociação dos materiais coletados? _____

E - QUESTÕES RELATIVAS AOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Demandas e reivindicações e os repertórios de ações coletivas que geram, sua composição social, suas articulações;

Ideologia, projeto, organização e suas práticas;

Contexto do cenário sócio-político e cultural;

Força social;

Opositores;

Articulações e redes externas construídas pelas lideranças e militantes em geral;

Relações no conjunto de outros movimentos e lutas sociais;

Relações com o Estado, instituições religiosas, outros atores da sociedade civil (empresários, p.ex.) e a mídia em geral;

Representações de si próprio e do outro;

Conquistas e derrotas;

Cultura política;

F - QUESTÕES RELATIVAS À PRODUTIVIDADE

1. Detalhe a quantidade média de material catado pela entidade de acordo com o quadro a seguir:

Material Reciclável	Tipo	Preço de Venda	Quantidade /Dia	Receita /Mês	Comprador	
					Indús	Interm
Vidro	Caco Cor					
	Caco Branco					
	Garrafa					
	Misto					
Papel	Branco					
	Papelão					
	Jornal					
	Misto					
Metal	Lata					
	Sucata Ferrosa					
	Chumbo					
	Lata de Alumínio					
	Peças de Alumínio					
	Cobre					
Plástico	PET					
	Filme (saco)					
	Catempa (duro)					
	PVC					
	OS					
Outros	Trapos					
	Ossos					
	Madeira					
	Resíduos Eletrônicos					
	TOTAL/MÉDIA					

2. Estes dados desde a criação da entidade estão disponíveis? Poderia fornecer?

G - OUTRAS QUESTÕES

1. Como o(a) Sr(a) vê a possibilidade de sustentabilidade da entidade daqui em diante?

2. E a possibilidade de todos catadores brasileiros estarem organizados? _____

3. Quais as estratégias que o(a) Sr(a) acredita irão possibilitar que todos os catadores se organizem e em quanto tempo? _____

4. Quanto tempo o(a) Sr(a) acha indispensável para um apoio (incubação) às entidades de catadores, para empresas, poder público, ONG, etc. atuarem, considerando o tempo desde o primeiro contato com os catadores não-organizados nas ruas ou nos lixões até a total independência da associação ou cooperativa?

Menos do que 1 ano  1 ano  2 anos 
 3 anos  Mais do que 3 anos 

5. Por quê? _____

6. O(a) Sr(a) acredita que as necessidades básicas (alimentação, equilíbrio, saúde, educação, etc.) dos catadores nesta entidade estão sendo atendidas?

Sim  Não 

7. Por quê? _____

Muito Obrigado!

ANEXOS

ANEXO A – CARTAS DOS PRINCIPAIS ENCONTROS DE CATADORES REALIZADOS NO BRASIL

CARTA DE BRASÍLIA

Os participantes do 1º CONGRESSO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, realizado em Brasília nos dias 4, 5 e 6 de junho de 2001, que contou com a participação de 1.600 congressistas, entre catadores, técnicos e agentes sociais de dezessete estados brasileiros, e os 3.000 participantes da 1ª MARCHA NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA, no dia 7 de junho do mesmo ano, apresentam a toda a sociedade e às autoridades responsáveis pela implantação e efetivação das políticas públicas, as reivindicações e propostas que seguem. E o fazem contando com a força nascida de um longo processo de articulação, apoiado pelo Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua, que teve seu ponto alto no 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, realizado em Belo Horizonte, MG, em novembro de 1999, onde decidiu-se pela organização do presente Congresso.

Conscientes da nossa cidadania e da importância do trabalho que desenvolvemos e das tecnologias por nós elaboradas, já qualificadas em mais de cinco décadas de atuação cotidiana, tomamos a iniciativa de apresentar ao Congresso Nacional um ante-projeto de lei que regulamenta a profissão catador de materiais recicláveis e determina que o processo de industrialização (reciclagem) seja desenvolvido, em todo o país, prioritariamente, por empresas sociais de catadores de materiais recicláveis.

Em relação ao PODER EXECUTIVO, propomos:

- 1.1 - Garantia de que, através de convênios e outras formas de repasse, haja destinação de recursos da assistência social para o fomento e subsídios dos empreendimentos de Catadores de Materiais Recicláveis que visem sua inclusão social por meio do trabalho.
- 1.2 - Inclusão dos Catadores de Materiais Recicláveis no Plano Nacional de Qualificação Profissional, priorizando sua preparação técnica nas áreas de gestão de empreendimentos sociais, educação ambiental, coleta seletiva e recursos tecnológicos de destinação final.
- 1.3 - Adoção de políticas de subsídios que permitam aos Catadores de Materiais Recicláveis avançar no processo de reciclagem de resíduos sólidos, possibilitando o aperfeiçoamento tecnológico dos empreendimentos com a compra de máquinas e equipamentos, como balança, prensas etc.
- 1.4 - Definição e implantação, em nível nacional, de uma política de coleta seletiva que priorize o modelo de gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos, colocando os mesmos sob a gestão dos empreendimentos dos Catadores de Materiais Recicláveis.
- 1.5 - Garantia de que a política de saneamento tenha, em todo o país, o caráter de política pública, assegurando sua dimensão de bem público. Para isso, sua gestão deve ser responsabilidade do Estado, em seus diversos níveis de governo, em parceria com a sociedade civil.
- 1.6 - Priorização da erradicação dos lixões em todo o país, assegurando recursos públicos para a transferência das famílias que vivem neles e financiamento para que possam ser implantados projetos de geração de renda a partir da coleta seletiva. E que haja destinação de recursos do programa de Combate à Pobreza para as ações emergenciais.

2 - Em relação à CADEIA PRODUTIVA:

- 2.1 - Garantir nas políticas de financiamentos e subsídios, que os recursos públicos sejam aplicados, prioritariamente, na implantação de uma política de industrialização dos materiais recicláveis que

priorizem os projetos apresentados por empresas sociais de Catadores de Materiais Recicláveis, garantindo-lhes acesso e domínio sobre a cadeia da reciclagem, como estratégia de inclusão social e geração de trabalho e renda.

3 - Em vista da cidadania dos MORADORES(AS) DE RUA

3.1 - Reconhecimento, por parte dos governos, em todos os níveis e instâncias, da existência da População de Rua, incluindo-a no Censo do IBGE e garantindo em lei a criação de políticas específicas de atendimento às pessoas que vivem e trabalham nas ruas, rompendo com todos os tipos de discriminação.

3.2 - Integração plena da População de Rua na política habitacional que garanta e subsidie a construção de casas em áreas urbanizadas, e que parta da recuperação e desapropriação dos espaços ociosos nos centros das cidades, garantindo-lhes o direito à cidade.

3.3 - Priorização da geração de oportunidades de trabalho, com garantia de acesso a todos os direitos trabalhistas, aos Moradores de Rua, superando especialmente as discriminações originadas na falta de domicílio e/ou na indicação de endereços de albergues.

3.4 - Promoção de políticas públicas de incentivo às associações e cooperativas de produção e serviços para e com os Moradores de Rua.

3.5 - Garantia de acesso à educação de todos os Moradores de Rua, especialmente das crianças, em creches e escolas, independente de comprovante de residência, possibilitando também a inclusão das famílias que moram nas ruas no programa Bolsa-Escola.

3.6 - Inclusão dos Moradores de Rua no Plano Nacional de Qualificação Profissional, como um segmento em situação de vulnerabilidade social, garantindo seu encaminhamento a formas de trabalho que geram renda.

3.7 - Garantia de atendimento no Sistema Único de Saúde - SUS aos Moradores de Rua, abrindo também sua inclusão nos programas especiais, como "saúde da família" e similares, "saúde mental", DST/AIDS/HIV e outros, instituindo "casas-abrigo" para apoio dos que estão em tratamento.

Frente à significativa representação destes eventos, não temos mais dúvidas quanto à força e importância de nosso movimento e acreditamos que a transformação da realidade atual, será progressiva e crescente. Acreditamos que a partir deste momento o Estado e a sociedade brasileira não terão condições de negar o valor do nosso trabalho. Lutaremos para alcançar maior autonomia e condições adequadas para exercer nossa profissão, comprometendo Estado e sociedade na construção de parcerias com nossas associações e/ou cooperativas de trabalho.

Trabalharemos cotidianamente pela erradicação do trabalho infantil e do trabalho nos lixões, colocando nossa força e nossas tecnologias a serviço da preservação ambiental e da construção de uma sociedade mais justa.

Pelo fim dos lixões!

Reciclagem feita pelos catadores, já!

Brasília, junho de 2001

CARTA DE CAXIAS DO SUL

Somos 800 Catadoras e Catadores e representamos milhares de companheiras e companheiros do Brasil, do Uruguai e da Argentina. Queremos compartilhar com todas as pessoas a rica experiência de lutas, dificuldades, sonhos e conquistas vividas neste Congresso. Esta luta não começou agora. Ela é fruto de uma longa história de mulheres e homens que, com seu trabalho de Catadores, garantiram a sobrevivência a partir do que a sociedade descarta e joga fora. É uma história em que descobrimos o valor e o significado do nosso trabalho: coletando e reciclando materiais descartados, somos agentes ambientais e contribuimos com a limpeza das cidades. A organização de associações e cooperativas criou a possibilidade de trabalho e renda para os setores mais excluídos da sociedade. Por tudo isso, o trabalho e as organizações dos Catadores são uma luz que aponta na direção de um novo modelo de desenvolvimento para nossas cidades e para nossos povos. Nossa experiência mostra que todas as pessoas podem ser muito mais felizes e saudáveis. Basta dar valor a tudo e reciclar tudo o que for possível, reciclando a própria vida. Por que há, no entanto, tanta gente que não vê isso e não se junta a nós? O Congresso nos ajudou a entender o que vivemos no dia-a-dia: fazemos parte de sociedades em que valem mais as mercadorias do que as pessoas e a natureza. Só se dá valor às coisas que se pode vender para aumentar os lucros. Tudo que sobra - até mesmo as pessoas - é jogado fora. Não se presta atenção ao que é tirado da natureza para fazer as coisas que compramos, e menos ainda ao que acontece com a natureza a partir do que se joga fora. A mesma dominação capitalista que gerou essa mentalidade está exigindo, nos últimos anos, uma liberdade total para as grandes empresas e bancos fazerem negócios em todo o mundo. Ela não respeita nada, nem mesmo a cultura e a soberania dos povos. Usa até mesmo a guerra para consumir armas e como instrumento para se apropriar do resto das riquezas naturais do Planeta. Em nossa América, a ALCA é o caminho escolhido para colocar nossos povos sob o domínio do império econômico e militar estadunidense. Sua implantação retirará de nossas mãos o poder de decidir sobre o nosso destino. Perderemos o poder de decidir sobre o melhor uso das riquezas existentes, como a água e a biodiversidade, bem como o de escolher a melhor maneira de reciclar os resíduos sólidos, reciclando, ao mesmo tempo, a nossa vida e a vida de toda a sociedade. Não aceitamos esse projeto dos capitalistas. Ele é portador de exclusão e de morte para a maioria da humanidade. Nossa experiência de Catadoras e Catadores nos mostra que é possível e já estamos abrindo um caminho novo e diferente, portador de vida para todas as pessoas e para o meio ambiente da vida.

Olhando para o futuro e com grande esperança, os participantes do 11 Congresso Latinoamericano de Catadores assumem e convidam as pessoas e povos a assumirem com eles os seguintes compromissos:

1. lutar em favor da organização de todos os Catadores e Catadoras em associações ou cooperativas, reforçando os Movimentos dos Catadores existentes, superando a fome e a exclusão por meio de iniciativas que gerem trabalho e renda;
2. intensificar o intercâmbio e a articulação entre as iniciativas e organizações de Catadores de recicláveis dos países do Mercosul e de toda a América Latina, visando a construção de redes de cooperativas, associações e empresas comunitárias e uma futura criação de um movimento latinoamericano deste setor.
3. trabalhar em favor de uma maior integração das comunidades de nossas cidades com as organizações de Catadores através de políticas e programas de educação ambiental, garantindo sua cooperação na separação e entrega dos recicláveis, no controle das ações dos governos, na valorização do trabalho dos Catadores, na participação em Fóruns de Gestão das políticas públicas;
4. conquistar, junto aos governos, o reconhecimento do trabalho dos Catadores na limpeza pública e a regulamentação da nossa profissão;
5. garantir programas de alfabetização e de formação para os Catadores que não tiveram oportunidades;
6. lutar pela revisão da legislação do cooperativismo para facilitar a implementação e o funcionamento do sistema no processo de organização dos Catadores;
7. lutar por novas formas de acesso dos Catadores aos benefícios da Previdência Social;
8. lutar contra a privatização do setor e garantir que os programas de coleta seletiva sejam implementados prioritariamente em parceria com as organizações de Catadores;
9. garantir que os investimentos do governo federal brasileiro para o setor de resíduos sólidos urbanos sejam condicionados à implantação da coleta seletiva em parceria com as organizações dos Catadores;
10. lutar pela erradicação dos lixões e implantação de aterros sanitários e pela garantia de

investimentos para a implantação de infra-estrutura para o trabalho dos Catadores através de suas organizações;

11. lutar por uma legislação que exija que as empresas geradoras de resíduos sólidos assumam com responsabilidade o seu destino correto;

12. dar passos concretos para garantir o domínio da cadeia produtiva por parte das organizações dos Catadores, articulando-se com outros movimentos sociais para garantir que as propostas de leis e de políticas públicas referentes à coleta, triagem e industrialização de resíduos sólidos, elaboradas pelos Catadores, sejam assumidas pelos governos;

13. lutar por políticas públicas de fomento e incentivo para a capacitação e formação, com autonomia pedagógica das organizações de Catadores;

14. lutar pela criação de linhas de crédito específicas para grupos organizados de Catadores;

15. exigir a garantia da integração dos Catadores na política de saneamento ambiental;

16. lutar em favor de políticas de meio ambiente e de investimento em tecnologias adequadas de industrialização;

17. lutar em favor de nova modalidade de contrato de prestação de serviços entre as prefeituras e as organizações de Catadores na Coleta Seletiva;

18. mobilizar nossas organizações contra a guerra ao Iraque e contra a militarização do Continente Americano com bases estadunidenses, reforçando a luta pela paz.

Caxias do Sul, 20 a 23 de janeiro de 2003.

II Congresso Latino Americano de Catadores(as)

Declaração Final do 2º Congresso Latino que aconteceu em São Leopoldo

A organização, a solidariedade e a consciência da importância dos Catadores/as de Materiais Recicláveis estão crescendo. Isto ficou evidenciado no II Congresso Latino-Americano de Catadores/as, realizado nos dias 23 a 25 de janeiro de 2005, em São Leopoldo, RS, com participação de 1050 pessoas vindas de todas as regiões do Brasil, e delegações da Argentina, Uruguai, Chile e Colômbia.

Os objetivos do I Congresso, presentes na Carta de Caxias do Sul de 2003, foram alcançados, em parte; no entanto, continuam como desafios para o Movimento. Agora, é preciso seguir adiante com as orientações assumidas neste II Congresso:

1. Reforçar e multiplicar as Associações e as Cooperativas como bases orgânicas do Movimento, aumentando a participação com a prática da democracia direta.
2. Avançar na soma de Comitês regionais, lutando para controlar a cadeia produtiva da reciclagem por meio de Redes e/ou Centrais de produção e comercialização.
3. Avançar no processo permanente de formação e capacitação, garantindo maior autonomia nas lutas e maior capacidade para conquistar políticas públicas e novas leis que realizem nossos direitos; e de modo especial, os direitos à Previdência Social pública e os da remuneração pelo trabalho socioambiental realizado pelos Catadores/as e suas organizações.
4. Conquistar políticas públicas elaboradas e executadas com participação democrática dos Catadores/as, partindo do levantamento das necessidades locais e organizando ações de mobilização nacional em favor das propostas assumidas por toda a categoria.
5. Avançar na conquista de educação de qualidade para os filhos dos Catadores/as, de modo especial para que possam ficar em creches e escolas de tempo integral, para que não tenham que andar com os pais no trabalho de coleta e da reciclagem.

6. Lutar por uma educação socioambiental nas escolas que valorize a reciclagem e fazendo a coleta seletiva com a participação dos Catadores/as.
7. Avançar na prática do princípio da ação direta, protagonizada pelos Catadores/as, de modo especial por meio de mobilizações para denunciar os que exploram, tratam com preconceitos e violência os Catadores/as, e para exigir que os governos reconheçam e assumam as propostas e reivindicações de suas organizações.
8. Combater a exploração dos atravessadores e as ações das indústrias geradoras de resíduos.
9. Exigir o repasse direto de recursos públicos, sem burocracia, para montar ou melhorar a infra-estrutura dos trabalhos da coleta e da reciclagem.
10. Exigir que a verba das taxas ambientais seja repassada às Associações e Cooperativas dos Catadores/as e que também as empresas façam doação do material reciclável produzido por elas.
11. Exigir em lei que os bancos, assim como instituições públicas, destinem os materiais recicláveis para as organizações dos Catadores/as.
12. Lutar para que a erradicação dos lixões aconteça só depois de garantir infra-estrutura de trabalho para os Catadores/as e implantação de programas de coleta seletiva com sua participação.
13. Garantir a participação dos Catadores/as na elaboração de uma política pública de habitação que leve em conta suas demandas e condições.
14. Fortalecer a solidariedade e a articulação do Movimento dos Catadores/as nos países da América Latina, enfrentando situações concretas e apoiando o crescimento da organização dos Catadores/as em cada país e no continente.
15. Fortalecidos com a realização do II Congresso, queremos aprofundar a solidariedade com as lutas e organizações de outros movimentos sociais de nossos países. Desejamos a união de todas as forças que lutam por uma sociedade em que todas as pessoas vivam com dignidade, em que o trabalho coletivo construa uma

economia solidária, superando a economia capitalista, baseada na exploração dos trabalhadores e do meio ambiente. E convocamos, por fim, a todos os Catadores/as a se juntarem a nós, reforçando nosso Movimento e tornando-se mais fortes para enfrentar seus problemas, e para exigirmos, juntos, como unidade do Movimento Nacional, todos os nossos direitos.

São Leopoldo, 25 de janeiro de 2005.

Buenos Aires, 13 de julio de 2005.-

Señores organizadores del evento “Mejoras en las Condiciones de Vida de los Recicladotes de Residuos Sólidos de América Latina y el Caribe”

Las organizaciones latinoamericanas de los segregadores, cartoneros, recicladores, catadores, gancheros, pepenadores, trabajadores del reciclaje y del manejo de los residuos sólidos en la totalidad de los países del continente, en representación de más de 200 organizaciones existentes, de diverso nivel, figura jurídica y composición, pero agrupando algo más de 120.000 familias que han sobrevivido por más de 60 años de la obtención de materiales de las basuras en los distintos esquemas de su manejo (calles, depósitos, botaderos, plantas, etc), situación conocida por los gobiernos, la sociedad, la población y los miles de organismos que por más de 20 años intervienen de diversa forma en la actividad, de manera respetuosa pero firme, queremos presentar a este evento algunas consideraciones:

1. El planteo del evento permite socializar acciones de los grupos, los gobiernos, las entidades y las ong's en relación con el avance de políticas, procesos y programas que vinculan de distinta forma a la población recicladora y a actores a veces claves y a veces distractores del proceso de desarrollo de la gestión de los residuos que incide en las condiciones de vida de los recicladores del continente.
2. El formato no permite discutir a fondo la problemática de la población y de sus condiciones de exclusión sistemática por parte de los estados y tampoco propiciar propuestas y acercamientos entre actores claves para crear un estadio de reconocimiento del valor económico, social, ambiental y organizativos del trabajo de los recicladores en el mundo.
3. El espacio ha evidenciado la división de propósitos de actores cada uno con un interés marcado que en su conjunto no apuntan a generar cambios en la situación de vida y de trabajo y mucho menos a promover el reconocimiento de su propiedad como prestadores de un servicio público en el manejo de los residuos.
4. También es evidente que las propuestas existentes se proponen como “salvadoras del gremio” pero sin consultar con los implicados, generando una nueva forma de exclusión.
5. **El tratamiento del tema de la superación de las condiciones requiere obligatoriamente la vinculación formal de las organizaciones representativas del gremio, que los organismos deben convocar, consultar y tomar en cuenta para la concertación y toma de decisiones que afecten el desarrollo del sector. Un proceso que difiera de lo que hasta hoy se ha hecho sí en verdad existe interés de los gobiernos, los**

organismos financieros, las ong's, en promover cambios, asumiendo que existen condiciones organizativas que necesariamente definen un nuevo modelo de concertación para la superación de conflictos.

Frente a todo lo manifestado sostenemos que no es posible abarcar seriamente el objetivo planteado en este evento, desconociendo a las organizaciones ya existentes. Ante lo cual venimos a manifestar:

- Son las organizaciones gremiales en cada país las que hemos sistematizado las necesidades y elaborado las propuestas que pueden dar soluciones a los problemas del sector.
- Que la banca bilateral (BID-BM) y organismos de financiación deben aportar recursos en condiciones diferentes a las establecidas hoy; para garantizar acciones de inclusión económica en el sistema de servicio público, de la población recicladora mediante mecanismos que obliguen a los estados a colocar también recursos. Estos recursos deben ser a riesgo o a fondo perdido, y deben canalizarse por representaciones legítimas del sector.
- Que no se puede obviar que las organizaciones gremiales hemos superado nuestros saberes empíricos por diversa forma (elevación de compañeros a la condición de técnicos y/o universitarios; apoyo de profesionales de las universidades, etc), permitiendonos generar propuestas sustentables.

Por todo lo expuesto, creemos tener la suficiente autoridad para sostener:

1. La financiación debe estar dirigida a promover mayores niveles y cobertura de organización;
2. Para igualar la infraestructura del manejo (plantas, equipos, etc) en todos los países.
3. Para avanzar en la cadena de valor de los materiales (mejora de comercialización).
4. Para lograr la apropiación de los componentes del servicio de aseo (como esquemas de aprovechamiento, recolección y prevención).
5. Para promocionar el diálogo sano para la definición de políticas continentales de reconocimiento e inclusión social y económica del gremio en el sistema público de manejo de residuos.

Para finalizar queremos dejar planteado a los convocantes al evento la necesidad de una reunión de trabajo a la brevedad, sin necesidad de grandes erogaciones en hotelería e infraestructura, donde las representaciones gremiales de los países podamos

colocar el conjunto de proyectos existentes en cada país. Mientras que esto suceda, estaremos vigilantes respecto de los fondos que se asignen y sus distintas utilidades.

Sin otro particular, y a la espera de una acogida positiva a nuestros planteos, los saludamos cordialmente.-

RED LATINOAMERICANA DE TRABAJADORES DEL RECICLAJE.



III CONGRESO LATINOAMERICANO DE RECICLADORES DE RESIDUOS

En Bogotá D.C. entre el 1 y el 4 de marzo de 2008, Los delegados de 15 países latinoamericanos representados en Argentina, Chile, Perú, Brasil, Bolivia, México, Puerto Rico, Costa Rica, Guatemala, Ecuador, Paraguay, Venezuela, Nicaragua, Haití, Bolivia y Colombia; como ejercicio de pronunciamiento de las organizaciones de base de recicladores, pepenadores, cartoneros, cirujas, clasificadores, buceadores, guajeros, minadores, catadores, Thawis, barequeros y un sin número de denominadores, según el sitio donde trabajen. En el marco del III Congreso Latinoamericano de recicladores, a la opinión pública, los gobiernos, las comunidades, la sociedad en general, las agencias de cooperación y a sus propias organizaciones orgánicas:

PROCLAMAN

- Movilizar mundialmente el reconocimiento de la profesión de los recicladores y sus organizaciones, mediante espacios de discusión. Mediante el desarrollo de estrategias de presencia activa en dichos escenarios.
- Generar acciones y estrategias para capacitación y la certificación que reconozca la Red Latinoamericana de Organizaciones de Recicladores R.L.O.R, para calificar el trabajo y la profesión de los recicladores y sus organizaciones en su actividad.
- Adquirir compromisos de socialización del conocimiento a los recicladores y sus organizaciones nacionales, sus estructuras locales y a las bases orgánicas de los diferentes movimientos.
- Propender por el avance de los recicladores y sus organizaciones en la cadena de valor, para que posibilite el acceso y disfrute de la renta que genera la actividad.
- Generar Movilización mundial desde cada país articuladamente en la búsqueda de la proclamación del día mundial del reciclador y de su profesión orientado al reconocimiento de la actividad y las personas que la ejercen.
- Los participantes del congreso exigen a los poderes públicos y a los gobiernos que en la contratación del servicio de aseo, estos prioricen a las organizaciones de recicladores dando las condiciones para su efectiva inclusión, mediante el desarrollo de acciones económicas, sociales y ambientales que concreten acciones afirmativas.



RECICLADORES SIN FRONTERAS
3er CONGRESO LATINOAMERICANO Y 1er CONGRESO MUNDIAL DE RECICLADORES DE RESIDUOS
Autopista Norte Km. 18 Costado Occidental- Club Colsubsidio Bella Vista
1 AL 4 DE MARZO DE 2008
BOGOTÁ - COLOMBIA

- Las organizaciones participantes nos comprometemos a nivel mundial a generar la formación, capacitación y conocimiento para la profesionalización de la actividad.
- El compromiso mundial se extenderá a promover el contacto con el mayor número posible de recicladores y sus organizaciones.
- Avanzar en los comités mundiales regionales y locales la lucha por controlar la cadena de valor productiva del reciclaje y sus rentas a través de redes y centros de producción.
- Se mantiene el compromiso de trabajar por la concreción de los objetivos de la proclama del segundo congreso y el seguimiento al cumplimiento de los acuerdos.



EN EL PRIMER I CONGRESO MUNDIAL DE RECICLADORES DE RESIDUOS

Reunidos En Bogotá D.C. entre el 1 y el 4 de marzo de 2008, Recicladores delegados de 15 países latinoamericanos, 3 de norte América, 5 de África y 6 de Asia, 28 países de los 43 que participaron en el Congreso, en el ejercicio de pronunciamiento de las organizaciones de base de recicladores de todo el mundo; acompañados por delegados técnicos, asesores, Organismos de Cooperación, gobiernos, Organizaciones No gubernamentales, Universidades, empresas, micro empresas y otras expresiones de la sociedad civil; a la opinión pública, los gobiernos, las comunidades, la sociedad en general, las agencias de cooperación y a sus propias organizaciones orgánicas:

PROCLAMAN

1. El compromiso de trabajar para la **inclusión social y Económica de la población Recicladora**, lo cual implica promover y fortalecer su organización, avanzar en la cadena de valor de la actividad, y articular con la contratación del servicio de aseo, en el cual se requiere que el Poder Público priorice la categoría de los recicladores y sus Organizaciones.
2. Están de acuerdo en rechazar la incineración y el enterramiento para exigir y trabajar en esquemas de aprovechamiento máximo de los residuos en donde las actividades de rehúso, reciclaje y compostación representan formas de economía popular para amplios sectores de la Población Mundial.
3. Están de acuerdo en el compromiso de seguir compartiendo conocimiento, experiencia y tecnología, ya que estas acciones promueven y aceleran el contacto con el mayor número posible de recicladores, su organización y visibilización de las condiciones y de los aportes de estos y la actividad para el desarrollo sostenible acordado en todo el Mundo.